

COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,

VOLUME

IV

Teoria Social, Formação Social e Serviço Social

Pesquisas marxistas em debate

Sara Granemann

(ORG.)

COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,



VOLUME

IV

COLEÇÃO

**Carlos
Nelson**

COUTINHO,

VOLUME

IV

Teoria Social, Formação Social e Serviço Social

Pesquisas marxistas em debate

Sara Granemann

(ORG.)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Roberto Leher

REITOR

Leila Rodrigues da Silva

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Andréa Teixeira

DIRETORA

Sheila Backx

VICE-DIRETORA

Rosana Morgado

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

COLEÇÃO CARLOS NELSON COUTINHO - volume IV

Sara Granemann

ORGANIZADORA

Fábio Marinho

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Renan Pires Cornette

REVISÃO

Esta obra pode ser copiada e redistribuída em qualquer suporte ou formato, respeitados os termos da licença CC BY-NC-ND 4.0



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teoria social, formação social e serviço social: pesquisas marxistas em debate / Sara Granemann (org.). — Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

286 p. — (Coleção Carlos Nelson Coutinho ; v. 4)

ISBN (Coleção) 978-85-7108-460-5 (on-line)

ISBN 978-85-7108-464-3 (on-line)

Edição impressa publicada em 2018.

1. Ciências políticas e sociais. 2. Capitalismo. 3. Marxismo. I. Granemann, Sara. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. III. Série.

CDD: 320

Elaborada por: Adriana Almeida Campos CRB-7/4081

Sumário

Apresentação 11

Prefácio 17

FUNDAMENTOS DA TEORIA SOCIAL E POLÍTICA

A conquista do método para a crítica
da economia política e da vida cotidiana no capitalismo
Marcos Botelho 21

O Programa de Gotha e a crítica marxiana ao reformismo
José Luiz Alcantara Filho 43

Sobretrebalho em Marx, expropriação
e superexploração no capitalismo dependente
Carla Cecília Campos Ferreira 65

Trabalho, valores e alienação: György Lukács
e a raiz concreta das desumanidades
César Maranhão 87

FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Revolução passiva: O conceito gramsciano
e a formação social brasileira (1930-1980)
Andréa Maria de Paula Teixeira 109

Cinco teses sobre a formação social brasileira
(notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão
e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)
Mauro Iasi 135

Imagem do Brasil em Carlos Nelson Coutinho
Victor Neves 159

ESTADO, CLASSES, POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Capitalismo “puro”, Estado e fundo público
Sara Granemann 177

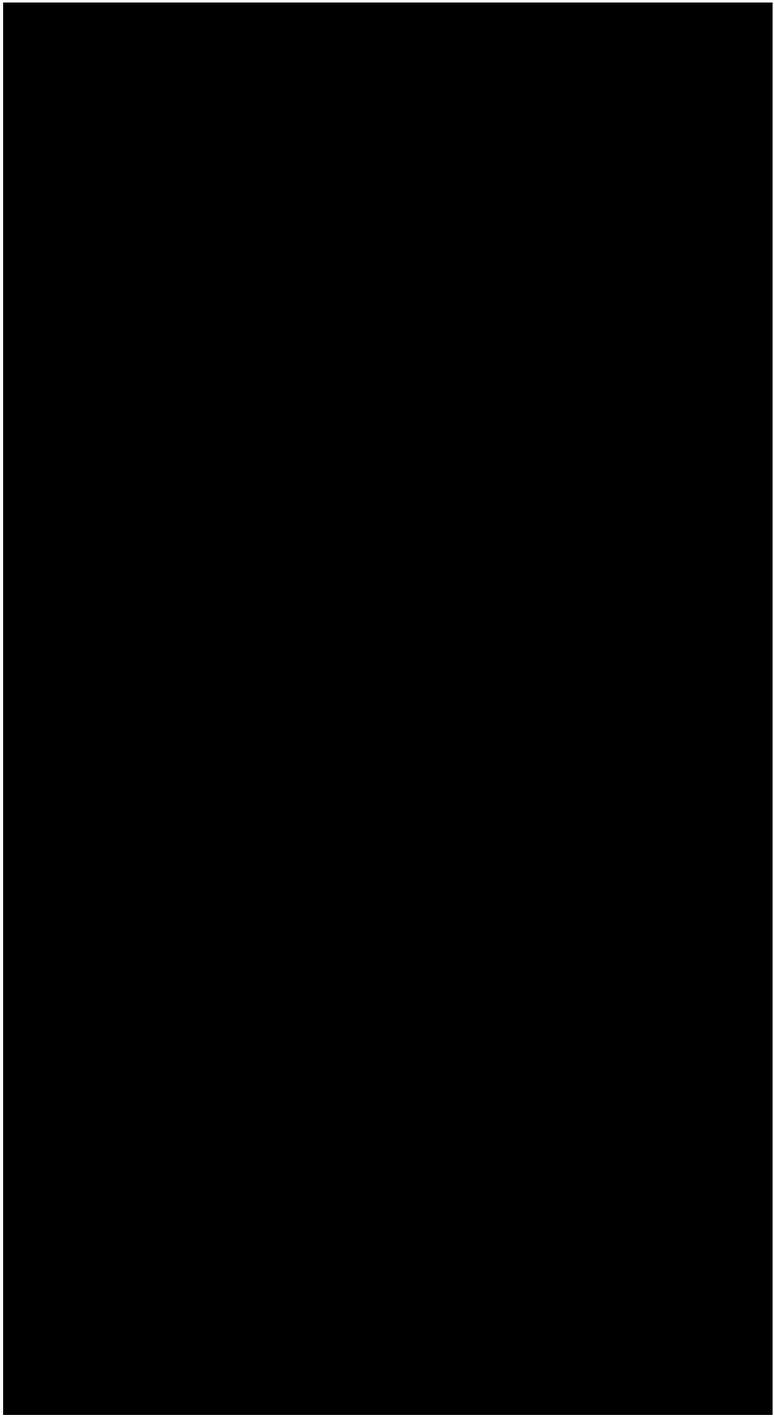
Criminalização da pobreza,
violência e ação do estado capitalista
Gláucia Lelis Alves & Luana de Sousa Siqueira 203

Financeirização do capital, pós-fordismo
e prática política do movimento docente
Luis Eduardo Acosta Acosta 223

A seguridade social brasileira
frente às ofensivas do capitalismo contemporâneo
Giselle Ávila Leal de Meirelles 241

Formação profissional e o estágio supervisionado
em Serviço Social: entre a razão histórico-crítica
e a razão formal abstrata
Marilene Coelho 265

Apresentação



No momento em que me torno professora visitante da Escola de Serviço Social da UFRJ, interpreto o convite dos autores e autoras deste livro como um generoso e simpático aceno de boas-vindas para uma tardia mulher migrante, intelectual e nordestina. E, mais do que uma subjetiva interpretação, me compraz o privilégio de participar deste volume que compõe a Coleção Carlos Nelson Coutinho, numa belíssima homenagem àquele que – desde os remotos tempos da formação profissional, intelectual e política da minha geração – nos instigou a cultivar a radicalidade teórico-política e o pluralismo sem abrir mão da fidelidade ao campo marxiano, lukácsiano e gramsciano.

Penso que a iniciativa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ com a publicação deste e de outros livros da Coleção, ademais de reverenciar o legado acadêmico do professor Carlos Nelson, dá provas à área do Serviço Social de que a produção intelectual de qualidade não se confunde com o produtivismo burocrático e reiterativo que grassa em certos meios acadêmicos brasileiros. E o faz, democratizando o acesso e alimentando a saudável convivência de jovens docentes e pesquisadores com experientes e reconhecidos intelectuais da área das Ciências Sociais e, particularmente, do Serviço Social, nos níveis de graduação e de pós-graduação.

O livro *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social* é composto por doze capítulos, sendo onze de autorias individuais e um em coautoria, distribuídos em três sessões temáticas que dão conta da síntese subjacente ao título do livro. Objeto de uma cuidadosa organização e edição, o eixo em torno do qual os capítulos estão articulados mantém organicidade com os fundamentos emanados do teoria social crítica de inspiração marxiana, com a concepção materialista e histórica da formação social e dos processos sócio-históricos da sociedade brasileira que se espraiam como fundamento e determinação, no tratamento das dinâmicas do Estado, das classes sociais, das políticas sociais e do Serviço Social no Brasil. Fiel à perspectiva da totalidade e da historicidade, os temas trabalhados tem relação de unidade com os objetos e problemáticas abraçados pela Área de Concentração nº 1 do PPGSS/UFRJ que dá título ao livro: *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social*; no caso específico deste livro, também robustece as linhas de pesquisa da qual participam os pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas - NEPEM. Ao abordar temas transversais aos conteúdos de disciplinas, pesquisas e trabalhos de conclusão, seja em nível de graduação, seja de pós-graduação, esta publicação inaugura uma experiência acadêmica ímpar: se insurge à divisão social do trabalho científico e da formação acadêmico-profissional, objeto de uma profundo esgarçamento nas instituições de ensino superior no Brasil, com impactos deletérios na formação graduada.

Numa filiação ao pensamento marxista, o livro aborda temas da maior relevância para o campo das ciências humanas e sociais, aprofundando e polemizando questões e processos com o aporte de categorias ontológicas e sócio-históricas, ademais de mediações intelectivas que evidenciam o tributo da pesquisa - numa instituição da área do Serviço Social - para a produção do conhecimento crítico, radical e substantivo da realidade.

Nesse contexto, creio que o Serviço Social brasileiro se afirma como uma área de produção do conhecimento e um espaço de resistência e radicalidade no âmbito do pensamento marxista,

anticapitalista e, por vezes, revolucionário, geradores do reconhecimento intelectual da profissão, movimento que a Escola de Serviço Social da UFRJ foi e é protagonista.

No meu entendimento, este processo é indicativo de uma ampliação da atuação do Serviço Social no Brasil, marcada pela ativa participação dos seus intelectuais na formação de uma massa crítica no campo da esquerda, cujas dimensões teórica, ideopolítica e intelectual respondem por um acervo de conhecimentos que, em face da ofensiva do pensamento conservador, se apresenta como um vasto campo de resistência teórico-político e ideológico e espaço formativo para as gerações futuras.

Caminha, portanto, na trilha da assertiva marxiana sobre a razão última do conhecimento científico que é desvelar os fetiches da sociedade do capital, sob pena de que *toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem*. Por estas e outras iniciativas que florescem no lugar certo e no momento certo, este livro que tenho o prazer de apresentar, é insuspeito e se coloca na esteira do que aprendi com Carlos Nelson no seu antológico *O estruturalismo e a miséria da razão*: com as armas da crítica, superar a *miséria da razão*, é colocar-se em defesa da práxis emancipatória.

Recife, Julho/2018

Dra. Ana Elizabete Mota

PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFPE
PROFESSORA VISITANTE SENIOR DA ESS DA UFRJ

Ao modo de um pequeno e informal comentário

Autoras e autores que escreveram neste livro em algum momento integraram (quando de seus doutorados, com o é o caso da professora Gisele e dos professores José Luiz e Victor) ou integram (como docentes da Escola de Serviço Social da UFRJ, Andréa, Carla, Glaucia, Luana, Marilene e Sara e os professores Cezar, Luis, Marcos e Mauro) o NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas).

Mauro, Sara, Luis e Cezar compõem a *Área 1* do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da ESS/UFRJ, intitulada *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social*.

Esta coleção é uma homenagem ao grande professor, pensador e querido membro fundador do NEPEM, de quem sentimos muitas saudades e somos toda(o)s muito grata(o)s por termos sido discentes de seus cursos e seus colegas de trabalho.

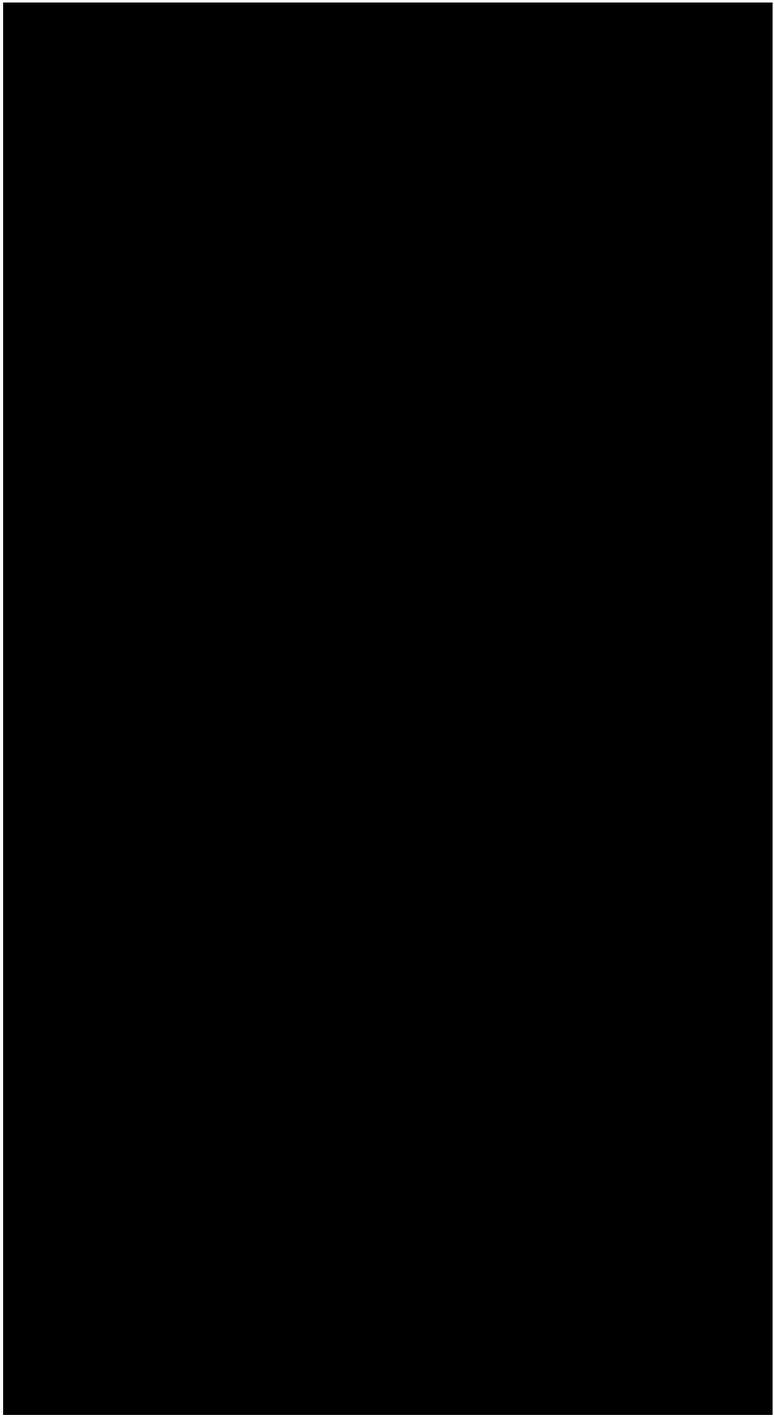
Para CNC, que mais do que concordâncias interessava-se em desenvolver na(o)s discentes a paixão por pensar e transformar o mundo, nossos mais genuínos carinho e reconhecimento.

Carlos Nelson Coutinho, presente!

Luana de Sousa Siqueira, só por razões formais não assina comigo a organização deste livro. Com um agradecimento do tamanho de sua solidariedade.

Sara Granemann
Praia Vermelha, inverno de 2018.

Prefácio

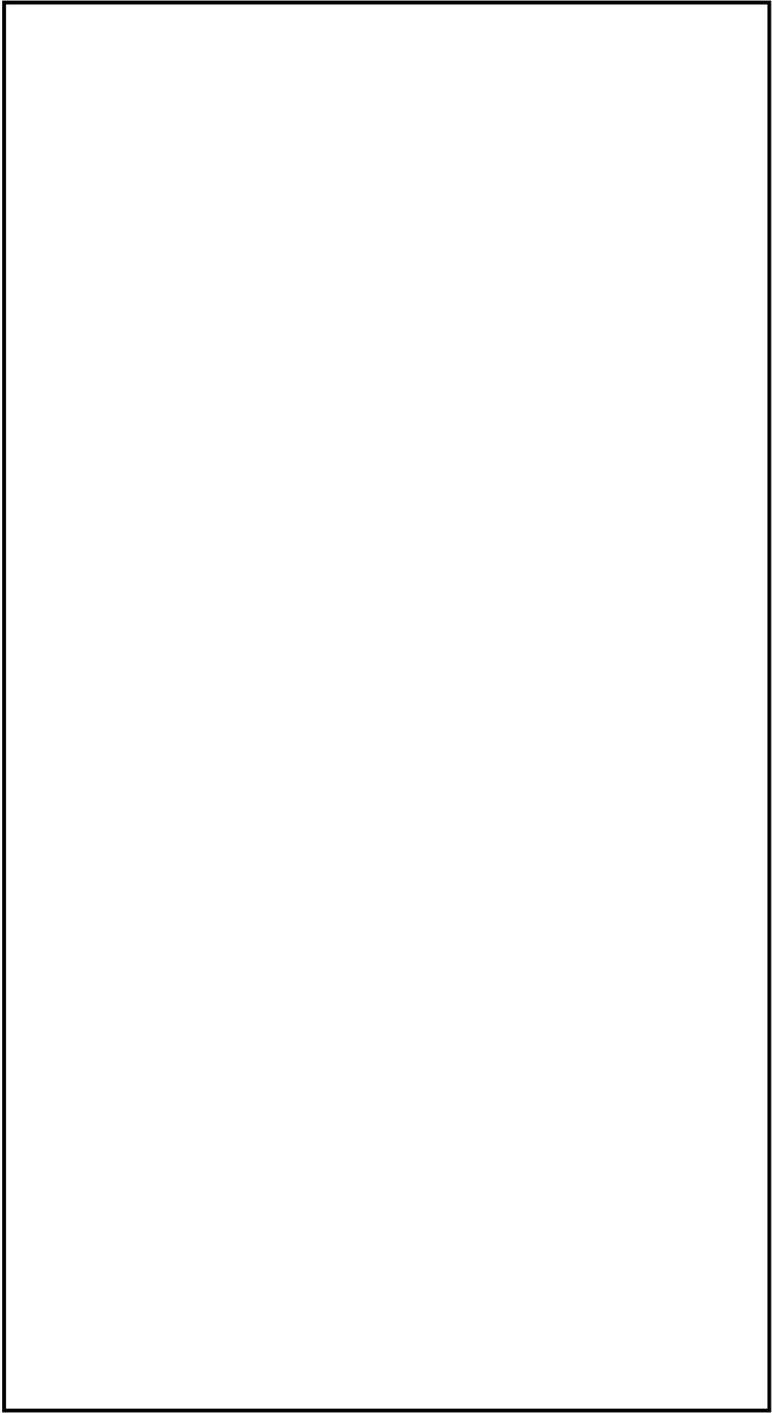


Este livro compõe a Coleção Carlos Nelson Coutinho, intelectual que projetou a produção teórica brasileira no campo crítico mundial. A obra, organizada por Sara Granemann, intelectual de referência no pensamento social brasileiro, investiga problemáticas que requerem trabalho colaborativo e associado ao processo de formação de novos intelectuais. É uma demonstração da coerência da pesquisa desenvolvida na Escola de Serviço Social da UFRJ e de seu excelente programa de Pós-Graduação. A nervura central da investigação, “Teoria Social, Formação Social e Serviço Social” está estruturada a partir de três linhas de pesquisa: Método, a agenda política e o Estado, conceitos que conformam o capitalismo dependente e os nexos trabalho e alienação; Formação social brasileira, examinada a partir da revolução passiva, da revolução brasileira e da proposição de teses sobre a formação social brasileira e alcança as particularidades do Estado, classe, políticas sociais e o campo do serviço social, por meio da densa análise do fundo público, da crítica à criminalização das lutas em prol do bem-viver, de reflexões sobre o movimento docente e dos desafios da seguridade social no contexto atual e dos processos formativos no serviço social. Com esta obra a universidade pública demonstra seu compromisso com os desafios do tempo histórico.

Dr. Roberto Leber

PROFESSOR TITULAR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ

**Fundamentos
da Teoria Social
e Política**



A conquista do método para a crítica da economia política e da vida cotidiana no capitalismo

Marcos Botelho

Introdução¹

O que vive é espesso
como um cão, um homem,
como aquele rio.
Como todo o real
é espesso.
Aquele rio
é espesso e real.
(...) Espesso,
porque é mais espessa
a vida que se luta
cada dia,
o dia que se adquire
cada dia
(como uma ave
que vai cada segundo
conquistando seu vôo)².

1 Este artigo é uma adaptação de parte do terceiro capítulo de nossa tese de doutorado, intitulada *A teoria social de Marx e a crítica da vida cotidiana no capitalismo: antecedentes e legado teóricos*, defendida em fevereiro de 2018 no Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. Marcelo Braz.

2 João Cabral de Melo Neto – Trecho de “O cão sem plumas”, 1950.

A primeira versão de uma crítica da economia política, que Marx havia prometido desde 1851³, é publicada em 1859. Seu famoso *Prefácio* e a *Introdução* – esta última integra seus *Manuscritos de 1857-1858*⁴ e acabou não sendo incluída na *Contribuição à Crítica da Economia Política*⁵ – possuem os trechos mais famosos relativos ao método da teoria social marxiana. Possuem também uma exposição de sua própria trajetória e algumas sínteses gerais de suas principais ideias.

Mandel nota que, nestes anos, Marx empreende um trabalho colossal⁶, que levará à construção de sua crítica da economia política, ou seja, à elaboração dos “traços fundamentais” da análise econômica⁷. O trabalho é colossal não apenas do ponto de vista quantitativo, pois qualitativamente é entre “18 de dezembro de 1857 e de 21 de janeiro de 1859, ou mais exatamente entre novembro de 1857 e o fim de junho de 1858, que se situam

3 “Ele tinha feito alusão desde 1851, escrevendo a 2 de abril deste ano a Engels, que em seis semanas teria terminado com todo o amontoado confuso econômico na biblioteca (do *British Museum*) e que elaboraria em seguida ‘a economia’ em casa. Mas a necessidade de um trabalho jornalístico para sobreviver a suas necessidades a partir de 1852, as dificuldades familiares e uma saúde deficiente retardaram de quatro anos a execução desse plano” (MANDEL, 1968: 82-83).

4 “Os *Grundrisse* constituem o primeiro de uma série de manuscritos redigidos por Karl Marx no desenvolvimento de sua crítica da economia política, que culmina na publicação do livro I de *O capital*, em 1867. Na verdade, como se sabe, essa crítica tem uma primeira versão publicada em 1859 (portanto, logo em seguida à redação dos *Grundrisse*), sob o título *Para a crítica da economia política* – o volume inicial do primeiro livro de uma obra inicialmente projetada para seis livros. (...) Os *Grundrisse* marcam exatamente o princípio da consolidação desse processo que assume uma forma definitiva, ainda que parcial, somente dez anos mais tarde, no livro I de *O capital*” (DUAYER, 2011: 11).

5 No *Prefácio*, Marx afirma: “Suprimo uma introdução geral que esbocei porque, depois de refletir bem a respeito, me pareceu que antecipar resultados que estão para ser demonstrados poderia ser desconcertante e o leitor que se dispuser a me seguir terá que se decidir a se elevar do particular ao geral” (MARX, 2008: 45-46).

6 Ele cita uma carta de Marx, de 1857, endereçada a Engels, em que o próprio diz: “Trabalho [atualmente] de maneira colossal, na maioria das vezes até quatro horas da manhã” (*apud* MANDEL, 1968: 82).

7 “Esses trabalhos se concentraram sobre dois pontos: o registro minucioso dos ‘fatos e gestos’ da crise; a elaboração dos ‘traços fundamentais’ da análise econômica. Desses últimos trabalhos nascerão a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, os *Grundrisse* e as *Teorias sobre a Mais-Valia*, que constituem o conjunto dos trabalhos diretamente preparatórios para a elaboração do *Capital*” (MANDEL, 1968: 82).

verdadeiramente as contribuições mais válidas que Marx fez ao desenvolvimento da ciência econômica” (MANDEL, 1968: 83). E o sentido destas descobertas é “demonstrar o caráter especificamente social e de maneira alguma absoluto do modo de produção capitalista a partir do seu fenômeno mais simples: a mercadoria” (MANDEL, 1968: 83). Temos, portanto, o aperfeiçoamento da teoria do valor-trabalho e das teorias econômicas desenvolvidas pelos clássicos; e das próprias elaborações de Marx até aquele momento: um exemplo é a distinção entre “trabalho” e “força de trabalho”, e, com isso, o desenvolvimento de uma teoria científica da mais-valia⁸.

Mas, antes de adentrar na análise da dinâmica econômica propriamente dita, abordaremos algumas questões já tornadas clássicas acerca do método em Marx presentes nas obras deste período. Através da análise de trechos clássicos da *Contribuição* e da *Introdução* de Marx, investigamos duas importantes conexões: 1) a relação entre a ontologia marxiana do ser social e a concepção ontológica da vida cotidiana, e 2) a relação entre a crítica da economia política e a crítica da vida cotidiana reificada sob o capitalismo.

Hegel e os economistas políticos clássicos construíram teorias sociais sobre a dinâmica econômica e a vida social, e chegaram a abordar aspectos relevantes da participação dos indivíduos na produção e reprodução da própria realidade material e social em sua vida ordinária. Mas, para Hegel, o papel ativo determinante acaba por se revelar não nos sujeitos ativos reais: os homens e

8 “No *Trabalho Assalariado e Capital*, como em todas as obras precedentes de Marx, a distinção entre ‘trabalho’ e ‘força de trabalho’ não está ainda estabelecida. Por esse fato, Marx não pode dar uma análise científica da mais-valia que resulta precisamente da descoberta de um *valor de uso específico da força de trabalho*. Ou melhor, nem a *Miséria da Filosofia*, nem o *Manifesto Comunista*, nem *Trabalho Assalariado e Capital*, contém ainda a noção de mais-valia. Da mesma maneira, em todas essas obras, Marx não tinha ainda elucidado definitivamente o segredo do *valor de troca* das mercadorias. Tendo sido levado a teoria do valor-trabalho desde seu exílio em Bruxelas, ele não tinha ainda aprendido a distinguir o valor de troca dos preços de produção, nem estes dos preços de mercado” (MANDEL, 1968: 84). “É na sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* que Marx aperfeiçoará sua teoria do valor, e ao mesmo tempo a teoria do valor-trabalho em geral, formulando sua teoria do trabalho abstrato, criador de valor de troca” (MANDEL, 1968: 85).

mulheres, indivíduos sociais, subordinam sua atividade ao sujeito absoluto, à Ideia Absoluta. O pensamento determina o ser. Por outro lado, para os economistas clássicos, os indivíduos e suas ações não se apresentam em sua historicidade, as relações sociais são “naturalizadas” e os indivíduos aparecem como “resultado da natureza”. Tratam as categorias particulares da sociedade burguesa como se existissem desde as formas sociais primitivas, suas descobertas sobre o funcionamento da sociedade burguesa apresentam-se como categorias eternas.

Ao avançar nos estudos da economia política, Marx pôde superar as abordagens unilaterais e ideológicas de seus predecessores, pôde conceber um método, uma teoria social, uma ontologia do ser social e uma crítica do capitalismo que está vinculada a uma teoria da produção e reprodução material da vida social. O poeta João Cabral nos ensina: a *vida natural e humana* é uma realidade *espessa*. A teoria de Marx, no mesmo sentido, nos revela que o homem, que se afasta da natureza sem deixar de ser parte dela, constrói a *realidade social*, que é, cada vez mais, *densa*⁹. Marx percorre a totalidade da vida econômica e social e apreende desde os processos revolucionários à reprodução diuturna desta vida, desde a produção material aos fenômenos políticos e ideológicos, desde os aspectos gerais das “leis econômicas” à vida cotidiana das classes, grupos e indivíduos, na “vida que se luta / cada dia”, no “dia que se adquire / cada dia”. Se “o que vive / incomoda de vida”, se “o que vive choca, / tem dentes, arestas, é espesso”, Marx e o poeta não estiveram indiferentes e neutros diante do real; ofereceram muito mais que uma descrição desta realidade dura, densa e espessa, realizaram uma crítica radical da vida social no capitalismo.

9 Lukács elucida o método marxiano e esta densidade do real através da categoria de mediação (lembrando do progressivo afastamento – contraditório – das barreiras naturais) e do papel fundante do trabalho: “A constante reprodução de trabalho, divisão do trabalho etc. torna esse *medium* da mediação cada vez mais emaranhado, cada vez mais denso, abrangendo cada vez mais todo o ser dos homens, de modo que em muitos casos singulares não se é mais imediatamente evidente, mas só se consegue descobrir através de análises, que determinadas mudanças do homem, de sua atividade, de suas relações etc. têm sua origem ontológica no metabolismo da sociedade com a natureza” (LUKÁCS, 2013: 205).

Teoria social e vida cotidiana

A teoria social e o método de Marx, portanto, chegam à maturidade quando sua crítica da economia política avança ao ponto de compreender de forma mais adequada e crítica o modo de produção capitalista. Seguindo as pistas deixadas por Lukács, podemos perceber que sua teoria comporta também uma ontologia do ser social. Na contramão dos vulgarizadores da obra de Marx (que se valem fartamente do texto de 1859), julgamos que o Marx que se apresenta nestes textos não é um economista/cientista mecanicista, mas um teórico capaz de apreender a realidade a partir da relação dialética entre indivíduo e sociedade, de entender o momento predominante da produção articulado a uma perspectiva de totalidade da vida social, uma realidade que, segundo ele, é histórica. As categorias expressas em sua *Contribuição e Introdução* nos permitem elencar os fundamentos para uma teoria da vida cotidiana e para uma crítica da vida cotidiana no capitalismo.

No trecho clássico da *Contribuição* de 1859, em que explica e sintetiza o resultado de suas pesquisas sobre a economia política¹⁰, Marx expressa sua concepção sobre a realidade social enquanto uma totalidade contraditória. A verdade não é pensada a partir de leis abstratas apriorísticas, mas na complexidade das “condições de existência sociais dos indivíduos”. É na vida cotidiana que as “condições de existência sociais dos indivíduos” são produzidas e reproduzidas pelos próprios indivíduos sociais. Mas a produção capitalista, ao passo que produz mercadorias e amplia a acumulação, é reprodutora dos antagonismos de classes, que se espriam para o conjunto da vida social. Neste contexto, esta produção e a vida cotidiana dos indivíduos são marcadas pela alienação.

Marx acredita que estas *as relações de produção burguesas* “são a última forma antagônica do processo de produção social”. Poderíamos dizer que são, também, *a última forma de produção de uma vida cotidiana alienada*. Quando as relações sociais capitalistas forem superadas, os conflitos entre os indivíduos (distintos dos

10 Trata-se do famoso parágrafo iniciado com as seguintes palavras: “O resultado geral a que cheguei...” (cf. passagem completa em: MARX, 2008: 47-48).

determinados pela desigualdade econômica) continuarão a existir, assim como as características determinadas pelo modo de ser e pensar peculiar à vida cotidiana. O que se deve superar são os antagonismos decorrentes das relações sociais de exploração. O que se vislumbra é a superação da alienação presente na vida cotidiana.

A perspectiva marxista não se volta contra o indivíduo, ao contrário, projeta o seu pleno desenvolvimento. Em sua *Introdução*, Marx se opõe à concepção burguesa do indivíduo – gestada teórica e artisticamente em paralelo à própria ascensão de classe da burguesia – e procura entender a trama complexa – e histórica! – da real relação entre o indivíduo e a sociedade. Contesta o *jusnaturalismo* e todas as correntes burguesas que “idealizam” o indivíduo e, por isso, são incapazes de apreendê-lo enquanto “produto histórico” (cf. MARX, 2008: 237-239). Ou seja, Marx realiza a crítica da concepção burguesa a-histórica do indivíduo e acentua os elementos ontológicos (a ideia de que o homem é “animal político”, de Aristóteles, e a belíssima definição própria, do “animal que não se pode isolar senão dentro da sociedade”, por exemplo) e históricos.

Para Marx – e isso é prova em oposição aos que apontam para certo determinismo econômico em Marx (em especial neste texto) – a produção é “produção em um grau determinado do desenvolvimento social”; trata-se “da produção de indivíduos sociais” ou “produção de indivíduos, socialmente determinada”. A análise concreta nos permite elencar os traços gerais e os traços particulares de cada modo de produção, época, região e formação social. Marx, ao explicar estas características, acaba por iniciar uma exposição sobre o seu método, diferenciando-o do método dos economistas (cf. MARX, 2008: 239-241). Um argumento central para a crítica das concepções “naturalizantes” e generalizantes dos economistas é o fato deles não identificarem as diferenças na unidade entre o homem e a natureza e entre o geral e o específico nas determinações históricas. Ou seja, *para uma crítica consistente do modo de produção capitalista exige-se a compreensão correta dos caracteres fundamentais da “ontologia do*

ser social”. Faz-se necessário diferenciar o que é “estrutural” do “conjuntural”, se assim podemos nos expressar.

A incompreensão dos economistas burgueses se dá pela sua perspectiva acrítica em relação ao próprio processo de produção sob a batuta do capital. O não entendimento do capitalismo enubla a compreensão dos modos de produção anteriores. O desconhecimento da “anatomia do homem” impede que se conheça a do macaco. É por este caminho que o método/teoria de Marx ao realizar a crítica da economia política constrói uma “ontologia materialista do ser social”. O pensamento burguês não foi capaz de fazê-lo, pois é somente quando surge, do ponto de vista histórico, as condições para a crítica teórica e prática do capitalismo que se abre a oportunidade para que sejam reveladas suas contradições mais profundas, e as de modos de produção anteriores (cf. MARX, 2008: 264).

Tendo como referência a complexidade da economia burguesa e a complexidade do ser social, a prioridade dada à produção não torna a teoria de Marx seletiva ou parcial em relação ao conjunto da realidade social. A produção, a distribuição e o consumo são pensados em suas relações inter-atuantes de determinações, onde a produção tem peso fundamental¹¹. Essa complexidade na exposição de Marx avança também na explicação do fenômeno político (afinal, as relações de apropriação *privada* exigem formas jurídico-políticas que garantam sua existência¹²) e ideológico. Até mesmo quando trata da relação entre produção e consumo (assim como poderíamos elencar inúmeros outros exemplos) a argumentação marxiana está atenta aos determinantes ideológicos/culturais, inseparáveis que são da existência do ser social¹³.

Em suma: é a totalidade da realidade social o objeto dos estudos de Marx enquanto ele realiza sua crítica da economia política¹⁴.

11 Já o método da economia burguesa tem por objetivo escamotear esta relação de totalidade e o papel preponderante da produção (cf. MARX, 2008: 242).

12 O surgimento da apropriação privada é condição para a existência da política. Daí a importância de se diferenciar a apropriação em geral da apropriação privada (Cf. MARX, 2008: 243-244).

13 Cf. MARX, 2008: 248.

14 A descrição das “linhas de pesquisa” que esboça ao final de sua seção sobre o método nos dá uma ideia da pretensão ampla de sua crítica, que será, em parte, apesar

Como Marx entende esta totalidade? Qual é seu critério para o conhecimento verdadeiro desta realidade? Sendo materialista, para Marx, o objeto do pesquisador – a realidade – tem prioridade ontológica em relação ao sujeito-pesquisador; possui existência independente e exterior àquele que se põe a refleti-la¹⁵. Ou seja, no método de investigação da realidade marxiano, o método da crítica da economia política, há, de modo consciente, a distinção entre o ser e o reflexo sobre ele¹⁶.

A historicidade das relações sociais e o processo intelectual das abstrações sucessivas também são descritos pelo próprio Marx, numa explicação clássica de seu método e da diferença para com o método da Economia Política¹⁷. Suas observações nos permitem perguntar: O que parece concreto e o que é concreto, de fato? Eis uma questão importante para compreender o caráter ontológico da vida cotidiana e para a crítica da cotidianidade reificada¹⁸.

da alteração do projeto, contemplada nos livros que compõem a totalidade da sua futura obra, *O Capital*: “1º - as determinações gerais abstratas, que pertencem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido exposto anteriormente; 2º - as categorias que constituem a organização interior da sociedade burguesa, sobre as quais repousam as classes fundamentais. Capital. Trabalho assalariado, propriedade rural. Suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre estas, circulação. Crédito (privado); 3º - a sociedade burguesa compreendida sob a forma de Estado. O Estado em si. As classes improdutivas. Impostos. Dívidas do Estado. O crédito público. A população. As colônias. Emigração; 4º - relações internacionais da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e Importação. Curso do câmbio; 5º - o mercado mundial e as crises” (MARX, 2008: 268).

15 “O todo, tal como aparece no cérebro, como um todo mental, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira em que o pode fazer, maneira que difere do modo artístico, religioso e prático de se apropriar dele. O objeto concreto permanece em pé antes e depois, em sua independência e fora do cérebro ao mesmo tempo, isto é, o cérebro não se comporta senão especulativamente, teoricamente. No método também teórico [da Economia Política] o objeto – a sociedade – deve, pois, achar-se sempre presente ao espírito, como pressuposição” (MARX, 2008: 259-260).

16 O método de Marx, segundo Lukács, supera o método hegeliano, entre outras coisas, por desenvolver uma teoria do conhecimento conscientemente mimética (Cf. LUKÁCS, 2012: 213).

17 Trata-se da passagem clássica iniciada pelas seguintes palavras: “Quando estudamos um país determinado do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população...” (cf. na íntegra em: MARX, 2008: 257-259).

18 Não é à toa que Kosik (2002), que tinha como objeto a cotidianidade capitalista, tenha se empenhado no debate do que chamou de pseudoconcreticidade.

Marx nos relembra que o caminho tortuoso da dialética hegeliana tem muito a nos oferecer, mas muito a esconder sobre a realidade. É a dialética marxista, a crítica da economia política, portanto, o meio para perquirir as respostas para estas indagações.

As categorias econômicas não devem ser investigadas – muito menos as conclusões teóricas sobre elas devem ser expostas – a partir de uma linearidade temporal. E por isso, a prioridade recai, necessariamente, no tempo presente e nas relações sociais dominantes enquanto marco explicativo da totalidade histórica do capitalismo (cf. MARX, 2008: 267). Seguindo esta orientação, as categorias marxianas e seu método devem ser analisados partindo de sua crítica da economia política como ponto alto e determinante¹⁹. Dessa forma, *a crítica marxiana do cotidiano no capitalismo encontra sua expressão maior na obra da maturidade*. Nossas questões sobre o concreto real e o concreto pensado e sua relação com a vida cotidiana começam a ser melhor delineadas na medida em que a crítica da economia política avança no descortinar do modo de produção capitalista e da reificação da vida social subordinada a ele.

Por tudo isso, a partir do momento em que consolida seu método, a obra marxiana nos introduz na investigação de dois eixos importantes referidos à categoria de vida cotidiana: o caráter ontológico da vida cotidiana e a cotidianidade alienada do capitalismo.

A cotidianidade (e a forma imediata de pensamento a ela conectada) é uma dimensão insuprimível do mundo dos homens. Quando

19 Não é por acaso que Lukács, para abordar “os princípios ontológicos fundamentais de Marx” (cf. LUKÁCS, 2012: 281-422), tenha recorrido, prioritariamente, às obras da maturidade (em especial, a *O Capital*). Lukács deixa claro, inclusive, a superioridade da elaboração de *O Capital* em comparação com o *Grundrisse*. “Voltando agora ao método da economia política, tentaremos enfrentá-lo na forma de sua mais alta e clara realização, a forma que Marx lhe emprestou, bem mais tarde, em *O capital*. (O assim chamado ‘Rascunho’ [‘Rohentwurf’], embora repleto de análises instrutivas acerca de complexos e conexões não tratados em *O capital*, não possui ainda em sua composição global o modo de exposição novo, metodologicamente claro, ontologicamente fundamental de sua mais importante obra conclusiva.)” (LUKÁCS, 2012: 308-309). Isto não infirma a necessidade da obra marxiana ser analisada *in totum*, aliás, esta é a perspectiva lukacsiana.

falamos deste *caráter ontológico da vida cotidiana*, buscamos re-
meter a formas de agir e pensar que são partes constitutivas da
vida em sociedade, seja qual for o modo de produção dominan-
te. Concebendo uma teoria sobre o ser social, Marx nos indica
pistas para uma teoria da vida cotidiana. O concreto real é um
todo articulado. Como os indivíduos sociais se põem pratica e
intelectualmente diante desta totalidade? Ao discorrer sobre o
método nestas páginas, Marx sistematiza as características da
atividade científica. Mas o modo de proceder da ciência é di-
ferente do modo de proceder peculiar à vida cotidiana, movida
por um pragmatismo espontâneo. Em *O Capital* Marx dirá que
os homens “fazem, sem o saber” (MARX, 2011: 96. *Adaptado*).
Enganam-se os que acreditam que este modo de agir vige somente
em sociedades alienadas: é característica da ação humana na vida
cotidiana. Esta relação imediata entre pensar e agir é necessária e
ineliminável nesta *práxis* cotidiana, mas é passível de “suspensão”
na *práxis* laboral, artística e científica. Afinal, “toda ciência seria
supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência
e a essência das coisas” (MARX, 2008a: 1080). A manifesta-
ção fenomênica aparente da realidade é parte da vida cotidiana
em qualquer período da história. A realidade é concreta, mas o
concreto só pode ser revelado no pensamento, ou seja, enquanto
concreto pensado, em sua integridade (sua totalidade dialética,
“síntese de muitas determinações”), através da ciência e da arte. O
pensamento cotidiano não permite esta “suspensão”, pois exige
respostas imediatas a situações imediatas. Mas toda forma de
“suspensão” só pode existir a partir e retornando a esta vida coti-
diana. Lukács foi quem se dedicou a estudar estas categorias. Mas
podemos afirmar que parte destas questões e “soluções teóricas”
já estão postas na obra e no método de Marx.

Por outro lado, na *cotidianidade alienada do capitalismo*, me-
dições sociais as mais diversas ganham forma ainda mais ne-
bulosa a medida em que se coisificam: se metamorfoseiam sob
a aparência de coisas, de mercadorias. E isso não se deve apenas
ao fato de que o modo de produção capitalista é uma forma de

produção e intercâmbio muito mais complexa que os modos de produção anteriores. De fato, quanto maior é a complexidade da realidade, maiores os desafios teóricos para a sua compreensão. Mas não é somente disso que se trata: tratam-se de mediações sociais que corporificam relações de exploração de classe de novo tipo. Neste sentido, não é apenas uma aparência imediata que se põe enquanto desafio de investigação pelos homens e mulheres. Mas um poder real, que precisa ser compreendido teoricamente e, sobretudo, enfrentado prático-politicamente.

Na comparação entre a vida cotidiana “em geral” e a vigente no capitalismo pode-se afirmar que a manifestação fenomênica aparente da realidade é uma característica da vida cotidiana que não pode ser superada (no interior desta própria vida cotidiana), posto que é um elemento insuprimível da relação dos homens com a natureza e entre si; já *a vida cotidiana alienada, dominada pela mercantilização e coisificação das relações sociais, é passível de superação*. Afinal, *outra característica ineliminável da vida cotidiana é a sua historicidade*.

Para a crítica da economia política e da vida cotidiana no capitalismo

Entendendo o avanço da produção e da circulação de mercadorias como pressupostos para um modo de produção e uma vida social dominados pelo capital, Marx realiza uma plástica descrição da vida cotidiana neste “mundo do capital”:

Nas ruas mais animadas de Londres, os estabelecimentos sucedem-se uns aos outros, e atrás do vidro de suas vitrinas oferecem-se tentadoras todas as riquezas do universo: xales da Índia, revólveres americanos, porcelanas chinesas, espartilhos de Paris, peles da Rússia, produtos dos trópicos, porém, todas essas coisas mundanas ostentam fatais etiquetas brancas que levam gravadas cifras em algarismos arábicos seguidas dos caracteres lacônicos £, x., p. Assim aparece a mercadoria na circulação (MARX, 2008: 119).

Permitir a compreensão sobre o impacto deste modo de produção e de todo o movimento da circulação das mercadorias sobre as formas de viver e pensar é a contribuição significativa da obra madura de Marx. O velho Engels sabia que Marx foi capaz de superar os economistas clássicos porque nos forneceu a seguinte lição: “A Economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas e, em última instância, entre classes, apesar de essas relações estarem sempre unidas a coisas e aparecerem sempre como coisas” (ENGELS in MARX, 2008: 284).

O corpo do texto da *Contribuição* de Marx (parte nem sempre analisada, pois as atenções se dedicam quase sempre ao *Prefácio* de 1859 e à *Introdução* de 1857²⁰) já nos permite um passeio proveitoso na desmistificação deste “mundo do capital”. Diríamos que trata-se de um belo caminho, um grande rio que nos leva ao mar grande de *O Capital*. A *Contribuição* é significativa para a crítica da cotidianidade reificada: nela temos a exposição melhor desenvolvida – se consideramos as publicações anteriores a *O Capital* – dos fundamentos da reificação da vida social sob o capitalismo. Na parte dedicada à análise da mercadoria, temos já um conjunto categorial que desvenda as mais elementares e profundas características do modo de produção capitalista. A parte dedicada ao dinheiro e à circulação é uma aprofundada teoria monetária, que, inclusive, da forma desenvolvida que se apresenta neste texto, nem aparece em *O Capital*, pois Marx deu-se por satisfeito com o exposto nesta obra. O mundo dominado pelas “fatais etiquetas brancas” (uma realidade econômica e social produzida historicamente pelos homens, mas apreendidas na vida cotidiana como algo natural e eterno) é, pela primeira vez, objeto de uma análise crítica profunda e correta.

20 No debate acerca do método marxiano o maior erro é se ater aos trechos em que Marx se dedica abertamente a esta questão. É sempre bom lembrar que o método marxiano integra-se à sua teoria e não é um conjunto de procedimentos que pode ser apartado desta. “É importante observar que, considerado o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica” (NETTO, 2011: 27).

Sendo coerente com o que revelou de seu método, Marx inicia sua análise pela determinação mais simples, a célula fundamental deste organismo que é a sociedade burguesa: a mercadoria. Não poderia ser diferente, pois a “riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 2008: 51). Descobre, partindo de Aristóteles e dos economistas clássicos, que esta forma elementar só pode ser entendida reconhecendo-se as contradições que revela: “cada mercadoria se manifesta sob o duplo aspecto de valor de uso e de valor de troca” (MARX, 2008: 51).

A diferenciação feita em relação ao valor de uso e valor de troca presentes nas mercadorias permite que Marx exponha com clareza não só o fato misterioso por detrás das mercadorias (o fato de que são produtos do trabalho humano – fato por sinal já descoberto pela economia política), mas também outra diferença fundamental: entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Se este último é característico da produção de valores de troca, de mercadorias, e, portanto, é particular expressão do modo de produção capitalista, o trabalho produtor de valores de uso (a “atividade útil que busca a apropriação dos produtos da natureza sob uma ou outra forma”) “é a condição natural da existência humana, a condição, independentemente de todas as formas sociais, do intercâmbio da matéria entre o homem e a natureza” (MARX, 2008: 62-63).

Os mercantilistas não puderam compreender a natureza da riqueza, vislumbrando-a na coisa, nos metais preciosos; Marx segue o caminho dos que entenderam o caráter próprio do trabalho produtor dos valores de troca, que é o fato de ser “indiferente à forma particular do próprio trabalho”, ser “trabalho geral-abstrato” (MARX, 2008: 54), que pode ser mensurado a partir do tempo de trabalho. O que interessa na exposição de Marx é revelar o conteúdo social específico deste trabalho humano geral na produção capitalista. Este conteúdo, presente em diferentes modos de produção (cf. MARX, 2008: 59-60), ganha forma própria no

capitalismo: “o que caracteriza o trabalho que cria valor de troca é que as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas”. Por isso, continua Marx, “se é correto dizer, pois, que valor de troca é uma relação entre as pessoas, convém ajuntar: uma relação oculta sob uma envoltura material” (MARX, 2008: 59-60).

Como esta inversão das relações sociais aparece como algo dado, naturalizado, na sociedade dominada pelo capital? A produção capitalista produz um determinado tipo de cotidianidade alienada e, por sua vez, a manutenção desta produção só é possível pela própria dinâmica desta vida cotidiana:

Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas (MARX, 2008: 60).

Um dos mecanismos reprodutores desta coisificação das relações sociais como uma existência corriqueira nas ações e na imaginação dos homens e mulheres se encontra no próprio modo de funcionamento econômico-social do capitalismo. Esta ocultação da relação entre as pessoas sob um invólucro material se realiza objetivamente, já que o tempo de trabalho social contido nas mercadorias só se apresenta desta forma, qual seja, enquanto trabalho social, na troca das mercadorias²¹.

Agora podemos retornar às “fatais etiquetas brancas” presentes na vida cotidiana mundial. Outro importante aporte à crítica da economia política e da vida cotidiana no capitalismo se dá quando Marx parte diretamente da análise das relações mercantis para

21 “O tempo de trabalho social não existe nessas mercadorias, por assim dizer, mais que em estado latente, manifestando-se apenas em seu processo de troca. O ponto de partida não é trabalho individual considerado como trabalho comum, mas, ao contrário, parte-se de trabalhos particulares de indivíduos privados, trabalhos que não revestem o caráter de trabalho social geral no processo de troca senão quando se despojam de seu caráter primitivo. O trabalho social geral não é, pois, uma pressuposição preparada, mas um resultado que se obtém” (MARX, 2008: 73).

explicar a natureza e a função do dinheiro. Tratando-o não como um símbolo, mas enquanto uma mercadoria como as demais²², acaba por desmistificar a aura áurea de supostas propriedades especiais que até mesmo a economia política – apesar da superação que realiza em relação às teses mercantilistas – imputa ao dinheiro²³. Isso se dá porque suas teorias não superaram o caráter fetichista das próprias mercadorias e da produção burguesa. O caráter supostamente místico, o feitiço deste equivalente geral na vida social tem relação direta com o processo de reificação que acabamos de descrever e se constituiu historicamente. O dinheiro apenas expressa esta coisificação de modo mais reluzente²⁴.

A diferenciação realizada por Marx entre o processo de circulação simples ($M - D - M$) e o processo de circulação capitalista ($D - M - D'$) pode e deve ser pensado também como um desenvolvimento histórico, em que este capital – em seus primórdios de modo residual e localizado – avança em direção ao controle da vida econômica e social como um todo. O capital comercial ($D - M - D^+$) – e todo o sangrento processo da acumulação primitiva de capital – é o elo entre o mundo em que a burguesia se embatia com as formas sociais do Antigo Regime (e a defesa do individualismo constituía-se como uma arma re-

22 “A verdadeira medida entre mercadoria e ouro é o próprio trabalho, ou que a mercadoria e o ouro são iguais como valores de troca pela troca direta” (MARX, 2008: 96). O fato de, na moeda (ou papel-moeda etc.), a matéria ouro se apresentar enquanto matéria figurada não altera sua condição de mercadoria (ela só não precisa estar materialmente presente no momento da troca): “A transformação da mercadoria em moeda contante, imaginosa, verbal e graficamente, ocorre cada vez que um gênero qualquer de riqueza fica determinado do ponto de vista do valor de troca. Essa transformação exige a matéria ouro; todavia, unicamente como matéria figurada” (MARX, 2008: 104).

23 Cf., especialmente, o tópico sobre as “Teorias sobre a unidade de medida do dinheiro” (MARX, 2008: 107-118).

24 “O dinheiro não é símbolo tanto quanto não o é o valor de uso sob a forma de uma mercadoria. O que caracteriza todas as formas sociais do trabalho criador do valor de troca é a inversão, a mistificação prosaica e real e não imaginária que supõe o fato de que uma relação de produção social apareça como algo separado dos indivíduos e de que as relações determinadas, nas quais esses indivíduos entram no processo de produção de sua vida social, apareçam como propriedades específicas de um objeto. Mais do que na mercadoria, é principalmente no dinheiro que esse fato chama a atenção” (MARX, 2008: 77-78).

volucionária) e o mundo dominado pela produção e circulação tipicamente capitalistas (em que o individualismo e a reificação das relações sociais acabam por se espriaiar para o conjunto da vida em sociedade). Por isso, estudar a circulação capitalista como um todo é um pressuposto para se entender a economia, a vida social e a história de nosso tempo.

Compra e venda de mercadorias e a intermediação do dinheiro, eis um processo que expressa um conjunto de contradições desta organização econômica. Além das crises, Marx nos lembra de outras. Marx se debruça sobre o papel do dinheiro e sobre sua circulação, desenvolvendo uma teoria monetária que preenche uma série de lacunas dos clássicos da economia política. Desenvolve questões espinhosas para a época, tal qual a funcionalidade do papel moeda, a rapidez e quantidades monetárias necessárias ao curso do dinheiro, o papel do crédito etc. Ele realiza tal feito porque tem clareza da relação da circulação monetária com a circulação de mercadorias. Não é possível pensar a circulação do dinheiro sem pensar a totalidade da vida econômica, política e social dos países e do mercado mundial. Lições, ainda hoje, estrategicamente esquecidas pelos economistas burgueses de plantão²⁵.

Na medida em que se amplia a produção de mercadorias, gestam-se formas “adequadas” de circulação monetária. O caráter político e nacional do dinheiro, por exemplo, é dado pela própria razão de ser das formas monetárias, pois, como moeda, o dinheiro “fala diferentes idiomas e leva distintos uniformes nacionais”. Separam-se a “circulação das mercadorias circunscrita pelas fronteiras de uma comunidade” e a “circulação geral do mundo das mercadorias” (MARX, 2008: 141-142). Marx, desenvolvendo sua

25 “O caráter superficial e formal da circulação simples do dinheiro salta à vista se se considerar que todos os fatores que determinam a quantidade dos meios de circulação, tais como: massa de mercadorias circulantes, preços, alta ou baixa dos mesmos, número de compras e vendas simultâneas, velocidade do curso do dinheiro, dependem do processo da metamorfose das mercadorias, o qual depende, por sua vez, do caráter de conjunto do modo de produção, da densidade da população, da proporção entre a cidade e o campo, o desenvolvimento dos meios de transportes, da maior ou menor divisão do trabalho, do crédito etc. etc., em uma palavra, de circunstâncias que se encontram todas fora da circulação simples do dinheiro e que não fazem mais que refletir-se nela” (MARX, 2008: 139-140).

teoria, nota que as novas formas monetárias (os sinais de valor) e o processo de circulação acabam por constituir aparentes inversões e, portanto, obstáculos para a correta análise econômica²⁶. O dinheiro – com a expansão de sua circulação e todas as suas minúcias –, mesmo que, por vezes, sua aura prescindia do verniz áureo, amplia seu poder e encantamento: as funções de entesouramento, meio de pagamento e de dinheiro universal mostram suas outras facetas.

Nas formas primitivas da riqueza o supérfluo (ou excedente) toma a forma material do ouro e da prata como materialização do trabalho em geral. Estes valores de uso são os suportes dos valores de troca, já que as outras mercadorias são consumidas. Esta prática de entesouramento, tão antiga quanto o surgimento do excedente, produz um tipo social que se destaca em formações sociais as mais diversas. Marca presença no modo de produção asiático, no escravismo e é a base social mais poderosa da burguesia no interior do modo de produção feudal. Como se pode ver, Marx descreveu este tipo social²⁷ bem antes que Weber²⁸. E o fez com um rigor maior, pois identificou as nuances que marcam os diferentes períodos históricos. Este “espírito” foi fundamental para a acumulação em épocas precedentes. O fetiche da mercadoria tem nesta busca pelo entesouramento a sua expressão mais arcaica, mas ela não é a única nem a mais desenvolvida, posto que

26 “Na circulação dos sinais de valor aparecem invertidas todas as leis da circulação monetária real. Enquanto o ouro circula porque tem valor, o papel tem valor porque circula” (cf. MARX, 2008: 157-158).

27 “O entesourador desdenha os gozos terrestres, temporais e transitórios, para correr atrás do tesouro eterno, que não pode ser corroído nem pelas formigas, nem pela ferrugem, e que é, ao mesmo tempo e completamente, celeste e terrestre” (MARX, 2008: 166). Por vezes, esta busca irresistível ganha contornos irracionais, mas o que se trata, na antessala do capitalismo, é da base material para o desenvolvimento do puritanismo luterano: “o entesourador, por pouco que seu ascetismo se reforce com uma enérgica aplicação ao trabalho, deve ser eminentemente praticante de sua religião e ainda mais puritano” (MARX, 2008: 167). Mesmo já sob a vigência da sociedade burguesa desenvolvida, “nas épocas em que a circulação da matéria se acha perturbada, o soterramento do dinheiro ocorre” (MARX, 2008: 168). O dinheiro, é, portanto, “tanto a finalidade quanto a origem da paixão de enriquecer” (MARX, 2008: 169).

28 A descrição weberiana está presente em sua afamada digressão sobre o “espírito do capitalismo”.

a reificação abarca o conjunto da produção e circulação somente na fase desenvolvida do capitalismo²⁹.

Sem adentrar em pormenores da função do dinheiro como meio de pagamento, o que podemos destacar é que Marx, ao destrinchar esta função, acaba por descobrir diversas características da circulação capitalista desenvolvida, ainda hoje válidas. Uma prova desta validade é dada pelo vigor de sua análise de algumas das leis tendenciais do capitalismo. Por exemplo, para ele, “com o aperfeiçoamento do sistema de crédito e da produção burguesa em geral, a função do dinheiro, como meio de pagamento, ganhará em extensão em prejuízo de sua função como meio de compra e mais ainda como elemento de entesouramento” (MARX, 2008: 181-182). Nada mais atual se pensamos no intrincado sistema de crédito e pagamentos que alcançam hoje não somente o comércio atacadista e varejista, mas até mesmo os consumidores individuais. O que ocorre é a ampliação cada vez maior das contradições postas por esta forma de “religião da jurisprudência” do “dinheiro futuro” (MARX, 2008: 179).

Quando trata do dinheiro universal, Marx define o caráter do cosmopolitismo posto pelo avanço do comércio internacional e pela constituição do mercado mundial. Não deixa de observar que este cosmopolitismo burguês é marcado pela intermediação das mercadorias, ou melhor, por uma reificação sob bases mundiais³⁰.

29 “Em realidade, o amontoamento do dinheiro pelo dinheiro é a forma bárbara da produção pela produção, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas além dos limites das necessidades habituais. Quanto menos desenvolvida se encontra a produção de mercadorias, mais importante é a primeira cristalização do valor de troca em dinheiro, o entesouramento, o qual, por essa razão, desempenha um papel proeminente nos povos antigos na Ásia até o presente momento, e nos povos agrícolas modernos nos quais o valor de troca não se apoderou ainda de todas as relações da produção” (MARX, 2008: 171).

30 “O dinheiro, ao evoluir, transforma-se em dinheiro universal e o possuidor de mercadorias torna-se cosmopolita. As relações cosmopolitas são, em sua origem, apenas relações entre possuidores de mercadorias. A mercadoria em si e por si é superior a qualquer barreira religiosa, política e linguística. Sua língua universal é o preço e sua comunidade, o dinheiro. Mas, ao mesmo tempo que se desenvolve o dinheiro universal, oposto à moeda nacional, desenvolve-se o cosmopolitismo dos comerciantes, como um dogma da razão prática, opostamente aos preconceitos hereditários, religiosos, nacionais e todos os demais que criam obstáculos à circulação da matéria da humanidade. Assim, o mesmo ouro que chega à Inglaterra sob a forma

Vê-se que as tendências postas pelo modo de produção capitalista são a da reprodução da produção e da circulação de valores-de-troca em progressão cada vez maior e a constituição de um mercado mundial de valores de troca. A grande contradição destas tendências é que elas são, ao mesmo tempo, necessárias (se pensadas sob o prisma da evolução histórica do desenvolvimento das forças produtivas e sociais) e absurdas (se pensadas como formas eternas da produção e das relações sociais, tal qual sentenciam os economistas políticos burgueses, presos que estão a esta forma social). Por isso Marx sentencia: “É tão inepto, portanto, conceber caracteres econômicos burgueses de compradores e de vendedores como formas sociais eternas da individualidade humana, como absurdo é deplorar o fato de que tais formas aniquilem a individualidade” (MARX, 2008: 128).

Podemos observar que sob a pena de Marx não há nenhum apelo moralista em oposição ao individualismo burguês e à reificação das relações sociais no capitalismo; sua crítica pressupõe um trato historicista, que compreende o modo de produção capitalista e todas as suas conseqüências políticas e sociais como transitórios. Isso implica, por exemplo, em criticar o caráter apologético da burguesia em defesa do individualismo (cantado em verso e prosa pelos teóricos burgueses, desde Maquiavel, como um dado da natureza humana), porém, sem refutar a importância histórica do confronto do individualismo burguês com as formas sociais do passado. Estas contradições marcam a teoria política burguesa, assim como a economia política.

A vida cotidiana, com a ordem do capital, já não pode ser analisada somente a partir das particularidades de cada aldeia, cidade ou país. A alienação das relações sociais, sob a mediação do mer-

de águias americanas [notas de 10 dólares] e converte-se em soberanos, três dias depois circula em Paris, sob a forma de luíses [moeda francesa durante o império de Luis Bonaparte], e, ao cabo de algumas semanas, volta a se encontrar, sob a forma de ducados, em Veneza, conservando sempre, porém, o mesmo valor; os possuidores de mercadorias acabam compreendendo que a nacionalidade ‘is but guineas stamp’ [não é mais que um símbolo de dinheiro, de guinéu - inglês]. A ideia sublime, na qual se resolve, para ele, o mundo inteiro, é a de um mercado, um mercado mundial” (MARX, 2008: 192-193).

cado mundial (do dinheiro universal), salta por sobre as fronteiras nacionais, e ganha um rosto que é ao mesmo tempo particular e universal. O *locus* do confronto entre a força expansiva do dinheiro universal (e toda a sorte de relações sociais por ele determinada, seja no campo da cultura, da política ou do modo de viver) com as formas arraigadas nas tradições nacionais e locais é uma das mais importantes arenas criadas pelo avanço e amoldamento da ordem burguesa nos diferentes quadrantes do globo. O peso desta balança, tendencialmente, pende para o lado da reificação das relações sociais a nível global. Mas isso só se dá a partir de um amálgama, onde formas pretéritas e presentes, tradições e novidades se combinam a partir de desenvolvimentos próprios das relações sociais em cada região e período histórico. O *locus*, a arena, é a vida cotidiana, pois nela a heterogeneidade das diferentes esferas da vida social se apresenta de modo unitário e articulado.

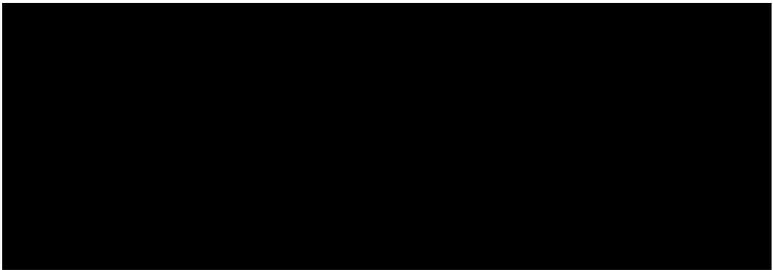
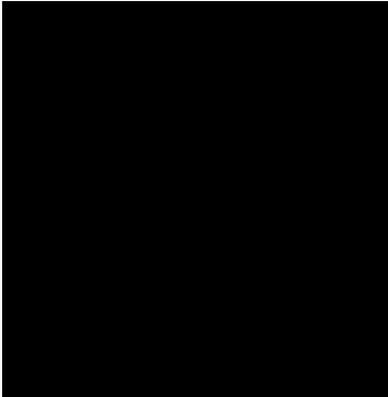
A teoria e o método desenvolvido por Marx para a análise da economia e da vida cotidiana demonstram neste descortinar da totalidade dos aspectos envolvidos sua maior validade. Sua riqueza foi construir uma análise de conjunto da realidade social (e de um processo teórico que se põe em consonância com o movimento real) em permanente mutação. A crítica da economia política só tem sentido se revela as contradições presentes e passíveis de superação da/na própria vida cotidiana de homens e mulheres comuns, pois são eles “de carne e de memória / de osso e esquecimento (...) e aí estão o Chase Bank, / a IT & T, a Bond and Share, / a Wilson, a Hanna, a Anderson Clayton, / e sabe-se lá quantos outros / braços do polvo a nos sugar a vida / e a bolsa...” (GULLAR, 2004: 78-80)³¹.

Referências Bibliográficas

DUAYER, M. “Apresentação” in MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. SP: Boitempo; RJ: EdUFRJ, 2011.

31 Trecho de “Homem Comum”, de Ferreira Gullar.

- GULLAR, F. *Melhores poemas de Ferreira Gullar. Seleção e Apresentação: Alfredo Bosi*. 7ª Ed. SP: Global, 2004.
- KOSIK, K. *A Dialética do Concreto*. Trad. Célia Neves/Alderico Turibio. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. SP: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. SP: Boitempo, 2013.
- MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. RJ: Zahar, 1968.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política (tradução e Introdução de Florestan Fernandes)*. SP: Expressão Popular, 2008.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro III – Volume VI*. RJ: Civilização Brasileira, 2008a.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I – Volume I (28ª edição)*. RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- NETTO, J. P. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. SP: Expressão Popular, 2011.



O Programa de Gotha e a crítica marxiana ao reformismo

José Luiz Alcantara Filho

Introdução³²

Em diversas obras de sua produção intelectual e militante, Karl Marx se voltou contra a ação reformista do movimento proletário, bem como contra a credulidade na possibilidade de se realizar uma revolução social “por dentro” da institucionalidade jurídico-política do Estado capitalista. Ao contrário, as sínteses marxianas apontam para a necessidade histórica de o proletariado revolucionar a forma de organização da vida social capitalista de modo a aniquilar sua estrutura produtiva e toda a superestrutura erigida sobre ela. Para ele, “toda e qualquer revolução dissolve a antiga sociedade; nesse sentido, ela é social. Toda e qualquer revolução derruba o antigo poder; nesse sentido, ela é política” (MARX, [1844] 2010, p. 51).

Já nos escritos de 1844, o autor realizou críticas contundentes contra os assim chamados “jovens hegelianos” que se reivindicavam hegelianos de “esquerda” e cuja crítica central se voltava à religião e ao Estado absolutista prussiano (hoje alemão). Marx, em oposição a esses, identificou inconsistências no método de

32 Este texto é uma adaptação de parte de nossa tese de doutorado, intitulada *Estado e Revolução nos escritos políticos de Karl Marx*, defendida em 2018, no Programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, sob a orientação da Prof^a. Dra. Sara Granemann.

Hegel e não atrelou sua teoria social ao movimento das ideias, mas a calcou nos movimentos concretos da realidade. Dedicou-se aos estudos que resultaram na crítica à visão “positiva” do Estado, isto é, à ideia hegeliana de que ele é o “espírito de um povo”, a objetivação da “vontade racional” da sociedade civil burguesa (Bürgerlichen Gesellschaft) e a de que esta seja o ápice do processo civilizatório (HEGEL, [1817] 1995; MARX, [1843] 2005). Observando atentamente os movimentos do real, Marx percebe que isso não passa de uma abstração, um ideal de Estado refletido em uma síntese mistificadora da realidade no que tange às suas funcionalidades centrais, haja vista que, para ele, o poder político estatal atua, em essência, no sentido de administrar os interesses das classes dominantes e, por conseguinte, de manter a sociabilidade burguesa. (MARX, [1843] 2005; MARX; ENGELS, [1846] 2007; [1848] 2014).

De modo geral, partimos do pressuposto de que essa constatação já havia sido identificada nos escritos do período em que se convencionou denominar Karl pela alcunha de “jovem Marx”. Suas reflexões entre 1842 e 1848 culminaram na seguinte síntese expressa no Manifesto comunista: “o executivo do Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, [1848] 2014, p. 42).

Apesar de a afirmação ter se mostrado correta em sua forma e de Marx não a ter abandonado em nenhum momento de suas análises posteriores, o conteúdo de sua compreensão a respeito do Estado e do reformismo foi se complexificando na medida em que Marx aprofundava suas análises a respeito da dinâmica e das processualidades do sistema capitalista. Mais precisamente, *O Capital* lhe proporcionou o conteúdo necessário para tal e a Comuna de Paris tratou de recheiar a teoria com carne real e histórica (IASI, 2017, p. 152). Configurou-se, portanto, como a primeira experiência proletária bem-sucedida de tomada do poder político associada à práxis revolucionária que visava por abaixo toda a estrutura organizativa capitalista. Isso foi possível por uma conjunção de fatores. Primeiro, em função da longa experiência revolucionária e de luta

de classes acumulada pelo proletariado francês; e, além disso, o fato de a conjuntura política e econômica daquele momento ter propiciado àqueles homens e mulheres denominados “comunardos” o privilégio de fazer história como desejavam. Isso nos leva às considerações que conduzem a outro fator relevante: o de que “uma revolução radical só pode ser a revolução das necessidades reais” (MARX, [1844] 2010, p. 51). Logo, se, por um lado, uma “teoria” que expressa algo que não se pode resolver seja, em essência, uma mera mistificação ideológica e deturpada da realidade, por outro, como diria Lênin: “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”. (LÊNIN, [1902] 1979, p.21).

Contudo, nem a difusão dos escritos de Karl Marx e tampouco a experiência histórica da Comuna de Paris foram suficientes para que correntes ligadas aos movimentos do proletariado se convencessem da necessidade imperativa de uma prática revolucionária associada a uma teoria da práxis, isto é, uma teoria movida pela ação transformadora da realidade. Talvez isso ocorresse, e ainda ocorre, pelo fato de muitos desses militantes e intelectuais não acreditarem na própria revolução. Marx e Engels combateram os pensamentos reformistas e pequeno-burgueses em vida; utilizaram-se das “armas da crítica” (MARX, [1843] 2005) sempre que necessário para elucidar o conteúdo revisionista e conservador que havia em certos posicionamentos ou movimentos proletários aparentemente progressistas e combativos. Foi assim, por exemplo, no período entre 1844 e 1846 quando acertaram contas com os “jovens hegelianos” e Feuerbach; entre 1847 e 1848, quando subverteram as concepções proudhonianas e cartistas presentes no interior da “Liga dos justos”; entre 1848 e 1851, quando o proletariado francês se curvou aos ideais sociais-democratas dos representantes parlamentares da Montanha; e também quando a concepção reformista de Ferdinand Lassale e seus correligionários ganhou força no interior do Partido Operário Social-Democrata fundado pelos comunistas Liebknecht e Bebel.

Diante disso, este trabalho visa analisar a crítica marxiana ao Estado e ao reformismo por meio de um dos últimos escritos

políticos publicados de Marx, a Crítica do programa de Gotha, redigida em 1875. Essa obra representa não somente a crítica ao rebaixamento teórico programático do Partido Operário Socialista da Alemanha, mas também nos possibilita identificar os germes da ascensão do conservadorismo no interior do Partido operário alemão que culminou na concepção revisionista/ reformista de Bernstein e Kautski, em específico, e da Segunda Internacional, em geral.

Crítica ao Estado e ao reformismo contida no Programa de Gotha

O livro *Crítica do Programa de Gotha* é uma análise de Marx a respeito do projeto de unificação de dois partidos socialistas alemães em torno do Partido Social-Democrata Alemão. Para Marx, a plataforma política revolucionária do Partido Operário fundado por Liebknecht, Bracke e Bebel deu espaço às táticas revisionistas da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães (AGTA), liderada por Ferdinand Lassale.

A insatisfação de Marx em relação à fusão foi explicitada numa carta endereçada à Bracke juntamente com os manuscritos de *Crítica do Programa de Gotha*. A seguir, destacamos dois trechos que denotam tal conteúdo:

Cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas. Se, portanto, não se podia – e as circunstâncias do momento não o permitiam – ir além do Programa de Eisenach, então era melhor ter firmado um acordo para a ação contra o inimigo comum. Mas, ao se conceberem programas de princípios (em vez de postergar isso até que tal programa possa ser preparado por uma longa atividade comum), o que se faz é fornecer ao mundo as balizas que servirão para medir o avanço do movimento do partido (MARX, [1875] 2012, p. 20-21).

[...] é também minha obrigação não reconhecer, com um

silêncio diplomático, um programa que, como estou convencido, é absolutamente nefasto e desmoralizador para o partido (MARX, [1875] 2012, p. 20).

Nessas passagens, Marx evidencia que, se não fosse possível avançar na edificação de uma plataforma político-partidária revolucionária, era melhor terem feito parcerias táticas e pontuais de lutas contra os inimigos comuns ao invés de unificarem-se em um só partido com uma plataforma rebaixada. Segundo Löwy (2012, p. 11), há dois aspectos fundamentais da crítica de Marx ao assim chamado Programa de Gotha: a de que “a classe trabalhadora atua por sua libertação, inicialmente nos marcos do Estado Nacional” e a de que todas as outras classes se configuram como “uma só massa de reacionários”.

O primeiro aspecto destacado por Löwy (2012) pode ser retomado nos termos do próprio Marx ([1875] 2012). Ele considerava um retrocesso conceber a luta política sob a estreita ótica nacional. Essa estreiteza já havia sido rechaçada no Manifesto Comunista e amplamente combatida interior dos movimentos proletários por toda a Europa. Para Marx, ainda que a classe se organizasse internamente sob o terreno imediato das lutas locais, não se podia tratar as particularidades como sendo universais. A luta de classes tem um sentido universal, e Marx e Engels ressaltaram o caráter global da luta proletária no Manifesto por meio do bordão: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX, [1848] 2014).

Se no texto de 1848 Marx e Engels criticam frontalmente a noção de Economia nacional de List e demais pensadores nacionalistas alemães, no texto de 1875 Marx ataca a concepção de Lassale com a desconfiança de que este estava arquitetando uma aliança com Bismarck, o que, anos depois, se concretizou. Mais especificamente, Marx ([1875] 2012) acusou Lassale de apresentar a particularidade como sendo universal ou, em suas próprias palavras: “sua luta de classe é nacional, não segundo o conteúdo, mas, como diz o Manifesto Comunista, ‘segundo a forma’” (MARX, [1875] 2012, p. 20-21). A nosso ver isso ocorre, sobretudo, devido a Lassale abstrair-se do fato de que:

[...] os próprios “marcos do atual Estado nacional” do Império alemão, por exemplo, situam-se, economicamente, “nos marcos do mercado mundial” e, politicamente, “nos marcos do sistema dos Estados”. Qualquer comerciante sabe que o comércio alemão é, ao mesmo tempo, comércio exterior, e a grandeza do Sr. Bismarck reside justamente em sua forma de política internacional (MARX, [1875] 2012, p. 35).

Para Marx ([1875] 2012), a consequência dessa interpretação nacionalista de Lassale sintetizada no Programa de Gotha é a particularização da luta de classes e, como desdobramento dessa incompreensão, ele acaba incorrendo em outra. Sendo a luta nacional, o produto originado pelas conquistas nacionais será universalmente compartilhado e usufruído por toda a classe: “O resultado do seu esforço será a fraternização internacional dos povos” (p. 35). Diante dessa inferência, Marx avalia que esse programa se concretiza como uma “profissão de fé internacionalista infinitamente inferior à do Partido do Livre-Câmbio” (p. 36). Trata-se, portanto, de uma argumentação não somente democrático-liberal, mas também, ideológica, conservadora e apassivadora das massas contra o capital, sobretudo por ocultar o caráter universal e histórico da superação da questão social imposta pelo capital.

Quanto à segunda questão destacada por Löwy (2012), Marx ([1875] 2012) faz ressalvas ao sentido panfletário e desistoricizado do posicionamento descrito no Programa de Gotha. Ao afirmar que, diante da classe trabalhadora, “todas as outras classes formam uma só massa reacionária” (p. 89), o programa ignora o papel histórico da burguesia como classe revolucionária. Parece não diferenciar essa classe da aristocracia feudal e, além disso, demonstra desconhecimento histórico com o fato de o proletariado e a burguesia terem sido aliados na concretização da revolução francesa. Marx ([1875] 2012) ainda complementa que não é incomum a pequena-burguesia e o campesinato se alinharem, ainda que momentaneamente, aos anseios do proletariado, a fim de se buscarem transformações políticas e/ou societárias. E, ainda que a pequena-burguesia e o campesinato atuem, em geral, como

classes reacionárias, há de se admitir que estas também estejam subsumidas à lógica do capital e, portanto, são condicionadas às necessidades de acumulação que atendem aos interesses da burguesia e, em certas circunstâncias, são sufocadas a ponto de serem rebaixadas à condição de proletários. Sendo assim, a síntese de que todas as demais classes sejam reacionárias e, por conseguinte, inimigas da classe trabalhadora, denota uma compreensão equivocada ou, no mínimo, reducionista, quanto aos movimentos do real.

Löwy (2012) considera ainda que a contribuição mais importante talvez seja também a mais polêmica do documento. Trata-se da crítica à “credulidade servil no Estado” ou ao “estatismo de inspiração hegeliana de esquerda” (MARX, [1818-1883] 2012, p. 46-158), cuja luta política de transição ao socialismo (ou transição para a transição) se apoia no Estado. Segundo Lassale: “Em primeiro lugar, é tarefa, destinação do Estado, facilitar, assegurar os grandes progressos da civilização humana. Essa é sua função, é com esse objetivo que ele existe. É para isso que ele sempre serviu, que deve sempre servir” (LASSALE apud LÖWY, 2012, p. 158). Ao afirmar categoricamente que a função ou objetivo maior do Estado é de “assegurar os grandes progressos da civilização humana” (p. 158), o autor oculta o caráter de classe do Estado moderno. Diz Marx, em *A guerra civil na França*:

A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem em todo o seu pálido esplendor sempre que os escravos e os párias dessa ordem se rebelam contra seus senhores. Então essa civilização e essa justiça mostram-se como uma indistinta selva e o produtor faz ressaltar esse fato com mais clareza (MARX, [1871] 2011, p. 72).

Parece-nos evidente que essa concepção lassaliana de Estado, a qual Marx ([1875] 2012) denominou socialismo estatal, se aproxima da noção hegeliana de Estado mediador de conflitos, espírito de um povo ou baluarte da vontade racional. Esses escritos de Hegel foram criticados por Marx, sobretudo nas obras publicadas entre 1843 e 1844.

Engels ([1873] 2009), por sua vez, caracterizou as políticas de Estado expressas por governos como o bonapartista e de Bismarck, das quais Lassale parece criticar a forma, mas não a essência, como pseudoconstitucionalismo, pois, por trás do véu aparentemente democrático, se esconde a face ditatorial e autoritária travestida de democracia. Ele atribui ao direito um caráter dúplice cuja face oculta é a manutenção do poder. Embora o direito apareça como neutro, transcendente aos interesses particulares, sua verdadeira essência, ainda que velada, é a de ser usado em favor dos interesses dominantes e/ou da manutenção dos princípios fundamentais que regem o modo de produção vigente (a propriedade, o assalariamento, a ordem social e política sob o domínio capitalista). Ao longo do tempo, a ideologia dominante foi capaz de atribuir uma imagem de justiça e ética ao direito, de modo que essa construção ideológica de representação de boa reputação e imparcialidade formou uma consciência social hegemônica e reificada (ou fetichista) do direito.

Esse processo de alienação e deturpação do sentido real da política e do direito ilude, não somente as classes dominantes, mas toda a sociedade e, consigo, parte atuante dos movimentos proletários. Essa crítica pode ser estendida a todo o pensamento reformista e pequeno-burguês em que Marx e Engels combateram em vida, mas também a acontecimentos posteriores cujo germe havia sido plantado quando se aprovou esse programa em 1875. Talvez, o exemplo mais emblemático da concepção de que a participação nos cargos do Estado seja um meio eficaz de avançar a luta de classes em busca da superação das questões sociais tenha sido a experiência do Partido Social-Democrata Alemão no início do século XX. Os principais interlocutores do partido naquele momento, Kautski e Bernstein, teorizaram sobre a possibilidade de realização de uma política anti-imperialista centrada na disputa institucional pelo poder executivo e na tática das reformas como meio de transição ao socialismo. A história nos mostra que, apesar de o Partido Social-Democrata Alemão ter ascendido ao poder, não houve avanços qualitativos que aproximassem essa

forma de Estado daquela que Marx e Engels descreveram no Manifesto Comunista com o sendo o socialismo nem, tampouco, aproximou-se do que Marx ([1871] 2011) denominara “a forma enfim encontrada” pelos Comunardos de Paris como trânsito a uma sociedade sem classes:

[...] a revolução de 4 de setembro não foi apenas a reinstalação da República porque o lugar do usurpador vagara após sua capitulação em Sedan; ela não conquistou apenas a República das mãos do invasor estrangeiro por meio da resistência prolongada de Paris, mesmo lutando sob a liderança de seus inimigos: essa revolução abriu para si o caminho do coração das classes trabalhadoras. A República deixou de ser um nome de uma coisa do passado. Ela foi impregnada com um novo mundo (MARX, [1871] 2011, p. 123).

Marx e Engels dão provas de que não estão iludidos quanto ao Estado desempenhar, potencialmente, as tarefas necessárias à superação da forma capitalista de produção.

Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina de opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal (ENGELS, [1891] 2011b, p. 197).

A credulidade no Estado é, portanto, um aspecto preso às concepções tipicamente pequeno-burguesas cujas transformações são mediadas pelo Estado e conquistadas por meio da vontade dos governantes e políticos, haja vista que o Estado é neutro. Para Marx e Engels, ao contrário, a ideia que reforça a possibilidade de solução das mazelas sociais por meio da vontade política não se constitui como uma teoria social científica, mas como utopia, cujo objetivo estratégico é, via de regra, posto no horizonte como

algo inatingível, logo, meramente capilarizador de sonhos. Sendo assim, eles redimensionam a centralidade do debate para a base real da produção social da vida. Ao analisar a relação entre trabalho útil, propriedade e sociedade presente no programa, Marx diz:

Primeiro, surgem as pretensões do governo, com tudo que nele está incluído, pois ele é o órgão social para a manutenção da ordem social; em seguida, surgem as pretensões dos diferentes tipos de proprietários privados, pois os diferentes tipos de propriedade privada são os fundamentos da sociedade etc. (MARX, [1875] 2012, p. 25).

Explicita-se, portanto, a função de manutenção da ordem social promovida pelo Estado, bem como a propriedade como fundamento da sociedade capitalista, uma vez que as relações de produção, de maneira geral, estão submetidas à propriedade e, por conseguinte, à acumulação de riquezas por meio da exploração do trabalho alheio. Em seguida, Marx ([1875] 2012) emenda conclusivamente que o partido fundido em Gotha, para além de apresentar-se retoricamente como revolucionário, deveria apresentar um conteúdo efetivamente subversivo e capaz de conduzir o proletariado à supressão do modo de produção capitalista.

Essa é a lei de toda a história até o presente. Portanto, em vez de lançar frases feitas sobre “o trabalho” e “a sociedade”, dever-se-ia demonstrar com precisão de que modo, na atual sociedade capitalista, são finalmente criadas as condições materiais etc. que habilitam e obrigam os trabalhadores a romper essa maldição histórica (MARX, [1875] 2012, p. 25).

Marx também não deixou de problematizar o emprego do termo “distribuição justa” do fruto do trabalho no Programa de Gotha. Eis alguns dos seus questionamentos a respeito:

O que é distribuição “justa”? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é “justa”? E não é ela a única distribuição “justa” tendo como base o atual modo de produção? As

relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas? Os sectários socialistas não têm eles também as mais diferentes concepções de distribuição “justa”? (MARX, [1875] 2012, p. 27).

A partir de tais questionamentos, Marx ([1875] 2012) aponta para um problema recorrente em relação aos movimentos proletários da Europa: trata-se da inversão quanto às determinações sob as quais se sustenta o modo de produção capitalista. Ao evocar as bandeiras da má distribuição das riquezas como elementos decisivos da luta proletária contra a burguesia, o Partido Social-Democrata da Alemanha avalia que a centralidade dos problemas do capital está na forma como são distribuídas as riquezas e não no modo como são produzidas. É possível desatar esse nó em uma passagem de Marx no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos

a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela (MARX, [1859] 2008, p. 47-48).

Se, portanto, “não é a consciência dos homens que determina o ser social” (MARX, [1859] 2008, p. 47), mas o inverso e, sendo o Estado, o direito (ou a política) e a consciência social (ou ideologia) componentes da superestrutura jurídica e política cuja finalidade é garantir a manutenção das relações sociais de produção, então, atacar a má distribuição ao invés de ir ao cerne da exploração de mais-valor é lutar para reformar a política e não para aniquilar o modo de produção capitalista. Marx endossa esse posicionamento em sua *Crítica ao Programa de Gotha* ao advogar: “foi em geral um erro transformar a assim chamada ‘distribuição’ em algo essencial e pôr nela o acento principal” (MARX, [1875] 2012, p. 32).

Marx avança ainda mais na crítica ao reformismo presente no programa ao debruçar-se sobre o termo “igual direito” (MARX, [1875] 2012). Para ele, os pressupostos do termo estão alicerçados sobre o direito de propriedade e tem por base o direito às liberdades individuais e políticas burguesas que, por sua vez, amparam-se numa noção abstrata de igualdade.

Segundo Marx ([1875] 2012, o direito adota um padrão de medida que desconsidera as particularidades entre trabalhadores e, sobretudo, entre as realidades de sujeitos de classes distintas. Marx cita o seguinte exemplo:

Um trabalhador é casado, o outro não; um tem mais filhos do que o outro etc. etc. Pelo mesmo trabalho e, assim, com a mesma participação no fundo social de consumo, um recebe, de fato, mais do que o outro, um é mais rico do que o outro, etc. A fim de evitar todas essas distorções, o direito teria de ser não igual, mas antes desigual (MARX, [1875] 2012, p. 31).

A conclusão que Marx chega a esse respeito é a de que “segundo o seu conteúdo, portanto, ele [o direito] é, como todo direito, um direito da desigualdade” (MARX, [1875] 2012, p. 31). Elucida,

portanto, a perpetuação da desigualdade a partir do direito (ou, nos termos de Marx, direito desigual). A antítese a essa noção que aparece como igual direito, mas constitui-se, em essência, como modo de perpetuar as desigualdades, seria a objetivação de uma consciência social que se centrasse no ideal “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!” (MARX, [1875] 2012, p. 32). Contudo, Marx adverte: “O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade” (p. 31). Dessa afirmação, podemos reforçar a hipótese de que o poder político e o poder do Estado moderno derivam do poder econômico, ou seja, são componentes necessários e dependentes da estrutura social capitalista, de modo que a superação dessa forma social demanda o aniquilamento de toda a superestrutura que erige sobre a base econômica capitalista e, depois, sobre as bases de uma nova sociabilidade, se erigirá outra forma política condizente às bases que o fundamentam nesse processo de transição para uma organização comunitária de trabalhadores livre-associados, uma sociedade sem classes.

De acordo com Marx ([1875] 2012), a superação (supressão) do horizonte jurídico-burguês só seria possível a partir do momento em que: (i) se eliminar a subordinação dos seres sociais à divisão do trabalho; (ii) superar a oposição entre trabalho intelectual e manual; (iii) quando o trabalho deixar de ser um mero meio de vida ou valor de troca e converter-se à “necessidade vital” de primeira ordem e, como desdobramento, as forças produtivas tiverem se coletivizado e avançado a um estágio capaz de fazer as fontes de riqueza “jorrarem em abundância” ([1875] 2012, p. 32). Em linhas gerais, somente em uma fase superior ao modo de produção capitalista, cuja sociedade é constituída por comunidades de trabalhadores livre-associados, tal sociabilidade seria possível.

Parece-nos, contudo, relevante realizar uma breve ponderação. Nos momentos em que Marx e Engels dissertam sobre os programas de transição socialista ou quando se referem à ideia de comuna, não como movimento, mas como uma forma social, uma organização de trabalhadores livre-associados, eles o fazem a

partir de um nível de abstração distinto e mais elevado do que as considerações teóricas e empíricas a respeito do Estado moderno capitalista. Embora sejam poucas as passagens dedicadas a tal debate, é possível encontrar uma boa compreensão do papel do Estado socialista em “A guerra civil na França”, além de em alguns excertos, como o de Engels em uma carta endereçada à Bebel:

Dever-se-ia ter deixado de lado todo esse palavreado sobre o Estado, sobretudo depois da Comuna, que já não era um Estado em sentido próprio. [...] Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra Estado por *Gemeinwesen* [comunidade], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês *commune* [comuna] (ENGELS apud LÖWY, 2012, p. 157-158).

Feitas tais observações, passemos às análises do assim chamado erro estratégico do partido alemão. Segundo Marx, eles equivocaram-se ao centrar a luta política do operariado em pautas reformistas ou limitadas à institucionalidade jurídico-política do Estado.

Demorei-me sobre o “fruto integral do trabalho”, de um lado, e “igual direito”, “a distribuição justa”, de outro, para demonstrar infâmia de querer, de um lado, impor ao nosso partido, como dogmas, noções que tiveram algum sentido numa certa época, mas que hoje se tornaram restolhos fraseológicos ultrapassados, e, de outro lado, deturpar a concepção realista [...] por meio de disparates ideológicos, jurídicos e outros gêneros, tão em voga entre os democratas e os socialistas franceses (MARX, [1875] 2012, p. 32).

Para o autor, essa visão foi herdada do socialismo vulgar (ou francês) e tem origem na economia política que considerava o modo de produção independente da distribuição. Essa concepção foi apropriada de modo a desconsiderar que “a distribuição dos meios de consumo é, em cada época, apenas a consequência da distribuição das próprias condições de produção [sendo esta] uma característica do próprio modo de produção” (MARX, [1875] 2012, p. 32).

No item II do Programa de Gotha, aprofundam-se ainda mais os elementos fundantes da refutação ao horizonte estratégico do partido alemão. Está assim descrito o parágrafo:

Partindo desses princípios, o Partido Operário Alemão ambiciona, por todos os meios legais, alcançar o Estado livre e a sociedade socialista, a supressão [Aufhebung] do sistema salarial juntamente com a lei de bronze do salário e da exploração em todas as suas formas, a eliminação de toda desigualdade social e política. (MARX, [1875] 2012, p.89)

Iniciando-se pelo uso do termo “eliminação de toda a desigualdade social e política” (MARX, [1875] 2012, p. 89), esvazia-se o sentido de classe que deveria ser acentuado no programa. Projeta as mazelas da sociedade novamente para a esfera da má distribuição das riquezas ao invés de destacar o modo de produzi-las como base de toda a desigualdade. Segundo Marx, a fraseologia em destaque deveria ser substituída por “[...] [pois] com a abolição das diferenças de classes, desaparece por si mesma toda a desigualdade social e política delas derivada” (MARX, [1875] 2012, p. 39).

Outro acento do texto de Gotha refere-se à idealização da transformação societal. Uma vez que o partido fundido ambicionava o socialismo e o ‘Estado livre’ por todos os meios legais, é necessário se perguntar de que modo esse partido pretende objetivar a teleologia de revolucionar o modo de produção vigente e superar a questão social da sociedade moderna por todos os meios legais. Isso, de modo algum, é respondido objetivamente no Programa de Gotha e, a nosso ver, nem poderia. Afinal, seria possível um projeto político ser revolucionário se suas propostas estão pautadas apenas em reformas respaldadas juridicamente (ou legalmente)? De acordo com Marx ([1875] 2012b, p. 44):

Até mesmo a democracia vulgar, que vê na república democrática o reino milenar e nem sequer suspeita de que é justamente nessa última forma de Estado da sociedade burguesa que a luta de classes será definitivamente travada, mesmo ela

está muito acima desse tipo de democratismo que se move no interior dos limites do que é autorizado pela polícia e desautorizado pela lógica.

A categorização de Estado livre também não passou despercebida ao crivo de Marx. Para ele, “a liberdade consiste em converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela” (MARX, [1875] 2012, p. 42). Ao invés disso, as proposições expostas nesse programa de fusão dos partidos mostram que “as ideias socialistas não penetram nem sequer a camada mais superficial de sua pele”; ou seja, elas apontam para a construção de uma ideologia apologética a um “Estado autônomo”, livre e dotado de seus próprios fundamentos espirituais e morais (MARX, [1875] 2012, p. 42). A fim de se constituir uma visão de Estado mais apropriada ao pensamento de Marx, conforme sustentado nessa tese, poderíamos parafrasear o termo: ao invés de ‘Estado livre’ dever-se-ia se pensar numa sociedade livre de Estado. Em carta endereçada à Bracke em março de 1875, diz Engels ([1875] 2012, p. 56):

Não sendo o Estado mais do que uma instituição transitória, da qual alguém se serve na luta, na revolução, para submeter violentamente seus adversários, então é puro absurdo falar de um Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda faz uso do Estado, ele o usa não no interesse da liberdade, mas para submeter seus adversários e, a partir do momento em que se pode falar em liberdade, o Estado deixa de existir como tal.

A proposta de disseminação da produção cooperativista com subvenção estatal também contida no Programa nos parece ser mais um atrelamento da luta proletária à ideia de que o Estado seja determinante para a superação da questão social. A produção cooperativa não pode se dar em sua plenitude sem antes se destituir a propriedade privada e, por conseguinte, as classes sociais. Ainda que essa forma de organização possa, isoladamente, interromper o processo de valorização e restituir os meios de produção à força de trabalho, sob as bases capitalistas de produção, essa não é mais

do que um modo não convencional de produzir mercadorias, e também subsumida à lógica fetichista da produção de valor.

Assim, olhando mais de perto, percebe-se que a aparência revolucionária do programa se esvai. A nosso ver o Programa delimita a questão social do capitalismo à má distribuição de riquezas e à gestão indevida dos governantes. Como solução, aponta medidas necessárias para se reformar o sistema e não para superá-lo. Não há, no esboço do Programa de Gotha, nenhuma menção sequer à importância e funcionalidade dos sindicatos nessa luta. Nesse sentido, ao invés de munir os trabalhadores de instrumentos de luta, bem como dar suporte teórico e analítico para os enfrentamentos contra a burguesia, projeta como solução da questão social a efetivação de uma política de Estado que cumpra a vontade geral, tal como propuseram os jovens hegelianos e sociais-democratas franceses. Ao incumbir o Estado de responder exigências como essa, expressa-se ao povo trabalhador “sua plena consciência de que não só não está no poder, como não está maduro para ele!” (MARX, [1875] 2012, p. 40). Seria como dizer que a revolução prescinde das massas e que bastaria votar nos dirigentes socialistas e esperar que, com toda a boa vontade e dedicação, a questão social seria superada rumo ao horizonte socialista por meio de decretos e políticas governamentais.

Retira-se novamente o foco do conflito entre as classes e o projeta totalmente no poder salvador do Estado. Além disso, remete ao mesmo idealismo dos socialistas utópicos já criticados por Marx e Engels no Manifesto Comunista; isto é, alçam o socialismo ao horizonte como decorrência do acúmulo progressivo e harmônico de formas alternativas ou antagônicas ao modo de produção capitalista de se produzir. Sugere ser possível coexistir harmonicamente diferentes modos de produção sob a mesma superestrutura jurídico-política e que a superação seja possível, não por meio de uma ruptura, mas como desdobramento causal de uma contra hegemonia decorrente do desenvolvimento do próprio capitalismo. Marx adverte:

Nosso objeto aqui é uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de suas próprias bases, mas, ao contrário, como ela acaba de sair da sociedade capitalista, portanto trazendo de nascença as marcas econômicas, morais e espirituais herdadas da velha sociedade de cujo ventre ela saiu (MARX, [1875] 2012, p. 31).

De maneira geral, Marx avalia que as propostas expostas no Programa de Gotha “não passam de reivindicações que, quando não são exageros fantasiosos da imaginação, já estão realizadas” ([1875] 2012, p. 31). Esse é o caso das diversas propostas constantes no programa tais como: educação universal, gratuita e igual sob incumbência do Estado; liberdade de ciência; jornada normal de trabalho; proibição do trabalho infantil e uma lei de responsabilidade civil eficaz. Todas essas são políticas que já foram executadas em diversos países e não implicaram, em nada, numa subversão à ordem capitalista; apenas representaram formas de inclusão ou regulamentações institucionais mais ou menos democráticas a depender de como são dispostas legalmente tais políticas. Isso significa, no tempo presente, que a luta política não pode estar limitada às conquistas positivas de direitos sem uma dimensão mais ampla de necessidade de superação da questão social. Não se pode desfigurar a estratégia revolucionária nem transformar as táticas políticas imediatas em estratégias ensimesmadas cujo movimento não vislumbre a superação do modo de produção capitalista. De acordo com Marx em discurso realizado à AIT, sistematizado em *Salário, Preço e Lucro*:

[...] a classe operária não deve exagerar a seus próprios olhos o resultado final destas lutas diárias. Não deve esquecer-se de que luta contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos; que logra conter o movimento descendente, mas não fazê-lo mudar de direção; que aplica paliativos, mas não cura a enfermidade. Não deve, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas inevitáveis lutas de guerrilhas, provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital

ou pelas flutuações do mercado. A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo contidas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do lema conservador de: “Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!”, deverá inscrever na sua bandeira esta divisa revolucionária: “Abolição do sistema de trabalho assalariado!” (MARX, [1894] 1983, p. 184).

Assim, não se trata de negar ou negligenciar o potencial das lutas econômicas por reformas. Em linhas gerais, pode-se dizer que o problema não está na realização de lutas por direitos sociais e melhores condições de trabalho, mas sim em relegá-las a uma forma de resistência ao capital sem submetê-la à necessidade transicional de superação da própria forma, a fim de se constituir uma sociedade sem classes ou, nas palavras de Marx, uma comunidade de trabalhadores livre-associados.

Considerações finais

Como produto geral da obra, Marx expõe conclusivamente o Programa de Gotha como um conteúdo, em diversos aspectos, antagônico à concepção revolucionária do proletariado, em relação ao método e às concepções teóricas desenvolvidas em sua crítica à economia política. Esse programa representa, para ele, um revisionismo em relação à estratégia de luta revolucionária, pois aponta a institucionalidade do Estado como agente central para a superação da questão social e as reformas jurídico-políticas como as formas de regulação das relações sociais de produção. Isso, contudo, condensa interesses não antagônicos ao capital e se contradiz tanto em relação à teoria do Estado marxiana quanto em relação à crítica da economia política de Marx.

Para Marx, os lassalianos difundem uma espécie de socialismo estatal onde este é a panaceia ou remédio para todos os males. “Apesar de toda sua estridência democrática, o programa está totalmente infestado da credulidade servil no Estado que

caracteriza a seita Lassalliana” (MARX, [1875] 2012, p. 46). O citado autor considera que essa mescla de superstição democrática e credulidade servil no Estado é igualmente distinta do socialismo, logo, constitui-se como fetiche, como mistificação ideológica apologética a uma forma política ou Estado ideal. Inverte-se a determinação entre estrutura e superestrutura. São abstraídas as considerações marxianas sobre o método ao lançarem mão de propostas que apontam as mediações políticas e os arranjos institucionais como os principais elementos capitaneadores da solução da questão social. Assim, ao invés de a teoria produzir um efeito contra a ordem, ela remanufatura uma crítica limitada à forma, reproduz uma imagem invertida de mundo, uma forma antitética ou “crítica crítica” não sintetizadora de ruptura, mas de conservação. Dito de modo diverso, esse ideal não tem como devir o aniquilamento da forma social capitalista, ao contrário, apenas reflete uma forma menos ostensiva do capital, um modo mais ameno de se conviver com a mesma questão social, forma essa que só pode ser concebida em termos ideais e sazonais, haja vista que as vitórias da economia política do trabalho sobre a economia política do capital não são perpétuas. Em geral, as concessões realizadas pelo capital, ainda que possam ocorrer em determinadas conjunturas particulares, também se invertem tão logo as relações de forças se alterem em favor dos interesses mais gerais dos representantes capitalistas.

O Estado não deveria ser entendido da forma mais imediata pela qual ele se expressa, isto é, como mediador de conflitos. Tampouco poderia ser projetado idealmente como mantenedor da vontade geral ou como espírito do povo, como o faz ao recorrer insistentemente em dicotomizar Estado ou sociedade atual x sociedade futura (MARX, [1875] 2012), mas sim concebido da forma como ele é: como órgão fundado numa sociedade de classes e, portanto, que racionaliza interesses constituídos sobre essa base real.

Nesse sentido, o Estado não é mais que uma representação da sociedade de classes constituída na forma de monopolizador

da violência, guardião do contrato jurídico-institucional que fundamenta a propriedade privada e a sociedade salarial, bem como uma importante peça na engrenagem do sistema de acumulação de capital. Sobre esta, ressalta-se sua funcionalidade para com o acúmulo de capital, seja por meio das finanças (por exemplo, através de operação ligadas à dívida pública), seja através de políticas fiscais cuja execução abrange políticas públicas que vão desde a concessão de benefícios, políticas de gastos, execução de políticas sociais até investimentos em infraestrutura e indústrias, creditando-o ao patamar de responsável por garantir não a vontade geral do povo, mas de atuar como catalisador das causas contrariantes à lei geral da queda tendencial das taxas de lucro, cunhada em *O Capital*.

As análises de Marx nessa obra de 1875 convergem, portanto, com a síntese amplamente difundida no Manifesto Comunista de que o Estado, embora se manifeste com aparente autonomia frente às classes e, por ora, como uma vontade racional ou espírito de um povo, em sua essência, opera como gestor dos assuntos de interesse da burguesia (MARX; ENGELS, [1848] 2014, p. 42). Por conseguinte, essa formulação diverge frontalmente daqueles partidos e movimentos de origem proletária que vislumbram superar as mazelas do capitalismo, bem como a estrutura social de classes pela via da institucionalidade jurídica, utilizando-a, por meio da participação do Estado, como trincheiras de luta anticapitalista.

Referências

- ENGELS, F. *Para a questão da habitação* [1873]. Obras escolhidas em três tomos. Tradução J. P. Gomes. Lisboa: Editorial “Avante!”, 2009. Disponível em: <http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.
- _____. [1875]. Friedrich Engels a August Bebel. In: MARX, K. *Crítica do Programa de Gotha*. Tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 49–59. (Coleção Marx-Engels).

- HEGEL, G. W. F. [1820]. *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1997.
- LÊNIN, V. I. [1902] *Que Fazer? As Questões Palpantes do Nosso Movimento*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- LÖWY, M. Prefácio à edição brasileira. In: MARX, K. [1818-1883]. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradução, seleção e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 14–18.
- MARX, K. [1843]. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. [1844]. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um Prussiano”. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de Classes na Alemanha*. Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 25–52. (Coleção Marx-Engels).
- _____. [1852]. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Coleção Marx-Engels).
- _____. [1859]. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. [1871]. *A Guerra Civil na França*. Tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).
- _____. [1875]. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradução, seleção e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).
- MARX, K.; ENGELS, F. [1846]. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. [1848]. *Manifesto Comunista*. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2014.

Sobretabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente

Carla Cecília Campos Ferreira

“A utilização de minha força de trabalho e sua espoliação são duas coisas totalmente diferentes”, advertia Marx em *O Capital*, inspirado nas consignas agitadas pelos operários ingleses (MARX, 2017, p. 348). A radicalidade da obra magna de Marx consistiu precisamente em comprovar, na fase de ascensão histórica do capitalismo, o caráter explorador e opressor, alienante, da relação capital mesmo quando fosse respeitado o intercâmbio de equivalentes, quer dizer, quando se remunerasse a força de trabalho em uma órbita próxima ao seu valor – ou até acima dele. Daí a necessidade de ultrapassar os limites do capital mesmo quando a classe trabalhadora logre obter uma remuneração próxima ao valor de sua força de trabalho. E, evidentemente, tanto mais quando essa remuneração estiver abaixo do valor de sua reprodução em condições normais. Nesse pressuposto construído com base na abstração de múltiplas determinações baseia-se o caráter radical e científico do socialismo em Marx.

Evidentemente, porém, Marx não desconhecia que, em níveis de maior determinação, ao capital era facultado prolongar o tempo de trabalho para além do normal a partir da violação do tempo de trabalho necessário até o limite da destruição do valor de uso da mercadoria força de trabalho. Por isso, reconheceu, no

âmbito da formulação sobre a extração de mais-valia a possibilidade de ocorrer a “[...] compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho”, agregando: “nesse caso, o mais-trabalho só seria prolongado se ultrapassasse seus limites normais, seus domínios só seriam expandidos mediante a invasão usurpatória do domínio do tempo de trabalho necessário” (MARX, 2017a, p. 388).

A decisão de Marx por abstrair a realidade de que o capital viola o valor – no âmbito da lei do valor, como dimensão negativa da dialética³³ –, pagando salários abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho ou usurpando suas condições de reprodução histórico-morais, é eminentemente teórico-metodológica. E foi justificada na seguinte passagem: “Apesar do importante papel que [este rebaixamento] desempenha no movimento real do salário, esse método é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral” (idem, p. 388-9).

Tal realidade é distinta de uma suposta não vigência da lei do valor. É somente com a leitura do Livro III que o leitor de Marx vai se deparar com o que Carcanholo aponta como um movimento dialético que integra os três livros e é possível compreender plenamente que “as mercadorias não são vendidas pelos seus valores nem poderiam sê-lo... ainda que o sejam!” (cf. CARCANHOLO, 2017b, p. 15). Isso quer dizer que, no amplo processo de reprodução do capital, há momentos intermediários e em que se verifica uma suspensão temporária ou parcial do intercâmbio de equivalentes. E que esse intercâmbio de equivalentes se repõe apenas como resultado da totalidade do movimento dialético de reprodução do capital, o que implica no não intercâmbio de equivalentes em momentos parciais, onde se expressam, por exemplos, diferenças entre o *quantum* de valor produzido e o *quantum* de valor apropriado por diferentes capitais.

Dada a compreensão desse importante pressuposto e partindo da distinção que Marx estabelece entre utilização e espoliação da força de trabalho, pretendemos analisar no presente ensaio as

33 Sobre a determinação negativa da dialética, conf. DAL PRA (1971).

distinções entre sobretrabalho e trabalho excedente, em *O capital*. Nosso objetivo é refletir sobre a articulação da obra magna de Karl Marx com as formulações sobre superexploração, elaboradas no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD) – ocupada em contribuir com o avanço do marxismo com categorias que apreendem a relação-capital no nível de abstração do mercado mundial, a partir da introdução de determinações que foram abstraídas por Marx ao estudar as leis gerais na esfera do capital social total³⁴. Nessa primeira aproximação ao tema, provocada pela proposta de pensar as expropriações no âmbito da mercadoria força de trabalho, oferecemos algumas conclusões provisórias ao debate, acreditando ser esse o melhor caminho para o avanço do pensamento crítico.

Nesse sentido, procuraremos demonstrar que, em *O capital*, Marx recorre ao conceito de *überarbeit*, *overwork* ou sobretrabalho para designar trabalho excessivo, aquele trabalho que é expropriado ou espoliado; *meharbeit* ou *surplus labor* para referir-se a trabalho excedente como aquela segunda parte do processo de trabalho em que o trabalhador não cria valor para si, mas para outrém, gerando mais-valia (*mehrwert* ou *surplus value*). Isso implica que esses dois conceitos não coincidam e sejam utilizados para descrever fenômenos diversos, embora aproximados e muitas vezes combinados, em *O capital*.

Por outro lado, e dialogando com as formulações da Teoria Marxista da Dependência, particularmente com sua obra fundadora, *Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini, mas também com as contribuições de Jaime Osorio e Mathias Luce, procuraremos demonstrar como a superexploração do trabalho articula, dialeticamente, relações de sobretrabalho e trabalho excedente, resultando em uma contribuição relevante para pensar as expropriações quando se trata de analisar esse fenômeno em uma mercadoria especial: a mercadoria força de trabalho e suas determinações mais concretas no âmbito da divisão internacional do trabalho.

34 Tomando as passagens de Marx sobre o conceito de capital global da sociedade, em *O capital*, Rolsdosky afirma que esse conceito deve ser concebido como uma totalidade, “como uma existência real e distinta dos capitais particulares reais” (ROLSDOSKY, 2001, pps. 55 e 60). Estamos de acordo com Rolsdolky neste particular.

Com isso, pretendemos sustentar que os fundamentos da categoria da superexploração foram lançados por Marx, sem que, porém, tenham resultado na elaboração definitiva dessa categoria. A principal razão para isso é histórica, mas também teórica. A superexploração consiste em um fenômeno mais determinado do que o conceito de sobretrabalho, o qual se faz presente em toda e qualquer sociedade de classes. A superexploração, por sua vez, expressa relações de exploração e expropriação que adquirem forma mais definida e estrutural somente quando o capitalismo alcança a fase dos monopólios e do capital financeiro, no último quarto do século XIX, em formações sociais subordinadas às relações imperialistas. Por isso, embora o sobretrabalho compartilhe o núcleo teórico da superexploração, como violação do fundo de vida ou do fundo de consumo do trabalhador, e compareça nos albores da primeira revolução industrial, e em diversos capítulos de *O capital*, inclusive para designar esse fenômeno em sociedades anteriores ao capitalismo, a superexploração tem uma vigência mais específica como regularidade histórica, nas formações sociais do capitalismo dependente, quando o eixo da acumulação em escala mundial transita para a mais-valia relativa. Isso implica que a superexploração do trabalho se revelou como categoria mediadora das relações imperialismo-dependência, como explicação teoricamente rigorosa para compreender a natureza histórica e teórica dessas relações. A superexploração expressa o fundamento da reprodução das hierarquias no mercado mundial e consiste em uma realidade que não foi objeto da investigação de Marx nos Livros I, II e III de *O capital*. Dessa forma, compreendemos que o ensaio original de Marini consiste em uma contribuição ortodoxa do ponto de vista do método marxiano ao pensamento crítico e que vem sendo aprimorado pelo esforço de aproximações sucessivas de diversos autores.

Antes de avançar sobre a análise dessas relações de exploração e expropriação no âmbito da capacidade de trabalho e da mercadoria força de trabalho, cabe apenas registrar que todo o debate que segue tem por pressuposto a expropriação originária

dos produtores em relação aos meios de produção e, portanto, dos bens necessários à reprodução de sua vida e da coletividade imediata, bem como a necessidade de repor essas condições de expropriação de forma reiterada para que as relações a seguir possam manter sua vigência.

Sobretabalho como lobisomem em *O Capital*

Marx dedicou extensas passagens de *O capital* para a análise do sobretabalho ou trabalho excessivo, expropriado. O sobretabalho comparece na obra como uma categoria trans-histórica a sociedades anteriores ao capitalismo e obedece a lógicas específicas quando observam-se relações de caráter mercantil, ainda que restritas, como assevera nosso autor:

É claro, entretanto, que se numa formação socioeconômica predomina não o valor de troca, mas o valor de uso do produto, o mais-trabalho é limitado por um círculo mais estreito ou mais amplo de necessidades, ao passo que não se origina nenhuma necessidade ilimitada por mais-trabalho do próprio caráter da produção.

O sobretabalho mostra-se tenebrosamente na Antiguidade, por conseguinte, onde se trata de ganhar o valor de troca em sua figura autônoma de dinheiro, na produção de ouro e prata. Trabalho forçado até a morte é aqui a forma oficial de sobretabalho. Basta ler Diodorus Siculus. Entretanto, estas constituem exceções no mundo antigo (MARX, 2017a, p 349-350).

Assim, de modo geral, o sobretabalho expressa relações de usurpação que provocam a violação do fundo de vida do trabalhador em atividades mercantis em geral e no capitalismo em particular. E, quando Marx analisa o Modo de Produção Capitalista, em seus diferentes momentos históricos, o sobretabalho comparece em diversas situações, agora não mais como o caráter excessivo de trabalho usurpado em condições de escassez, *mas como um impulso cego e desmedido do capital mesmo em situação*

de abundância material. Ao refletir sobre os limites da jornada de trabalho, Marx insistiu que a natureza da própria troca não impõe barreira alguma à jornada de trabalho.

No capitalismo, o sobretrabalho (*überarbeit*) é uma forma de extração de um volume maior de *mais-trabalho*, de *mais mais-trabalho*, que corresponde à violação do valor da força de trabalho no âmbito da lei do valor, como horror civilizado. Em *O capital*, Marx recorre à figura do lobisomem para marcar a negatividade dessa relação (MARX, 2017a, p. 337-38)³⁵. Diferentemente da figura do capital como vampiro, símile das relações de exploração por meio do trabalho excedente (*meharbeit*) destinadas a gerar mais-valor absoluto ou relativo, respeitando a troca de equivalentes, com o trabalho morto reavivado pelo trabalho vivo, o lobisomem aparece na cena dramática de *O capital* como símile das relações de espoliação ou expropriação do sobretrabalho (*überarbeit*). Trata-se aqui da redução do trabalhador à condição da própria máquina alimentada por óleo e graxa. Retirado da boca de Martinho Lutero, o lobisomem do sobretrabalho é comparado à usura, como aquele que “tudo rouba, furta e devora” (MARX, 2017, p. 668, nota 34).

É relevante remarcar que esse personagem compareça, em *O capital*, no contexto da revolução industrial na Europa, quando relações de servidão são aprofundadas nos principados do Danúbio, com a corveia assumindo uma forma mais independente e usurpadora de trabalho do que se havia visto antes, ao mesmo tempo em que a América recém-independente politicamente vivia sua particular transição do escravismo para o trabalho assalariado, a partir da independência dos Estados Unidos (MARX, 2017a, p. 310).

Assim que os povos, cuja produção anda se move nas formas inferiores do trabalho escravo e da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da

35 Conf. tb MARX, 2017a, Capítulo XXII, nota 34. A figura do *lobisomem* assombra os capítulos VIII, XXII e XXIV do Livro I, na tradução de Rubens Enderle. Na edição em espanhol, da Fundo de Cultura Económica, o tradutor, Wenceslao Roces, optou pela expressão “hambre canina devoradora” para traduzir esta mesma passagem (MARX, FCE, 1999, p. 207). Na edição inglesa, Ben Fowkes optou por falar em “insatiable appetite” (Penguin Books in association with New Left Review, 1976, p. 375).

venda de seus produtos no exterior, o seu principal interesse, *os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho*. Isso explica porque o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o *sobretrabalho* dos negros, e por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. *O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor*. Algo semelhante ocorreu com a corvéia nos Principados do Danúbio (MARX, 2017a, p. 310. *Grifos da autora*).

Marx apenas insinua as condições de usurpação do tempo de trabalho no nível de abstração do mercado mundial, lançando indícios para as relações de desenvolvimento desigual e de uma divisão internacional do trabalho diversa daquela observada pelas relações coloniais. No capitalismo, o sobretrabalho não coincide com sua forma pregressa. Comparece em diversos ramos da indústria inglesa durante a revolução industrial particularmente no trabalho de mulheres e crianças. Marx aponta, em primeiro lugar, a fabricação de rendas e as olarias. As mulheres, sobretudo as viúvas, e as crianças comparecem como as mais expostas ao sobretrabalho. Ele evidencia, com isso, que as franjas do Exército Industrial de Reserva são as que alimentam essa sede de sobretrabalho com seu sangue, suor e lágrimas (cf. MARX, 2017a, p. 362).

À produção de superpopulação relativa correspondente a redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. Assim, segundo Marx (2017a, p. 711), se os meios de produção, crescendo em volume e eficiência, tornam-se meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é novamente modificada pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda por trabalhadores:

O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte, e vice-versa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual, ao mesmo tempo em que acelera a produção do exército industrial de reserva num grau correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 2017a, p. 711-12).

Analisando as manufaturas de fósforos e o trabalho de ferreiros, costureiras e ferroviários, Marx assevera que mesmo o intelecto burguês entende que “eles só têm sucesso fraudando o público e extraindo 18 horas de seus oficiais por um salário de 12 horas”. “Apropriar-se do trabalho 24 horas por dia é, assim, o impulso imanente da produção capitalista” (MARX, 2017a, p. 324, 329).

Nessa e em diversas outras passagens de *O capital*, Marx está refletindo sobre os albores da revolução industrial, quando a mercadoria força de trabalho passa a se generalizar. O sobretrabalho emerge, portanto, como uma dimensão expropriadora do trabalho humano, como forma de extração de excedentes, em todas as sociedades onde há a apropriação exclusiva de excedentes por uma parcela minoritária da sociedade e como tendência ao trabalho excessivo nas atividades mercantis. Na conformação do modo de produção capitalista, por sua vez, essa relação usurpadora assume nova forma, co-relacionada com a fome exploradora do capital, agudizada por sua própria dinâmica quando da expansão do mercado mundial e como decorrência do exército industrial de reserva.

Um outro momento em que o sobretrabalho tem existência como momento permanente no modo de produção capitalista é aquele das crises, nas quais, mesmo com falências em setores inteiros e desemprego, em vez de arrefecer as possibilidades de usurpação por uma teoricamente menor demanda pelo trabalho, provoca o efeito inverso:

“Ao mesmo tempo”, diz Leonard Horner, “que 122 fábricas em meu distrito encerraram suas atividades, 143 estão paradas e todas as outras trabalham com tempo reduzido, prossegue-se com o sobretrabalho além do tempo legalmente determinado.” “Embora”, diz o sr. Howell, “na maioria das fábricas, em virtude da má conjuntura dos negócios, só se trabalhe meio período, continuo a receber, depois como antes, o mesmo número de queixas de que 1/2 hora ou 3/4 de hora são furtados (snatched) diariamente aos trabalhadores por meio de incursões nos prazos que lhes são legalmente assegurados para as refeições e descanso” (MARX, 2017a, p. 315).

De qualquer forma, o importante a remarcar aqui é a distinção entre sobretrabalho e trabalho excedente no capitalismo. Nisso somos auxiliados por uma nota de rodapé do próprio Marx, na qual ele relata que os trabalhadores de uma fábrica de Manchester trabalhavam sem interrupção para as refeições, “de modo que o trabalho diário de 10 ½ horas está terminado às 4 ½ horas da tarde e tudo o que vem depois é sobretrabalho³⁶. E alerta, em nota:

Isso não se deve compreender como tempo de mais-trabalho, segundo nosso conceito. Esses senhores consideram as 10 ½ horas de trabalho como jornada normal de trabalho, a qual inclui também o mais-trabalho normal. Então começa “o tempo extra”, que é algo mais bem pago. Ver-se-á em uma oportunidade mais adiante que a utilização da força de trabalho durante a chamada jornada normal é paga abaixo do valor, de modo que o “tempo extra” é mera artimanha dos capitalistas para extrair mais “mais-trabalho”, o que continuaria sendo, mesmo se fosse paga plenamente a força de trabalho aplicada durante a “jornada normal de trabalho” (MARX, 2017a, p. 321, nota de rodapé 72, grifos da autora).

Eis aqui, claramente, a ideia de sobretrabalho como “mais mais-trabalho”, quer dizer, trabalho excessivo que usurpa o valor

36 Aqui utilizamos a edição MARX, Karl. O Capital. Volume I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 361. O tradutor Rubens Enderle traduziu, para a edição da Boitempo Editorial, sobretrabalho como “hora-extra” e, então, acrescentou a nota referida “Isso não deve se compreender como tempo de mais-trabalho, segundo nosso conceito...”

de uso da força de trabalho, inclusive quando “fosse paga plenamente a força de trabalho aplicada durante a jornada normal de trabalho” – diversamente, portanto, do tempo de mais-trabalho ou trabalho excedente, calculado sobre a base da troca de equivalentes ou do respeito ao valor da força de trabalho. Um tempo “extra” ou “trabalho extraordinário”³⁷ arrancado do próprio tempo de trabalho socialmente necessário, e mesmo que a força de trabalho fosse paga plenamente pelo seu valor, haveria o desgaste prematuro e a violação do fundo de vida do trabalhador.

Essa condição de violação do fundo de vida do trabalhador, associada ou não à violação de seu fundo de consumo, atingiu um de seus momentos dramáticos no relato da morte da modista Mary Anne Walkley:

“por excesso de horas de trabalho numa oficina superlotada e por dormir num cubículo superestreito e mal ventilado”. Para dar ao médico uma lição de boas maneiras, declarou o Coroner’s Jury: “A vítima morreu de apoplexia, havendo porém razão para temer que sua morte tenha sido apressada por *sobretabalho* numa oficina superlotada etc.” (idem, p. 368-9).

Assim, a leitura atenta de passagens de *O Capital* nos sugere uma distinção entre *sobretabalho* ou trabalho extraordinário (*überarbeit*) e trabalho-excedente (*meharbeit*).

Trabalho excedente e o vampiro em *O Capital*

Como já referido, o trabalho excedente é aquele entregue na parte da jornada de trabalho que está para além do tempo de trabalho socialmente necessário. É aquele tempo no qual é produzida a mais-valia. Marx explicita esse conceito claramente nos capítulos dedicados às questões da extração de *mais-valia absoluta e relativa* e da *taxa e massa de mais-valia*:

37 Na edição de *O Capital* feita pela Nova Cultural, com tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kóte, aparece *sobretabalho* como *trabalho extraordinário*. Conf. MARX, *O Capital*, 1996, Vol. I, Tomo I, p. 372.

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de *tempo de trabalho excedente*, e o trabalho despendido nela: *mais-trabalho* (surplus labour) (MARX, 2017a, p. 331-2, grifos da autora).

É a partir dessa relação, no âmbito da produção, que Marx lança o símile do vampiro para designar a relação entre trabalho vivo e trabalho morto na geração do trabalho-excedente: “O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga” (MARX, 2017a, p. 307). Com esse símile Marx reforça o fundamento da relação entre mais-valia e os conceitos de capital constante e capital variável.

Posteriormente aos capítulos mencionados, Marx retomará o conceito de trabalho excedente em outros momentos de *O capital*, com destaque para o Capítulo XXIV, Seção V, do Livro III, sobre a alienação da relação-capital na forma de capital portador de juros, apenas para referir-se à capacidade do capital portador de juros – dada a concorrência e as leis tendenciais do modo de produção capitalista– de apropriar-se de todo o trabalho excedente que a humanidade possa fornecer (MARX, 2017b, p. 297).

Assim, em *O capital*, o trabalho excedente (*meharbeit*) equivale a trabalho criador de mais-valia absoluta e/ou relativa com base na ampliação do tempo de trabalho excedente, respeitando o valor da força de trabalho. Sob essa forma, é uma categoria própria do modo de produção capitalista.

Superexploração do trabalho no capitalismo dependente

A superexploração, tal como a compreendemos, no âmbito da TMD, consiste na violação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador mediante a usurpação de parcela da

primeira parte da jornada de trabalho, aquela destinada à reprodução da força de trabalho. Quer dizer, aquela parte da jornada correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção e reprodução da força de trabalho em condições normais, histórico-morais dadas.

Isto implica que a superexploração do trabalho pode ser explicada como uma forma de violação do valor da força de trabalho (o que, evidentemente, como já foi referido, não significa uma negação da lei do valor, mas o contrário, sua confirmação dialética). Equivale, portanto, a um trabalho simultaneamente explorado e expropriado, um trabalho não-pago diverso daquele do tempo de trabalho excedente que não é pago. A superexploração corresponde a um tempo de trabalho socialmente necessário que não é pago, usurpado do trabalhador. A expropriação do valor se verifica mediante diferentes formas, as quais correspondem aos mecanismos de superexploração do trabalho pelo capital:

(i) o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; (ii) o prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; (iii) o aumento da intensidade além dos limites normais [...] e uma quarta forma, que na verdade é um desdobramento da primeira, que se expressa quando se exerce um hiato entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração praticada. Em todas elas, o capital ou se apropria do fundo de consumo do trabalhador, deslocando para o fundo de acumulação; ou arrebatava anos futuros do trabalhador, apropriando-se de seu fundo de vida, o qual também é violado para alimentar a sanha da acumulação (LUCE, 2018, p. 178).

Não nos deteremos aqui à análise de cada uma das expressões da superexploração³⁸. Mais fundamental aos nossos objetivos é delimitar o escopo e a articulação geral da categoria. Nesse sentido, dois aspectos são relevantes. Porém, antes de apresentá-los, cabe uma ressalva. Marx, em *O capital*, quando analisa as formas de exploração, no Livro I, quer dizer as formas de extração de mais-

38 As formas da superexploração foram detalhadas por LUCE, 2018.

valia, está operando seu esforço de apreensão das determinações concretas no âmbito do capital individual. Portanto, estão abstraídos a concorrência, o comércio exterior, as diferentes classes e frações que não sejam a burguesia e o proletariado, o crédito, o mercado mundial, as crises, enfim.

Dito isso, para pensar a dialética das relações de dependência, é necessário incorporar na análise determinações que foram abstraídas por Marx. Quer dizer: comércio e mercado mundial (e a concorrência nesse nível de abstração); classes e frações de classe (grande, média e pequena burguesia, por exemplo); distintas composições orgânicas nacionais, diferentes níveis de produtividades e intensidade nacional do trabalho³⁹, a taxa de mais-valia (e suas modificações) no mercado mundial; as especializações produtivas em valores de uso específicos pela divisão internacional do trabalho (bens de capital, bens de consumo necessários e suntuários), entre outras. São necessárias, ainda, as categorias de preço de custo, taxa média de lucro e preço de produção e seu corolário: a mais-valia extra ou extraordinária. Nesse nível de abstração, as leis tendenciais gerais do capital sofrem modificações que, antes de negar a lei do valor, complexificam-na e a confirmam plenamente. Somente cumprindo adequadamente essa operação metodológica é possível avançar firmemente sobre a dialética da dependência.

Dito isso, e perseguindo nosso objetivo de apenas situar aqui o escopo geral da categoria superexploração do trabalho, em primeiro lugar, é importante salientar que a superexploração adquire historicamente um caráter regular, estruturando o capitalismo dependente como lei tendencial própria às formações sociais subordinadas ao imperialismo. Sua recorrência se articula com o imperativo das *transferências de valor* das formações sociais dependentes aos centros dinâmicos da economia mundial. Ou seja, formações sociais que, no âmbito das trocas no mercado mundial, se apropriam de uma massa de mais-valia inferior àquela que sua classe trabalhadora produziu⁴⁰.

39 Que é distinta do conceito de *intensidade* como medida do trabalho.

40 A categoria *transferência de valor*, tal como pensada por Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência*, recebeu um aporte de Reinaldo Carcanholo em *Las transferencias*

Em segundo lugar, a superexploração, uma categoria que emana da esfera da produção, repercute sobre todo o ciclo do capital nas formações dependentes. Desde o ponto de vista da circulação de mercadorias, a América Latina se vincula ao mercado mundial atendendo a demandas dos centros industriais mais dinâmicos. Isso provoca *cisões no ciclo do capital* nas economias dependentes, quer dizer, fissuras difíceis de conciliar no percurso entre as fases da produção, distribuição e apropriação. Inicialmente, ocorre uma cisão entre esferas do mercado interno e do mercado externo, decorrente do que Marini (1973; 2012) chamou de economia exportadora⁴¹. Quer dizer, um divórcio nas relações produção e consumo no âmbito da formação social uma vez que, em um momento inicial do processo de industrialização, o trabalhador não cumpriu uma função decisiva na realização das mercadorias aqui produzidas. No capitalismo dependente, o eixo dinâmico da acumulação dependeu da exportação de mercadorias. Isso implica em um processo histórico que provoca um esgarçamento do ciclo do capital nas formações dependentes que reforça e repõe constantemente as condições para a reprodução da superexploração.

Em seguida, com a industrialização da América Latina e uma maior participação dos salários no consumo, ocorre uma segunda cisão. Agora entre esfera alta e esfera baixa da circulação. Se, nas economias centrais, existe uma tendência de conversão, mediante um certo tempo, dos bens suntuários em necessários (dinâmica que é consequência das transformações nas condições de produção), nas economias dependentes esse tempo de existência

de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica. Tese de Doutorado. Cidade do México: Universidad Autónoma de México. Facultad de Economía, 1981. E também com Luce (2018) sistematizada em seu estudo sobre *transferência de valor enquanto intercâmbio desigual*.

41 Sobre as transformações históricas na estrutura produtiva latino-americana desde fins do século XIX, com o padrão agro-mineiro exportador, até o início do século XXI, com o atual padrão exportador de especialização produtiva, ver OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. E, do mesmo autor, América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. Em: FERREIRA, Carla, LUCE, Mathias e OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital. Contribuições da Teoria Marxista da Dependência. Boitempo Editorial. São Paulo, 2012. Mais detidamente sobre o processo de industrialização, a constituição do Estado e das classes na América Latina, ver também BAMBIRRA, Vania. Capitalismo dependente latino-americano. Florianópolis: Insular, 2012.

suntuária dos produtos é alargado ou alguns desses bens sequer chegam a transitar para compor a cesta de consumo da classe trabalhadora⁴². A esse processo Marini (1973) denominou segunda cisão nas fases do ciclo do capital ou divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas⁴³.

Assim, *sob o imperativo da obtenção da mais-valia extra no mercado mundial*, as transferências de valor e as cisões nas fases do ciclo do capital nas formações dependentes consistem em duas relações que contribuem para que a superexploração se verifique como um fenômeno regular, tal qual uma lei tendencial, do capitalismo dependente. É como expressão deste conjunto de relações que a superexploração do trabalho constitui-se como contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e taxa de lucro nos países industriais, implicando para ela mesmos efeitos rigorosamente opostos (MARINI, 1973)⁴⁴. A superexploração cumpre também função contra-arrestante à lei da queda tendencial da taxa de lucro, operando ao mesmo tempo um aumento do grau de exploração do trabalho e uma compressão do salário abaixo do seu valor – entre outros elementos que as economias latino-americanas oferecem no mesmo sentido para contra-arrestar essa lei. Tal articulação começa a expressar-se em seguida ao momento histórico no qual as formações sociais latino-americanas passam a ser formalmente independentes, porém, logo em seguida, realmente subordinadas ao imperialismo.

42 LUCE (2018) desenvolveu o indicador da segunda cisão com o estudo sobre o *tempo de existência suntuária das mercadorias*. Complementarmente ao estudo do ciclo, recomendo, ainda o artigo *Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital*, de Ruy Mauro Marini (1979).

43 LUCE (2018) desenvolveu as bases da terceira cisão no ciclo do capital nas formações dependentes, na fase da mundialização do capital.

44 Esta conclusão, para os autores fundadores da Teoria Marxista da Dependência, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos, não implica em compartilhar teses estagnacionistas. Ao contrário, significa que o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial imprime uma lógica desigual. Ainda, sobre as diferenças de comportamento da relação entre *taxa de mais-valia e produtividade do trabalho* nas economias centrais e dependentes, ver artigo de Glória Martínez González *Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, n. 4, p. 105-121, junho 1999.

Superexploração e a dialética da mercadoria força de trabalho

Dados os fundamentos históricos e teóricos da superexploração do trabalho, um problema relevante e que pode nos auxiliar na compreensão da categoria consiste em mover-nos para o interior da dialética valor x valor de uso da mercadoria força de trabalho. Esse é um procedimento metodológico válido desde que não se perca de vista o escopo mais determinado da categoria tal como expresso acima.

Aqui intervém a complexidade dialética do fenômeno. *No capitalismo, a violação do valor se dá por meio da violação do valor de uso da mercadoria força de trabalho*, quer dizer, mediante a usurpação do tempo de trabalho socialmente necessário, diário ou total. O tempo de trabalho socialmente necessário corresponde àqueles bens e condições sociais de vida que permitem ao trabalhador ou trabalhadora reproduzir a si mesmo e a sua família em condições normais (MARX, 2017a, p. 279 *et seq.*). Quando essas condições de reprodução normais são violadas, estamos diante da superexploração como uma forma diversa de exploração daquelas que estão baseadas na ampliação do tempo de trabalho excedente com base no respeito ao valor da força de trabalho, referente às formas da mais-valia absoluta e relativa, e mesmo extraordinária, tal como tratada por Marx no Livro III, para referir-se às transferências interempresas do mesmo ramo e intersetorias de valor⁴⁵. Evidentemente que a superexploração e as formas de mais-valia se entrecruzam. Mas, sem se confundirem. Vejamos as aproximações e distinções entre elas, fonte de inúmeras confusões teóricas.

Se a mais-valia absoluta se obtém por meio da extensão da jornada ou intensificação do trabalho (como mecanismo de extensão da mesma no mesmo tempo, fechando os poros da jornada de trabalho), a superexploração só se verifica na medida em que esta extensão e intensificação se dêem de forma regular ou exa-

45 Daí o conceito de *transferência de valor como intercâmbio desigual* constituir-se como uma forma de transferência de valor mais determinada do que as analisadas por Marx em *O capital*. Sobre essa distinção, conferir Luce (2018).

cerbada de modo a violar as condições de reprodução da força de trabalho. Quer dizer, violando o seu valor de uso, provocando o seu desgaste para além do normal ou esgotamento prematuro mediante consumo usurpador de sua vitalidade físico-psíquica, em processos que provoquem exaustão recorrente, adoecimento ou invalidez pela atividade do trabalho – encurtando sua jornada total, para compensar transferências de valor. Nessas situações, estamos diante da superexploração como expropriação do fundo de vida do trabalhador. Essa expropriação pode ocorrer com uma remuneração da força de trabalho por seu valor, abaixo do seu valor (e, nesse caso, adicionalmente, também viola o seu fundo de consumo) ou mesmo acima do valor, no caso de trabalhadores bem pagos⁴⁶ (o que é diferente de “trabalhadores” em funções de controle, quer dizer, assalariados que são personificações do capital).

De outra parte, se a mais-valia relativa se obtém ampliando o tempo de trabalho excedente sobre a base da desvalorização do valor, a superexploração, diversamente, consiste em uma ampliação do trabalho excedente baseado na violação do valor (inscrita no interior da lei do valor como seu momento negativo predominante). Quer dizer, a mais-valia relativa se assenta sobre o barateamento dos bens de consumo necessários (elevando a produtividade do trabalho, seja mediante a intensificação e/ou por meio da elevação da capacidade produtiva com economia de força de trabalho no setor IIa ou no setor I que produz para IIa). A superexploração, por sua vez, implica em uma usurpação do valor da força de trabalho mediante apropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo fundo de acumulação do capital, o que repercute também sobre seu fundo de vida, na medida em que não obtém os bens necessários para a sua reprodução normal e de sua família em condições histórico-morais normais, de forma recorrente, estrutural, não apenas em tempos de crise.

46 Sobre superexploração com salários próximos ao valor da força de trabalho conferir a tese de Nilson Araújo de Souza (1980) sobre os metalúrgicos do ABC paulista durante o chamado “milagre brasileiro”, quando a elevação da produtividade no setor automobilístico se verificou sem maiores inovações tecnológicas, mas fundamentalmente sobre a base da intensificação do trabalho.

A superexploração é, nesse sentido, uma exploração redobrada⁴⁷ produzida como resultado da busca pela compensação das transferências de valor como intercâmbio desigual, no âmbito do mercado mundial. Ela é produzida não somente como uma forma genérica de expropriação ou acidental, em momentos de crise, em qualquer formação social capitalista, como é o sobretrabalho em geral, mas como forma determinada que encerra uma dialética exploração-expropriação da mercadoria força de trabalho que adquiriu caráter estrutural e estruturante nas formações sociais subordinadas ao imperialismo e suas práticas usurpadoras. A superexploração é, nesse sentido, um dos fundamentos materiais do imperialismo, como alavanca das relações desiguais que caracterizam a divisão internacional do trabalho. É também uma categoria necessária, embora não suficiente, para pensar as formações econômico-sociais do capitalismo dependente, cuja compreensão mais completa deve incorporar também novas as relações de poder e opressão.

Como expropriação do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador, Marx denunciou a protoforma genérica da superexploração falando em sobretrabalho. O sobretrabalho é uma tendência ao trabalho excessivo, uma forma de expropriação do trabalho comum às relações mercantis. No modo de produção capitalista, esta relação de expropriação se subordina à própria lógica da exploração. No capitalismo dependente, o sobretrabalho converte-se em relação estrutural como compensação às transferências de valor como intercâmbio desigual, um imperativo para a acumulação dependente, e se articula com cisões nas fases do ciclo do capital. Como fenômeno estrutural e mais determinado, distinta do trabalho excessivo em geral, é denominada por Marini como superexploração. Assim, toda a superexploração é uma forma de sobretrabalho. Mas nem todo sobretrabalho é superexploração.

Atualmente, discute-se a possibilidade de uma generalização da superexploração (SOTELO VALENCIA, 2016; MARTINS, 2011, p. 303), tema que não há espaço para aprofundar no âm-

47 A expressão é de OSORIO, 2009.

bito desta reflexão. De qualquer forma, se, sob a crise estrutural sugerida por István Mészáros, o trabalho excessivo dá sinais de generalização em escala mundial, a luz de uma tendência à equalização para baixo da taxa de exploração (MÉSZÁROS, 2002)⁴⁸, somente uma investigação comparada de crítica da economia política que acompanhe esse fenômeno ao longo dos próximos anos poderá responder. A incidência do sobretrabalho, como se vê na atualidade, em momentos de crise capitalista já havia sido indicada por Marx em *O capital*. Porém, as transformações nas relações imperialistas ocorridas nas últimas décadas são de tal magnitude e profundidade que não é possível descartar de pleno uma mudança substantiva na forma em que estas se estruturam, em particular frente a ampliação do fenômeno das migrações. Tais transformações nos desafiam a pensar suas implicações sobre as relações de superexploração.

A superexploração é uma categoria que contribui para enriquecer o debate sobre as expropriações ao conferir maior determinação à compreensão das formas de usurpação desta que é a mercadoria fundamental para a reprodução do capital. E, se Marx localizou a luta de classes justamente na disputa pelo tempo de trabalho, nucleando nessa questão o fundamento da emancipação humana, certamente não é irrelevante apreender aspectos cada vez mais determinados do real no que tange a essa questão. Afinal, somente com a compreensão precisa do real é possível construir estratégias que permitam à classe trabalhadora e a todas e todos os oprimidos melhores condições de lutar pela apropriação do tempo livre, base da concepção de libertação em Marx.

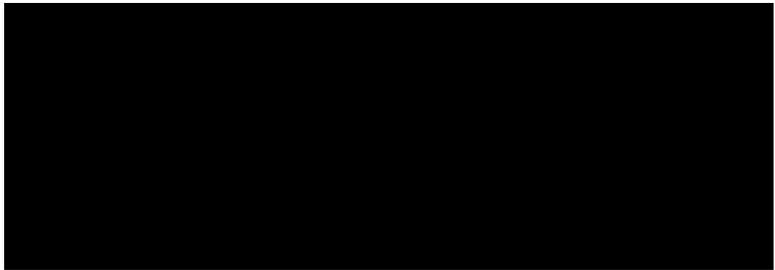
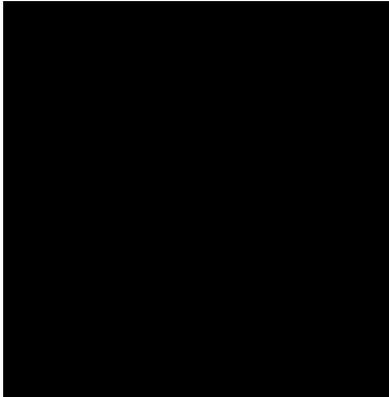
Referências

CARCANHOLO, M. Apresentação. In: MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017b.

48 Mészáros apontou uma tendência ao *Nivelamento por baixo do índice de exploração* ou *tendência ao nivelamento ao índice diferencial de exploração* (*downwards equalization*).

- CARCANHOLO, R. *Las transferencias de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica*. Tese de Doutorado. Cidade do México: Universidad Autónoma de México. Facultad de Economía, 1981.
- FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- LUCE, M. S. *Teoria Marxista da Dependência, problemas e categorias: uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÉDILE, J. P. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].
- _____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. *Plusvalia extraordinaria y reproducción del capital*. Cuadernos Políticos, 20. México: Ediciones Era, abril-junio 1979. Pp. 18-39. Disponível em: <www.marini-escritos.unam.mx> Acesso em: 22 de abril de 2018.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, p. 303.
- MARX, K. *O Capital*. Livro I. Boitempo Editorial, São Paulo, 2017a.
- _____. *O Capital*. Livro II. Boitempo Editorial, São Paulo, 2014.
- _____. *O Capital*. Livro III. Boitempo Editorial, São Paulo, 2017b.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Boitempo Editorial. São Paulo, 2002.
- NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F.; SOBRAL, F. Exploração e superexploração da força de trabalho em Marx e Marini. In: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e Dependência*. Cátedra Ruy Mauro Marini. São Paulo: Ipea, 2013.

- OSORIO, J. Explotación redoblada y actualidad de la revolución. México: Universidad Autónoma Metropolitana y Editorial Itaca, 2009.
- _____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- _____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. *Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- SOTELO-VALENCIA, Adrián. Hipótese a respeito da extensão da superexploração do trabalho no capitalismo avançado desde a perspectiva da teoria marxista da dependência. São Paulo: Cadernos Cemarx, nº 9, 2016.
- SOUZA, Nilson Araújo. Crisis y lucha de clases no Brasil – 1974/1979. Tese de Doutorado. Cidade do México: UNAM – Facultad Nacional de Economía, 1980. Orientador: Ruy Mauro Marini.



Trabalho, valores e alienação: György Lukács e a raiz concreta das desumanidades

César Maranhão

Entre os pensadores atuais, György Lukács é referência indispensável para a reafirmação da atualidade do marxismo e sua contribuição para a análise da realidade atual. Sua obra de maturidade *Para uma Ontologia do Ser Social* representa o ponto culminante de uma vida dedicada a enfrentar os problemas fundamentais para um resgate rico e fecundo da teoria social de Marx. Seu caminho nunca deixou de representar também idas e vindas, afirmações e negações, críticas e autocríticas em um dedicado e intenso trabalho intelectual. Nossa contribuição neste breve texto limita-se a apresentar de forma geral e introdutória as principais elaborações teóricas do marxista húngaro sobre os processos de alienação (*Entfremdung*) e suas intrincadas relações com a gênese e o desenvolvimento dos processos valorativos na última grande obra teórica do autor. Para perseguir esse objetivo, realizamos uma análise do texto lukacsiano, cotejando-o com os apontamentos críticos de pesquisadores experientes como Sérgio Lessa e Norma Alcântara. Porém, vale ressaltar que a complexidade do texto de *Para uma Ontologia do Ser Social*, somada ao caráter inacabado e pouco sistemático dos últimos escritos de Lukács, faz dos objetivos aqui traçados um empreendimento difícil e arriscado, que não está isento de imprecisões e deslizes categoriais. Penso que em uma

época na qual os valores dominantes da sociedade se tornam cada vez mais atrelados a processos desumanizadores o estudo sobre a gênese e o desenvolvimento dos processos alienantes são de suma importância. Porém, fica a advertência ao leitor de que o breve texto que tem em mãos limita-se a uma aproximação teórica com o intento de divulgação das últimas análises de Lukács sobre a importância do trabalho para a gênese dos processos valorativos e suas mediações com os fenômenos que compõem as diversas formas de alienação.⁴⁹

Os fundamentos histórico-concretos da alienação no último Lukács

Na sua obra *Para uma Ontologia do Ser Social*, Lukács inicia o capítulo final sobre a Alienação (*Entfremdung*) demonstrando os traços ontológicos gerais dessa categoria teórica sempre entendida enquanto forma de ser, determinação da existência concreta. Ao desenvolver sua análise sobre esse complexo social, Lukács pretende superar tanto as análises do *marxismo vulgar*, que compreendeu as alienações como simples derivações mecânicas da esfera econômica, como também as posturas idealistas e gnosiológicas que entendem tais fenômenos como pertencentes à esfera exclusiva da subjetividade e do conhecimento humano. Por isso, a primeira preocupação que devemos ter é delinear com clareza o lugar dos fenômenos da alienação no complexo de complexos que constitui o ser social no seu devir histórico-concreto.

Lukács adverte que o fenômeno da alienação e os vários processos de desumanidade que gera só podem ser entendidos concretamente se levarmos em consideração que a sua constituição não tem nada a ver com uma condição humana em geral e tanto menos possui uma universalidade cósmica. Pelo contrário, trata-se de “[...] um fenômeno exclusivamente histórico-social, que se apresenta em determinada altura do desenvolvimento existente, a

49 Para uma análise pormenorizada e profunda sobre a categoria da alienação no Lukács maduro, sugiro o livro de Norma Alcântara *Lukács: Ontologia e Alienação* (2014), publicado pelo Instituto Lukács. Aquisições através do e-mail: distribuicaoinstlukacs@gmail.com.

partir desse momento, assume na história formas sempre diferentes, cada vez mais claras” (LUKÁCS, 1981, p. 1). Nessa citação, o autor já se distancia de qualquer compreensão teórica que, como Hegel, tente universalizar o problema da alienação como parte constituinte e constituidora da condição humana, retirando-lhe o vínculo ontológico com o desenvolvimento histórico-concreto.

Na sua alternativa de análise, as alienações são historicamente determinadas por diferentes formações sociais e correspondem às barreiras geradas pelos próprios homens à plena explicitação do gênero humano e dos indivíduos singulares. Nas suas palavras, o filósofo húngaro resume assim o fenômeno:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar, etc. a personalidade do homem (LUKÁCS, 1981, p. 02).

Dessa forma, o desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pelo trabalho ao desenvolver continuamente as capacidades humanas, não produz na mesma medida e intensidade o desenvolvimento das personalidades humanas. Pelo contrário, a história concreta nos mostra que, ao potencializar as capacidades singulares, o desenvolvimento das forças produtivas pode desfigurar, aviltar a personalidade dos homens, gerando o campo propício para o desenvolvimento das alienações. Lukács sublinha que de certa forma o próprio Marx, nas *Teorias sobre a mais-valia*, por ocasião de uma defesa de David Ricardo contra os anticapitalistas românticos, como Sismondi, chamou a atenção para esse movimento contraditório da história humana.

A produção pela produção não quer dizer outra coisa senão o desenvolvimento das forças produtivas humanas, portanto,

*desenvolvimento da riqueza da natureza humana como fim em si. [...] Não se compreende que este desenvolvimento das capacidades da espécie *homem*, ainda que se realize primeiramente às custas do maior número de indivíduos humanos e de todas as classes humanas, parta, enfim, deste antagonismo e coincida com o desenvolvimento do indivíduo singular, que, portanto, o mais alto desenvolvimento da individualidade seja obtido somente através de um processo histórico no qual os indivíduos são sacrificados* (MARX apud LUKÁCS, 1981, p. 2).

O que importa sublinhar aqui é que, na esteira da análise lukacsiana sobre os fenômenos da alienação, encontramos a antítese de fundo entre o desenvolvimento das capacidades produtivas (sociabilidade) e o desenvolvimento das personalidades humanas (indivíduoação) como base fundamental dos vários modos de a alienação se apresentar na história. Como ressalta Alcântara (2007), entre o desenvolvimento das forças produtivas e a construção de barreiras para o pleno desenvolvimento das personalidades dos homens se expressa a essência histórico-concreta das alienações. Não faltam exemplos históricos que confirmam a tese de Lukács. Basta pensar nas diversas especialidades das atuais formas de gestão do trabalho, cujas refinadas técnicas e cultivadas habilidades de especialista são ao máximo grau destrutivas para a personalidade desses trabalhadores altamente especializados. Marx em *O Capital* mostra que mesmo Adam Smith, um entusiasta da capacidade produtiva da manufatura, reconheceu esse caráter contraditório do desenvolvimento econômico ao afirmar:

Um homem que despende a sua vida na execução de algumas operações simples [...] não tem oportunidade de exercitar sua inteligência [...] Geralmente, ele se torna tão estúpido e ignorante quanto se pode tornar uma criatura humana. A uniformidade de sua vida estacionária corrompe seu ânimo. [...] sua habilidade em seu ofício particular parece adquirida com o sacrifício de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras (SMITH apud MARX, 1998, p. 417).⁵⁰

50 Tal era a consequência degenerativa do desenvolvimento da capacidade

Mas, para entendermos a gênese dessa contradição histórica entre desenvolvimento das capacidades humanas e desenvolvimento das personalidades, torna-se absolutamente necessário nos ocuparmos primeiro dos fundamentos ontológicos últimos que geram tal contradição, expressando os fenômenos das alienações no dinâmico processo de reprodução social. Como o próprio autor ressalta, a totalidade social e sua reprodução é a síntese de atos singulares que têm seu fundamento último no trabalho e na sua contínua relação entre teleologia e causalidade. Dessa forma, antes de adentrarmos na análise específica dos fenômenos da alienação descritos por Lukács no último capítulo de sua “Ontologia”, torna-se essencial expormos a relação fundada pelos atos de trabalho entre objetivação/exteriorização (*Entäusserung*), complexos valorativos e alienação (*Entfremdung*) para só depois tratarmos, ainda que de forma aproximativa, as complicadas relações entre os fenômenos da alienação, os complexos ideológicos e a totalidade sócio-histórica da sociedade capitalista contemporânea.

Trabalho, objetivações e exteriorização

No primeiro capítulo da segunda parte de *Para uma Ontologia do Ser Social*, ao teorizar sobre o ato de trabalho, Lukács faz uma diferenciação analítica entre objetivação (*die Vergegenständlichung*) e exteriorização (*Entäusserung*) que não encontramos, pelo menos claramente no plano terminológico, nas análises de Marx.⁵¹ Sublinhamos que a diferença indicada por Lukács é sobretudo analítica, pois no ato de trabalho ambos os momentos são inseparáveis. Cada movimento e cada reflexão do trabalho são dirigidos, em primeiro lugar, a uma objetivação, ou seja, a uma transformação teleologicamente adequada do objeto do trabalho. Desse mesmo ato de trabalho no qual o pôr teleológico se objetiva

econômica da manufatura sobre a personalidade individual dos trabalhadores que Smith chegou a parcialmente negar suas concepções liberais e a recomendar o ensino popular pelo Estado, ainda que em doses homeopáticas.

51 Apesar de não utilizar de dois momentos distintos para analisar o ato de trabalho, como fez Lukács, Marx descreveu com precisão essa duplicidade de facetas do trabalho, fixando a existência das duas facetas nos atos de trabalho que são contudo unitários.

criando causalidades postas surge uma novidade ontológica: nesse mesmo processo de objetivação acontece uma ação de retorno do ente objetivado sobre seu criador. É precisamente essa ação de retorno do ser objetivado sobre o seu criador que Lukács denominou exteriorização (*Entäusserung*).

Apesar de no ato de trabalho ser impossível separar os dois momentos (objetivação/exteriorização), na análise de Lukács tal diferenciação se mostra de grande importância. Principalmente pelo fato de que os mesmos atos do trabalho podem e, aliás, sob o domínio de um determinado modo de trabalhar, devem provocar sobre o próprio sujeito ações de retorno socialmente divergentes. E é exatamente daí que vem a outra diferença dos dois momentos (objetivação e exteriorização) apontadas na análise do filósofo húngaro. Diz Lukács (1981, p. 3):

Enquanto a objetivação é imperativa e claramente prescrita pela respectiva divisão do trabalho e, por conseguinte, desenvolve nos homens, por força das coisas, as capacidades a ela necessárias, o efeito de retorno da exteriorização (*Entäusserung*) sobre os sujeitos do trabalho é por princípio diversificado.

Dessa maneira, Lukács deixa claro que, dependendo da totalidade social sob a qual são construídas, as exteriorizações (*Entäusserung*) podem impulsionar nos indivíduos formas de comportamento completamente diferentes e até mesmo contrapostas.

Como podemos perceber, enquanto as objetivações produzem uma média social que constrói mais ou menos capacidades humanas, do ponto de vista da exteriorização, dependendo das tendências sociais gerais, pode haver modos de comportamento individuais diferenciados. A ação de retorno produzida pela exteriorização é sempre diversificada.

O exemplo que Lukács oferece para demonstrar a forma diversificada de atuar das exteriorizações diz respeito à constituição do proletariado enquanto classe-para-si. A própria resistência do proletariado contra o capital nunca envolveu toda a classe. O

conjunto heterogêneo de alternativas individuais no interior do proletariado reúne desde heróis dedicados à luta de classe, passando por aqueles que se submetem calados à exploração cotidiana, e até mesmo pelos fura-graves e dedos-duros mais submissos aos patrões. Um conjunto tão heterogêneo de escolhas individuais que pode ser até representada em termos estatísticos, mas se torna impossível calcular uma média real. Dessa forma, temos no interior da classe proletária uma soma e um reagrupamento sociais de pessoas que pelo mesmo modo de exteriorizar-se individualmente no trabalho reagem no plano individual de maneira muito diversa e frequentemente oposta. Lukács (1981, p. 4) sublinha:

Cada operário reage individualmente de acordo com a maneira como as suas exteriorizações (*Entäusserungen*) retroagem sobre sua personalidade. As decisões alternativas que surgem dela são, no imediato, e antes de tudo, decisões individuais.

Nesse sentido, as exteriorizações são momentos nos quais a ação de retorno da objetivação sobre o sujeito impulsiona um processo de enriquecimento do indivíduo, chamado por Lukács de individuação. Segundo Sérgio Lessa (2012), essa dinâmica já está presente nos processos mais simples de trabalho e se caracteriza pelo fato de, ao constituir o objeto enquanto ontologicamente distinto do sujeito, a objetivação e o produto dela resultante exibem uma autonomia diante do sujeito agente, essa autonomia relativa de um objeto exterior ao indivíduo é o fundamento último das diversificadas ações de retorno da objetivação sobre os indivíduos.

No avançar de sua investigação sobre os processos de reprodução social, Lukács assinala que, com o desenvolvimento da sociabilidade para um maior ou menor sucesso do processo de objetivação, torna-se cada vez mais decisivo o comportamento do sujeito para consigo próprio enquanto sujeito do processo de trabalho. Dessa maneira, para ser bem-sucedido o processo de trabalho exige ser fundamentado em uma extrema objetividade, e por isso, a subjetividade de quem trabalha deve se mover a serviço da produção. Segundo Lessa (2012), tal relação é bastante visível nos processos

de trabalho mais simples que exigem maior ou menor coordenação motora, capacidade de concentração, raciocínio, criatividade, observação, etc., elementos da individualidade que se apresentam como fundamentais para o sucesso de um dado trabalho.

O autodomínio do homem, [...] que surge pela primeira vez no trabalho como efeito necessário do dever-ser, o crescente domínio de sua inteligência sobre suas próprias inclinações biológicas espontâneas, seus hábitos, etc., são regulados e guiados pela objetividade deste processo[a troca orgânica entre homem / natureza] (LUKÁCS, 1981b, p. 32).

As observações acima mostram em que medida para Lukács (1981) a exteriorização é uma consequência espontânea e inevitável que se funda no processo de trabalho. Ao fazer com que determinados comportamentos individuais sejam mais adequados que outros ao sucesso da objetivação (“sob pena de ruína”), é inerente ao trabalho a gênese e o desenvolvimento de um complexo valorativo que tem como centro o comportamento do indivíduo. Inicialmente, tais comportamentos são exigidos levando em consideração a natureza que os cerca, mas pelo impulso irresistível do trabalho para gerar complexos para além de si próprio, passa a desenvolver complexos valorativos que têm como nóculo o comportamento do indivíduo diante dos dilemas, problemas, alternativas e possibilidades que a sociedade em que vive coloca a cada momento histórico (LESSA, 2012).

É nesse processo que, para Lukács (1981), a exteriorização (*Entäußerung*) é um momento ineliminável e decisivo para o devir dos homens impulsionando à constituição de um ser social crescentemente genérico. Mas a tensão apontada pelo nosso filósofo, e que deve ser aqui sublinhada, radica que o mesmo movimento histórico-concreto que constrói um ser social cada vez mais genérico para que se amplie e desenvolva exige o desenvolvimento de personalidades cada vez mais ricas, mediadas e complexas. Por isso, as mediações que permitem, por um lado, o impulso à generalidade humana inerente ao próprio trabalho, por outro

lado se constituem também no fundamento ontológico último do processo de individuação. Definitivamente, o indivíduo humano para Lukács apenas pode ter existência real enquanto ente social. Ou seja, não há indivíduo possível fora da sociedade.

Das afirmações acima podemos concluir que todo ato social, além de ser uma síntese dos atos singulares, é também uma unidade sintética de elementos genéricos e particulares. Na imediatividade do cotidiano, tais elementos genéricos e particulares estão de tal forma imbricados que frequentemente exigem análises apuradas para distinguir um do outro. Segundo Sérgio Lessa (2012), essa inseparabilidade dos elementos genéricos e particulares próprios da vida cotidiana não significa que eles tenham desaparecido enquanto tais, mas pelo contrário, essa característica da práxis cotidiana apenas contribui para o processo de particularização, que faz cada ato humano diferente de outros, mas sempre partícipes da mesma história, na medida em que desdobram uma tensão entre generalidade e particularidade. Tal tensão imediata entre os elementos genéricos e particulares cumpre a função ontológica de *mediação*, que permite, no âmbito da vida cotidiana, que o indivíduo tenha que escolher entre as alternativas mais ou menos genéricas e/ou mais ou menos particulares.

Na convivência cotidiana com as tensões entre os elementos genéricos e particulares que surgem no processo histórico, a reprodução social exige que os indivíduos remetam a si próprios, como suas, as necessidades postas pelo desenvolvimento humano genérico. Esse é o solo em que vão se constituir as necessidades concretas de complexos ideológicos importantes para a reprodução social, como os costumes, o direito, a ética, etc.⁵²

Como vimos, as exteriorizações são momentos de retorno que podem evidenciar respostas que individualmente levem à consideração de valores mais genéricos ou valores mais particulares, colocando cotidianamente os indivíduos diante de alternativas divergentes. Como afirma Lukács,

52 Cabe lembrar que ao influenciar na escolha das alternativas a cada momento postas pelo desenvolvimento social à ação de cada indivíduo, tais complexos ideológicos mediadores desempenham papel fundamental no desenvolvimento de cada individualidade e dessa forma direcionam o devir dos homens para realizações mais (ou menos) genéricas.

Na exteriorização, portanto emerge a contraditoriedade que se oculta no interior de tal indissolúvel unidade entre socialidade e individualidade do homem: a exteriorização, que responde em termos individuais às perguntas suscitadas pela sociedade, pode – abstratamente vistas – conduzir o homem a tornar-se personalidade como também despessoalizá-lo. (LUKÁCS, 1981, pag. 94)

Porém, esse caráter diversificado e contraditório do processo de exteriorização não significa que dele brotem naturalmente processos de alienação (*Entfremdung*) caracterizados por desenvolverem uma ação de retorno que acaba por criar obstáculos socialmente postos à plena explicitação da generalidade humana, reproduzindo as desumanidades socialmente postas. Mas, então, que mediações permitem que as ações de retorno sobre o indivíduo que explicitam a autoconstrução da personalidade e da generalidade humana possam se converter também em seu contrário, numa ação de retorno que reproduz a despessoalização e as desumanidades socialmente postas?

Trabalho, complexos valorativos e alienações

A resposta à questão acima só pode começar a ser elaborada se levarmos em consideração o pressuposto de que as alienações (*Entfremdungs*) surgem e se desenvolvem na reprodução social, ou seja, para além do trabalho enquanto intercâmbio orgânico com a natureza. Por isso, na análise lukacsiana sobre o trabalho enquanto tal encontraremos, primeiramente, apenas alguns momentos nos quais, a partir da reprodução social, as alienações se conectarão ao trabalho e, em segundo lugar, os fundamentos últimos que, embora não se referindo às alienações historicamente determinadas, abrem a possibilidade ontológica de suas efetivações na história da humanidade, para só depois então tratarmos das formas histórico-concretas dos fenômenos da alienação humana.

No capítulo sobre o trabalho de sua ontologia, Lukács conecta o fundamento das alienações em dois momentos: a) o insuperável

caráter de contraditoriedade do devir-humano dos homens e b) os valores e processos valorativos.

Em sua análise, Lukács começa pela questão dos valores. Não por que privilegie uma dimensão eticista ou moralista, como fizeram grandes expoentes da filosofia como Emmanuel Kant, mas pelo fato de as alienações, como todo e qualquer fenômeno objetivo do ser social, apenas poderem se reproduzir tendo por mediação atos singulares teleologicamente postos. E será pela esfera valorativa que as alienações encontrarão a mediação necessária para atuar nas escolhas e alternativas abertas para os indivíduos na cotidianidade.

Ao contrário de Max Weber, para o qual os conflitos inconciliáveis são inelimináveis da vida civilizada, para Lukács os valores só existem na ação efetiva real da história e quando são incorporados às posições teleológicas que adentram os processos de objetivação. Em outras palavras, sem sua inserção na práxis e sem intervir no processo de escolha entre alternativas, parte fundamental de toda posição teleológica, os valores carecem de toda e qualquer existência social efetiva.

Em resumo, para Lukács, o trabalho é a categoria fundante dos valores. Contudo, a realização efetiva dos valores não é determinada pela relação imediata entre práxis/valores, mas no processo de movimento histórico do ser social, ou seja, na esfera da reprodução social. Lembramos que para nosso autor, entre a categoria fundante que é o trabalho e a totalidade social se interpõe uma malha complicada de relações categoriais que compõem a categoria da reprodução social. O desdobramento concreto do ser social em cada momento histórico tem por *locus* não o trabalho em si, mas sim a complexa síntese de atos singulares concretos, que é a reprodução social. Como nos esclarece e resume Lessa (2012, p. 139), “[...] a construção social da particularidade de cada momento histórico é uma função que pertence à essência da categoria da reprodução, e não ao trabalho enquanto tal”.

Sendo assim, com o objetivo de elucidar a gênese dos valores em Lukács, o que agora nos interessa é o papel mediador funda-

mental entre a categoria do trabalho, que funda a possibilidade de alternativas concretas ao ser social e, por isso, também o fundamento ontológico dos valores, e a totalidade social realizada pela reprodução social. A dialética aqui está no fato de que sem trabalho os valores não existem, mas apenas pelo trabalho os valores também não poderiam vir a ser processos valorativos concretos. É essa situação que permite Lessa (2012) explicar que para Lukács: 1) entre o fundamento ontológico dos valores e a gênese de cada um deles há uma diferença fundamental que reflete as distinções e conexões que, no plano do ser, articulam trabalho e reprodução social; e 2) se valores surgem espontaneamente na práxis social, mesmo que não se tenha consciência desse fato, não menos verdadeiro é que a forma dessa atuação e o conteúdo dos valores dependem diretamente da consciência que os homens têm de sua própria história, para sermos breves, do grau de desenvolvimento do ser-para-si do gênero. Sendo assim, haverá uma distinção entre valores e processos valorativos realizada não apenas pelo seu conteúdo formal, mas antes pela relação que eles desdobram com o processo reprodutivo enquanto todo. Para tornar mais clara essa distinção, o que particulariza os complexos valorativos é o fato de as alternativas, inerentes a cada pôr teleológico, apenas poderem vir a ser objetivadas se determinadas, de forma mais ou menos consciente, pelos valores. Contudo, a realização efetiva dos valores é determinada pela malha de possibilidades e alternativas reais abertas aos indivíduos de reagir perante a problematidade do movimento histórico-social.

Para Lukács, então, os valores em sua objetividade histórica são parte orgânica do complexo, contraditório e desigual processo de desenvolvimento social global. Claro que uma análise mais exaustiva de tais ordens de questões, extremamente problemáticas e complexas, só teria lugar no desenvolvimento de uma Ética, mas em sua “Ontologia” o filósofo não deixava de assinalar:

Os valores [...] são objetivos porque são partes motrizes e movidas do desenvolvimento social global. Sua contradito-

riedade, o fato incontestável de que eles frequentemente vêm a se encontrar em oposição declarada com a própria base econômica e também entre si, definitivamente não conduz [...] a uma concepção relativista dos valores [...] Sua existência, que se manifesta sob a forma de um dever-ser social e factualmente obrigatório, à qual é necessariamente implícita sua pluralidade, com uma relação recíproca que vai da heterogeneidade à oposição, é certamente racionalizável apenas *post festum*, mas exatamente nisto se exprime a unitariedade contraditória, a desigual univocidade do processo histórico-social global (LUKÁCS apud LESSA, 2012, p. 141).

Ao explicar esse trecho da obra do filósofo húngaro, Sérgio Lessa (2012) afirma que, tal como ocorre com outras categorias sociais (que nada mais são do que formas de ser, determinações da existência, também no caso dos valores o processo de socialização é desigual e contraditório, e por meio dele, ao longo da história, as formas categoriais meramente existentes, *em-si*, se explicitam socialmente em formas muito mais complexas, mediadas, superiores, que encarnam crescentemente a consciência *para-si* do gênero humano. Em outras palavras, ao longo da história os valores evoluem de um primeiro momento *em-si* a um momento *para-si*, no qual tanto os valores como os problemas surgidos no devir-humano dos homens se elevam à consciência cada vez mais em escala social.

Feita essa breve síntese sobre a gênese ontológica e o desenvolvimento histórico dos valores e dos complexos valorativos, a questão agora é explicitar como se desenvolvem as relações entre os valores e as formas de alienação humana. Já sabemos que tanto os valores como as alienações têm seu *locus* de realização, para além da esfera específica do trabalho, na reprodução social. Para Lukács, é na reprodução social que os valores podem ser portadores das alienações no contraditório processo de desenvolvimento social. A contraditoriedade do desenvolvimento social, além de estar na gênese dos valores, funda a possibilidade do desdobrar, na práxis social, da contradição entre valores mais genéricos e mais particulares.⁵³

53 Cabe ressaltar que essa contradição entre valores genéricos e mais particulares,

De acordo com György Lukács, o progressivo “afastamento das barreiras naturais”⁵⁴ proporcionado pela crescente divisão do trabalho e pelo desenvolvimento das capacidades humanas para o trabalho puseram ao homem, com muita frequência, múltiplas tarefas, fortemente heterogêneas entre si, cuja execução correta requer do indivíduo e, portanto, suscita nele, uma síntese de capacidades heterogêneas e uma gama de possibilidades e alternativas cada vez mais múltiplas e contraditórias. Para o filósofo húngaro, o tornar-se humano do homem, ou seja, a tendência à autenticidade e à generalidade é, como processo global, a mesma coisa do constituir-se do ser social enquanto espécie peculiar de ser.

Nas sociedades primitivas, no estado gregário da humanidade, o homem singular quase não se distingue da mera singularidade que está presente e operante em cada ponto da natureza inorgânica e orgânica. Mas, o salto que transforma o homem de ser natural em ser social desde o início se impõe com intensidade e extensão sempre maiores, na relação do homem singular com os fatos gerais (com a totalidade dos complexos existentes e com as leis que caracterizam esses processos), obviamente em paralelo com o desenvolvimento.⁵⁵ Nas palavras do próprio Lukács:

Porque neste caso, e é um fato que não encontra analogia na natureza, as singularidades (os indivíduos singulares) vão

fundada pela contradição entre desenvolvimento das capacidades humanas ao longo da história e o desenvolvimento das personalidades através de suas escolhas na práxis social cotidiana, já se fazia presente nas formas mais simples de sociabilidade humana, e nas sociedades mais desenvolvidas ocorre sua completa explicitação.

54 Devemos sempre lembrar que, para Lukács (1981, p. 6), “o afastamento – o inevitável afastamento, mas não o desaparecimento – da barreira natural é um produto não apenas do complexo processo de reprodução da sociedade, mas também e sempre da vida individual. As manifestações fundamentais desta, por exemplo, os atos do nutrir-se e do reproduzir-se, podem tornar-se fortemente sociais, com mudanças qualitativas, os motivos da socialização podem ter neles uma função cada vez mais dominante, mas tais atos não podem jamais abandonar totalmente o seu terreno biológico.”

55 É sempre bom afirmar, que na natureza também existe diferença entre as leis do movimento das totalidades e os modos em que se movem as individualidades. Na natureza, porém, essas diferenças são caracterizadas pelas necessidades que apresentam uma recíproca unitariedade (entre indivíduos e totalidade social), sobre a qual os modos específicos de movimentos não influem em quase nada.

sempre criando mais o próprio ambiente, uma vez que o ponto de partida de cada processo social é constituído por uma posição teleológica, por uma decisão alternativa, deve mudar também a essência ontológica da necessidade que opera no plano geral. A necessidade, cuja essência vimos, é sempre constituída pelo nexó “se... então”, opera na natureza com um certo automatismo em relação aos objetos, às relações, aos processos, etc., a cada vez em questão. No ser social a coisa muda no sentido que a necessidade pode apenas provocar decisões alternativas, isto é, segundo a repetida formulação de Marx, ela se apresenta como motivo de decisões “sob pena de ruína”. Esta nova estrutura não decai pelo fato de que as posições teleológicas colocam sempre em movimento séries causais que se movem com uma necessidade análoga àquela dos processos naturais. Com efeito, cada vez que estes nexos causais entram em contato com as atividades humano-sociais, reentra em jogo a decisão alternativa, a necessidade “pena de ruína”, ainda que de novo pondo em movimento sempre “naturais” séries causais (LUKÁCS, 1981, p. 6).

Ora, então temos que em razão da crescente divisão do trabalho seguida dos problemas e alternativas que esta põe ao homem singular, porque “ele é essencialmente um ser que responde”, a mera singularidade do homem singular vai cada vez mais se movendo no sentido do desenvolvimento da personalidade – a partir de suas escolhas ao longo da vida e também neste caso possui também como fundamento uma necessária “pena de ruína” – e termina por alterar também as relações sócio-dinâmicas entre necessidade econômica, entre necessidade sócio-geral e o decurso dos processos de vida cada vez mais individuais.

Temos explicitada a contradição apontada por Lukács. Por um lado, quanto mais a barreira natural se afasta na troca orgânica da sociedade com a natureza, isto é, quanto mais sociais se tornam as próprias categorias econômicas (sem logicamente abandonar seu caráter biológico), tanto mais assume o caráter de um sistema de leis, de um “reino da necessidade” tornando-se

cada vez mais independente da vontade, das aspirações etc., dos homens singulares. Por outro lado, no plano individual, onde as decisões alternativas singulares agem essencialmente sobre a vida dos indivíduos, intervêm também outras complexas conexões e determinações da práxis. Estas, mesmo não agindo de maneira diretamente determinante sobre os momentos necessários no plano econômico-social – os atos dos indivíduos inseridos em tais contextos se apresentam apenas como momentos da singularidade no quadro das leis gerais –, não são, contudo, indiferentes do ponto de vista histórico-social.

Portanto, adverte Lukács, para entender realmente o fenômeno da alienação, sem acréscimos e mascaramentos mitológicos, não se deve jamais perder de vista que a personalidade (ou seja, as escolhas que cada indivíduo realiza ao longo de sua vida), com toda a sua problemática, é uma categoria social. E por ser uma categoria social é que permite a Karl Marx (2015) afirmar que a *educação* (*Bildung*) dos cinco sentidos é obra de toda história universal até agora. A descoberta dessa relação contraditória entre desenvolvimento das capacidades e desenvolvimento das personalidades faz com que nosso filósofo possa desenvolver questões extremamente importantes para captar as determinações concretas das alienações humanas. Seguindo os passos de Lukács, ao contrário do que pensam as religiões e quase todas as filosofias idealistas, o desenvolvimento do homem em direção a uma “generidade autêntica” não é resultado de um simples desenvolvimento das faculdades “superiores” dos homens (o pensamento, a moral, o conhecimento etc.) em prejuízo da inferior sensibilidade humana, mas, ao invés, “exprime-se no complexo total do ser do homem e por isso também – no imediato, aliás: acima de tudo, – na sua *sensibilidade*” (LUKÁCS, 1981, p. 7, grifos nossos). Isso fica bem claro neste trecho do texto lukacsiano:

Este processo é ao mesmo tempo extensivo e intensivo, quantitativo e qualitativo. Por um lado, surgem necessidades satisfeitas que de modo nenhum existem nos estágios

iniciais; por outro lado, as necessidades indispensáveis à reprodução da vida buscam satisfação nos modos que as elevem a um nível mais alto, mais social, mais afastado desta reprodução direta da vida. O que é visível especialmente na nutrição. Naturalmente, entre as classes dominantes pode haver uma grande elevação nesse campo que tenha escassos vínculos com o modo geral de satisfazer aquela necessidade na sociedade em questão, mas também na linha histórica do desenvolvimento se verifica antes um movimento que, por exemplo, eleva a fome apenas fisiológica ao apetite, enfim social (LUKÁCS, 1981, p. 8).

Mas sublinhemos novamente que essa tendência do desenvolvimento humano para uma “generidade autêntica” não é mais do que uma tendência que estará sempre relacionada à reprodução social, ou seja, diretamente ligada à síntese dos atos singulares e, por isso, também às possibilidades e alternativas entre uma malha de valores que conferem forma a uma dada personalidade (com visão de mundo) e que orientam (ou criam obstáculos) as alternativas em direção à generalidade humana.

A problemática maior está em que tal malha múltipla de valores que orientam as alternativas na práxis social sempre mantém uma relação com o desenvolvimento econômico, ou seja, elas sempre são orientadas por exigências específicas do processo de potencialização das capacidades humanas para transformar a natureza. Essa articulação com o desenvolvimento econômico é que faz com que os valores determinantes, que acabam se conservando no processo social, sejam sempre (conscientemente ou não), imediatamente ou com várias mediações, interligados com as exigências econômicas das sociedades. Assim, os valores que são cristalizados em uma sociedade mantêm sempre uma relação, imediata ou mais frequentemente através de várias mediações, com a esfera econômica de transformação da natureza.

Para nossa análise dos fundamentos das alienações em Lukács, fundamental é se os valores objetivados em cada período histórico são portadores daquela “tendência à generidade autêntica” antes

explicitada, ou se, pelo contrário, se constituem em momentos de afirmação de obstáculos socialmente postos à riqueza das personalidades e, posteriormente também, à explicitação do gênero humano. Como sintetiza Sérgio Lessa (2012), é nesse núcleo mais fundamental dos complexos valorativos que, segundo Lukács, se expressa a ação de retorno dos fenômenos da alienação sobre a práxis social: os valores que orientarão as escolhas a serem objetivadas serão portadores da “tendência à autenticidade” ou, pelo contrário, a valores que submetem os homens a “serviço de potências transcendentais”, sejam elas representadas por Deus ou pelo Fetichismo da Mercadoria, acabando por obstaculizar o pleno desenvolvimento das personalidades e o dever do gênero humano, convertendo-os em despersonalização e desumanidades socialmente postas.

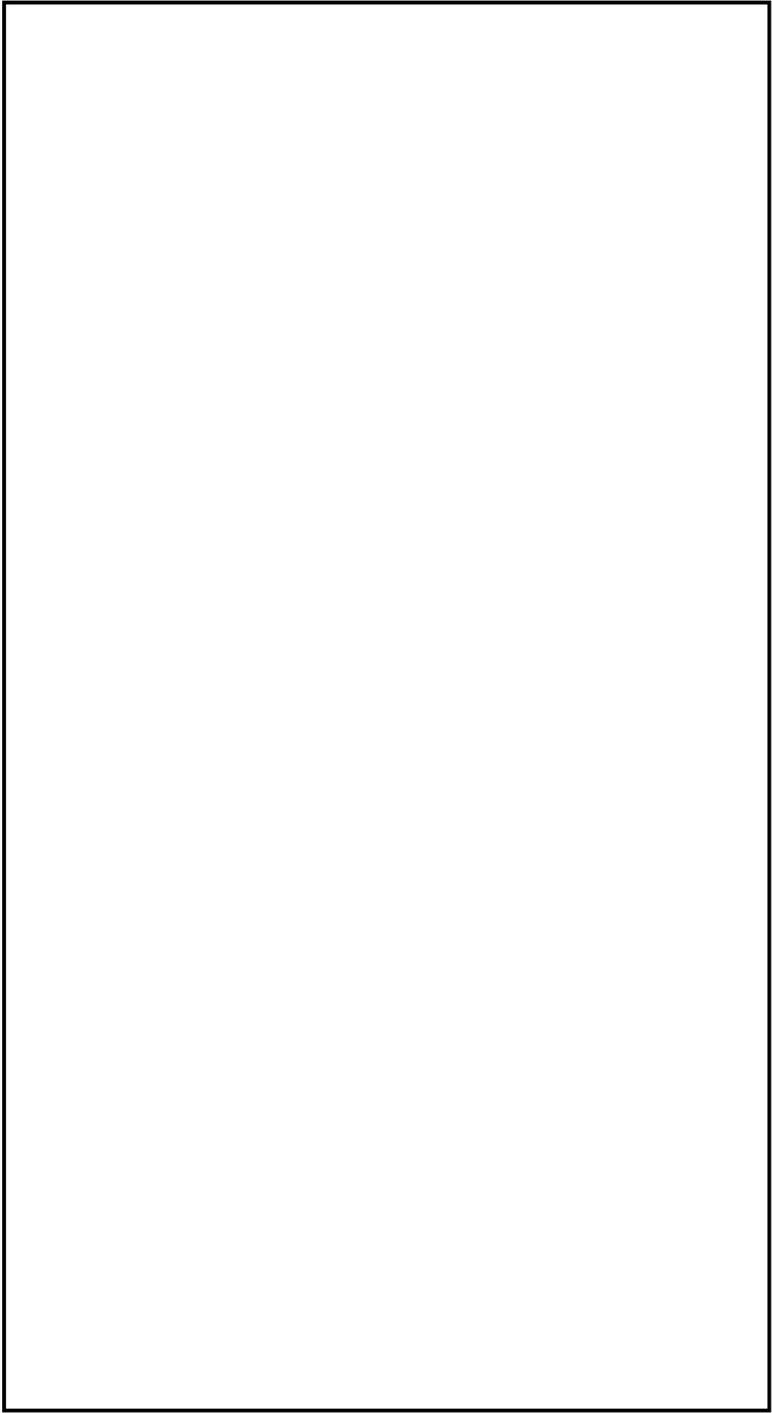
Pelo próprio limite deste breve artigo, não conseguimos esgotar aqui todas as ricas contribuições oferecidas na análise de Lukács sobre as consequências das formas de alienações. Porém, as indicações oferecidas ao longo do texto, mesmo que bastante gerais, mostram que as vigentes manipulações econômicas, sociais e políticas são instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade, e portanto ao seu estado alienado, bem como para, ao mesmo tempo, impedir o surgimento das potencialidades que tendem à construção do *para-si* da generidade humana.

Referências

- ALCÂNTARA, M. N. Lukács e a Crítica ao capitalismo: a alienação na Ontologia. In: *Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels* – CEMARX. São Paulo: Unicamp, 2007.
- _____. *Lukács: Ontologia e Alienação*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014
- LESSA, S. *O Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

- LUKÁCS, G. *L'estraniamento, Per l'ontologia dell'essere sociale*. II**, IV, a cura de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981. Tradução de Norma Alcantara. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all/Ontologia_all/CapAlienacao/CapAlienacao.doc>. Acesso em: 21 de setembro de 2013.
- _____. *Il Lavoro, Per l'ontologia dell'essere sociale*. vol. I, a cura de Alberto Scarponi, Roma: Riuniti, 1981b. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em: <http://sergiolessa.com/ontologia_all> acesso em 21/09/2013.
- MARX, K. *Cadernos de Paris & Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Formação Social Brasileira



Revolução passiva: O conceito gramsciano e a formação social brasileira (1930-1980)

Andréa Maria de Paula Teixeira

Introdução

Uma das chaves interpretativas mais fecundas para compreender o desenvolvimento da formação social brasileira parece-me ser aquela elaborada pelo marxista italiano Antonio Gramsci. Assim, trabalharei neste artigo o conceito de revolução passiva, sem desconsiderar os conceitos e categorias correlatas, e sua relevância na análise dos períodos de 1930 a 1980 no Brasil.

A atualidade e relevância deste debate estão no modo pelo qual se articulou e desenvolveu a política social brasileira, em especial a previdência social, em dois períodos de nossa história que me parecem particularmente emblemáticos nessa modalidade de transformação social “pelo alto”, ou seja, aquele situado entre a Revolução de 1930 e a crise do populismo; e, em sequência, o que vai da instauração da ditadura militar, em 1964, até a crise que abriu um período de transição para um regime de liberdades formais.

Entre as muitas categorias e conceitos com os quais Gramsci contribui para a análise marxista do real — ao lado de sociedade civil, hegemonia, guerra de posição etc. —, tem lugar de destaque o de “revolução passiva”. Entre as várias definições gramscianas

do conceito, há uma que me parece fornecer uma síntese eficaz, ainda que formulada num nível bastante abstrato. Para o autor italiano, a revolução passiva consistiria na:

expressão prática das necessidades da ‘tese’ de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese (GRAMSCI, 2002, p. 318).

Essa definição abstrata vai ganhar concretude nas várias aplicações que Gramsci faz do conceito. A noção de revolução passiva é um instrumento chave do qual se vale nosso autor em suas análises do *Risorgimento* italiano, ou seja, do processo de formação do Estado burguês moderno na Itália, ocorrido na segunda metade do século XIX. Mas não é essa, de modo algum, a sua única aplicação na obra de Gramsci: como veremos, o conceito é também utilizado como critério de interpretação de complexos fenômenos sociais, como o fascismo e o americanismo.

Determinações breves do conceito de revolução passiva

Deve-se sublinhar, antes de mais nada, que um processo de revolução passiva implica sempre na presença de dois momentos: o da “restauração” (trata-se sempre de uma reação das classes dominantes à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente “de baixo”) e o da “renovação” (implicando que algumas demandas populares sejam satisfeitas pelas classes dominantes, ainda que “pelo alto”, sob a aparência de concessões e não de conquistas). Nesse sentido, falando da Itália mas expressando características universais da revolução passiva, Gramsci afirma que uma revolução desse tipo expressa

o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o

fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’ (GRAMSCI, 1999, p. 393).

O aspecto restaurador, portanto, não anula o fato de que ocorreram também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução ou de contrarreforma, já que são implementadas, ainda que pelo alto, algumas reformas exigidas pelo desenvolvimento da sociedade e pela pressão das classes subalternas. Numa outra passagem, Gramsci (2002, p. 317) diz:

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.

Mais tarde, sobretudo em sua polêmica com teses historiográficas defendidas por Benedetto Croce, Gramsci amplia o seu conceito. Ele afirma que o *Risorgimento* se insere numa revolução passiva mais ampla, de dimensão europeia, que caracteriza toda uma época histórica, iniciada precisamente com o fim da era napoleônica, ou seja, com a Restauração. Nela, as novas classes dominantes — formadas como resultado da conciliação entre a burguesia e as velhas camadas de grandes proprietários rurais — reagem contra as consequências mais radicais da Revolução Francesa, mas ao mesmo tempo introduzem pelo alto, ainda que contra as massas populares, muitas das conquistas dessa revolução (GRAMSCI, 1999, p. 298-300). Trata-se da época na qual o liberalismo se consolida e se expande, mas em aberta oposição à democracia. Gramsci não hesita em dizer que o liberalismo anti-democrático de Croce é apenas uma ideologia que busca justificar e legitimar a revolução passiva.

Uma outra época de revolução passiva, sempre de acordo com Gramsci, seria aquela na qual a burguesia reage contra a Revolução Soviética, buscando adotar — para neutralizar o impacto dessa revolução e impedir sua extensão ao Ocidente — algumas das conquistas da revolução bolchevique, como, por exemplo, elementos de planejamento econômico. Essa nova época de revolução passiva se manifestaria em dois dos principais fenômenos do primeiro pós-guerra, ou seja, o fascismo e o americanismo. Sobre o fascismo, Gramsci é explícito:

Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento 'plano de produção', isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais [...]. Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele [o programa fascista de industrialização] pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativa e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais, e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais (GRAMSCI, 1999, p. 299-300).

Em face do americanismo, a posição de Gramsci é mais cautelosa:

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à or-

ganização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática [...]. Questão de saber se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo das ‘revoluções passivas’ próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, ou seja, uma revolução de tipo francês (GRAMSCI, 2001, p. 241-242).

No caso do americanismo, portanto, Gramsci fala de revolução passiva, mas expressa uma dúvida. Parece-me, porém, que o desenvolvimento subsequente de suas reflexões orienta-se no sentido de conceber o americanismo como uma “época histórica” de revolução passiva, e não como a preparação de uma explosão revolucionária de “tipo francês” (ou jacobino).

Gramsci chama a atenção para duas consequências da revolução passiva: por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais concretamente, o predomínio de formas ditatoriais de supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo (ou cooptação) como modalidade de formação das camadas dominantes, uma prática que — decapitando a representação política e cultural das classes subalternas — tenta excluir tais classes de todo efetivo protagonismo histórico.

Contudo, “ditadura sem hegemonia” não significa que o Estado resultante de uma revolução passiva possa prescindir de um mínimo de consenso; se o fizesse, ele teria de utilizar sempre e tão-somente a coerção, o que, a longo prazo, tornaria impossível o seu funcionamento. Gramsci vai então nos indicar o modo preferencial pelo qual se obtém esse consenso mínimo — que ele chama de “consenso passivo” — no caso de transições pelo alto, ou seja, igualmente “passivas”: esse modo é o que ele, de acordo com a terminologia política italiana, chama de “transformismo”, um termo que poderia ser traduzido em português como “coop-

tação”. O conceito de revolução passiva pode ser generalizado para outros países e outras épocas históricas que não aqueles em que Gramsci viveu.

No trecho a seguir citado, Gramsci se refere à Itália, mas com observações válidas também para outros países, inclusive para o Brasil:

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a ‘revolução-restauração’ ou ‘revolução passiva’, a propósito do processo de formação do Estado moderno na Itália [...]. Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo ‘molecular’, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido ‘domínio’ ditatorial por uma ‘hegemonia’); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado (GRAMSCI, 2002, p. 286).

A revolução de 1930 e a construção da política social institucionalizada

Ao analisarmos o processo de transição ocorrido em nossa história depreende-se que a nossa formação social é marcada por processos de transformação pelo alto, caracterizados — na trilha de Gramsci — como revoluções passivas.

Se Luiz Werneck Vianna (1999), estudando a Revolução de 30, mostrou com precisão o seu caráter de transformação pelo alto, Carlos Nelson Coutinho (2006) avança e ressalta que o país tem uma tradição que se repete ao longo de sua história: a de um Estado forte que se sobrepõe à nação, ou seja, a nação brasileira foi construída a partir do Estado e não a partir da ação das massas populares. Não é exagero, pois, afirmar nesse sentido que, desde

a Independência, características de revolução passiva assinalam os eventos mais importantes de nossa história.

É somente depois de 1930 que se dá, de forma efetiva, a consolidação das relações capitalistas no Brasil. Como anotou Coutinho (2006), a tradição do Estado sobrepondo-se à nação é reproduzida na Revolução de 30. É verdade que já a partir da instauração da República — outro momento histórico a que cabe a caracterização de revolução passiva — o Brasil possuía um Estado burguês.

Utilizando conceitos e categorias gramscianas, Coutinho (1993, p. 77) analisa a formação social brasileira até os anos 30 como sendo de tipo “oriental”, ou seja, como uma formação na qual o Estado “aparece como demiurgo das relações sociais”, enquanto a sociedade civil ainda seria “primitiva e gelatinosa”.

A ascensão, nas primeiras décadas do século XX, das classes sociais urbanas criou condições sociais e políticas para a ultrapassagem do Estado oligárquico que, até então, tinha vigência entre nós. A Revolução de 30, portanto, indica um momento de ruptura com a “velha ordem” — precisamente aquela que se expressa no Estado oligárquico —, dando início ao processo de modernização da sociedade brasileira. Nos processos de revolução passiva, de que é exemplo a Revolução de 30, ocorre uma conciliação entre frações das classes dominantes, com o objetivo de evitar uma efetiva participação popular nos processos de transformação, que se dão assim “pelo alto”.

Um exame da história brasileira mostra que, no período 1930-1945, o conjunto das atividades governamentais — por exemplo, as que incidem na reformulação das condições de funcionamento do mercado, no desenvolvimento da esfera produtiva, nas relações internacionais, na criação de uma legislação trabalhista e na instauração do sistema previdenciário público — caracteriza o caráter propriamente burguês do Estado brasileiro.

Uma das características mais marcantes do Estado brasileiro a partir dos anos 1930 é o seu papel interventivo e regulador da economia — e, especialmente, de alavanca da construção da industrialização —, bem como a sua consolidação enquanto núcleo

organizador da sociedade. Para isso, contribuiu decisivamente a crise internacional aberta com a crise mundial de 1929, que nos compeliu a um extenso processo de industrialização por substituição de importações, embora seja verdade que somente depois dos anos 50 é que a indústria se consolidou efetivamente como o eixo dinâmico da economia brasileira (FIORI, 1995).

Passo decisivo para a consolidação dos processos de transformação gerados a partir da Revolução de 30 foi o estabelecimento, em 1937, mediante um golpe, do regime ditatorial conhecido como Estado Novo. Com a instalação do Estado Novo, o poder estatal se viabilizou como protagonista do processo de industrialização (IANNI, 1991). Também esse processo se configurou “pelo alto”: a criação das condições que permitiram a passagem de uma economia primária agroexportadora para uma economia de base industrial não resultou da ação consciente do empresariado nacional, mas derivou essencialmente da enérgica ação interventiva do Estado. A natureza de classe do seu bloco social de sustentação, porém, implicava composições de corte conservador (VIANNA, 1999).

Assim, as bases político-sociais de sustentação do Estado brasileiro pós-1930 foram não só conservadoras, mas também extremamente heterogêneas. Entretanto, o ajuste do Estado ao crescente domínio da burguesia tem uma contraface necessária: o crescimento de uma classe operária urbana, com suas demandas e reivindicações. Dentre essas reivindicações, tem lugar de destaque a referente à previdência social.

Se se registram ações estatais de previdência social anteriores a 1930, cumpre salientar que não configuravam um sistema destinado a atender às demandas da classe operária urbana, fundamental para a consolidação de um capitalismo moderno no país. De fato, o primeiro sistema previdenciário do Brasil data de janeiro de 1923, com a criação das *Caixas de Aposentadoria e Pensão* (CAPs), através do Decreto n.º 4682, denominado “Lei Eloy Chaves”. Esse decreto determinava a criação de uma CAP em cada empresa ferroviária do país. Em 1926, ele foi estendido aos empregados

das empresas marítimas e portuárias. Embora seja considerado, na historiografia, como o início da previdência social no Brasil, é importante assinalar que se tratava de caixas privadas, vinculadas às empresas, com o papel do Estado resumindo-se à fiscalização do cumprimento da lei (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986).

A previdência social brasileira de natureza pública, surgida no pós-1930, faz parte de um elaborado projeto de transformação do Estado e da nossa sociedade, que teve em Vargas seu mentor e executor. Utilizando um conceito de Gramsci, arrisco-me a visualizar em Vargas um representante emblemático daquilo que o autor italiano chamou de “cesarismo progressista”. Para Gramsci,

o cesarismo expressa uma situação na qual as forças em luta se equilibram de modo catastrófico [...]. Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico. Pode haver um cesarismo progressista e um cesarismo regressivo; e, em última análise, o significado exato de cada forma de cesarismo só pode ser reconstruído a partir da história concreta e não de um esquema sociológico. O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressista a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também neste caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. Trata-se de ver se, na dialética revolução-restauração, é o elemento revolução ou o elemento restauração que predomina, já que é certo que, no movimento histórico, jamais se volta atrás e não existem restaurações *in toto* (GRAMSCI, 2000, p.76).

Num caso típico de cesarismo progressista, Vargas praticou uma política habilidosa de conciliação entre as classes: não atacou

o latifúndio, organizou e fortaleceu o mercado interno para o desenvolvimento da burguesia industrial, ao mesmo tempo em que acenou para os trabalhadores urbanos com uma legislação social, ainda que fortemente atrelada ao controle estatal.

É no quadro dessa política que a previdência social constituiu um dos elementos centrais na estratégia varguista de buscar a ampliação de suas bases de apoio nas classes trabalhadoras. É verdade que, num primeiro momento, amplos segmentos empresariais manifestaram oposição à legislação trabalhista e previdenciária; mas há aqui a clássica situação em que o Estado burguês expressa os interesses *gerais* do capital, conflitando com interesses de capitalistas *singulares*.

Deve-se recordar que os primeiros anos do pós-1930 foram marcados por uma contenção geral de despesas públicas para enfrentar a crise econômica herdada por Vargas, legado da crise internacional do capitalismo e da modalidade de inserção do país no mercado mundial.

Até a entrada da década de 1930, a fonte de divisas brasileiras esteve ancorada quase exclusivamente na exportação de produtos primários, sobretudo o café, do que resultava a extrema dependência do setor externo. A crise econômica que eclodiu em 1929 e a depressão que se seguiu provocaram uma acentuada queda na procura e nos preços dos produtos primários no mercado internacional. Esse cenário refletiu-se na economia brasileira através de uma vertiginosa queda nas exportações, gerando a necessidade de conter as importações para, pelo menos, minimizar o crescente déficit da balança comercial.

A dificuldade para importar foi certamente um estímulo para o processo de industrialização por meio da substituição de importações, um processo que o Estado passou a estimular, não só por meio de generosos financiamentos ao setor privado, mas também pela criação de empresas públicas (particularmente no setor de bens de capital) que iriam assumir tarefas imprescindíveis ao desenvolvimento do capitalismo, mas que — em função da baixa lucratividade imediata — não interessavam ao setor privado.

Em decorrência dessas circunstâncias conjunturais, mas sobretudo da própria essência de classe do Estado que se constrói no pós-1930, seria muito improvável responder ao amplo elenco de demandas da classe trabalhadora urbana. No entanto, ao contrário das demais políticas sociais, que exigiriam investimentos mais imediatos e expressivos do Estado, as ações previdenciárias poderiam ser adotadas sem ônus para os cofres públicos, dada a possibilidade de autofinanciamento; era suficiente a criação de um sistema compulsório financiado através de contribuições.

Esse modelo privilegiava prestações sociais de longo prazo, como aposentadorias e pensões; assim, não é por acaso que analistas mencionem a “orientação contencionista” original do sistema. Essa orientação é explicada por Oliveira e Teixeira (1986, p. 60) por meio de uma dupla característica: se, por um lado, houve uma grande expansão da receita da previdência resultante do maciço ingresso de contribuintes promovido pela criação de um sistema público nacional, houve, por outro, um “esforço ativo de restrição das despesas por parte das instituições previdenciárias”.

Portanto, acoplada a uma legislação que organizava imperativamente a representação dos trabalhadores segundo um modelo corporativista comandado pelo Estado, essa construção previdenciária respondia a aspirações generalizadas, mas, ao mesmo tempo, integrava e enquadrava os seus demandantes. É por isso que a previdência social emerge como um dos elementos centrais na estratégia varguista de reformulação do Estado capitalista brasileiro, num inequívoco movimento de revolução passiva.

É precisamente em 1933 que surge a forma de organização do sistema previdenciário público brasileiro: a proteção por ele oferecida vai condensar-se numa instituição concebida com o objetivo de cobrir todos os trabalhadores de categorias profissionais determinadas. É em função desse objetivo que se estruturam os vários Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Todas as categorias profissionais cobertas pelos IAPs dispunham de representação sindical. Desse modo, dado o corporativismo que seria incorporado — pelo menos parcialmente — pela Consti-

tuição de 1934, “tal sistema atuou, como não podia deixar de ser, como forte mecanismo de cooptação das lideranças sindicais” (TEIXEIRA, 1990, p. 15).

Do ponto de vista político, decorria do corporativismo que a expressão/representação dos interesses das diferentes classes sociais deveria processar-se no interior do próprio Estado. Para a classe trabalhadora, isso significou o atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho; no caso do empresariado, o meio foi assegurado mediante a criação de vários organismos estatais constituídos paritariamente por representantes do governo e dos diferentes segmentos empresariais.

O sistema baseado nos IAPs, além de ser organizado segundo categorias profissionais (reforçando assim a tendência de dividir a população trabalhadora em unidades funcionais distintas), instituiu-se nacionalmente e tinha sua administração vinculada ao Estado, já que o presidente de cada IAP era designado diretamente por Vargas. Embora na estrutura administrativa dos IAPs existisse um colegiado, do qual faziam parte representantes dos empregados (segurados) e dos empregadores, esse órgão era meramente consultivo, não participando diretamente dos processos decisórios (TEIXEIRA, 1990). A criação de cada IAP, mediante diplomas legais diferentes, refletiu tanto a força e a importância política e econômica da categoria em questão quanto o interesse governamental em integrá-la ou cooptá-la. Disso decorreu um elenco muito diferenciado das prestações oferecidas, construindo-se assim um sistema previdenciário bastante assimétrico.

O financiamento dos IAPs era tripartite: contribuições dos segurados, das empresas e do Estado. Esse mecanismo de contribuição tríplice, em partes iguais, foi instituído pela Constituição Federal de 1934 (art. 121, § 1º, alínea h) e, enquanto dispositivo legal, vigorou até a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), promulgada em 1960. É importante sublinhar, no entanto, que a cota do financiamento que caberia ao Estado nunca deixou de ser uma ficção jurídica.

No que se refere à cobertura previdenciária aos segurados

pelos IAPs, a preocupação contencionista se revela de modo expressivo: somente os benefícios pecuniários de longo prazo, como aposentadorias e pensões, eram considerados atribuições próprias e contratuais obrigatórias da previdência social pública. Os serviços — especialmente os de assistência médica — seriam prestados de acordo com as disponibilidades de cada IAP e conforme as disposições contidas nas leis de criação dos institutos (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986, p. 58 e ss.).

A criação dos IAPs fez crescer o sistema previdenciário brasileiro, tornando-o nacional; ampliou o número de beneficiários; e, conseqüentemente, expandiu a receita arrecadada com as contribuições. Mas esses avanços foram limitados. A descoberta do poderoso potencial financeiro da previdência social resultou em um sistema voltado mais para a acumulação de reservas financeiras do que para a ampla prestação de proteção social. Dessa forma, iniciou-se um padrão de procedimento até hoje utilizado: os recursos previdenciários, ao invés de serem revertidos para a melhoria e a capacidade de expansão do sistema, são utilizados em áreas definidas como estratégicas pelo Estado, através de investimentos em setores básicos da economia.

Essa apreciação é ratificada pela esmagadora maioria dos que têm estudado a previdência pública brasileira. No entanto, esse “desvio” dos recursos previdenciários é ocultado quando da construção do atual mito do *déficit* da Previdência, mote central na ideologia legitimadora da contrarreforma da Previdência.

Vale ressaltar que somente dois IAPs foram criados após o golpe de 10 de novembro de 1937, quando se instituiu o chamado Estado Novo. Esse golpe criou um terreno mais favorável à implementação das ideias dos principais ideólogos da nova ordem autoritária, entre os quais Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna, que serviram diretamente à ditadura varguista. Para esses ideólogos, a transformação pelo alto, comandada pelo Estado, seria o caminho mais adequado para a modernização do Brasil; para isso, sustentavam um diagnóstico que salientava a debilidade e fragilidade da nossa sociedade.

Essa proposta “passiva” foi implementada pelo Governo Vargas, especialmente depois de 1937, quando se acentuou a defesa teórica e prática do corporativismo. Mas ela prossegue na chamada “era populista”, já que a Constituição de 1946 manteve o princípio corporativo de organização sindical e de representação de interesses. Sobretudo com a instauração do segundo governo Vargas em 1951 (depois do parêntese “liberalizante” representado pelo Governo Dutra), o Estado voltou a assumir de modo explícito a tarefa de regulamentar as relações econômicas e sociais, buscando sempre atenuar os conflitos entre as classes sociais, em particular entre a burguesia e a classe operária. Depois do golpe de 1964, este último aspecto foi revertido, já que a ditadura militar assumiu uma postura abertamente repressiva em face da classe operária e do conjunto dos trabalhadores. O Estado brasileiro pós-1930 manifestou assim fortes traços corporativistas, gerados a partir do Estado Novo.

Para continuar com o uso de conceitos gramscianos, pode-se dizer que é nesse período que a sociedade brasileira começa a se “ocidentalizar”, ou seja, a se tornar uma formação social em que, ao lado do Estado, começa a existir também uma “sociedade civil” forte e articulada. Mas tão logo se manifestam os primeiros elementos dessa sociedade civil, têm lugar movimentos do Estado no sentido de absorver os seus organismos, o que traz como consequência um novo fortalecimento do Estado e a tendência ao enfraquecimento dessa sociedade civil emergente. Em outras palavras: malgrado as tendências no sentido da “ocidentalização”, persistem — sob novas formas — fortes elementos de “orientalismo”.

É nesse contexto sociopolítico que, no apagar das luzes do Estado Novo, pode-se considerar como *institucionalizado* o sistema público brasileiro de previdência social. Com ele, por um lado, foi criado um importante dispositivo, também sinalizador do comando do Estado sobre a sociedade: trata-se da *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), convertida em diploma legal pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

Por outro lado, a chamada redemocratização que se seguiu ao fim do Estado Novo não levou a qualquer alteração substantiva daquele sistema: a Constituição de 1946, embora projetando uma legislação infraconstitucional, interferiu somente no estatuto da prestação da assistência médica. De fato, por determinação constitucional, essa prestação passou a ter a mesma importância dos benefícios pecuniários, já que foi incorporada ao elenco das atribuições previdenciárias. Desse modo, consolidou-se o vínculo entre previdência e assistência médica.

Contudo, se a Constituição de 1946 não afetou essencialmente o sistema já institucionalizado, o efeito do novo peso da assistência médica no quadro da previdência pública foi de extrema significação: a “orientação contencionista” a que me referi começa a ser revertida. Já na segunda metade da década de 1940, as despesas do sistema crescem rapidamente, em especial pelo oferecimento de assistência médica. Essa tendência vai prosseguir nos anos 1950, implicando a constituição de um amplo aparato de serviços de saúde (inclusive hospitais, ambulatórios e equipamentos médicos), diretamente vinculado aos IAPs. Essas novas despesas — aliadas à utilização dos fundos previdenciários pelo Estado e, ainda, à inadimplência da União e dos empregadores no que se refere à sua parte no financiamento — fizeram com que o sistema começasse a apresentar vulnerabilidades financeiras.

A deposição de Vargas em 1945 — abrindo o processo da chamada redemocratização, novamente liderado pelas forças conservadoras, influenciadas pelo clima internacional de derrota do nazifascismo — ocasiona algumas importantes mudanças na política governamental.

O governo Dutra (1946-1950), pelo menos parcialmente, rompe com a política varguista de intervencionismo estatal, concebida como meio para a criação de um capitalismo nacional (IANNI, 1991).

O processo de redemocratização que desembocou no governo Dutra revelava, mais uma vez, os traços perversos de uma “revolução passiva”, penalizando os interesses das camadas subalternas.

Sob Dutra, por exemplo, ocorreu um brutal confisco salarial: não houve qualquer elevação do salário mínimo (que continuou o mesmo de 1943 até 1953), a despeito de um crescente aumento do custo de vida; irrompeu uma vaga repressiva sobre a vida sindical, ao mesmo tempo em que o Partido Comunista do Brasil (PCB), legalizado em 1945, era novamente posto fora da lei. Além disso, acentuaram-se as lutas de classes, explicitando-se o agravamento dos conflitos entre o proletariado e os empresários. No campo previdenciário se elevam progressivamente as taxas de contribuição dos segurados. Contudo, numa contrapartida característica dos processos sociopolíticos da “revolução passiva”, a prestação de serviços médicos e hospitalares aos segurados do sistema previdenciário começou a se ampliar.

No segundo governo Vargas, iniciado em 1950, retomam-se alguns traços essenciais da época do Estado Novo. Depois de 1950, voltou a ser decisivo o papel desempenhado pelo Estado no processo de industrialização, seja no financiamento de grandes blocos de investimento, seja na criação e extensão da infraestrutura necessária (principalmente transporte e energia) e na articulação e proteção dos capitais privados nacionais.

Com o novo governo Vargas, inaugura-se efetivamente no Brasil o chamado período populista, recuperando-se — ainda que sob novas formas — as características intervencionistas e corporativistas próprias do Estado criado a partir de 1930. Novas características da vida social brasileira emergem claramente nesse período, como o crescimento do setor industrial, a estruturação moderna do setor terciário e a expansão dos centros urbanos. Contudo, malgrado as intenções explícitas desse novo governo Vargas, não teve êxito a sua luta pela consolidação de um capitalismo nacional autônomo e independente. O trágico desfecho da vida de Vargas, com o qual se conclui seu segundo governo, foi emblemático das dificuldades ou mesmo da impossibilidade de implantar o referido “capitalismo nacional”.

Porém, no que toca ao sistema previdenciário, aquilo que, *a posteriori*, seria conhecido como “a crise financeira da previdência”

já começava a dar o tom do discurso governamental; tal discurso, elaborado pelos tecnocratas do sistema, trazia à tona a questão atuarial. E mais: uma tônica que ganharia enorme destaque na gestão Juscelino Kubitschek já faz sua aparição, ou seja, a subordinação de todas as políticas sociais ao “desenvolvimento”, como se constata já em alguns pronunciamentos do próprio Vargas.

No governo Kubitschek (1956-1960) — como também posteriormente, durante a ditadura militar iniciada em 1964 —, o Estado manteve sua atitude intervencionista em face da acumulação de capital, mas propiciando agora uma intensa abertura ao ingresso de capitais estrangeiros. Tornara-se claro que “o capital nacional tinha muito a lucrar com sua associação ao capital estrangeiro” (COUTINHO, 1993, p. 84).

Durante todo o governo Kubitschek, a atuação governamental buscou acelerar a modernização do país, promovendo o desenvolvimento econômico e, em particular, a industrialização. Com os mesmos mecanismos intervencionistas utilizados a partir de 1930, passou-se, porém, de uma política destinada a criar e fortalecer um sistema capitalista relativamente autônomo e nacional (como foi tentado nos dois governos Vargas) para uma política orientada em favor de um tipo de desenvolvimento capitalista dependente e associado, política que seria aprofundada durante a ditadura militar.

A partir de então, o projeto de industrialização deixou de conter a ideia da autonomia nacional. Ocorre uma mudança essencial na “ideologia do desenvolvimento” quando da passagem do segundo governo Vargas para o governo Kubitschek, uma mudança que se manifesta, sobretudo, na opção do financiamento da industrialização através do capital estrangeiro e do protagonismo estatal mediante o endividamento público interno e externo e o recurso à inflação.

No período Kubitschek, a industrialização brasileira, sustentada pela ação estatal, conheceu o seu período de maior avanço, com uma intensa expansão e diferenciação, verificada sobretudo em consequência da instalação das indústrias automobilística,

naval, elétrica pesada e de máquinas e equipamentos. No quadro de uma crescente articulação com o sistema capitalista mundial, a expansão do modo de produção capitalista no Brasil se fez acompanhar por uma maior complexificação da estrutura social.

Assim, sobretudo nos centros urbanos e industriais, “desenvolveu-se bastante a estrutura de classes sociais, com suas implicações políticas e culturais” (IANNI, 1991, p. 177). No tocante à previdência, além da ênfase na redução de gastos, o governo Kubitschek conduziu ao limite a tendência emergente já durante o segundo governo Vargas, ou seja, a de subordiná-la ao “desenvolvimento econômico”.

Não por acaso, a Lei Orgânica da Previdência Social, aprovada em 1960, depois de catorze anos de tramitação no Congresso Nacional, pôs efetivamente fim à participação da União no financiamento do sistema previdenciário. A partir de então, somente o seu custeio administrativo ficou sob responsabilidade governamental.

A crise do populismo e a saída ditatorial

Entre o governo Juscelino Kubitschek e o golpe militar de 1964, sucederam-se o fugaz governo Jânio Quadros e o conturbado governo João Goulart. A vitória de Quadros representou objetivamente a chegada ao Executivo central, apoiado numa retórica moralista inflada de demagogia, de uma figura política ambivalente, expressão de setores populares desorganizados, de segmentos pequeno-burgueses e de grupos empresariais reacionários. Desvinculado de qualquer compromisso partidário orgânico, Quadros encarnava à perfeição o mais vulgar dos populismos, condensado num personalismo que provavelmente desenvolveria no poder o que Gramsci designou como *cesarismo regressivo*.

Provavelmente, já que, ao cabo de sete meses de flertes adjetivos com a esquerda (recorde-se sua “política externa independente”, a condecoração de Ernesto *Che* Guevara) e serviços substantivos ao grande capital (dentre os quais a famosa “Instrução 206” da Superintendência da Moeda e do Crédito/SUMOC), seu projeto

golpista foi abortado, abrindo uma crise política que — se não fosse a mobilização popular e a corajosa resistência capitaneada pelo governador gaúcho Leonel Brizola — setores reacionários haveriam de capitalizar, num “ensaio geral” do golpe que iria acontecer três anos depois.

A solução da crise veio também “pelo alto”: a adoção do sistema parlamentarista de governo foi a fórmula que os segmentos mais ativos das classes dominantes encontraram para — ao mesmo tempo em que atendiam ao clamor popular pela posse de João Goulart, vice-Presidente da República constitucionalmente eleito — engessar as possibilidades de ação desse líder claramente ligado à tradição populista que tem início com Vargas (de quem, aliás, fora Ministro do Trabalho em seu segundo governo, quando foi responsável pelo primeiro aumento do salário mínimo desde 1943).

Manietado pelo parlamentarismo e imobilizado por um Congresso controlado por segmentos conservadores, Goulart jogou sua força na restauração do presidencialismo, apelando especialmente para o campo democrático-popular e para ações baseadas na pressão dos movimentos de massa. Contava, para isso, com o intenso processo de mobilização popular que caracterizou o período, ativado pelas lutas da classe operária, de setores radicais da pequena burguesia urbana e do movimento camponês pela reforma agrária. As principais expressões políticas dessa mobilização popular são, respectivamente, o Comando Geral dos Trabalhadores/CGT (que funcionava na prática como uma central sindical, rompendo assim com a estrutura corporativa sindical herdada do Estado Novo), pela União Nacional dos Estudantes/UNE e pelas ligas camponesas.

No seu curto mandato, as contradições da sociedade brasileira se acentuaram drasticamente, no quadro de uma aguda crise, onde sobressaíam: 1) a desaceleração do crescimento econômico, somada ao descontrole do processo inflacionário; 2) o acirramento das lutas de classes, com a politização crescente de contingentes trabalhadores urbanos e rurais; 3) o agravamento do antagonismo entre diferentes opções para a retomada do desenvolvimento.

E tudo isso ocorria no contexto da Guerra Fria, potenciada na América Latina com os rumos tomados pela Revolução Cubana.

Todos esses componentes da conjuntura conspiravam contra o que tem sido chamado de *pacto populista*, ou seja, em breves palavras, a aliança entre os vários segmentos das classes dominantes e alguns setores das camadas trabalhadoras, sob a hegemonia da burguesia industrial e de seu projeto nacional-desenvolvimentista. Em especial, entraram em crise os fundamentos econômicos que respaldavam esse pacto, isto é, um rápido processo de industrialização por meio da substituição de importações, capaz de incorporar, através da criação de empregos formais, amplos segmentos das camadas subalternas.

Não é casual que tenha sido precisamente nesse período que se manifestaram com ênfase os resultados do processo de “ocidentalização” da formação social brasileira, iniciado a partir dos anos 1930: a sociedade civil tornou-se mais ativa, “anunciando de certo modo os primeiros sintomas da crise daquele Estado centralizador e corporativista surgido no pós-30” (COUTINHO, 1993, p. 83).

Quando a crise econômica precipitou a crise política, com Goulart optando por inclinar-se à esquerda, a solução de força abortou quaisquer alternativas democráticas de curto prazo: o golpe de abril de 1964 marca a instauração de uma nova ordem, diversa da velha ordem populista. Nessa nova ordem, permaneciam no poder todas as camadas burguesas já nele instaladas desde 1930, mas era rompida a aliança com setores do mundo do trabalho: a dura repressão do movimento operário garantia o “arrocho salarial”, vale dizer, a superexploração da força de trabalho, condição para a retomada em novos patamares do processo de acumulação do capital, cada vez mais marcado pelo predomínio do capital financeiro.

O único passo significativo — emblemático, aliás, da orientação progressista global imprimida por Goulart na chefia do Executivo — foi a conquista representada pelo *Estatuto do Trabalhador Rural*, com a aprovação da lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963.

Com esse *Estatuto*, resgate histórico das lutas no campo e expressão da mobilização de trabalhadores rurais, estendem-se os

direitos trabalhistas, sindicais e previdenciários — já consolidados para os trabalhadores com vínculo formal no espaço urbano desde os anos 1930 — aos homens e mulheres do campo. Ao contrário do que afirma Wanderley Guilherme dos Santos (1978) — para quem foi por razões demagógicas que a nova lei permaneceu como ficção jurídica durante a presidência de Goulart —, entendo que a não-implementação, ainda durante o seu governo, dos dispositivos do *Estatuto* deveu-se à ausência de previsão orçamentária no exercício de 1963 e, no ano seguinte, ao golpe. Isso para não falar da dura oposição que o *Estatuto* encontrou entre os integrantes da burguesia latifundiária.

O golpe inaugura uma ordem diversa daquela que vigorou no período populista. O regime militar resultante do golpe rompeu com a velha ordem populista, mas conservou (e até reforçou, em muitos casos) as principais características da formação estatal anterior, que vinham sendo corroídas durante a crise do populismo.

Cabe aqui, mais uma vez, a utilização do conceito de “revolução passiva” para explicar as transformações então deflagradas. A ditadura militar não destruiu a articulação corporativista e autoritária entre Estado e sociedade civil, nem alterou substancialmente o papel intervencionista do Estado na regulação da economia. O regime militar — que Florestan Fernandes (1975) designou como “autocracia burguesa” e Octavio Ianni (1981) qualificou como “ditadura do grande capital” — fortaleceu a intervenção do Estado no campo da economia.

É no marco desta “profunda reforma” da “estrutura administrativa do setor público”, mencionada por Fiori (1995), que se processa algo que foi abortado no processo de elaboração da LOPS, ou seja, a unificação dos vários IAPs no *Instituto Nacional de Previdência Social/INPS*.

Essa modificação, que nos limites de uma ordem democrática (ainda que “restrita”, na apreciação clássica de Florestan Fernandes) seria a resultante necessária do confronto de diferentes interesses, foi operada autoritariamente, sem qualquer consulta ou participação, ainda que limitada, de qualquer das partes en-

volvidas, isto é, nem de empregados nem de empregadores. Ela se realizou como um exemplo paradigmático de ação “pelo alto”, disfarçada de (re)arranjo puramente técnico.

A modificação foi uma clara manifestação dos processos de revolução passiva: ela incorpora demandas que apontam para avanços sociais e atende a aspirações de classes e camadas subalternas, mas num quadro cuja configuração política decisiva é conservadora ou mesmo restauradora. Assim, por um lado, a unificação rompeu com a *diferenciação corporativa* que vinha das origens da instauração dos primeiros mecanismos previdenciários: universalizou-se, para todos os segurados, o mesmo padrão de benefícios. Mas, por outro, essa universalização se efetivou mediante uma *nivelação por baixo*, generalizando-se como padrão único os menores níveis anteriores de prestações.

E a unificação não foi um passo isolado: concomitantemente a ela, o regime militar criou, através da instituição do *Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS*, em setembro de 1966, não só mais um mecanismo de financiamento da previdência para enfrentar a crise financeira que já avultava. Criou, na verdade, um dispositivo com dupla dimensão. Uma dimensão política: o fim da estabilidade no emprego dificultava sobremaneira a possibilidade de participação política dos trabalhadores. E uma dimensão econômica: facilitando bastante as demissões, permitia ao patronato estimular uma rotatividade da força de trabalho que comprimia fortemente a massa salarial. O sentido dessas modificações operadas a partir “do alto” implica na incorporação de demandas progressistas num quadro altamente regressivo; resulta, do ponto de vista da política social, como fomentadora da privatização e mercantilização de serviços públicos. Nesse contexto, o grande beneficiário é o capital, cujos interesses serviram ao Estado do regime militar.

A unificação se inseriu naquilo que vários estudiosos designam como “modernização conservadora”, processo de forte impacto institucional-organizacional conduzido pelo regime militar de um ponto de vista tecnicista, pelo qual se tentava promover a despo-

litização de intervenções substantivamente políticas. Os efeitos dessa unificação estenderam-se amplamente às modificações do sistema previdenciário efetivas na década de 1970.

O crescimento da economia registrado na sequência da “profunda reforma no arcabouço institucional” (FIORI, 1995) ocorreu entre 1968 e 1973, momento que ficou conhecido como “milagre econômico” e marcou uma extraordinária expansão do capitalismo no país, liderada pelo setor produtor de bens de consumo durável e marcada por um forte incremento da concentração da renda.

Mas o projeto ditatorial de um “Brasil potência”, que o “milagre” parecia confirmar, foi posto em xeque pela conjunção de uma crise estrutural do capitalismo brasileiro com uma reversão na conjuntura econômica internacional, deflagrada pela ruptura dos pactos firmados em Bretton Woods (em 1971, quando o governo Nixon desvincula o dólar do ouro) e, em seguida, pela elevação dos preços do petróleo (1973). Todo esse quadro se torna mais complexo e dramático quando irrompe, em 1975-1976, a primeira recessão que, desde o segundo pós-guerra, generaliza-se para todos os países capitalistas desenvolvidos (MANDEL, 1990). Do ponto de vista econômico, a sorte do “milagre” estava selada.

Entretanto, no curto período do “milagre”, o regime militar deu continuidade às mudanças no sistema de previdência, preparadas pela refuncionalização expressa na criação do INPS. Tais mudanças só se tornam mais inteligíveis se recordarmos que o “milagre” foi contemporâneo do auge da repressão à dissidência política. Com efeito, ele coincide com o que Moreira Alves (1987) chamou de *Estado de Segurança Nacional*, quando o terror estatal foi acionado sem limites para a liquidação dos oponentes da ditadura.

O uso indiscriminado do terrorismo de Estado fez com que várias instituições da sociedade civil comesçassem a se mobilizar numa frente antiditatorial. Isso significa que a ditadura jamais contou para sua legitimação, de modo estável, com o consenso ativo da maioria da sociedade; na época do “milagre”, através da propaganda dos êxitos econômicos que promovia, obteve um

consenso passivo junto a importantes segmentos das camadas médias, beneficiados pelas políticas de concentração de renda (COUTINHO, 2000, p. 89-90).

De modo geral, para obter esse consenso passivo, junto às classes subalternas, o regime militar investiu fortemente em políticas sociais, como, por exemplo, as políticas habitacionais e educacionais. No âmbito da previdência, o regime deflagrou processos tendentes à obtenção desse consenso passivo, sobretudo junto às massas trabalhadoras, processos diretamente ligados aos resultados imediatos do “milagre”. Repete-se novamente aqui o padrão próprio da revolução passiva: ao mesmo tempo em que procedia à repressão do movimento operário e sindical, na cidade e no campo, o regime introduziu mudanças relevantes no sistema previdenciário, que ampliaram a sua abrangência e apontaram no sentido de uma efetiva universalização.

Assim, em 1971, com a criação do *PRORURAL*, viabilizaram-se os fundos necessários para a efetivação dos direitos previdenciários contemplados no Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963; em 1972, através da lei n.º 5.859, os benefícios previdenciários foram estendidos aos empregados domésticos; em 1973, através da lei n.º 5.850, os mesmos benefícios tornaram-se acessíveis aos trabalhadores autônomos, ou seja, sem carteira assinada. Com essas medidas, a porta da proteção previdenciária pública abriu-se ao conjunto da força de trabalho brasileira inserida no mercado formal e, no caso dos autônomos, até de setores do mercado informal. Reiterando o procedimento próprio a outros processos de revolução passiva, o regime ditatorial concluiu a tarefa que o Estado varguista iniciara nos anos 1930: encaminhou a previdência para o rumo da universalização.

O conceito gramsciano de revolução passiva permite compreender a ampliação de direitos sociais em conjunturas de restrição, ou mesmo de supressão, dos direitos políticos e civis, conforme visto nos dois períodos ditatoriais no contexto nacional (o Estado Novo e o Estado de Segurança Nacional). Nesses períodos, tanto o reconhecimento quanto a ampliação de direitos

sociais são instrumentalizados e manipulados para permitir uma base mínima de legitimação do regime político, através de um consenso passivo, próprio de processos de revoluções passivas.

Referências

- COUTINHO, C. N. Crise e redefinição do Estado brasileiro. In: PEPPE, A. M.; LESBAUPIN, I. (Orgs.). *Revisão constitucional e Estado democrático*. São Paulo; Rio de Janeiro: Loyola; Centro João XXIII, 1993.
- _____. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Orgs.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. pp. 173-200,
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido: Ensaio crítico sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. *Cadernos do cárcere*. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo: Unesp/Ensaio, 1990.
- MOREIRA ALVES, M. H. *Estado e oposição no Brasil*. 1964-1984. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

- OLIVEIRA, J. A. A; TEIXEIRA, S. M. F. *(Im)Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1996.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- TEIXEIRA, A. *Do seguro à seguridade: a metamorfose inconclusa do sistema previdenciário brasileiro*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1990.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª ed. revista. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)

Mauro Iasi

*“Lá vem o Brasil
descendo a ladeira”
Baby do Brasil*

Como síntese provisória dos estudos realizados nas disciplinas e grupos de estudo⁵⁶ realizados junto ao NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas) da ESS da UFRJ, arriscamos aqui o esboço de cinco teses sobre a formação social brasileira que têm orientado nossas reflexões.⁵⁷ Nossa premissa é que o desfêcho do ciclo aberto com o chamado processo de democratização,

56 Entre 2012 e 2016 foi oferecida como optativa no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS da UFRJ a disciplina *Estratégias de Transformação Social*, na qual se estudou a Estratégia Democrática e Popular, suas características e limites, dando continuidade e aprofundamento ao processo de balanço do período histórico iniciado no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, que ficou conhecido como “inventário”. No mesmo período, foram realizados os grupos de estudo sobre Ideologia junto ao NEPEM, que completavam os estudos com as dimensões da ideologia e o processo de consciência da classe trabalhadora.

57 Deve-se destacar aqui a realização do Seminário “Conhece-te a ti mesmo: um inventário da Estratégia Democrática Popular”, organizado em conjunto com os professores Victor Neves e Isabel Mansur, realizado na ESS da UFRJ e promovido pelo NEPEM em setembro de 2017.

com o golpe institucional, parlamentar e midiático de 2016 que derrubou do governo a presidente Dilma Rousseff, acabou por colocar questões qualitativamente novas em relação às reflexões que estão na base dos fundamentos teóricos e políticos do Serviço Social quanto à formação social brasileira.

Antes que apresentemos nossas cinco teses sobre a formação social brasileira, devemos expor uma consideração de ordem metodológica. Acreditamos que a teoria social de Marx se fundamenta numa compreensão da sociedade e da história que busca compreender a totalidade em seu movimento e suas determinações materiais. Para nós, isso implica naquilo que Engels ([1890], s/d, p. 284-285) descreveu como um complexo “jogo de ações e reações recíprocas” entre as diferentes esferas que constituem a totalidade social (econômica, jurídica, política e as formas de consciência correspondentes). Para nós, a materialidade e sua determinação encontram-se em cada um desses momentos e não apenas no momento econômico que se impõe como necessidade em última instância, isto é, não uma relação mecânica de forma que cada expressão (política, jurídica, cultural etc.) tenha que se remeter a um determinado fato econômico, mas que as formas superestruturais têm, cada uma delas, sua própria materialidade e suas formas ideais correspondentes, as quais no conjunto devem ser compreendidas no quadro de sua interação com as formas de produção e reprodução material da vida.

Ocorre que tal procedimento, longe de uma afirmação revelencial ao materialismo dialético convertido em dogma fetichizado, implica em uma postura teórica diante de nossos objetos de estudo. Tanto na pretensão de buscar as determinações dos fenômenos que estudamos, como na intenção de captar seu movimento próprio, suas contradições, a sucessão de formas, suas negações e superações, somos levados a compreender os próprios conceitos e categorias teóricas de forma qualitativamente diversa daquela que caracteriza tanto o positivismo como a sociologia compreensiva. Como forma de síntese que expressa esse nosso pressuposto, apresentamos esta reflexão de Lukács, no momento

mesmo de sua adesão ao marxismo, quando busca definir o que denomina de “marxismo ortodoxo”:

(...) os conceitos não são esquemas rígidos que, uma vez determinados, já não mudam seu sentido; consiste em que os conceitos não são configurações intelectuais isoladas entre si e que podem ser compreendidos abstratamente; são, ao contrário, realidades vivas, que geram um processo de transição contínua, de salto. Estes conceitos, assim compreendidos, criam um processo no qual os conceitos isolados se convertem necessariamente na antítese de sua formulação originária, na negação de si mesmos, para unificar-se ali, tal como na negação da negação, em sua unidade mais elevada, e assim sucessivamente até o infinito (LUKÁCS, 2005, p. 42).

Partindo dessa dupla premissa, isto é, que nossa formação social encerra um período histórico que se abriu com a crise da autocracia burguesa, apresentando-se com características qualitativamente diversas daquelas que imprimiam sua marca ao período anterior; e que nossa aproximação teórica deve captar esse movimento ela própria em movimento, no qual os conceitos nos servem de veículos que podem expressar o movimento do real e suas contradições e saltos; é que apresentamos nossas teses sobre a formação social brasileira.

1ª tese: a permanência do prussianismo e suas determinações

A crise da autocracia burguesa no final dos anos 1970 fez com que se apresentasse a hipótese que a formação social brasileira encontraria, finalmente, as condições de superar uma das características mais marcantes de nossa história: o prussianismo. Nosso passado colonial e a forma de nossa inserção no Modo de Produção Capitalista teriam imposto uma forma política que implicaria em determinar “pelo alto” as condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção propriamente burguesas, daí a referência ao termo leniniano de

“via prussiana”, por sua vez relativo às características através das quais se deu o desenvolvimento do capitalismo na Prússia, analisado por Marx. A própria ditadura teria gerado as bases para um processo que levava além dos limites da forma política tradicional que havia até então marcado nossa formação social, isto é, o fato de um Estado forte se impor a uma sociedade-civil fraca e gelatinosa. A passagem para o “capitalismo monopolista de Estado” exigiria um conjunto de mediações entre a sociedade e o Estado que acabaria por fortalecer a sociedade-civil burguesa, mudando qualitativamente a correlação de forças entre as classes, o que poderia fortalecer o avanço dos trabalhadores e suas demandas, diminuindo proporcionalmente a capacidade da burguesia em manter o Estado como instrumento exclusivo de seus interesses (COUTINHO, 2006, p. 454).

No fundamental essa compreensão implicava na previsão de um devir histórico no qual a luta de classes se daria em um terreno mais favorável aos trabalhadores, ainda que não isento de contradições e dificuldades, uma vez que a luta de classes teria que se dar no quadro de uma disputa política nos marcos de uma institucionalidade democrática, neutralizando ou relativizando os instrumentos propriamente coercitivos da ordem burguesa que desequilibrariam o jogo em favor dos interesses dominantes.

No outro lado do espectro político, as classes dominantes esperavam operar a abertura política de forma “gradual, lenta e segura”, de maneira a garantir que o trânsito para a forma democrática não implicasse em perda de poder e controle por parte das camadas dominantes, tal como expresso nas concepções de Golbery do Couto e Silva no momento mesmo da distensão política ao final da ditadura (SILVA, [1980], 1993, p. 117).

É forçoso reconhecermos que, diante do desfecho político do golpe de 2016, foi a estratégia das classes dominantes que acabou por se impor como vitoriosa, uma vez que durante todo o processo de “democratização” seus interesses não chegaram a ser ameaçados, mesmo no auge daquilo que foi a experiência petista de uma “democracia de cooptação” (FERNANDES, 1975; IASI, 2017).

Aqui se apresenta nossa primeira tese: as determinações da via prussiana e da autocracia burguesa no Brasil, nos termos apresentados por Florestan Fernandes (1975) e suas implicações para o campo específico do Serviço Social tal como estudadas por José Paulo Netto (NETTO, 2008), não foram alteradas pelo equilíbrio conjuntural da luta de classes nos anos 1980 e 2000, de maneira que, no que lhe é fundamental, a forma política brasileira segue sendo um Estado Burguês que tem por principal característica organizar o domínio de uma pequena parte da sociedade (na origem uma aliança burguesa oligárquica que se desenvolveu para um bloco burguês monopolista em aliança com o imperialismo e o latifúndio, culminando num bloco monopolista em seus diferentes segmentos com o capital imperialista) sobre a maioria da população, dos trabalhadores e dos demais segmentos explorados pela ordem capitalista-burguesa, que só podem chegar a uma inserção precária na ordem democrática, nos termos de uma democracia de cooptação ou de uma democracia restrita.

Nossa hipótese é que essa forma política não é determinada em sua substância somente pela correlação de forças, ainda que esta possa implicar em aspectos importantes na forma do governo e do Estado Burguês, mas também pelo caráter do capitalismo dependente e a forma particular de inserção na ordem capitalista e imperialista (FLORESTAN, 1973; MARINI, 2005; FONTES, 2010). Uma vez que o chamado período de democratização correspondeu a um aprofundamento e não a uma relativização do capital monopolista e da dependência, produz-se um paradoxo, isto é, a forma democrática do Estado Burguês tinha que se efetivar nas condições não superadas da dependência, o que implica na superexploração da força de trabalho e das consequências incontornáveis para a maioria da população, que se expressam na dramaticidade da questão social no Brasil. A síntese possível, mas precária e necessariamente temporária, foi a democracia de cooptação, mas durante todo o processo o que vimos foi a coexistência dos aspectos coercitivos e de formação de consenso, o que tornou possível o desfecho autoritário verificado.

Essa hipótese nos leva a redefinir aspectos importantes sobre o Estado no Brasil. Ainda que a forma tenha se alterado no período, de uma ditadura para um chamado Estado Democrático de Direito, o Estado burguês soube combinar, aprimorar e fortalecer tanto os aspectos de busca de formação de consenso momentâneos, como os instrumentos antigos e novos de coerção. Essa constatação nos leva a reafirmar em um novo patamar o conceito gramsciano de hegemonia como síntese entre coerção e consenso e não como o trânsito de um aspecto ao outro (GRAMSCI, 2007, p. 95; IASI, 2017).

O que vimos no período que se encerra é um movimento da forma do Estado Burguês, saindo da ditadura aberta do capital monopolista sob tutela militar para um Estado Democrático caracterizado pelo rodízio de forças políticas no controle do governo no quadro de uma ordem burguesa monopolista inalterada e, finalmente, para a quebra da ordem democrática legitimada pela institucionalidade burguesa (parlamentar, judicial, midiática etc.) e garantida pela tutela militar, ambas fortalecidas.

2ª tese: a materialidade da forma política e do estado burguês é determinada pela natureza capitalista, monopolista e imperialista da ordem mundial contemporânea

Nossa segunda tese é um desdobramento da primeira e diz respeito às determinações da forma política e de suas metamorfoses. Como afirmamos, o caráter do Estado Burguês no Brasil e aquilo que se expressa em sua tendência a se impor pelo alto não deriva de um mau desenvolvimento político, jurídico, institucional ou cultural,⁵⁸ mas reside na materialidade da produção e reprodução da vida nos marcos das relações sociais e formas de propriedades estabelecidas, se preferirem, na esfera econômica.

58 Como veremos em nossas teses 3 e 4, esses aspectos superestruturais produziram um efeito de volta de grande importância para a compreensão de nossa formação social, seja na forma e peso da institucionalidade burguesa, seja culturalmente com a manifestação do conservadorismo e uma nova forma do senso comum muito distinta daquela prevista como consequência do amadurecimento democrático do Brasil no último período.

Prevaleceu no imaginário político do período que se encerra a compreensão de que seria possível uma “democratização da política” mantendo-se, seja num primeiro momento, seja como aspecto insuperável, a ordem econômica capitalista. Essa compreensão partia da ideia de que a força política dos trabalhadores seria a base para, gradualmente, alterar a ordem econômica, relativizando seus aspectos mais perversos, expressos na concentração de renda e nas desigualdades (sociais e regionais) consequentes.

Nossa hipótese é que tal compreensão acabou por levar ao equívoco de vincular o amadurecimento e as condições da socialização política e da dinâmica de direitos ao bom desenvolvimento da economia capitalista. Já em 2002 ao apresentar os eixos de sua proposta de governo, o PT afirmava como prioritário os três primeiros eixos relativos à chamada dívida social (gerar empregos, melhores salários, diminuição das desigualdades, reforma agrária etc.), à democratização da sociedade e do estado e à inserção soberana na ordem internacional. Mas alertava que esses eixos estariam subordinados à capacidade de manter em funcionamento adequado a economia do país, e, para isso, se apresentava o compromisso de manter os marcos macroeconômicos de saneamento do Estado (equilíbrio orçamentário, fiscal e cambial), assim como incentivos ao desenvolvimento econômico.

Nossa afirmação é que o Brasil desenvolveu um capitalismo completo nos marcos de sua inserção subordinada e dependente à ordem capitalista e imperialista, e isso implica sua adequação aos padrões da acumulação de capitais que hoje predomina nesta ordem, isto é, uma forma chamada de “flexível” para ocultar ideologicamente seu aspecto extremamente predatório, precarizante das relações de trabalho e contrato, intensificadora da exploração e extração de mais valor, mercantilizante de todas as esferas da vida.

Dessa maneira, a forma política da democracia de cooptação acabou por gerar as condições para o trânsito “modernizador” das condições da exploração capitalista nos novos marcos “flexibilizados”, levando a um patamar ainda maior de concentração e centralização monopolista e ao inevitável aumento das desigual-

dades. Ainda que tenhamos presenciado um enfrentamento aos efeitos mais agudos da miséria absoluta nos termos da democracia de cooptação (como analisaremos na tese 5), o grau da exploração e da proporção em que a riqueza socialmente produzida concentrou-se nas mãos dos segmentos e frações da burguesia monopolista e seus aliados aumentou consideravelmente.⁵⁹

A ordem capitalista imperialista mundial e o padrão de valorização do capital contemporâneo mundializado, como o peso que representa o segmento financeiro do capital, impõem um novo papel aos Estados Nacionais como mediador essencial entre as diversas esferas de produção ocupadas em extração de mais valor das populações trabalhadoras nacionais e os canais pelos quais a acumulação de capitais flui para o centro do sistema imperialista. No centro desse novo papel, encontramos os mecanismos da dívida e a disputa do fundo público (SALVADOR; BEHRING; BOSCHETTI; GRANEMANN, 2012). Resumidamente podemos afirmar que, nessa forma, o desenvolvimento econômico é sugado pelas políticas de superávits primários e a sangria de recursos financeiros, aprofundando as desigualdades, acelerando a privatização e mercantilização dos serviços essenciais e impondo patamares ainda mais perversos da exploração do trabalho.

Sabemos que a ordem monopolista havia imposto uma nova forma do Estado Burguês a ela associada (NETTO, 2006) que implicava em assumir tarefas direta e indiretamente econômicas a serviço da garantia das condições de manutenção das relações que estão na base das relações sociais que permitem ao capital manter seu processo de valorização. Outro aspecto não menos relevante é que esse Estado tem de garantir as condições de legitimação da ordem em que se sustenta, daí o desenvolvimento das chamadas políticas públicas ligadas à reprodução da força de trabalho. Ora, o capital monopolista altamente desenvolvido na fase atual do Modo de Produção Capitalista não pode prescindir dessas funções, ao mesmo tempo que suas consequências naturais

59 Segundo informações do IPEA sobre a concentração de riquezas, nos anos 1990 os 10% mais ricos concentravam cerca de 53% da riqueza nacional, mas passaram em 2012 a concentrar 74,2% dessa riqueza.

solapam a legitimidade da ordem burguesa junto ao conjunto dos trabalhadores e da enorme superpopulação relativa que produz como inevitabilidade. A ordem econômica e seus nexos com a forma política atual é uma resultante dessa contradição: precisa garantir as condições de relações sociais e formas de propriedade que geram um grau de exploração que solapa as condições mínimas de legitimidade da ordem em que se fundamentam.

Tudo indica que a forma política para cumprir tal papel não é a ordem democrática. A conclusão, portanto, de nossa segunda tese é que a base econômica que se esperava ser a base para o processo de democratização da política converteu-se na base que exige a negação dessa forma democrática e reatualiza as bases da autocracia burguesa naquilo que lhe é fundamental, isto é, uma ordem que encontra sua legitimidade nos estreitos limites daqueles que dela se beneficiam, restando aos demais a imposição violenta dos meios coercitivos e a intensificação dos mecanismos explicitamente ideológicos que encobrem e justificam a ordem social existente.

3ª tese: a luta de classes e a “questão social” assumirão uma nova forma e se desenvolverão em um cenário qualitativamente distinto

Nossa terceira tese é que, dadas as condições econômicas e políticas descritas, a luta de classe não se manifestou nem nas formas nem nos cenários que até então tem se expressado. Sabemos que a chamada “questão social” é a expressão das contradições da socialidade capitalista, das desigualdades oriundas da produção social da riqueza e de sua acumulação privada, da lei geral da acumulação capitalista, mas, o que é fundamental ao nosso tema, ela só existe na medida em que é personificada pelas classes fundamentais em luta, seja na perspectiva conservadora de defesa da ordem, seja na perspectiva da transformação social (NETTO, 2006).

O período que se encerra é a história do amadurecimento de uma dessas personificações, a classe trabalhadora, desde a retoma-

da das lutas operárias no final dos anos 1970, na sua organização em torno de uma plataforma de direitos e interesses, até sua atual desconstrução de volta à serialidade e à fragmentação. Durante todo esse percurso, a luta de classes parecia confirmar as expectativas anunciadas em nossa primeira tese, isto é, que o cenário da luta de classes se daria no interior de uma ordem institucional democrática. No entanto, mais de uma década da experiência petista no governo levou, ao contrário do que se esperava, não ao fortalecimento da classe trabalhadora, suas organizações e sua consciência de classe, mas ao contrário, a uma inflexão no movimento de sua constituição.

A classe trabalhadora foi de fato o elemento dinamizador da sociedade brasileira no último período, mas ela não estava sozinha no campo de batalha. Por vezes parece à consciência social de nossa época que a “sociedade” brasileira lutava contra fantasmas de um passado a ser superado, de forma que nessa categoria “sociedade” caberiam todos os que, ainda que por interesses diversos, se empenhavam em construir as condições de “um novo país”. Sempre nos perguntamos: contra quem? A resistência não vem de anacronias fantasmagóricas, mas de interesses bem precisos, em parte descritos na tese anterior, e que também encontravam suas personificações adequadas (IASI, 2017). O programa apresentado originalmente pelo PT falava em tarefas “antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias”, num pálido eco empobrecido do programa histórico dos comunistas brasileiros de períodos passados. Ora, a execução de tal programa implica o enfrentamento frontal contra os segmentos monopolistas (da indústria, do agronegócio, dos setores financeiros, da circulação, dos serviços etc.) e do imperialismo. A forma política do pacto de classes e da conciliação, como eixo central da manutenção da governabilidade no ciclo petista, quebra a autonomia e a independência de classe, desarmando os trabalhadores para os necessários confrontos com seus inimigos.

Uma das consequências da tese anterior é que as classes dominantes operam a construção de sua hegemonia combinando

os elementos de coerção e construção de consenso, exatamente por que o Estado é sempre a expressão dos interesses das classes dominantes que necessitam apresentar esses interesses como se fossem expressão de interesses gerais. Uma vez que esse exercício do poder é sempre um “equilíbrio instável”, dada a natureza antagônica dos interesses dominantes e das classes trabalhadoras, o Estado burguês sempre está pronto para reverter as formas democráticas em formas abertamente autocráticas na medida em que seus interesses econômicos corporativos se vejam real ou potencialmente ameaçados (GRAMSCI, 2007, p. 41-42).

O que presenciamos em 2016 foi essa inflexão, não por que o movimento dos trabalhadores ameaçasse a ordem capitalista, pois estava preso aos termos da conciliação de classes, mas pela própria dinâmica da crise do capital e da instabilidade política e institucional gerada. A intensa luta entre as frações de classe da burguesia monopolista e suas personificações políticas, assim como a persistência da crise, leva à necessidade de ataques cada vez mais profundos contra os trabalhadores e o patamar de direitos conquistados. O resultado é que o cenário no qual se desenvolve a luta de classes é qualitativamente distinto daquele em que se desenvolviam as lutas sociais nas décadas passadas.

Nenhum dos aspectos que agora se evidenciam deixava de estar presente na forma política do chamado “Estado Democrático”: a criminalização dos movimentos sociais, o extermínio dos pobres, a violência policial e a política prisional, o jogo político controlado pelos interesses econômicos e a arquitetura do chamado presidencialismo de coalisão. No entanto, cada um desses elementos é potencializado numa guerra aberta para garantir o governo usurpador e sua missão de impor as reformas necessárias ao grande capital monopolista e ao imperialismo.

Presenciamos uma dinâmica, desde 2013, na qual os impasses acabam por explodir em manifestações de massa pontuais, extremamente fortes, mas pouco eficazes (jornadas de junho de 2013, os ensaios de Greve Geral em 2017, a greve dos caminhoneiros em 2018), acentuando a crise das representações sindicais e formas

tradicionais de organização, inclusive as expressões partidárias.

Se no início do ciclo no final dos anos 1970 tínhamos uma crise do capital em um momento em que as lutas sociais e operárias produziam uma fusão de classe e indicavam a passagem para a constituição dos contornos do que denominamos de “classe em si”, nos termos marxianos (MARX, 2009), hoje a crise, por várias razões muito mais profunda e grave, se dá em um momento de derrota política dos trabalhadores e de reversão para a serialidade (SARTRE, 1979). Uma correlação de forças extremamente desfavorável que explica, em parte, o relativo sucesso de um governo usurpador e sem nenhum apoio social em impor as medidas de desmonte de direitos, sucateamento das estruturas estatais e das políticas sociais.

Tal dimensão do ataque contra os trabalhadores não poderia ser compreendido apenas como resultado de um momento de derrota política. O que se evidencia no cenário da luta de classes é a eficiência de instrumentos de garantia do poder burguês que foram relativizados ou incompreendidos na sua real dimensão. De certa maneira, consolidou-se a compreensão de que o processo de democratização incidiria em uma alteração positiva no senso comum, em outros termos, na consciência imediata das massas. No contraste à autocracia burguesa em sua forma abertamente ditatorial, se desenvolveria no Brasil um senso comum “democrático”, “cidadão”, fundado na compreensão dos direitos e do convívio democrático, na aceitação da diversidade, da tolerância aos diversos padrões de conduta religiosa, sexual, política e cultural, de respeito aos direitos humanos, o que poderíamos resumir na forma de uma consciência “democrática-cidadã”.

O brutal ataque aos trabalhadores se apoia, entretanto, na certeza da fragilidade dessa consciência e na sua não universalização como senso comum; pelo contrário, apoia-se na convicção de que o senso comum expressa as cores evidentes do conservadorismo e, em muitos casos, de uma visão reacionária do mundo, em tudo diversa dessa projeção ideal cidadã. O senso comum se revela intolerante, preconceituoso, violento, sectário, irracional,

antidemocrático, anticomunista e propenso a apoiar alternativas autoritárias.

Acreditamos que estamos diante de dois momentos, ambos reais e efetivos, da manifestação do senso comum. O primeiro que expressava os movimentos da luta de classes no momento da crise da autocracia burguesa e do processo de democratização; o segundo que expressa a crise desse processo e sua negação pelos limites da política de conciliação de classes que predominou.

Ambos são reais e efetivos, pois são expressões ideais dos aspectos contrários em choque na luta de classes, no entanto, o segundo é mais efetivo pelo fato de que é a expressão ideal de uma ordem capitalista e de suas relações interiorizadas como valores, representações, juízos, formas de comportamento, enquanto o primeiro é a expressão de uma intencionalidade política em contradição com essas relações e esse universo ideal. A ideologia burguesa interpela diretamente essa consciência imediata que a reconhece, enquanto os valores “democráticos” se apresentam como “não correspondentes”, inclusive e principalmente pelo fato de que a democracia representativa encobriu a continuidade de formas carcomidas de domínio e de opressão que se perpetuavam no cotidiano.

Esse aspecto faz com que uma política claramente contrária aos interesses dos trabalhadores encontre entre as massas as bases de sustentação passiva, mas por vezes ativa, que desequilibra a correlação de forças e sustenta a reação política. Isso implica que a perspectiva “democrática” e, ainda mais a revolucionária, tenha que lutar não apenas contra seus inimigos de classe, mas contra significativos setores da classe trabalhadora e das massas populares capturadas pela ideologia dominante.

Não devemos subestimar o papel de inúmeros aparatos privados de hegemonia da ordem que realizam com sucesso essa mediação entre os valores interiorizados de uma ordem como consciência imediata e os interesses dominantes em luta por sua supremacia. Aqui se destacam as instituições religiosas, notadamente a rede de igrejas evangélicas, os meios de comunicação de

massa, a persistência de formas de família e comportamentos morais, assim como o papel de uma rede de instituições com grande poder econômico e enraizamento social como ONGs, fundações etc. Apenas afirmamos que essa rede de aparatos opera sobre uma base que lhes favorece, uma vez que interpelam valores na consciência imediata que encontram eco na correspondência da substância das relações das quais se originam.

4ª tese: a consolidação da sociedade-civil burguesa altera qualitativamente a luta por direitos

A combinação de todos os fatores até então descritos (o caráter do Estado Burguês e sua atual forma, a base material dessa forma política no momento da acumulação de capitais na forma contemporânea, a alteração no cenário da luta de classes e a inflexão política no processo de constituição da classe trabalhadora como classe) nos leva à nossa quarta tese: a consolidação da sociedade-civil burguesa nos coloca em um novo patamar no qual a luta por direitos (que caracterizou o ciclo que se encerra) é substituída pela aceitação de garantias sociais mediadas pelo mercado.

A ordem monopólica contemporânea e o novo papel do Estado diante das necessidades do capital financeiro e do caráter parasitário do capital imperialista implicam numa apropriação singular da riqueza socialmente produzida. Todo esforço produtivo da força de trabalho é dilapidado para garantir as condições de lucratividade predatória do capital monopolizado, a saúde do capital financeiro e o bem-estar do fluxo de capitais para a concentração privada nas mãos de menos de 1% dos segmentos mais ricos e do centro do sistema imperialista. No centro desse drama encontra-se a “disputa” pelo fundo público.

Na verdade, se trata pouco de “disputa”. Tal ideia deriva de um dos componentes essenciais do universo ideal do ciclo que se encerra, ou seja, de uma correlação de forças entre as classes em luta de forma que a parte que cabe ao capital estabelece um cabo de guerra com a sociedade e suas demandas por educação,

saúde, moradia, segurança, saneamento, cultura etc. Essa “disputa” é desvirtuada em dois sentidos fundamentais: primeiro, pela instituição de mediação da distribuição dos recursos – o Estado burguês e seus governo; segundo, pela apropriação das demandas da sociedade como, elas também, meios e formas de valorização.

A arquitetura da forma política, as eleições, o financiamento e o jogo de cartas marcadas da democracia representativa que leva à constituição das instâncias governativas e parlamentares do Estado burguês determinam de antemão a supremacia dos interesses do capital transpostos para as bases das políticas econômicas que constroem a distribuição do fundo público para satisfazer o apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. Em segundo lugar, mesmo os recursos supostamente disponibilizados para as demandas que visam necessidades essenciais ou serviços e estruturas que interessariam ao conjunto da sociedade são apropriados para saciar essa mesma fome de valorização, como as políticas de infraestrutura, habitação e outras para satisfazer as grandes empreiteiras, ou a financeirização das políticas sociais (GRANEMANN, 2012) e o desvio de recursos públicos para OSs operarem serviços de saúde, quando não diretamente para empresas privadas, via subsídios ou financiamento direto, como no caso da educação privada.

Essa operação não seria tão eficaz sem a mediação de mecanismos ideológicos. Parte da sociedade incorporou a concepção que associa ineficácia aos serviços públicos e eficácia ao setor privado, e a compreensão fundamental de que o acesso a serviços, bens e direitos pode e deve ser mediada pelo mercado e deriva da capacidade de indivíduos em concorrência alcançarem posições mais ou menos favoráveis na escala social. Nessa lógica, caberia ao Estado apenas a política compensatória e corretiva de atendimento aos que são derrotados nessa concorrência por sua própria incapacidade ou fatores do azar.

O resultado desse processo é a reconversão da lógica de “direitos” por políticas compensatórias, fragmentadas, focalizadas e refilantropizadas. Tal postura permite ao poder público saciar os

interesses do capital monopolista e financeiro e, com o pouco que sobra, centrar sua atenção no atendimento pontual e focalizado em direção aos efeitos mais agudos da miséria absoluta. Ainda assim, o poder público faz isso se tal iniciativa for potencialmente possível de contribuir de alguma forma com o processo de valorização ou reprodução do capital fictício.

A parte da sociedade que resiste contra a perda de direitos (organizações sindicais, partidos políticos, movimentos sociais) ao lado daqueles que lutam por eles (movimentos sociais, segmentos sociais oprimidos etc.) se confronta contra essa lógica nadando contra a corrente que parece ser ajudada por amplos segmentos da massa proletária empenhada em iniciativas guiadas pela concorrência, pela meritocracia, pelo empreendedorismo e pela disputa de recursos nos balcões de projetos que fariam a “loteria” de Luís Bonaparte parecer um empreendimento sério.

Esse cenário sombrio é a mais clara reversão de uma expectativa estruturante do ciclo que se encerrou. Aceitou-se como premissa a tese essencial de Marshall (1967), segundo a qual a dinâmica do direito seria cumulativa e progressiva de forma que o acesso efetivo aos direitos civis e políticos levaria à conquista de direitos sociais pelo aperfeiçoamento dos marcos institucionais do Estado nessa direção. O cenário descrito por nós, tendo por base a crise do capital e o momento mundial da civilização capitalista, leva não a um aprimoramento do direito, mas a uma reversão mesmo no sentido dos direitos civis mais elementares como mostram didaticamente os termos do *Patriotic act* nos EUA depois dos ataques de 2001, as leis anti-imigração na comunidade europeia, a tolerância do direito internacional contra violações explícitas de seus fundamentos nos conflitos como na Líbia e Síria, para não falar da barbárie do Estado Sionista de Israel contra a Palestina. O mesmo pode ser dito da complacência bovina com a qual a estrutura judiciária brasileira vê os termos da Reforma Trabalhista, a chacina diária das diferentes políticas de segurança pública, transformadas em máquinas de extermínio de jovens negros e de matéria-prima para o encarceramento contra todos

os dispositivos previstos na legislação específica, como a Lei de Execuções Penais, a Constituição Federal e os tratados que definem o respeito aos Direitos Humanos.

O que se evidencia é a constatação, brutal e explícita, de que não há nenhum fundamento para o direito, nem no corpo mítico de supostos direitos naturais, nem na abstração de patamares civilizatórios, que não seja a luta de classes e a materialidade das relações sociais que constituem a base real da forma jurídica.

A consequência de nossa quarta tese é que a consolidação da sociedade-civil burguesa, ao consolidar o quadro de instituições e mediações entre a sociedade e o Estado no Brasil, criou as condições para que a materialidade das demandas do capital e seu impulso à valorização em tempos de barreiras que seu próprio mecanismo levanta no momento de sua crise possam encontrar a forma jurídica adequada e as instituições que as legitimam, respaldadas e justificadas pelo conjunto da ideologia e uma particular manifestação de uma cultura que emerge dessas mesmas relações e se enraíza na sociedade como um senso comum correspondente.

5ª tese: o Serviço Social pode se converter em um dos instrumentos de legitimação da barbárie

Os estudos seminais de Yamamoto (2008) e José Paulo Netto (2006) dão conta da localização precisa do campo do Serviço Social, seja como profissão inscrita numa determinada divisão social do trabalho, seja como funcionalidade diante de uma nova configuração do Estado burguês em sua fase monopólica, mas fundamentalmente diante da intencionalidade crítica que se expressa como intenção de ruptura diante da ordem do capital. Já nesse momento das formulações que se convertem em fundamentos de uma particular intencionalidade do Serviço Social, vemos precisamente identificado o paradoxo de ser uma profissão que responde a uma necessidade da ordem burguesa e um campo profissional e teórico comprometido com um projeto ético-político que tem por horizonte a emancipação humana.

A centralidade dos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde opera o profissional do campo tem sido as chamadas políticas públicas, ainda que não exclusivamente, o que torna possível a contraditoriedade do paradoxo encontrar um caminho de sua efetivação. As chamadas políticas públicas são a expressão da luta entre os interesses das classes e diversos segmentos que constituem a sociabilidade burguesa, isto é, ainda que expressem as necessidades de legitimação da ordem burguesa e das tarefas de reprodução e controle da força de trabalho (NETTO, 2006), expressam, também os interesses e necessidades da classe trabalhadora em toda sua diversidade. Isso implica em afirmar que, sem desconsiderar seu caráter de ser uma profissão da ordem burguesa (aliás como todas, incluindo aí o professor crítico remunerado pelo Estado e o revolucionário profissional sustentado pelo fundo partidário), o assistente social podia operar uma política de direitos e acesso a bens e serviços no sentido de constituição da classe em seu contínuo processo de formação de uma classe em si e trânsito para uma classe para si (o que necessariamente vai além do espaço sócio-ocupacional do campo do Serviço Social).

O problema é que, se estamos corretos em nossas ponderações nas teses 3 e 4 por nós apresentadas, o profissional do serviço social tem o risco potencializado de ser o administrador da gestão da precarização do acesso a serviços através de ações públicas menos identificadas como “direitos” e mais direcionadas a ações focalizadas de controle e minimização dos efeitos da miserabilidade absoluta, ainda assim, de forma focalizada e gotejante.

Estamos convencidos de que a ideologia é muito mais eficaz quando oculta a si mesma (EAGLETON,1997), de forma que uma sociedade racista que opera cotidianamente a opressão e o preconceito pode provocar a revolta e a indignação, fermentos de luta e transformação, ao passo que uma sociedade racista que tem instituições de combate ao racismo, dispositivos legais que o criminalizam, campanhas publicitárias em que os protagonistas são negros, filmes onde uma negra está no deque de comando da *Interprise*, podem, com muito mais eficácia, reproduzir o racismo

cotidiano sob o manto enganoso da tolerância (ZIZEK, 2014). Da mesma forma, uma ordem excludente e predatória que concentra riquezas e propriedades na mão de uma ridícula minoria se oculta ideologicamente de forma muito mais eficaz quando opera “políticas públicas”, “distribuição de renda”, “direitos sociais”, do que quando explicitamente os nega. Por isso, estamos convencidos de que a democracia de cooptação é preferível, para os interesses burgueses, à ditadura aberta. No entanto, não se trata de preferências, mas de necessidades. A ordem democrática cumpriu seu papel, mas as demandas e necessidades da acumulação de capital agora exigem o sacrifício da ordem democrática no altar da valorização, e os sacerdotes se empenham em convencer os fiéis de que é para sua salvação.

A questão que nos interessa é: qual o papel dos assistentes sociais nesse novo desenho do Estado e das políticas públicas?

Aqui temos de ser cuidadosos em nossas considerações. Nosso primeiro ímpeto é declarar a pleno pulmões que resistiremos, guiados por valores emancipatórios e por nosso projeto ético-político. Essa tem sido a postura política (e ética) de nossas entidades, do CEFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO que não esperam o golpe de 2016 para resistir aos desmontes de direitos e à direção perversa das políticas sociais ainda no quadro de uma democracia de cooptação. Seria, no entanto, equivocado generalizar tal postura para o conjunto da categoria profissional e, mesmo, para a intelectualidade que forma e formula no campo. Lembremos inicialmente que a democracia de cooptação encontrou seus porta-vozes no interior do campo, os quais, ainda que com as “melhores das intenções”, implementaram políticas e justificaram os termos da conciliação de classe.

Em tempos como os nossos é necessário esclarecer o que é e o que não é ironia. Não estou sendo irônico ao me referir às “melhores intenções” quando me dirijo àqueles que implementavam serviços e políticas no ciclo da conciliação de classes. Temos que distinguir entre o sentido geral da conciliação e seus protagonistas (que devem ser identificados e responsabilizados) e aqueles

que na linha de frente procuravam operar políticas e serviços para garantir o acesso dos trabalhadores a um ou outro direito, na defesa do SUS e na operação de seus serviços, na vida diária dos CAPs, nos programas de saúde da família, na implantação do SUAS, na linha de frente do atendimento na assistência, na seguridade social, nas empresas, no sistema carcerário, junto às populações da periferia, nas diferentes instâncias de garantias de direitos contra a opressão contra as mulheres, junto à comunidade LGBT, no combate ao racismo ou nos diferentes pontos institucionais em que a “questão social” explode de forma mais dramática. Ignorar e menosprezar os esforços desses colegas é um equívoco teórico, uma flagrante falta de solidariedade de classe e, no limite, um profundo preconceito contra quem trabalha e não tem a opção de viver no reino dos fundamentos e dos princípios.

A contraditoriedade de nossa ação é que operamos com uma intencionalidade que está em flagrante contradição com o mandato institucional de onde atuamos. Isso não é novo nem é específico do Serviço Social, é o destino de todos aqueles que vivem na ordem do capital e adquiriram consciência da necessidade de superá-la. Nossa quinta tese diz respeito ao fato de que, talvez, venhamos a sentir saudade dessa contradição. O espaço institucional no qual realizamos nossa tarefa sócio-ocupacional tende, pelas condições gerais expostas, a impor o mandato institucional subjugando nossa intencionalidade ético-política transformadora.

Nessas condições uma ampla faixa dos que vivem e trabalham no campo no Serviço Social tende a procurar formas de adequação e sobrevivência, moldando-se às exigências da realidade em sua nova forma. No momento de ascensão das lutas e de processo de fusão de classe (no caminho de sua constituição em classe em si), o serviço social poderia afirmar sua intenção de ruptura e isso coincidir com um setor significativo da categoria. Nas condições atuais é mais provável que a consciência crítica e o compromisso político transformador se expressem em uma vanguarda que terá que dialogar com a diversidade de formas de amoldamento, quando não, com setores abertamente conservadores no interior no próprio campo.⁶⁰

60 A palestra da professora Rosângela Batistoni na oficina da ABEPSS sobre

Uma conclusão otimista: tudo ainda vai piorar muito antes de melhorar

Estas notas de estudo não se propõem a conclusões precipitadas, principalmente pelo fato de que intencionam apontar caminhos de pesquisa e de estudos. Sabemos, no entanto, que o pessimismo da razão pode levar, por vezes, ao imobilismo. A dramaticidade de nossa conjuntura deixa poucas margens ao otimismo e a seriedade da situação deve nos preparar para cenários pouco alvissareiros. Estamos convencidos de que isso se deve ao fato de não estarmos diante de um problema passageiro que se corrija como uma adequação tática, mas diante do esgotamento de uma estratégia que predominou no último período e que deriva de profundos equívocos e incompreensões quanto à caracterização de nossa formação sócio-histórica.

Isso implica que nossa tarefa é dupla. Resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que empreendemos o árduo caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia que nos permita superar a ordem do capital em direção à emancipação. Sairemos desta noite como saímos de outras e uma nova fase de luta se apresentará à classe trabalhadora; enterraremos nossos mortos e parte de nossas ilusões, e plantaremos sonhos no solo fértil da luta.

O curioso é que o desfecho do período e a forma trágica de sua manifestação não são a negação de nossas afirmações, mas sua plena confirmação. As pessoas não deviam se espantar, mas é compreensível que se espantem. A passagem de uma era para outra não é um processo linear, nem idílico, costuma ser violento, explosivo e catastrófico, como todo fim, como toda morte. O problema não é dos mortos, mas a herança dos vivos.

O serviço social crítico encontra-se emaranhado no interior desse dilema e isso é bom, pois é sinal de que não perdeu seu norte transformador, mas ele não é nem pode ser uma ilha de

fundamentos do serviço social em atividade realizada no Rio de Janeiro em 06 de novembro de 2017 torna-se um paradigma essencial para nos localizar nessa questão. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vhPDrpUf8vs>>; <<http://www.abepss.org.br/noticias/tvabepssdisponibilizavideosdoiseminariacionalso-breosfundamentosdoservicosocial-198>>.)

emancipação e crítica em meio ao mar de alienação e dominação em que vive o conjunto da classe que escolhemos como nossa. O destino de nossa classe será o nosso destino, mas sua derrota marcará igualmente nossa carne. Ao lado da marca recente dessa dor estão velhas cicatrizes. Saberemos aprender com elas? Passo a mão sobre as minhas e elas me sussurram revelações.

“Cicatrizes são como folhas secas:
já foram verdes
já foram vivas
já foram corte
já foram dor
Cicatrizes são coisas passadas
que não se foram.”
Mauro Iasi

Referências

- BATISTONI, M. R. *Debate sobre os fundamentos do Serviço Social*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vhPDRpUf8vs>>. Acesso em: 3 de junho de 2018.
- COUTINHO, C. Democracia como valor universal. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- _____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Contra corrente*. São Paulo: Cortez, 2008.
- ENGELS, F. Carta à Bloch [1890]. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- FONTES, V. O. *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/Ed. UFRJ, 2010.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRANEMANN, S. A. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008
- IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.
- IASI, M. L. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: ICP, 2017.
- LUCE, M. S. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, G. O que é marxismo ortodoxo. In: *Tática y Ética: escritos tempranos*. Buenos Aires: El cielo por assalto, 2005.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI; STEDILE. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARSHALL. T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SALVADOR, E. et al. *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- SARTRE, J. P. *Critica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Losada, 1979.
- SILVA, G. C. Conjuntura Política Nacional: o poder executivo. [1980]. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp 111-135, dez 1993.
- ZIZEK, S. *Violência, seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

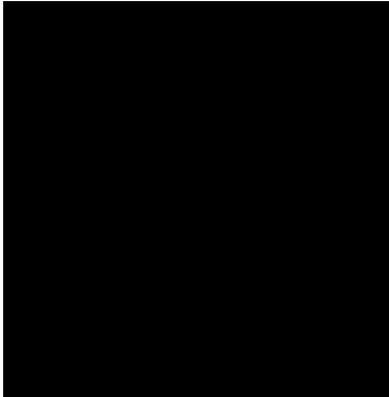


Imagem do Brasil em Carlos Nelson Coutinho

Victor Neves

Carlos Nelson Coutinho ensinava que não são muitos os pensadores que formularam, em sua obra, uma “imagem do Brasil”. O estudo do pensamento daqueles que o fizeram é especialmente importante, na medida em que tais imagens capturam rasgos essenciais da formação econômico-social brasileira.⁶¹ Os pensadores que o fazem

articulam sempre juízos de fato com juízos de valor, na medida em que não se limitam a fornecer indicações para a apreensão de problemas específicos da vida social de nosso país [...], mas se propõem – para além e/ou a partir disso – a nos dar uma visão de conjunto, que implica não só a compreensão de nosso passado histórico, mas também o uso dessa compreensão para entender o presente, e, mais do que isso, para indicar perspectivas para o futuro. [...] tais imagens contêm sempre uma articulação entre ciência e “ideologia”, ou entre ser e dever-ser [...] (COUTINHO, 2011, p. 221).

A “imagem do Brasil” coutiniana articula-se profundamente à sua interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro, que deve ser, por sua vez, compreendida enquanto parte de sua imagem do desenvolvimento geral desse modo de produção.

61 Para “formação econômico-social”, cf. Sereni (2013).

Coutinho formulou uma leitura particular da tendência de desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, que vale tanto para seu centro (no passado) quanto para sua periferia (no presente e como perspectiva de futuro). Essa interpretação é enunciada sinteticamente nesta passagem:

Se recordarmos que, para Gramsci, “Oriente” e “Ocidente” não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, as formações “orientais” tendem historicamente a se converter em “ocidentais”, já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões. Uma universalidade, aliás, que só tenderá a crescer, à medida que se acentuar o processo necessário de “ocidentalização” das sociedades mundiais (COUTINHO, 1981, p. 65).

Para o autor há, como vemos, uma tendência em direção à ocidentalização de todas as formações econômico-sociais espalhadas pelo planeta. Ela é posta “pelo próprio desenvolvimento histórico”, e isso também vale para o Brasil. Acompanhemos, então, o desenvolvimento da formação econômico-social brasileira, tal como lido por Coutinho; vejamos em que ponto da trajetória rumo ao ocidente o marxista baiano situa o país; e, finalmente, que consequências político-estratégicas infere de tal situação.

Quanto à época colonial, Coutinho a considerava uma sociedade pré-capitalista, fundada sobre o trabalho escravo, um modo de produção interno escravista, ligado ao capitalismo (então em seu período de acumulação primitiva) externamente, através do mercado mundial. Nessa sociedade, o autor defende

a completa inexistência de uma sociedade civil. Não tínhamos parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas de catequese; não tínha-

mos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais. Em suma: a organização da cultura, se é que se pode falar de “organização” nesse caso, era tosca e primitiva (COUTINHO, 2011, p. 19).

O escravismo interno criaria, ainda, um vazio entre as duas classes sociais fundamentais da sociedade brasileira de então. Tal vazio *dever-se-ia*, de um lado, a que os escravos, na medida em que não constituíam propriamente uma classe – mas sim um estamento policlassista –, não eram capazes de se organizar sustentando um projeto político global, não criando, portanto, aparelhos para expressar suas posições, não gerando nem absorvendo intelectuais. De outro lado, também os senhores, fundando sua posição social exclusivamente na coerção extraeconômica, não precisando legitimar ideologicamente sua dominação, não teriam criado aparelhos próprios de hegemonia, incentivando uma “cultura puramente ornamental” que constituiu uma das características do chamado intimismo à sombra do poder (COUTINHO, 2011, p. 20).

Essas características teriam permanecido, transformadas, no Brasil independente. A própria Independência teria resultado de uma manobra “pelo alto”, de um golpe palaciano, e não de uma ativação prévia da sociedade civil, então inexistente (*ibidem*, p. 19). A situação descrita não teria se alterado radicalmente até, pelo menos, a década de 1920 – permanecendo fundamentalmente a mesma durante toda a Primeira República. Afinal, também “a República, como a Independência, foi fruto de uma mudança ‘pelo alto’; foi pouco mais do que um golpe militar; as grandes massas, que continuavam desorganizadas, não participaram de sua proclamação” (p. 22).

Note-se que o raciocínio, tal como exposto até aqui, não é incoerente com a interpretação coutiniana da relação necessária entre desenvolvimento da sociedade civil e desenvolvimento do capitalismo: afinal, o surgimento e a consolidação da primeira só se dão, para Coutinho, a partir da passagem do capitalismo a seu estágio monopolista de Estado⁶² (CME).

62 A teoria do CME surgiu no âmbito de certos partidos comunistas no interior do bloco soviético, espalhando-se daí para o mundo. Aproximações críticas ao con-

A situação da formação econômico-social em questão só teria apresentado um verdadeiro ponto de inflexão com o processo econômico, social e político que se desenrolou em torno da chamada Revolução de 1930. A partir dos anos 1920, a sociedade brasileira teria se tornado mais complexa, e o capitalismo teria se tornado o modo de produção dominante nas relações internas, tanto no campo quanto nas cidades.

Nossa estrutura social, com a Abolição, com os primeiros inícios da “via prussiana” no campo, começa a se tornar mais próxima da estrutura de uma sociedade capitalista, ainda que continue atrasada e fortemente marcada por restos pré-capitalistas; novas classes e camadas sociais se apresentam no cenário político do país. Antes de mais nada, começa a surgir uma classe operária [...]; os primeiros esboços de industrialização, a grande imigração de finais do século passado, criam um bloco social contestatário, que põe em discussão de modo organizado (o que talvez ocorra no Brasil pela primeira vez) o modelo “prussiano”, elitista e marginalizador de dominação política, econômica e social até então dominante (COUTINHO, 2011, p. 23).

Na interpretação coutiniana, o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial pois, “como todos os países de industrialização tardia”, teria vivido “um processo de monopolização precoce” (COUTINHO, 1980, p. 100). Ou seja: já a partir dos momentos iniciais do desenvolvimento mais consistente da industrialização brasileira, a partir da segunda quinzena do século XX, foram se criando as condições econômicas e sociais para o surgimento de uma sociedade civil. O desenvolvimento particular do capitalismo teria sido, aqui, marcado, desde a mais tenra idade, pelo caráter coetâneo, por um lado, da internalização das relações sociais de capital, e, por outro lado, da entrada do modo de produção em sua fase monopolista.

ceito podem ser encontradas em Teixeira (1983) e Behring (2009). Para críticas à sua diferenciação, no interior da tradição marxista, nos marcos do movimento comunista internacional, daquele de *capitalismo monopolista*, cf. Hardach, Karras e Fine (1978).

É por isso que Coutinho vê, já a partir desse momento, o surgimento de um germe do que se poderia chamar de sociedade civil. Com a internalização das relações sociais capitalistas, iniciam-se as primeiras lutas operárias, ocorre a organização e mobilização política de camadas médias, “surge uma ainda rarefeita mas ativa imprensa operária” (*idem*, 2011, p. 24). A sociedade civil ainda não existe, mas existe seu “embrião”. E também no Brasil esse embrião começa a se desenvolver a partir de baixo, da organização da classe operária e, a partir dela, das camadas médias.

Nesse sentido, o autor afirma não ser casual que, em 1922, tenham ocorrido tanto a fundação do Partido Comunista (PCB), “feita a partir de baixo”, como a Semana de Arte Moderna. Ambas expressariam, nos planos da política e da cultura, as transformações em curso.

Deve-se agora recuperar alguns momentos-chave da interpretação coutiniana das consequências sócio-políticas do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Primeiro: ele engendra necessariamente, a partir de sua passagem à fase monopolista, o surgimento, a partir de baixo, de uma sociedade civil. Segundo, essa sociedade civil germina, inicialmente, nos estratos populares – ainda que seu direcionamento possa ser, posteriormente, capturado pelas elites, através de sua auto-organização reativa e de eventuais vitórias na luta política, que resultariam no aprisionamento dessa esfera no modelo liberal-corporativo. Terceiro, o advento do capitalismo monopolista de Estado induz, através da socialização em nível planetário do processo produtivo – dirigido por grandes grupos monopolistas transnacionais operando em escala global –, à internalização das relações sociais correspondentes pelo conjunto das economias capitalistas. Quarto, essa internalização é acompanhada por um processo de socialização da política que, correspondendo, na superestrutura, à socialização infraestrutural da produção, engendra uma sociedade civil e, com ela, a tendência à ampliação do Estado (NEVES, 2016).

São esses os alicerces sobre os quais se apoia a afirmação coutiniana da necessidade histórica da ocidentalização das sociedades

estruturadas sobre o modo de produção capitalista, reproduzida acima. Põe-se aos dominantes, desde o início da transição ao capitalismo monopolista de Estado, a necessidade de obter o consenso dos dominados, que dê viabilidade política a sua dominação. Isso desloca a centralidade da luta de classes para o terreno da sociedade civil, que é, para nosso autor, o terreno do avanço progressivo, da guerra de posições entre as classes em luta. Tal processo não ocorre ao mesmo tempo no mundo inteiro, mas, como vimos, “só tenderá a crescer”, resultando “do próprio desenvolvimento histórico” (COUTINHO, 2007, p. 82).

Assim, Coutinho (2011, p. 24) considera a revolução de 1930 como mais uma manifestação da “via prussiana” através da qual se deu a modernização brasileira, ou seja, “mais uma manobra ‘pelo alto’, fruto da conciliação entre setores das classes dominantes e da cooptação das lideranças políticas das camadas médias emergentes (expressas no ‘tenentismo’).” Com ela, os setores que passam a deter o controle do Estado brasileiro buscam avançar no processo de desenvolvimento capitalista, freando, ao mesmo tempo, o inicial florescimento da sociedade civil, então em curso. Entretanto, devido à força superior do movimento histórico, que engendra, com a socialização da produção, a socialização da política, não conseguem atingir plenamente o desiderato.

Esse raciocínio, central para compreender a interpretação coutiniana do Brasil contemporâneo, se explicita nestes termos:

É certo que o Estado pós-1930 lutou para extinguir a autonomia da sociedade civil nascente, incorporando corporativamente os sindicatos à estrutura do Estado [...], instalando em 1937 uma ditadura aberta que fechou partidos e parlamentos, criando [...] um arremedo de organismo cultural totalitário [...]. Mas a diversificação da formação social brasileira prosseguia; o próprio capitalismo “à prussiana”, impulsionado pelo Estado getulista, encarregava-se de promover essa diversificação (COUTINHO, 2011, p. 24-25).

Teria sido, assim, o próprio capitalismo a encarregar-se, também no Brasil, de promover o desenvolvimento e a diversificação da sociedade civil. Essas determinações são essenciais ao desenvolvimento posterior do raciocínio coutiniano, desembocando na afirmação da possibilidade e da necessidade do surgimento de um campo nacional-popular que combatesse o prussianismo brasileiro.

Tais possibilidade e necessidade são postas, ambas, pela socialização da política e pelo conseqüente florescimento da sociedade civil brasileira. Quanto a isso, o pensador comunista afirma:

O romance nordestino – um grande protesto literário contra o modo “prussiano” de modernizar o país – é um exemplo vivo do que agora [anos 1930 – V.N.] se tornava possível, e não mais apenas como exceção que confirma a regra: criar uma cultura não elitista, não intimista, ligada aos problemas do povo e da Nação. Uma cultura, em suma, nacional-popular.

E não me parece possível desligar a irrupção de fenômenos como a floração de importantes estudos sociais no período [...] da tendência à socialização da política que, apesar dos evidentes limites, começa a se manifestar nos anos de 1930. [...] Essa socialização da política indica que já estavam em andamento os processos que levariam à criação no Brasil de uma sociedade civil autônoma e pluralista (COUTINHO, 2011, p. 25).

Entretanto, o golpe do Estado Novo em 1937 viria comprovar a debilidade que ainda marcava esse desenvolvimento da sociedade civil brasileira, condicionada pela debilidade do próprio desenvolvimento do capitalismo no país. Com ele, mais uma vez, teria sido possível às classes dominantes se servirem do Estado, de cima para baixo, para impor um processo de modernização conservadora, afastando o povo das decisões e minando a autonomia da sociedade civil florescente.

Ainda assim, sob a postura abertamente autoritária das elites, refletida, até certo ponto, na posição vacilante da esquerda – in-

clusive os comunistas, que teriam oscilado entre o compromisso com a democracia como valor permanente, considerado a posição correta, e uma tentação “golpista”, reprodução de sinais trocados do prussianismo das elites –, os embriões de sociedade civil brasileira continuavam se desenvolvendo.

Esses embriões teriam aparecido de modo mais claro em 1945, com a redemocratização do país, momento marcado pelo fato de que o PCB, na legalidade, teria se tornado, pela primeira vez, um partido de massas, e dado a devida importância à luta democrática e ao fortalecimento da sociedade civil (COUTINHO, 2011, p. 26).

A avaliação do progressivo desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de sua relação com o florescimento de uma sociedade civil – determinante, como já vimos, no processo de ocidentalização de uma formação social – continua com a afirmação de que, apesar dos “altos e baixos” sofridos pelos setores democráticos no pós-1945, “a tendência no sentido de uma democratização geral da vida brasileira continua a se impor, ampliando-se bastante no período pré-1964, sobretudo a partir do governo Kubitschek” (*ibidem*, p. 28).

Apesar de sua ainda pequena solidez, o fortalecimento progressivo das bases de um caminho democrático para a vida nacional e de uma nova hegemonia, nacional-popular, na cultura brasileira, teria levado as classes ou frações de classe dominantes a reagirem preventivamente. Encasteladas em seu próprio mecanismo autocrático de reprodução da ordem capitalista, incapazes de dividir seus vultosos privilégios com outros setores sociais, acostumadas a reproduzir através do Estado não os interesses nacionais, mas seus interesses corporativos, com pouquíssimas concessões políticas, sociais ou econômicas, teriam, mais uma vez, truncado, como em 1937, o processo de democratização em curso, através de mais um processo “pelo alto”, um golpe seguido de uma ditadura em 1964.

Esse período e seu desfecho são narrados assim:

Ao longo do chamado período populista, seguramente a sociedade civil se desenvolve. Creio até que, no fim do período, essa sociedade civil ganha uma dimensão extremamente significativa, um grau bastante razoável de autonomia em relação ao Estado. Há uma evidente socialização da política entre nós. Nessa medida, penso que uma das explicações do golpe de 64 é precisamente esta: ele foi o modo de uma burguesia unificada pelo medo quebrar esse protagonismo crescente que a sociedade civil apresentava, inclusive trazendo, por exemplo, naquela época, um novo e importante ator político que era o movimento dos trabalhadores rurais [...] (COUTINHO, 2001, p. 111).

Vemos que, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas, fruto do próprio desenvolvimento capitalista, gera a tendencial socialização da política e o fortalecimento da sociedade civil. Por outro lado, a burguesia (especialmente a monopolista) e as frações de classe a ela coligadas pelo alto, dominantes no Brasil, empurram o processo histórico em outra direção. Buscam pelo alto, através de um Estado dirigido autocraticamente, abortar tal fortalecimento, reforçando a tendência de autonomização da burocracia executiva. Procura-se direcionar o Estado, notadamente seu Executivo, ao atendimento exclusivo de seus interesses corporativos, viabilizado politicamente pelo mínimo de consenso possível garantido pelo transformismo. O processo todo é conduzido de modo a combinar progresso e atraso, configurando um movimento geral de modernização conservadora, característico da via prussiana de transição ao capitalismo, operada pelo alto através de uma longa e, até certo ponto, reiterativa, revolução passiva.

Para Coutinho, é sua inserção nesse movimento de fundo que explica que o regime ditatorial, particularmente no período que se seguiu ao AI-5, tenha tentado, por todos os meios, “destróçar o embrião de sociedade civil autônoma que se vinha esboçando”. Mas isso teria sido em vão. Acontece que o próprio regime empresarial-militar, ao criar as condições necessárias à passagem do capitalismo brasileiro para a “etapa da dominação

dos monopólios, a etapa do capitalismo monopolista de Estado”, teria fortalecido, contra as intenções de seus próprios agentes e promotores, a tendência ao florescimento de uma sociedade civil forte e diversificada (*ibidem*, 2011b₁, p. 29).

Assim,

[...] o regime militar – modernizando o país, promovendo um intenso desenvolvimento das forças produtivas, ainda que a serviço do capital nacional e multinacional, ainda que conservando traços essenciais do atraso no campo – deu impulso aos fatores objetivos que levam a uma diferenciação social e, como tal, à construção de uma autêntica sociedade civil entre nós (COUTINHO, 2011, p. 30).

A ditadura empresarial-militar, desenvolvendo o capitalismo no Brasil e elevando-o a sua fase monopolista de Estado, teria, assim, produzido e fortalecido seus próprios antagonistas: uma classe trabalhadora organizada e concentrada, dando origem a uma sociedade civil diversificada e forte. A força objetiva desse desenvolvimento era tão poderosa que, segundo Coutinho, saiu do controle do regime empresarial-militar – “o ‘feiticeiro’ desencadeara forças que já não podia controlar” (2011, p. 217) – e obrigou a ditadura a negociar a transição de volta à democracia.

Nesse sentido, o autor sustenta que

[...] a partir do início da crise do “modelo” e da reativação e reorganização da sociedade civil – o que tem lugar em meados dos anos 1970 –, [...] o regime militar [...] se viu forçado a empreender uma tentativa de “autorreforma”, a abandonar a repressão como único instrumento de governo; e essa autorreforma, para ser exequível, implica de certo modo a necessidade, por parte do regime, de fazer política. Mesmo lutando para conservar seu monopólio de decisão, a ditadura foi obrigada a respeitar em certa medida os espaços conquistados pelas forças democráticas na sociedade civil, a conviver com a presença de algo que escapava ao seu controle (COUTINHO, 2011, p. 31-32).

Tal raciocínio encontra respaldo em traços da conjuntura da virada aos anos 1980. Ela era percebida, por diversos intelectuais e variadas organizações ligadas às classes trabalhadoras, como um momento absolutamente novo na vida política brasileira, sem paralelo na história dessa formação econômico-social (SADER, 1988; PERRUSO, 2009). Esse sentimento se expressa em Coutinho (2011, p. 31), quando o autor afirma que “a intensa sede de organização que [...] atravessou o país, envolvendo operários, mulheres, jovens, setores médios, intelectuais, até mesmo setores das classes dominantes, atesta a presença já efetiva dessa sociedade civil”.

Ter-se-ia então desenvolvido no Brasil, ao longo da ditadura empresarial-militar inaugurada em 1964, uma forte, rica e plural sociedade civil. Esse desenvolvimento tinha de ter como contraparte a ampliação do Estado, caracterizando a passagem de uma sociedade “oriental” para uma “ocidental”. E se pudéssemos considerar o Brasil uma sociedade ocidental, então as determinações estratégicas válidas para o Ocidente poderiam valer, no essencial, também para essa formação social.

Nesse ponto da reflexão coutiniana, surgem as seguintes indagações. Primeira: a base econômica (capitalismo monopolista de Estado, socialização da produção, predominância da forma relativa da mais-valia sobre a forma absoluta) se encontra presente? Segunda: seus desdobramentos sócio-político-culturais (socialização da política, formação de uma sociedade civil sólida e articulada, constituição de uma cultura democrática, ocidentalização) se desenvolveram, ou é previsível que se desenvolvam? Terceira: como uma eventual entrada brasileira na universalidade ocidental se relaciona com a particularidade dessa formação social, ou seja, com a cristalização estrutural da peculiaridade histórica de seu desenvolvimento?

Quanto à primeira indagação – sobre o ingresso do Brasil na fase monopolista de Estado do capitalismo –, a resposta coutiniana não deixa margem a dúvidas:

[...] sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa

modernização, mesmo sendo “conservadora” [...] consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira (COUTINHO, 2007, p. 217).

Já quanto à segunda, a argumentação se desdobra em duas. Quanto à ocidentalização, ela é claramente afirmativa: “O fato é que, pelas vias transversas da revolução passiva, o Brasil tornou-se uma sociedade ‘ocidental’, madura para transformações substanciais” (COUTINHO, 2007, p. 218).

Já quanto ao aprofundamento da socialização da política e à formação de uma sociedade civil sólida e articulada, a posição do autor consiste, ao longo de todo o seu pensamento maduro, na afirmação simultânea de sua força e de sua insuficiência no presente, assim como na abertura a diferentes possibilidades para o futuro.

Essa posição se fundamenta sobre o alerta de que “pressupostos objetivos [...] não significam necessariamente resultados subjetivos”. Nesse sentido, o intelectual gramsciano afirma que resta “um longo caminho a percorrer na luta para ampliar a socialização da política, para construir um efetivo protagonismo das massas, capaz de consolidar definitivamente a sociedade civil brasileira como protagonista de nossa esfera pública”. Em sua avaliação, tal caminho é atravessado pela luta de classes, de cujo desenlace irá depender o destino da formação econômico-social brasileira (COUTINHO, 2007, p. 217).

Coutinho situou o Brasil, em seu presente, aberto àquelas diferentes possibilidades de futuro, como uma expressão peculiar do Ocidente, uma formação econômico-social que deixara para trás seu passado oriental, sem ter ainda alcançado, contudo, sua maturidade ocidental. Essa caracterização do Brasil exigiu do marxista baiano a incorporação, a seu arsenal heurístico, do conceito de “Ocidente periférico” ou “Ocidente periférico e tardio” (PORTANTIERO, 1983, p. 127).

Trata-se de um desdobramento, originalmente formulado pelo intelectual argentino Juan Carlos Portantiero, da clássica metáfora geográfica gramsciana: para além da disjuntiva oriente

x ocidente, incorporam-se os conceitos de norte (constituído pelos países centrais) e sul (países periféricos), decompondo esse último em dois, “Ocidente periférico” e “Oriente”.

O referido desdobramento é enunciado assim:

Se todos os países chamados “atrasados” – isto é, aqueles que formam o “Sul” do planeta – pudessem ser considerados como “orientais” (como o próprio Gramsci supunha [...]), então a universalidade do autor dos Cadernos permaneceria ainda parcial, restrita somente aos países do Norte desenvolvido. Mas, ao contrário, pode-se constatar que a universalidade de Gramsci tem um caráter fortemente expansivo [...] (COUTINHO, 2006, p. 63).

Podemos assim dizer que o Sul do mundo – mesmo permanecendo, em seu conjunto, “atrasado” em relação ao Norte e por ele explorado – divide-se hoje em Oriente e Ocidente. Pode-se assim falar da emergência de um Ocidente “tardio” ou “periférico”. [...] os principais países da América Latina constituem hoje exemplos emblemáticos de “Ocidente periférico” [...] (*ibidem*, p. 64).

Ou ainda:

Então, emergimos da ditadura como uma sociedade “ocidental”. Vejam bem: gostaria de deixar muito claro que, ao dizer isso, não estou imaginando que o Brasil chegou ao Primeiro Mundo. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci fala em “Ocidente periférico” e inclui nesse tipo de Ocidente a Itália, a Espanha, a Grécia, acho que também Portugal. Diria então: o Brasil é um claro exemplo de “Ocidente” periférico, como a Argentina, o Chile, o México, o Uruguai. E “periférico” em vários sentidos. Primeiro deles: porque somos periferia do capitalismo e sempre estivemos envolvidos no movimento internacional do capital (agora talvez ainda mais) numa posição indiscutivelmente subalterna. Segundo: porque somos um “Ocidente” atravessado de “Orientes” (COUTINHO, 2001, p. 112).

Tal caracterização está intimamente relacionada a uma posição política. Coutinho avança dessa localização do Brasil enquanto Ocidente periférico à crítica dos “velhos dogmas da III Internacional, os quais, por tantas décadas, impediram-nos de compreender efetivamente o que ocorria em nossos países”, já que consideravam que “toda a América Latina faria parte do Oriente e, por isso, careceria ainda de uma estratégia revolucionária fundada na ‘guerra de movimento’, no choque frontal com um Estado ‘que era tudo’ e que teria diante de si uma sociedade civil ‘primitiva e gelatinosa’” (2006, p. 64).

Ele sustenta, ao contrário, que os países do subcontinente, nos últimos setenta anos, “conheceram um processo de desenvolvimento que, malgrado suas inúmeras contradições, transformou-os em países industrializados, nos quais o modo de produção dominante, inclusive na agricultura, já é há muito tempo o capitalismo”, com uma classe operária numerosa, camadas médias assalariadas amplas e diversificadas, e progressiva diminuição dos estratos agrários na população global. Além disso, no plano político, “a maioria dos países latino-americanos conheceu, por períodos mais ou menos longos, regimes políticos liberais e até mesmo, em alguns casos, liberal-democráticos”, o que seria especialmente verdadeiro a partir da década de 1980, tendo-se tornado possível “promover uma organização de sociedades civis articuladas e pluralistas” no contexto de uma ampliação do Estado. Assim, “tal como sucedeu em vários países hoje desenvolvidos, [...] a presença de ditaduras na história passada de nosso continente não impediu a criação em nossos países de sociedades ‘ocidentais’, ou seja, de tipo liberal-democrático” (2006, p. 65).

Por isso, Coutinho contrapõe àqueles “velhos dogmas da III Internacional” a seguinte posição política sustentada por “uma esquerda moderna”:

Se o Brasil é hoje uma sociedade “ocidental”, então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na “guerra de movimento”, no choque frontal com os

aparelhos coercitivos de Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo. Começa a emergir também no Brasil uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos e organizações, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada “guerra de posições” (COUTINHO, 2007, p. 218).

Valem assim, também para o Brasil, a necessidade e a possibilidade de uma estratégia democrática para a revolução socialista, fundada sobre o acúmulo de forças decorrente do caráter progressivo das vitórias parciais da classe trabalhadora. É neste ponto que o pensamento coutiniano dá as mãos à estratégia democrática e popular para a revolução brasileira.⁶³

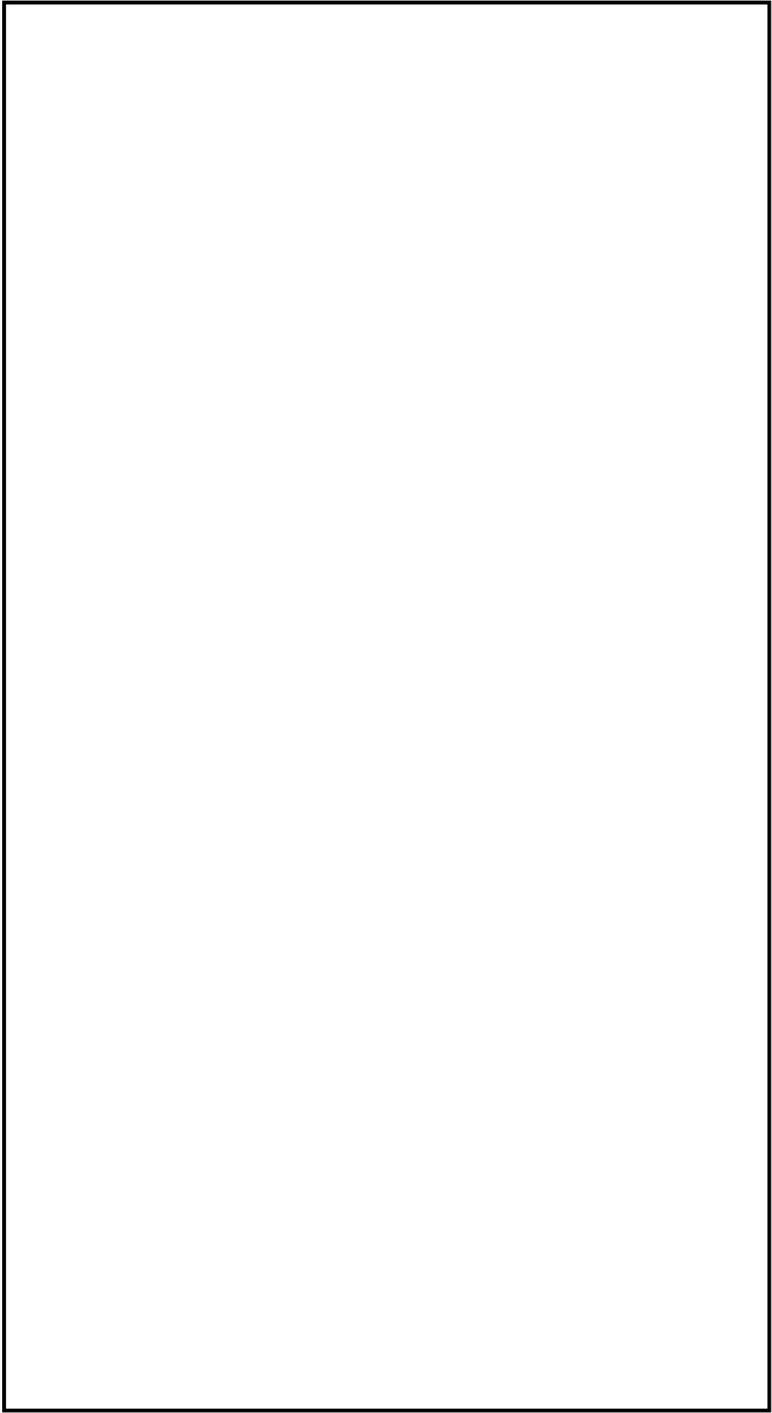
Referências

- BEHRING, E. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2009.
- COUTINHO, C. N. *A Democracia como Valor Universal: notas sobre a questão democrática no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas (LECH), 1980.
- _____. *Gramsci*. In: Coleção Fontes do Pensamento Político, vol. 02. Porto Alegre: L&PM, 1981.
- _____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. In: *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*. Nº 54, Especial Pensar o Brasil, pp. 103-113 e 123-126. São Paulo: CEDEC, 2001.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

63 Quanto à estratégia democrática e popular para a revolução brasileira, cf. IASI (2006) e FIGUEIREDO *et al* (2014).

- _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- HARDACH, G.; KARRAS, D.; FINE, B. *A short history of socialist economic thought*. New York: St. Martin's Press, 1978.
- IASI, M. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FIGUEIREDO, I.; MARTINS, C.; MOTTA, S.; NEVES, V.; PRADO, F. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: *Marx e o Marxismo*, vol. 02, n. 03. Niterói: NIEP-MARX / UFF, 2014.
- NEVES, V. *Democracia e revolução: um estudo do pensamento político de Carlos Nelson Coutinho*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGESS-UFRJ, 2016.
- PERRUSO, M. A. *Em Busca do “Novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80*. São Paulo: Annablume, 2009.
- PORTANTIERO, J. C. *Los usos de Gramsci*. Buenos Aires: Folios, 1983.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. In: *Meridiano*. Revista de Geografia, número 02 / 2013, pp. 297-346. Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, [1970] 2013.
- TEIXEIRA, A. Capitalismo monopolista de Estado: um ponto de vista crítico. *Revista de Economia Política*, vol. 03, nº 4, pp. 85-105. Outubro-dezembro de 1983.

**Estado, Classes,
Políticas Sociais
e Serviço Social**



Capitalismo “puro”, Estado e fundo público

Sara Granemann

Introdução⁶⁴

O modo capitalista de produção, de sua gênese aos dias presentes, desenvolveu e conservou em simultâneo seus pilares de sustentação e, aqui, parece-nos suficiente mencionar, por exemplo, a propriedade privada, a transformação do dinheiro em capital pela extração de trabalho não pago e o estado como organismo de dominação da classe burguesa. Acrescentou, alterou e aprofundou, no entanto, determinações que passaram igualmente a constituir a sua natureza essencial; seu evolver, ainda que com substantivas mutações, antes afirma do que infirma a lei do valor, solo da vida social das relações capitalistas de produção.

Tais relações transitaram ao seu momento mais desenvolvido desde o período aberto em fins da década de 1960, que se prolongou pela década de 1970 e aos marcantes e derradeiros anos da década de 1980 e aos que iniciaram o decênio de 1990; vale dizer, um razoável período de mudanças, vitórias “da economia política do capital” e contínuas e cumulativas derrotas para a classe trabalhadora. Há para se considerar: o início da década de 1990 está marcado por um importante e central influxo no desenvol-

64 O texto que aqui se apresenta é a versão revista e ampliada do publicado como um dos resultados de meu estágio pós-doutoral, realizado com bolsa do CNPq, em 2014, na Universidade Nova de Lisboa. O original foi divulgado em Previtalli et al, 2015.

vimento capitalista; ele decorre e é propiciado por suas próprias necessidades de expansão; é atingido - não exclusivamente, mas esta determinação é de central influência - com o rearranjo do mapa econômico-político-cultural do planeta: a derrota e o ocaso das experiências derivadas do triunfo da Revolução Bolchevique, na Rússia em 1917.

O ano de 1989 e os que se lhe seguiram foram anos de desmedido impacto sobre a vida de milhões de pessoas pelo planeta; para aquelas que hipotecaram suas vidas na afirmação do que se construía na URSS, os anos 1989 a 1991 foram anos colossais. Para o historiador Eric Hobsbawm (1995), com esses anos não somente fechou-se o século XX – emblematizado na queda do muro que separava as duas Alemanhas (ocidental e oriental) e no fim da guerra fria – senão que se esfacelou uma certa experiência forjada na mais importante revolução do proletariado da história humana até então construída e que, degenerada pelo stalinismo, chegou ao fim. Entretanto, esse socialismo mesmo corrompido prestou-se, contraditoriamente, como dique aos avanços da exploração capitalista na outra grande porção do mundo. Seu apodrecimento e posterior desaparecimento contribuiu para que os capitais se pensem livres de limites à exploração da classe trabalhadora em quase todo o planeta, ainda que em graus e intensidades diferenciados nos vários países. O fracionamento e a luta pelas apetitosas porções de riqueza – investimentos e inversões – e poder na região originaram várias guerras, quase todas atravessadas pela recolonização dos países para o modo capitalista de produção. A referência de construção da emancipação humana econômico-político-cultural encerrada naqueles anos enfraqueceu-se e o poente do século XX e a aurora do seguinte não foram luminosos.

No lapso temporal que cobre a segunda metade dos anos de 1960 e os anos finais do século XX, emergiu e consolidou-se o capitalismo “puro” porque seus traços essenciais foram aprofundados em planos e escalas quase inimagináveis e, talvez, o alcance de sua “pureza” e o ápice mesmo de sua degeneração comprovam-no: realizou-se por inteiro!

Experimentos metodológicos na construção de categorias

As consequências derivadas daquele complexo processo consolidaram o assim denominado por Husson (2008) '*capitalismo puro*'. Seu desenvolvimento, mais do que em qualquer outro precedente período da história humana, dotou-o das mais amadurecidas características desse modo de produção.

Tempo enredado em dificuldades porque amadurecer é alcançar os mais altos píncaros de um corpo, fenômeno ou modo de produção e, a um só tempo, também a antecâmara da putrefação. No momento do aprimoramento mais pleno, traços, fenômenos, tendências e leis podem dar-se a observar em seu estado mais inalterado, *puro*, livre de perturbações quando seu *modo de ser* é passível também de ser capturado no seu momento de mais qualidade pela investigação.

Dizer do alcance das *puras* condições no modo capitalista de produzir não é o mesmo que afirmar – e isso seria um equívoco grosseiro –: as relações sociais restam mais francamente visíveis ao olho nu cotidiano, ao pedestre quando então tudo explicar-se-ia *naturalmente*. Categoricamente, não se trata disso! Sem as lentes da abstração, até as relações mais saturadas de “múltiplas determinações”, das tantas e simultâneas determinações sociais, não serão apreendidas nem mesmo em seu estágio mais amadurecido porque investigar é revelar, mas não como o faz o pensamento mágico, religioso. No movimento de conhecer, nos termos indicados por Marx:

O físico observa processos naturais, em que em eles aparecem mais nitidamente e menos obscurecidos por influências perturbadoras ou, quando possível, realiza experimentos em condições que asseguram o transcurso *puro* do processo. O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica, mas, se o leitor alemão encolher

farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: “De te fabula narratur!” [A fábula refere-se a ti].

Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade. O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro (MARX, 2013, p. 78; grifo itálico adicionado).

Em nossa investigação, importará destacar alguns dos movimentos e da fisionomia impressas pelo grande capital ao Estado (IANNI, 1981; MANDEL, 1982 e 1994; NETTO, 1992), na apropriação do fundo público no Brasil (com pequenas notas introdutórias sobre como tais tendências foram operadas em Portugal a partir da crise de 2008) e, notadamente, como as políticas sociais são implementadas sob a vigência mundial do capitalismo “puro”. A apropriação do fundo público pelo capital em suas múltiplas e variadas formas tem sido estudada por diferentes autores⁶⁵. Múltiplas múltiplas formas, francamente relevantes, e por meio das quais a riqueza socialmente produzida e centralizada pelo Estado tem sido manipuladas no enfrentamento (sempre provisório) das crises dos capitais. A complexa vinculação do fundo público aos capitais, na última década do século XX e nestes quase inteiros dois decênios do XXI, radicalizou a necessidade de transmutar os direitos sociais em mercadorias. Tal necessidade, embora já existisse, acumulou grande importância, ao ponto de expressar um traço qualitativamente novo em relação ao que se convencionara por política social, sob o Estado Social, no segundo pós-guerra, na Europa. No entanto, não se pode desconhecer que, contraditória e diferenciadamente, as determinações que se processaram no continente europeu e que resultaram no Estado

65 Ver em especial: Nakatani (2006), Gentil (2007), Lupatini (2010), Salvador (2010), Salvador *et al.* (2012).

Social, rebateram de modo singular nas diversas partes do planeta, em congruência com as particulares formações sociais.

Nosso esforço, neste debate, circunscreve-se ao campo das políticas sociais (GRANEMANN, 2006; 2008; 2012) porque procuramos sustentar a relação existente entre a forma monetizada (quicá financeirizada) que tais políticas tomam como mediadoras de direitos, de um lado, e como instrumentos de acumulação de capitais, de outro lado. Formas e funções que se metamorfoseiam consoante à demanda do capital ao Estado; iguais na essência apresentam demandas diferenciadas relativamente ao período de crise ou ao momento capitalista de “prosperidade” econômica.

O Estado respondeu cada vez mais, quando as crises dos capitais, a partir de 1960/1970 passaram a exigir fundo público em porções mais e mais avantajadas para si, com contínuas e aprofundadas contrarreformas (BEHRING, 2003). Contrarreformas que - no campo dos direitos sociais - são respostas articuladas no interior das políticas sociais e operacionalizadas com lógica semelhante à utilizada pela dívida pública que sequer possui, hoje, o condão de financiar o desenvolvimento dos capitais produtivos como privilegiou fazer em outros momentos do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Marx (2017) alertou-nos: com o surgimento das sociedades por ações seria cada vez mais difícil encontrar os proprietários exclusivos de uma única forma capital. As sociedades por ações fizeram romper os limites rígidos da propriedade individual ou familiar dos capitais, sem que forma e função propriedade tenham deixado de existir. Tratamos da propriedade dos capitais em geral. Se a apologética, a depender de suas circunstâncias, opõe e ignora um modo específico de propriedade, por exemplo, a sociedades por ações, é porque lhe convém em momentos de acirradas disputas do fundo público entre os grandes capitais antagonizar ou diferenciar o dito crescimento “saudável” – produtivo, do capital funcionante e do comércio – do crescimento “tóxico” – prestamista, do capital monetário – dos capitais fictício e portador de juros, não nos compete difundir tais embustes.

No sentido do método marxiano, ao menos pretendemos que o seja, parece-nos adequado asseverar: neste mesmo período que ora estudamos, a forma *monetizada* da política social é permanentemente manobrada nos complexos entrecruzamentos do Estado burguês e das instituições bancário-financeiras; são essas sofisticadas interações que definem formas e conteúdos distintos para as políticas sociais.

Os Estados que antes implementaram a forma *monetizada* das políticas sociais não foram aqueles que primeiro desenvolveram políticas sociais como privilegiados instrumentos de realização de direitos, os estados de bem-estar social. Nossa hipótese para a *monetização* das políticas sociais é a de que elas somente puderam firmar-se quando as instituições bancário-financeiras atingiram crescente importância na rotação dos capitais com a expansão do crédito e do capital fictício, mais do que em qualquer outro período da idade monopolista. Supomos que as políticas sociais não se tornaram predominantemente (embora também existissem sob esta forma) *monetizadas* nas experiências do estado de bem-estar em razão da tradição de lutas e da construção de direitos desenvolvida em países nos quais os trabalhadores experimentaram – a partir de uma conjuntura muito especial – melhorias de vida e de trabalho (emprego) para uma parcela expressiva da classe trabalhadora, muitas delas mediadas por políticas sociais. As sociedades que puderam construir economias no pós-guerra centradas no emprego (embora nunca o tenham feito de modo pleno) não implementaram políticas sociais *monetizadas*, senão que fizeram políticas sociais com traços universais e complementares ao emprego formal; a *monetização* correspondia à remuneração do trabalho assalariado e as políticas sociais realizavam direitos pela via de equipamentos públicos de educação, saúde, habitação, transporte, dentre outros. A estes também convencionou-se chamar salário indireto ou social.

Somente quando na vigência das crises agrava-se o quadro de desempregos, e isso se combina às necessidades dos capitais por espaços de inversão de seus lucros nos âmbitos da vida social que

antes foram conquistados pela classe trabalhadora como direitos sociais, impõe-se a nova forma da política social. Na ausência de emprego, a forma *monetizada* da política social aparece como uma “solução” simultaneamente econômica e política importante para a contenção das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida. *Econômica*, por levar às instituições bancário-financeiras massas de recursos muito expressivas para serem utilizadas como capital de empréstimo, fictício, portador de juros, ou seja, *ativos* que serão operados como parte de seu negócio; todavia, individualmente são somas tão apequenadas as que se distribuem para os/as usuários/as das políticas sociais que não incidem, no Brasil, para além do estrito ser natural. Dito de outro modo, para os grandes capitais bancários/financeiros as somas são expressivas para impulsionar grandes lucros, mas, para as trabalhadoras e trabalhadores alcançados por essas políticas, o seu resultado é a manutenção de miseráveis condições de vida. *Política*, porque ao transferir dinheiro, ainda que em baixos valores, como por magia, transfere-se para trabalhadora(e)s desempregada(o)s o consumo e a ilusão do acesso que, em realidade, somente umas poucas “moedas” a serem convertidas em uns poucos alimentos, por sua vez, individualmente administrados por aquelas(es) que padecem a miséria, não alteram - e nem pretendem alterar - sequer o consumo destas camadas trabalhadoras. Sua contribuição essencial como moeda destina-se a uma outra classe.

Claro está que esse momento de experiência de direitos sociais sob o *Welfare State* (ou Estado Social, [cf. a caracterização corrente no debate em Portugal]) foi possível em condições particulares da Europa do segundo pós-grande guerra. Condições que supuseram uma partição do fundo público – riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora e apropriada pelo Estado capitalista sob a forma de fundo público – na qual uma cota, inédita até então, foi alocada na realização dos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. Desnecessário dizer, uma tal situação não decorreu determinada pelo curso natural da história, pelo *férreo* evoluir orgânico do modo capitalista de produção,

nem tampouco resultou da generosidade dos proprietários dos capitais já que nenhum dos três enunciados pode reivindicar-se pressuposto realmente existente.

Ao contrário, não se pode tratar dessa conquista como algo unilateral e fácil aos trabalhadores; já assinalou-se: ela foi resultado de um conjunto particularíssimo de condições políticas e econômicas que deve tomar em conta 1) a existência dos países agrupados na ex-URSS como uma possibilidade de vida social alternativa ao capitalismo; 2) as enormes oportunidades de inversão e valorização dos capitais empenhados na reconstrução dos países destruídos pelo conflito bélico de largas duração e intensidade; 3) a destruição de milhões de vidas de trabalhadores e trabalhadoras que capilarizavam as organizações sindicais, partidárias e populares no cotidiano da vida dos países europeus e que foram desarticuladas pela segunda grande guerra; 4) a permanência, findo o conflito belicista, de milhares de trabalhadores em armas⁶⁶ e com alguma condição de construir embriões de vida social de orientação socialista alternativos às sociedades do bloco soviético, estruturadas pelo estalinismo que lhes solapou – conforme as documentadas denúncias de militantes e estudiosos, dentre os quais sobressaem os trotskistas⁶⁷ – a possibilidade de um desenvolvimento assentado em experiências de liberdade na direção da emancipação humana.

É quase uma obviedade afirmar que tais condições, datadas e especiais, não encontraram iguais ponderação e impacto no continente americano; foram, por aqui, balizadas em seus contornos

66 Essa consideração é sensivelmente presente nos debates acadêmicos que se ocupam da gênese e, igualmente, da sucumbência do Estado Social e das políticas sociais a ele conexas, nas universidades portuguesa e italiana. Neste texto, apenas oferecemos como uma hipótese a ser estudada já que precisamente esta não figura no arsenal analítico do tema no Brasil.

67 Relatos cultos – e romaneados – podem ser encontrados em *O Homem que amava os cachorros*, do escritor cubano Leonardo Padura, publicado entre nós pela Boitempo Editorial em 2013, e na biografia de Victor Serge intitulada *Memórias de um revolucionário* (1901-1941). Madrid: Veintisiete Letras, 2011. (Disponível online). Para uma pesquisa histórica de fôlego sobre o período por meio da biografia de *Leon Trotsky*, recorra-se à trilogia de Isaac Deutscher. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, várias edições.)

pelas condições mesmas da totalidade da Formação Social Americana (ela também marcada por distintas faces e pelo momento diverso do desenvolvimento da economia capitalista, consoante ao particular desenvolvimento histórico-social de cada país nos espaços do subcontinente) em relação ao solo europeu. No continente europeu a construção do Estado Social igualmente não foi homogênea e linear para os distintos países onde se o construiu;⁶⁸ assim, nem no Brasil nem em Portugal concorreram as *condições clássicas* para que a edificação dos direitos sociais típicos do Estado de bem-estar social fosse realizada ao mesmo tempo na Europa e nos dois países. O Estado Social e as políticas sociais para Portugal e Brasil não obedecem ao singular ritmo do *campo clássico*, sem que isso cancele os seus variados caminhos ao *De te fabula narratur!*

Parece-nos que o sentido correto destas duas leis marxianas – a forma clássica e a particular dos direitos sociais –, agarradas ao real, consiste exatamente na possibilidade de o fazer-se do capitalismo realizar-se, naquelas formações que vêm depois, de uma forma não igualmente complexa como a experiência primeva. Sua complexidade, não hierárquica em relação à complexidade social anterior, apenas diversa, constitui-se diversamente não por arbítrio, atraso ou traços de igual balizamento; concretiza-se no interior do mesmo modo de produção senão porque a forma só pode ser diversa para realizar o mesmo conteúdo já que momento e espaço (pode-se dizer o período histórico e a formação social) são outros. Mas, é precisamente a forma diversa que lhe confere o modo de ser o mesmo: é uno porque dessemelhante!

68 Com tais observações, não se pretende fazer tábula rasa do desenvolvimento das políticas sociais no continente americano; tenciona-se tão somente indicar as diferenças encontradas entre o desenvolvimento do Estado Social e de suas conexas políticas sociais efetivadas no denominado território centro-ocidental da Europa e da América. Indica-se, também, por hipótese: se há alguma regularidade presente nas políticas sociais do *welfare state* europeu, pode-se também sugerir similitudes nas políticas sociais estruturadas, nas suas limitações e na ausência de um estado social, em grande parte dos países americanos.

Diminuição do estado para o trabalho e “monetização” das políticas sociais: expressões nos dois lados do Atlântico

No entreguerras e no pós-segunda guerra mundial, alguns diferentes e desiguais “direitos” foram implantados no Brasil e em Portugal; dentre os exemplos mais ou menos regulares há os “direitos” implementados por “iniciativas” das ditaduras, sempre no atendimento de demanda dos capitais. Destaque-se especialmente no Brasil a expansão da educação superior e, nos dois países, o estímulo ao desenvolvimento de medidas correlatas ao treinamento da força exigido em alguns setores da produção industrial, por meio de cursos profissionalizantes. Menos que veleidades democratizantes no interior das ditaduras, moveram-nas, nos dois lados do Atlântico, urgências dos grandes capitais em formar e disciplinar frações da classe trabalhadora para responder às novas necessidades postas pela idade dos monopólios por força de trabalho especializada como exigências particularmente sensíveis nos países da periferia do capitalismo.

Se a gênese e o desenvolvimento das políticas sociais têm em alguns países do continente europeu o seu momento mais desenvolvido possível em um Estado capitalista, foi no continente americano, mais precisamente no subcontinente latino-americano, que a amputação dos direitos sociais pela via das políticas sociais e de sua regulação, por meio da *monetização*, foram primeiramente testadas. Já há vasta literatura analítica, e não é o caso de nos determos sobre ela neste texto, que toma o Chile como um campo de provas para políticas sociais de novo tipo, testadas e executadas sob a sangrenta ditadura do General Augusto Pinochet (de 1973 a 1990) que lhes possibilitou as “condições ideais” de desenvolvimento. Depois disso, sabe-se da dedicada militância de Margareth Thatcher (de 1979 a 1990) como primeira ministra do Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (de 1981 a 1989), para que os experimentos chilenos fossem tornados universais e elevados ao plano de necessidade humana inadiável, na maioria dos países do planeta. Essa exigência – dos capitais, para o caso de existirem dúvidas – somente pode ser experimentada com

derrotas profundas aos trabalhadores, não raras vezes impostas e protagonizadas também por governos e partidos “socialistas” e/ou de trabalhadores.

Com a crise aberta em 2007/08, ganhou urgência uma preocupante realidade para os assalariados da Europa – em especial, mas não só – e, de modo mais brutal, para os que vivem nos países do sul daquele continente. Os processos de redução de direitos – elevados à condição ético-moral (na verdade, moralizadora e moralista), como soe ocorrer à burguesia quando trata da vida da(o)s trabalhadora(e)s – trataram a “austeridade” como resposta aos vícios resultantes da opulência e dos privilégios da classe trabalhadora e responsabilizam-na pela crise do seu próprio modo de produção capitalista.

Tal diagnose - notadamente ideológico - permitiu aos capitais agir com desmedida fúria sobre os salários, aposentadorias e outras conquistas tidas por consolidadas para a classe trabalhadora também no centro do sistema, nos países mesmos que construíram o Estado e as políticas sociais.

Na Grécia, Espanha, Portugal e Itália (a denominada Europa do Sul), tais políticas do capital – embora diferentes em intensidade – foram elevadas ao plano de *austericídio* porque fizeram retornar situações de penúria, de fome endêmica, de desemprego, de trabalhadores a viver nas ruas sem habitação e saúde, após muitas décadas de sua quase extinção nestes países e em partes significativas do continente europeu. As políticas de austeridade produziram, sem meias-palavras, por todo o mundo, um severo aprofundamento da miséria e de mortes das populações trabalhadoras, inclusive ao elevar os níveis de suicídio a números antes não vistos. O vocábulo “austeridade” tem por um de seus sinônimos o termo *inflexibilidade*; parece-nos, por essa razão, acertada a resultante combinada da austera inflexibilidade com o extermínio planejado de muitos milhares/milhões de vidas por todo o mundo, daí o surgimento do novo termo, *austericídio*, como expressão de mais um momento de crise na degradante escalada do modo capitalista de produção. Em especial em Portugal, Itália, Espanha

e Grécia, as restrições ao tamanho do Estado (leia-se ao tamanho dos gastos da parte relativa ao Estado Social) intensificaram-se ao extremo com a última crise econômica mundial. Se nas economias centrais do velho continente, especialmente na Alemanha e na França a política de *austericídio* não se realizou de igual modo, também a classe trabalhadora destes países viu diminuir seus direitos sociais e condições de emprego. Se não foi mais grave, deveu-se às medidas implantadas por estes países sobre a classe trabalhadora dos demais países europeus e de outros continentes que lhes transferiram, quase sempre sob a forma de remuneração da dívida dos Estados, riquezas suficientes para que suas economias não sofressem tão profundamente a crise que terceirizavam para a classe trabalhadora dos demais países do planeta e em especial para a da Europa do Sul.

Desde então, em Portugal, diversas formas de redução dos direitos foram impostas à classe trabalhadora: além da diminuição dos salários e de aposentadorias, implantaram-se e aprofundaram-se as cobranças no acesso aos serviços sociais. Na saúde pública, passaram a existir “*Taxas moderadoras*”. Na política social de educação superior, já é corrente a existência do pagamento de *propinas* mensais ou anuais na graduação e na pós-graduação públicas. As denominadas *taxas moderadoras* e *propinas* não são mais do que denominações diversas para o pagamento pelo uso do serviço público quando do atendimento ao usuário/utente. Nas aposentadorias e pensões, em 2011, foi criada a *Contribuição Extraordinária de Solidariedade* (CES); inicialmente a taxação incidiu sobre as aposentadorias ditas superiores e, no ano de 2014, as taxas passaram a incidir também sobre as aposentadorias a partir do valor de 1.000,00 EUR (euros).⁶⁹

Dentre as numerosas conquistas da Revolução dos Cravos, em 1974, construiu-se uma qualitativa e eficiente rede pública de prestação de cuidados à saúde, financiada pelo Serviço Nacional de Saúde. Entretanto, desde a aprovação da Lei de Bases da Saúde, sob o nº 48/90, de 24 de agosto de 1990, várias alterações

69 Ver: <<http://www.esquerda.net/artigo/imposto-especial-aos-reformados-rendeu-ao-estado-675-milhoes-de-euros/35595>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

relativas ao seu financiamento foram autorizadas. Se já existiam quando da aprovação da lei em 1990, diziam respeito a situações, por exemplo, de uso de quarto individual em um hospital público pelo qual se pagava uma parcela, contribuição adicional. Utilizadas as condições universais, não havia taxas a se aporlar no momento do uso. Em 2014, excluía-se dos pagamentos os serviços de atendimento de saúde familiar e saúde comunitária, serviços semelhantes aos praticados no Brasil. Com as taxas moderadoras generalizadas, a exceção é não pagar quando da utilização da saúde pública; a isenção de pagamento nos serviços de saúde ocorre somente mediante comprovação de condições de vida no pauperismo.

Regularidades e similitudes na destruição dos direitos sociais nas distintas particularidades nacionais parecem tornar o mundo mais “igual” por meio do que nele há de pior; aquilo que nas distintas formações sociais tem se tornado mais assemelhado é exatamente o avesso ao humano e à liberdade; talvez, para a expertise dos tempos de capital “puro”, seja esta a sua forma de “isonomia pura”, de “globalização pura”: universalizar misérias como método de “redução das diferenças” entre a força de trabalho em todos os quadrantes do planeta.

As privatizações clássicas e as não-clássicas

Em Portugal, a construção do Estado Social⁷⁰ está hipotecada aos eventos abertos a 25 de abril de 1974: a importante Revolução dos Cravos. Esse movimento finalizou os 41 anos de ditadura do Estado Novo⁷¹ (1933-1974) e suas intermináveis guerras coloniais;

70 Ver o exaustivo texto de Varela (2014).

71 A 1ª República iniciou-se em Portugal a 1910 quando da deposição da monarquia. A vigência da 1ª República foi, no entanto, curta e foi derrubada por golpe militar em 1926. O período ditatorial que cobre os anos de 1926 a 1933, teve por Ministro das Finanças, a partir de 1928, o professor da Universidade de Coimbra, Antônio de Oliveira Salazar. Salazar, por sua vez, comandou o país na maior parte do período autocrático denominado Estado Novo e, por isto, seu governo ditatorial - o salazarismo - é muita das vezes utilizado como sinônimo para o Estado Novo que, entretanto, foi comandado por Marcelo Caetano de 1968 até sua derrubada pela Revolução dos Cravos a abril de 1974.

dito de modo diverso, o Estado Social em Portugal foi produto da derrubada do poder ditatorial pela insurreição popular; foi ele uma incontestada conquista da Revolução dos Cravos.

No Brasil, nunca tivemos estado social; mas, aqui também as lutas sociais foram centrais para findar a ditadura do grande capital (1964-1985) e forças motrizes para a construção do Título VIII da Ordem Social, da Constituição da República Federativa do Brasil que, em seu artigo 193, não obstante o anúncio do trabalho – em uma sociedade baseada em sua exploração – como prioridade assevera: “A *ordem social* tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o *bem-estar e a justiça sociais*” (grifos nossos).⁷² Uma leitura crítica à ordem burguesa, ainda que rápida, pode concluir: se a ordem social se funda no trabalho (parte dele não pago ao seu produtor), não pode esta mesma ordem alcançar bem-estar e justiça social porque o único trabalho que permite justiça social é o trabalho de livres produtores associados. Algo inconciliável com o modo capitalista de produção. Assim, não é apenas por uma *contradição nos termos* que os enunciados da Carta Magna de 1988 jamais puderam se realizar inteiramente. O antagonismo insolúvel em face da realidade, e presente no texto, revela um acordo de classe impossível de ultrapassar o enunciado na lei; lei essa que, ao cabo de 30 anos, já sofreu quase uma centena de Emendas Constitucionais. Nas 99 (noventa e nove) já sancionadas, os artigos da Seguridade Social, em especial os relativos à política social de Previdência Social, não mais guardam sequer uma vírgula, parágrafo, alínea ou o que quer que seja da aprovação original: tudo foi alterado, *para pior*, numa evidente comprovação de que a justiça social não é um objetivo possível e suscetível de ser cultivado nem pelos capitais, nem por seu Estado.

A transição para a democracia resultou, também, da decisão dos seus operadores: os militares a admitiram como distensão lenta, gradual e restrita; vale dizer, sob seu controle, vez que já haviam realizado: a) o combate violento, é importante lembrar, aos oponentes à ditadura do grande capital; b) o trânsito da eco-

72 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em,

nomia brasileira à idade dos monopólios, determinação fundante da ditadura.

Nos anos seguintes ao fim da ditadura do grande capital, no período de “transição para a democracia” em nosso país, elaborou-se a 1988 a Carta Constitucional que recolheu algumas poucas demandas dos trabalhadores; mesmo assim arrancadas aos capitais, por meio de muitas e significativas lutas de classe. Dentre as vitórias, não se pode olvidar: 1) uma política de seguridade social, cuja concepção enlaça as políticas de saúde, assistência e previdência; 2) uma política de educação pública; ambas as políticas públicas erigidas sob princípios que se queriam universais e recolhidos como *Direito de Todos, Dever do Estado*; 3) as fontes de seu financiamento, para o caso da seguridade social, com incidências fundamentais porque simultâneas sobre a folha de pagamento (também sobre a fração de trabalho necessário, lembramos nós), o faturamento e o lucro, embora de forma e modos diferenciados entre as diferentes frações da burguesia e das formas capitais. Mais importante: uma estrutura que fazia acompanhar o crescimento da contribuição quando cresciam os lucros. O título VIII, “*Da Ordem Social*”, mesmo com seus enormes limites, visto desde nossos tristes dias, foi um passo adiante em relação ao até então consignado na legislação como instituição de direitos sociais. Não é demais apontar: esse é o título mais avançado dentre os demais presentes na carta constitucional e, por isso, desde então, é também o mais alterado pela via das emendas constitucionais ao ponto de, atualmente, guardar pouco ou nada em alguns artigos da formulação original sancionada no texto de 1988. Não obstante os avanços do título VIII, a carta constitucional expressa com rigor a defesa e os privilégios de um modo de produção assentado na propriedade privada e nos lucros.

As alterações acima referidas tiveram início logo após o término de sua elaboração; a década de 90 do século XX sequer havia chegado ao meio e as amputações e mudanças nos capítulos, artigos e incisos já demonstravam com que vigor a erodiriam. Perto do fim dos anos 1990, as contrarreformas ocorreram com

o fito de fazer recuar os direitos sociais e trabalhistas alcançados nesse e em outros poucos artigos da Constituição. A redução e a supressão dos direitos da classe trabalhadora, além das revisões profundas na Constituição Federal, também foram realizadas por mecanismos infraconstitucionais. As alterações na lei objetivaram efetivar numerosos cortes, desvios, usos (e abusos) no orçamento destinado às políticas sociais com o intuito de consolidar uma “nova” partição do fundo público, agora ainda mais anêmico para a classe trabalhadora.

As razões, parece-nos, residem nos carecimentos e exigências dos capitais: eles precisam encontrar, novos, múltiplos e combinados espaços de valorização para as inversões e geração de seus lucros. Como não vivemos em um planeta com recursos infinitos, no plano imediato para os capitais há que se reorientar na relação com o seu Estado a prioridade do “gasto” do fundo público; em outras palavras, há que aplicar um plano de austeridade que abrevie o uso da riqueza socialmente produzida, sob a guarda do Estado, para efetivar direitos da classe trabalhadora. A macabra contabilidade promotora dos *austericídios* pelo mundo objetiva adicionar os superávits estatais aos lucros privados por meio de dezenas de mecanismos aptos a metamorfosear as ações do Estado e das políticas sociais no pleno atendimento das demandas dos capitais em crise. As intervenções do seu Estado, requeridas pelo grande capital, devem ser diversas das anteriormente praticadas porque essa é a forma de aprofundar a dominação de classe e ao Estado burguês cumpre prover as “condições gerais da produção e reprodução do modo capitalista de produção”.

Em Portugal, um exemplo da abertura de novos espaços para os capitais pode ser encontrado nas parcerias público-privadas em diversos setores da vida social. No que se refere aos hospitais públicos, as parcerias dividem da seguinte forma as responsabilidades entre o público e o privado, conforme Simões (2004): “Como novo mecanismo de provisão e prestação de cuidados públicos de saúde, as parcerias assentam na seguinte tríptica de vectores: a) - Planeamento e financiamento públicos; 2) - Investimento e gestão privados; 3) - Controlo e titularidade públicos”.

[...] A iniciativa de “empresarialização” dos hospitais foi alargada, tendo 34 hospitais do sector público administrativo sido transformados em 31 sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos num curto espaço de tempo. No decorrer do processo, a iniciativa passou a ser supervisionada por uma comissão de acompanhamento criada para o efeito (Despacho nº 24 828/2002, de 17 de Outubro, do ministro da Saúde), passando posteriormente a ser implementada através da Unidade de Missão de Hospitais SA (Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2003, de 17 de Janeiro). Em paralelo, a escala da abordagem e do programa de parcerias foi ampliada (SIMÕES, 2004, p. 80).⁷³

Para o Estado desincumbir-se com êxito de suas tarefas típicas⁷⁴ em um momento novo do desenvolvimento do modo capitalista de produção – requisições postas pela grande crise iniciada nos anos 2007/08 –, deve continuar a operar sua dinâmica com a incorporação de mudanças na forma Estado. No Brasil, delimitou-se esse novo momento na forma Estado, marcadamente, a partir de 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso. Sua contrarreforma do Estado implicou um rearranjo na partição do fundo público pretérito consolidado em estatais (vendidas a baixo custo) e do fundo público presente sob a forma da riqueza monetária (cujo acento pode ser posto no capital fictício remunerador da dívida pública pela via dos juros) transferida aos capitais por múltiplos modos. Evidentemente, priorizar a transferência de fundos públicos ao capital pelas formas de remuneração da dívida, com juros, e pela via da privatização não suprime e esgota a realização de transferências do fundo público por outros numerosos modos.⁷⁵

73 Para consultar o inteiro teor do trabalho, acessar: <<https://www.ensp.unl.pt/dispositivos-de-apoio/cdi/cdi/sector-de-publicaces/revista/2000-2008/pdfs/E-08-2004.pdf>>.

74 Ver Mandel (1982) e Netto (1992).

75 Em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde admite, desde junho de 2012, a contratação de médicos por meio de Empresas de Trabalho Temporário (ETT). Nesses contratos, os trabalhadores-médicos prestam serviços pagos por hora trabalhada. O contrato tem duração de 12 meses e se exige-lhes fazer ao menos 4 consultas por hora

A hipótese que oferecemos como parte das alterações na forma Estado diz respeito, principalmente: 1) ao reconhecimento de que ocorreu um aprofundamento da natureza de classe, burguesa, do Estado, visível em sua acentuada e não mediada necessidade de utilizar inclusive a porção do fundo público até então diretamente alocada às políticas sociais; 2) na construção de políticas sociais de “*novo tipo*”, com ênfase na sua *monetização*; 3) pelo recrudescimento da violência estatal, que inclui romper abertamente com certo convívio tácito de direitos sociais, civis e políticos, viabilizados no pós-segunda guerra mundial.

Importa observar que o fundo público destinado constitucionalmente às políticas sociais é uma importante forma de beneficiar os capitais que, pela via de uma mesma e contraditória ação, também atendem às demandas da classe trabalhadora; veja-se, por exemplo: o Estado ao responder demandas da classe trabalhadora quando da construção de equipamentos públicos, como hospitais, escolas, centros culturais e estradas, mobiliza riqueza socialmente construídas na vida social – impostos, contribuições sociais, em verdade trabalho necessário e trabalho excedente – que constituem o fundo público para a realização ou construção de tais obras e permite-lhes (aos capitais) espaços de valorização. Sabe-se dos estratosféricos ganhos legais dos capitais decorrentes da feitura de obra contratadas pelo seu estado; mas, com frequência, os capitais carregam ganhos adicionais, *os sobre-acrécimos*, decorrentes de corrupção, desfalques, subornos e falcaturas de todo o tipo. Lenin (1986a), em *Imperialismo – fase superior do capitalismo*, já alertara: por imoral que seja a corrupção e as demais práticas desse gênero, elas não devem ser compreendidas como um fenômeno individual e isolado porque o são, antes de tudo, métodos endógenos ao modo capitalista de produção, potencializados sob a concorrência monopolista, na busca de valorização e na relação com o seu Estado.

e atendimento pediátrico. O contrato é válido para todas as funções: da urgência aos cuidados intensivos, da internação e cirurgias aos serviços pré-hospitalares. Abrem-se aqui novos espaços para a “mercantilização” da saúde e a um só tempo, da força de trabalho, controlada e medida por tarefas realizadas... no hospital!

Os seis mandatos presidenciais do período 1990 a 2014, no Brasil, nas suas diferenças e particularidades, realizaram políticas complementares na consecução de um mesmo objetivo: amiudar os direitos dos trabalhadores para nutrir os capitais. A fórmula utilizada, contudo, não guarda originalidade: no Brasil, e como ocorre hoje em Portugal, e em vários países do mundo, *privatizações clássicas e não clássicas* foram e são implementadas em diversas áreas e setores da atividade econômica e nas políticas sociais. Por *privatizações clássicas* (Granemann; 2012) queremos nos referir sobretudo à venda do patrimônio estatal – fundo público pretérito cristalizado em empresas de bens de produção, de distintos setores produtivos, de serviços de infraestrutura, bancário-financeiras e tantas mais que são entregues aos capitais internacionais em associação ou não com capitais nascidos no país, em geral, por leilões, com valores subfaturados. As *privatizações clássicas* são as que, em uma palavra, realizam vendas e concernem também às vendas por ações quando são processadas aberturas do capital nos moldes da Petrobras e do Banco do Brasil. As *privatizações não clássicas* (Granemann; 2012) dizem respeito às entregas do patrimônio estatal por meio de subterfúgios que ocultam a natureza da transferência do fundo público aos capitais. Nesse “quesito” são criativas e numerosas as possibilidades que, inclusive, não são excludentes entre si e nem costumam causar constrangimentos em sua implementação se tiverem sido criadas por governos e partidos adversários. Ocorre também com certa frequência que modelos desgastados por sua ineficiência social sejam desmascarados e rejeitados pela população usuária. Estados articulam em todos os seus diferentes momentos para que o mesmo ressurgja como promessa do novo. Estudar esses mecanismos faz-me afirmar que os estratagemas diferentes na forma são essencialmente iguais no conteúdo; nesse conjunto, estão as parcerias público-privadas (PPP), as sociedades anônimas, a EBSERH, as fundações de apoio, as organizações sociais, as organizações não-governamentais, as fundações estatais de direito privado e um numeroso elenco de saídas para aquelas áreas do

estado - em geral as de execução das políticas sociais - em que resultariam mais desgastes aos governantes se realizassem as *privatizações clássicas*; por serem, via de regra, mais óbvias, trabalhadoras e trabalhadores criariam e criam formas de oposição às privatizações, mormente de equipamentos viabilizadores de políticas sociais como hospitais e escolas públicas.

O fundo público⁷⁶ nas mistificações e apologias da economia burguesa é uma composição equilibrada de cobrança de impostos e de contribuições sociais, justas e harmoniosamente vertidas ao Estado por todos os componentes da “sociedade”; sociedade, ela mesma uma “*abstração em abstrato*” porque vazia de realidade e sentido; desprovida de realidade por não ser uma realidade auto-explicável já que é formada por indivíduos não iguais. De sentido, porque formada por humana(o)s de todos os gêneros, raças e cores que por sua vez são distribuídas/os em classes sociais antagônicas, regidas pela lei do valor. Lei do valor que opera - de modo bastante mediado - na formação do fundo público na medida em que os capitalistas ao verterem impostos e contribuições sociais ao Estado o fazem sobre os lucros que, por sua vez e sem ser o mesmo, decorrem da extração da mais-valia. Trabalhadoras e trabalhadores, de sua parte, ao verterem impostos e contribuições sociais ao Estado o fazem às custas de suas próprias condições de existência, contribuem sobre seu salário.

No Brasil, uma vez realizada a projeção do montante a ser arrecadado em um ano fiscal, estrutura-se a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA), expressão mais visível do fundo público; que é uma fração da agigantada riqueza socialmente produzida no país e recolhida pelo Estado, nos seus diferentes três momentos (federal, estadual e municipal) para realizar as suas ações e funções.

76 Dentre estas mistificações, um bom e pobre exemplo é o de pensar como em geral o faz o Direito Fundo Público como um termo utilizado para definir recursos públicos com destinação e recebimentos previamente estabelecidos. Pode-se pensar, por exemplo, no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Breves notas conclusivas

Para o exame dos estados e dos direitos sociais no período que se abre com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, deve-se proceder à análise da particularidade de cada um dos seus governos, mas com o cuidado para que a ilusão da forma não oculte a complementariedade do conteúdo: um Estado sem o qual a economia não se movimenta, sem a intervenção sustentada no deslocamento quase absoluto do fundo público para assegurar o crescimento dos capitais no enfrentamento de suas crises e que produzem exigências cada vez maiores aos trabalhadores ocupantes de postos de trabalho e miséria cada vez mais agigantada para os desempregados. Tais exigências são viabilizadas pelo Estado por variados meios, dentre os quais, ao menos quatro têm sido recorrentes: 1) a regressão dos direitos sociais, que, além da dimensão da derrota política, possui uma incontornável exigência econômica a empurrá-los para a compra de novas “mercadorias”. Tais mercadorias dizem respeito à aquisição de serviços, antes serviços sociais realizados como políticas sociais, com fundo público, de que são exemplos a saúde, a previdência, a habitação e a educação públicas. 2) O aumento de impostos sobre o consumo da classe trabalhadora e, assim, um crescente alargamento da base de composição do fundo público que succiona para os capitais partes do trabalho necessário pela via dos impostos sobre o salário. 3) O endividamento das famílias pelo recurso ao crédito consignado sobre o salário (nas empresas e no Estado) e sobre as aposentadorias e pensões no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e nos vários Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). 4) O continuado programa de privatizações, sejam elas *clássicas* ou *não clássicas*, presentes nos diferentes governos que se sucederam na direção do Estado no país e que diferem apenas em intensidade e profundidade, mas não deixam de ser implementado em todo o planeta.

Até esta altura de nossa argumentação, procuramos demonstrar que a difusão da apologética necessidade de redução do Estado, torná-lo mínimo, nada mais foi do que uma férrea e insistente

argumentação a embalar e viabilizar as privatizações dos mais distintos tipos nos limites da criatividade dos capitais. Dito de outro modo, tanto em tempos de crescimento como em tempos de crise – ainda que em proporções diferenciadas em cada um dos momentos – e sob os monopólios, os capitais cada vez mais defrontam-se com barreiras ao processo de valorização. Encontrar novas mercadorias (aquelas as quais a classe trabalhadora não pode deixar de consumir, como a previdência), novos ramos e setores de investimentos para a realização de inversões do lucro é condição mesma de sobrevivência dos capitais e do modo capitalista de produção. Em um mundo abarrotado de mercadorias programadas para uma curta e abreviada duração e em tudo conjugada ao estímulo criador de necessidade, uma quase dependência compulsiva pelo último modelo da mais recente mercadoria produzida, comercializada por meio do crédito ao consumo, apesar de revelar níveis profundos de desumanização na inversa medida em que a valorização das mercadorias corresponde a uma brutal desvalorização dos seres sociais, é também uma confirmação da lei do valor: mercadoria não vendida é mais-valia não realizada.

Para responder às demandas do capital – complexas e crescentes –, o seu Estado precisa assumir a feição de que se retira da economia para, sobre ela e por ela, potencializar sua intervenção no provimento das condições de reprodução da sociedade burguesa, vale dizer para garantir a vigência e operação da lei do valor aos capitais. Ao examinar-se o montante transferido do fundo público aos capitais, perceber-se-á um movimento que configura o exato contrário do propalado pelos ícones teórico-político-ideológicos do *estado enxuto*: neste tempo, mais do que em qualquer outro da história do capitalismo, o “neoliberalismo” é a realização máxima do estado do capital, seu agigantamento deve-se às suas categóricas exigências.

Como o número de indústrias, bancos e empresas estatais não é infinito, os capitais defrontam-se, constante e rapidamente, com limites físicos para superar os obstáculos próprios das dinâmicas

de produção e reprodução da vida social baseada na propriedade privada dos meios de produção; e, uma privilegiada forma de contornar esse óbice, ainda que sempre momentaneamente, é pela aquisição do assim denominado *patrimônio público*.

Esgotadas, porque realizadas, as clássicas transferências do fundo público pela privatização, reclamam-se tão legítimas como a expropriação de mais valia do trabalhador sob o modo capitalista de produzir. Riqueza social produzida por trabalhadores é cristalizada no patrimônio estatal que, por sua vez, é mobilizado de distintas formas para enfrentar crises e limites ao crescimento da economia do capital.

No tempo presente, a captura do fundo público alocado nas políticas sociais ganha relevo. A captura do fundo público nas políticas sociais exige, no entanto, formas diversas para sua realização; nas políticas sociais privatizar exige sempre *a priori* desgastar os trabalhadores e rebaixar os padrões de excelência no atendimento aos direitos da classe trabalhadora - que se nos aparece sob a asséptica forma de usuária/o também esta uma abstração vazia de sentido, “população excluída” porque aparentemente acima e além das classes sociais.

O descrédito em uma instituição de política social – seja um hospital ou uma escola – não é um processo de curto prazo: há que se empenhar em mutilar-lhe a qualidade, desfigurar -lhe o orçamento e desqualificar a excelência do serviço ali prestado ao longo de anos, por vezes, décadas; sem isso, dificilmente são alteradas as condições de eficiência e eficácia na prestação do direito social. Combinado ao garrotear de recursos econômicos, há que se desvalorizar o pessoal funcional, as trabalhadoras e trabalhadores, por meio de seguidos períodos de congelamento salarial e inexistência de carreira estruturada no serviço, número insuficiente de profissionais para o atendimento de trabalhadoras e trabalhadores, longas filas e atendimento precário aos demandantes da política social.

No horizonte próximo, as alternativas para a superação do capitalismo parecem impossíveis; entretanto se regularmos a

luneta enxergaremos mais amplamente o espaço e, talvez, até a experiência do fracasso da classe trabalhadora com as políticas sociais possa mobilizar o esgotamento da paciência e poderá fazer surgir a necessidade de lutar para além dos direitos e da propriedade privada; então, não marcharemos mais por escassos e provisórios direitos do modo de produção capitalista.

Referências

- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, J. et al. *Os donos de Portugal: cem anos de poder econômico (1910-2010)*. Porto-Portugal: Edições Afrontamento, 2010.
- FERNANDES, J. V. et al. *Um ano depois da Troika na política de saúde*. Cascais-Portugal: Principia, 2012.
- GENTIL, D. L. A política fiscal e a falsa crise do sistema de seguridade social no Brasil: análise financeira do período recente. In: SICSÚ, J. (Org.). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GRANEMANN, Sara. Estado, fundo público e políticas sociais: notas sobre o Brasil e Portugal. In: PREVITALI, Fabiane. et al. (Orgs.). *Trabalho, educação e conflitos sociais: diálogos Brasil e Portugal*. São Paulo: Verona, 2015. (Ebook)
- _____. Fundos de pensão e a metamorfose do “salário em capital”. In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; BOSCHETTI, I.; GRANEMANN, S. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- GRANEMANN, S. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In *O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

- _____. *Para uma interpretação marxista da previdência privada*. 2006. 268 f. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. O breve século XX - 1914-1991. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HUSSON, M. *Un pur capitalisme*. Lausanne/Suisse: Page Deux, 2008.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LENIN, V. I. *Cuadernos sobre el imperialismo*. Obras Completas. Tomo 28. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- _____. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Vol. 1, 3. ed. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986a.
- LUPATINI, M. Crise do capital e dívida pública. *XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*, Rio de Janeiro, dezembro de 2010.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *El poder y el dinero*. Contribución a la teoría de la posible extinción del estado. México: Siglo Veintiuno, 1994.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I O Processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. Livro III O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- NAKATANI, P. O papel e o significado da dívida pública na reprodução do capital. *Simpósio Internacional sobre Deuda Pública do OID – Observatório Internacional da Dívida*. Caracas, Venezuela, set. 2006. Disponível em: <<http://www.oid-ido.org/IMG/pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2008.

- NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- VARELA, Raquel. *História do povo na revolução portuguesa: 1974-1975*. Lisboa: Bertrand, 2014.
- SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. *Serviço Social e Sociedade*, n. 104. São Paulo, Outubro/Dezembro 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pi-d=S0101-66282010000400002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 de maio de 2010.
- SIMÕES, J. A. As parcerias público-privadas no sector da saúde em Portugal. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 4, 79–90. 2004. Disponível em: <<https://cms.ensp.unl.pt/www.ensp.unl.pt/dispositivos-de-apoio/cdi/cdi/sector-de-publicacoes/revista/2000-2008/pdfs/E-08-2004.pdf>>. Acesso: janeiro de 2018.

Criminalização da pobreza, violência e ação do estado capitalista

Gláucia Lelis Alves

& Luana de Sousa Siqueira

O tema em questão refere-se à relação histórica e estrutural entre a criminalização da pobreza, a violência e a função que assume o Estado nos processos de produção e reprodução do capitalismo, que combinam dialeticamente exploração e opressão, sobretudo no que se refere à intrínseca relação entre violência e pobreza.

A escolha desse caminho parece pertinente frente às lutas específicas de segmentos da sociedade contra a opressão que vivem, sem que isso signifique a perda de sua particularidade, à luta mais ampla pela transformação integral da sociedade, dito de outra forma pela superação de toda e qualquer forma de exploração. Em síntese, podemos dizer que a luta específica e particular é uma mediação concreta da luta genérica pela emancipação humana. Desse modo, para ter um escopo que as explique em sua dimensão estrutural e estruturante, faz-se necessário problematizar a tríade pobreza-violência-criminalização.

O ponto de partida: a pobreza em Marx

Apresentamos o debate acerca da pobreza a partir dos pilares centrais da obra de Marx e da tradição teórica e política dessa matriz. Para Marx a pobreza não é um aspecto marginal ou um

problema colateral do capitalismo, mas representa um momento central e fundante da acumulação capitalista. Desse modo, há uma intrínseca relação entre os processos de acumulação e pauperização que permeiam a Lei Geral da Acumulação Capitalista.

A pobreza, nessa perspectiva, é um produto necessário do Modo de Produção Capitalista. O capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado do seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado e a pauperização absoluta e relativa por outro (MARX, 1980, I, p. 712). Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos (que dela se apropriam mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria (que a produzem, mas pouco lhes resta em relação à riqueza por eles produzida). Assim, pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro; jamais eliminaria nem um nem outro. Aqui, neste debate, temos como referência os estudos de Marx em *O Capital* (1980) acerca da produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva (EIR), partindo da análise da acumulação do capital. Inicialmente, a acumulação do capital segue uma ampliação puramente quantitativa. Com o avanço das forças produtivas, há uma derivação que leva à mudança qualitativa da “composição orgânica do capital” (Marx, 1980, I, p. 730-43), ocorrendo um acréscimo de sua parte constante (matéria-prima e meios de produção) em detrimento da parte variável (a própria força de trabalho). Relembremos que a força de trabalho, portanto, não só reproduz seu próprio valor, ela também cria valor excedente, mais valia (*idem*, p. 201 e ss.).

Essa mudança qualitativa na produção mecanizada tende a expulsar força de trabalho do processo de produção, enquanto a simples expansão quantitativa das fábricas absorve força de trabalho. Os trabalhadores são, assim, constantemente repelidos e atraídos segundo as necessidades do capital. Vale ressaltar que o produto do processo produtivo se decompõe em 3 partes: a) uma

quantidade que só representa o trabalho contido (e transferido) nos meios de produção (representa o valor capital constante); b) outra onde só figura o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (representa o valor do capital variável); c) e uma terceira que só representa o trabalho excedente (a mais valia).

Portanto, partimos da constatação de que o trabalho (a relação orgânica com a natureza, a transformação da matéria-prima em produto, das mais variadas formas, utilizando os mais distintos meios, instrumentos e ferramentas) é fundamental para a vida humana, e a apropriação do excedente desse trabalho é a condição de sobrevivência da sociedade capitalista. Por conseguinte, a força de trabalho não pode ser descartada, pois é fonte de valor.

Na medida em que há o avanço das forças produtivas, há uma crescente diminuição da necessidade do capital variável. A redução relativa da parte variável do capital assume a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista tende a produzir uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, “excedente”.

Com o aumento da potencialidade produtiva do capital – produto da apropriação privada do desenvolvimento tecnológico e das mudanças na organização da produção (ver MARX, 1980, I, p. 722-3) –, ou seja, com a ampliação da escala de produção, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela uma população supérflua, que por sua vez é fundamental para a acumulação capitalista.

Essa é uma discussão tão polêmica quanto necessária. Em contexto de análises individualizantes, guiadas ou pela tradicional racionalidade positivista ou pela emergente racionalidade pós-moderna, as análises microssociais sem mediações com a totalidade esbarram no binômio “integrado/marginal”, “funcional/disfuncio-

nal” ou “incluído/excluído”; e categorias tão fundamentais como exploração, contradição, luta de classes, entre outras, saem de cena.

Sendo assim, por que o exército industrial de reserva (EIR) é tão importante para o capital? Fundamentalmente por proporcionar material humano em situações variáveis de expansão do próprio capital e por ser uma forma de regulamentação salarial. Assim, Marx apresenta as funções do EIR: 1) Oferta de material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital; 2) Regulação dos salários e direitos trabalhistas.

Nem a busca por emprego por parte do trabalhador nem a busca por trabalhadores por parte do capital representam mecanismos naturais de crescimento, ou seja, a procura de trabalho pelo capitalista não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho pelo trabalhador se identifica com o crescimento da classe trabalhadora. Essa relação de procura e oferta de trabalho vincula-se à acumulação do capital, que age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, ‘dispensando-os’, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho adicional.

Este, o desemprego, é, portanto, um processo estrutural, tendencial do sistema capitalista, jamais relacionado à precária condição subjetiva do trabalhador. O desemprego, não é, na análise de Marx, resultado das carências pessoais do indivíduo, mas das próprias condições estruturais do desenvolvimento capitalista. Assim, qualquer proposta de “combate ao desemprego” mediante programas de qualificação, de autoajuda, de microcrédito, não o supõe como resultado estrutural do capitalismo, mas como déficit do trabalhador. Esse tipo de proposta é considerado, nessa perspectiva, um paliativo individual que em nada altera os fundamentos ou o efeito geral do problema: o desemprego e a pauperização absoluta.

Quem se submete a esse fenômeno de expulsão e exclusão do mercado de trabalho, da possibilidade de vender a sua força de trabalho, se insere num processo de empobrecimento ou paupe-

rização absolutos, sem conseguir obter pelos seus próprios meios os bens e serviços necessários para sua reprodução individual e familiar. Assim, nas palavras de Marx (1980, I, p. 747), “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva”, sendo, no entanto, “condição de existência da produção capitalista”, pois “quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior (...) o pauperismo”.

Outra dimensão desse fenômeno refere-se à pauperização relativa, que pode ser caracterizada como o processo de progressivo aumento da distância entre o valor produzido pelo trabalhador e a parcela dessa riqueza produzida da qual ele se apropria. Ou seja, a riqueza produzida pelo trabalhador se divide numa parte cada vez maior de mais-valia (apropriada pelo capital), e outra parte, proporcionalmente cada vez menor, que corresponde ao seu salário (parte da riqueza produzida que fica com o trabalhador). Assim sendo, mesmo podendo algum trabalhador ter um salário que lhe permita condições boas ou ótimas de vida (elevado poder aquisitivo), a parte de valor por ele produzido que permanece com ele é cada vez menor em relação ao total da riqueza produzida (ou da mais-valia pelo capitalista apropriada).

Dito de outra forma, por ser inerente e fundamental à sociedade capitalista, a pobreza é ineliminável. Portanto, ao crescer a riqueza, amplia-se necessariamente a pobreza, mesmo em países que possuam o índice de miséria e indigência próximo de, ou igual a zero, e mesmo em locais ou cidades onde os trabalhadores vivam com conforto e suas necessidades básicas integralmente satisfeitas, suas aquisições são, em relação à riqueza produzida e acumulada, inferiores.

Para Netto (2007, p. 141, 143), mesmo considerando a “pobreza relativa” como aquela atribuída pela “renda inferior à metade da renda média”, no entanto, “a distinção entre pobreza (pauperização) absoluta e relativa, na tradição marxista, nada tem a ver com os indicadores geralmente utilizados para a mensuração da pobreza”, sendo determinada pela “redução da parte que lhes

cabe [aos trabalhadores] do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas”. O fato de produzir mais-valia, apropriada pelo capital, é que funda e reproduz, no capitalismo, a pauperização ou pobreza relativa.

Sendo assim, os planos de findar a miséria, portanto, a pobreza absoluta, podem ser compatíveis com a sociedade capitalista, mas a pobreza relativa sempre existirá nessa sociedade. Salvando as diferenças históricas, Marx apontava, no início do século XIX, como a assistência aos pobres foi uma estratégia de alívio e eternização da miséria. Para o capital, é fundamental a composição de um exército capaz de executar qualquer atividade. E assim, a assistência e a caridade aos mais pobres se tornaram, com o desenvolvimento do capitalismo, um placebo para o irremediável.

Não se alterando a composição do capital (determinada massa de meios de produção exige para funcionar a mesma quantidade de força de trabalho), o acréscimo do capital implica em acréscimo de sua parte variável; aumentando o capital, aumenta a procura de trabalho (oferta de emprego). Portanto, ao surgirem novos mercados, pode ocorrer maior demanda de trabalho (mais postos de trabalho) e menor oferta, ocasionando assim, elevação dos salários (MARX, 1980, I, p. 713).

A lei geral do modo de produção capitalista é produzir mais valia e aumentar seu capital. O salário pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. Portanto, “um acréscimo salarial significa, na melhor hipótese, apenas redução quantitativa do trabalho gratuito” (*idem*, p. 720), sem eliminar a exploração. Essa redução nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema. Essa lei, mistificada em lei natural, só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. Assim, Marx nos coloca um desafio de não separarmos os fenômenos sociais pobreza e riqueza. Portanto, a contradição é

assumida nesse trabalho como categoria fundamental de análise na tentativa de romper com uma perspectiva unilateral de leitura da dinâmica da sociedade capitalista. A ausência dessa categoria (a contradição pobreza/acumulação) na discussão e na proposição de enfrentamento da pobreza pode levar a alguns equívocos, que comparecem nas variadas visões, apresentadas anteriormente, enquanto concepções sobre pobreza, suas supostas causas e suas propostas de enfrentamento.

Criminalização da pobreza e violência: equívoco de interpretação ou um projeto societário?

A criminalização da pobreza envolve alguns conceitos que não explicam o fenômeno e sim o camuflam como “disfunção”, anomia social, tendo como derivação ações que autorresponsabilizam e culpabilizam o indivíduo. Essa visão funcionalista de influência positivista apresenta as situações de pauperização como uma opção pessoal, por desejo, preguiça e falta de vontade; a pobreza como resultante de falta de caráter, desajustamento, que, nada mais é, do que consequência de problemas de caráter ou de doenças psiquiátricas; a pobreza também seria resultante de falta de preparo educacional, incapacidade intelectual e pessoal; por fim, abordaríamos a pobreza como causa e resultado do uso de drogas ilícitas, como se todo sujeito em extrema pobreza fosse resultado de vícios e maus hábitos, sujeira ou baderna. Com esse entendimento das causas, apresentam-se as seguintes formas de enfrentamento: o higienismo, educação e “refuncionalização”, adaptação (ou ajustamento corretivo) e “inclusão social”; a solução da pobreza mediante a “autoajuda” e religião; o combate à pobreza mediante sua “criminalização”.

Os processos de criminalização da pobreza como estratégias ideopolíticas de conformação da ordem burguesa expressam-se de diferentes formas:

- ♦ A pobreza como opção (preguiça, características pessoais). Expressa pela autoajuda, onde a opção do indivíduo, sua motivação,

suas escolhas e competências podem mudar sua condição de pobre. Revela-se ainda na suposição de que há igualdade de oportunidades, onde os indivíduos concorrem ou perseguem fins que alcançarão ou não segundo suas próprias condições ou escolhas.

♦ A pobreza como “patologia”, “disfunção” ou “desajuste” do indivíduo ou grupos “marginais”. Ao partir da ideia, tanto positivista quanto funcionalista, de que a ordem social é um sistema integrado e estável, para ser preservada na sua normalidade tal ordem social deve enfrentar essas formas de patologias e desajustes. O indivíduo (pobre) deve ser “refuncionalizado”, “curado” da sua condição, como forma de devolver a normalidade ao sistema. Vinculam-se a essas concepções de pobreza os binômios: normalidade-anomia, ajustamento-desajuste, funcional-disfuncional, integração-desintegração, inclusão-exclusão. A solução estaria na retomada da “normalidade”, por vias de formas de “inclusão” e “integração” (emprego, educação, atenção sanitária ou higienista, registros civis, assistência, filantropia) ou de reclusão e criminalização.

♦ A pobreza como consequência da ausência de educação ou de capacitação: a Teoria do “Capital Humano” e a aposta na meritocracia. Conceitua-se a pobreza como resultado da falta de capacitação do indivíduo; nesse sentido se dá à educação o status de solução de todos os problemas, falseando a realidade e culpabilizando os sujeitos. Nessa concepção, o “trabalho” desaparece como categoria central de análise e é absorvido no interior do conceito de “capital”, o qual vem adornar o título da especial característica do trabalhador: o “humano”. A ideia é aplicar o conceito “capital” a seres humanos, transformando pessoas em capital a serviço das empresas. Dessa forma, o combate à pobreza será a “Educação”: as pessoas se educam; a educação tem como principal efeito mudar suas “habilidades” e conhecimentos, e a maior produtividade permite que a pessoa perceba maiores rendas e o capitalista aumente seu capital.

As respostas às manifestações da pobreza não são algo voluntário ou caridoso, são resultados da luta de classes, que exigem

ações frente às manifestações da “questão social”. Nesse sentido, o Estado precisa apresentar propostas para solucionar as reivindicações das classes sociais, que aparentemente se colocam como as mesmas: a manutenção da força de trabalho, embora as pautas sejam apresentadas de formas diferentes (pelos trabalhadores, reivindicações por melhores condições de vida; e pelo capitalista, pela reprodução da força de trabalho sem custos ou ônus à acumulação). O Estado burguês historicamente lança mão de medidas violentas e opressoras. Mesmo em contextos de ampliação de políticas sociais, não abandona as medidas policiais de controle e vigília. Vale ressaltar que o recurso da violência não é apenas utilizado em ações policiais, mas na reprodução da vida social, em práticas opressoras de autorresponsabilização e punição. Assim, para a correção da suposta disfunção comportamental, as ações são coercitivas e via políticas sociais conservadoras. A violência se torna um recurso viável pelo consequente resultado da acumulação e pela incapacidade de controle do capital frente aos desdobramentos da desigualdade social.

A função de controle social pelo estado burguês aos “defeitos estruturais” do sistema – exploração do trabalho e controle ideológico

Para conferir “certa” unidade no desenvolvimento do capitalismo monopolista foi e é fundamental o poder exercido pelo Estado moderno, que consolida um papel histórico de garantir a reprodução do sistema para além do controle da queda tendencial da taxa de lucro e da mais-valia via aumento e intensificação da jornada de trabalho e da relação com a força de trabalho. De acordo com Mészáros (2002, p. 107), “o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sócio-metabólico. Sua função é retificar”. Ao mesmo tempo em que o sistema do capital se expande em todos os níveis, tanto no que se refere às estratégias de extração do trabalho vivo quanto ao controle ideopolítico das

relações sociais, seu processo de expansão produz uma perda de controle no que se refere à reprodução social, em virtude da incontrolabilidade dessa expansão.

Mészáros (2002) situa a necessidade do controle sócio-meta-bólico no sentido de garantir corretivos aos defeitos estruturais de controle do capital. Esses defeitos manifestam-se com base em elementos, tais como: a) necessidade de estruturação da sociedade com base em antagonismos, considerando a separação entre produção e controle do processo de trabalho; b) característica da incontrolabilidade inerente ao sistema, o que faz prever o potencial de sua autodestruição; c) extrema separação entre produção e consumo, produzindo desumanização exacerbada; d) ampliação da necessidade de controle – nos planos locais, regionais e nacionais – para a sujeição da força de trabalho total da humanidade aos imperativos alienantes do sistema do capital global. Estratégias de controle social foram introduzidas pelo Estado sobre as crises cíclicas do capitalismo, e a maioria delas assumiu um caráter reformista. Destaca-se a funcionalidade dessas mudanças por ocasião da alteração do padrão produtivo fordista-keynesiano para o toyotista, com o intuito de maximizar a exploração da força de trabalho, bem como flexibilizar o processo de acumulação. Outra estratégia tem relação direta com o uso das inovações tecnológicas para o controle da informação e o incremento da política armamentista. Nessa perspectiva de análise, o Estado tem como papel primordial, em sua corporificação coesiva, garantir a expansão e a extração de trabalho excedente e, dessa forma, a extração da mais-valia.

No entanto, as estratégias de correção dos defeitos estruturais produzidos pelo sistema, sobretudo no que se refere às tendências de equalização do índice diferencial de exploração e do crescente autoritarismo nos Estados, e, conseqüentemente, pelo desencantamento geral com a política democrática, não dão conta de eliminar os antagonismos do “capital social total”. Qualquer forma de harmonização ou equilíbrio nos conflitos é temporária, e a concepção burguesa defende o equilíbrio de forças, considerando

que esses antagonismos se situam nas condições estruturais do próprio sistema.

Há uma determinação recíproca entre as dimensões econômicas e políticas, escamoteada pelos processos alienantes em uma reciprocidade dialética. Nessa dinâmica, escamoteia-se ainda uma das principais contradições inerentes ao funcionamento do sistema do capital, ou seja, ele se constitui como um sistema de controle sem sujeito e necessita ainda exercer o domínio/controlar dos produtores reificando-os. No bojo dessas contradições, situa-se a necessidade, cada vez maior, de controle do processo de produção, porque há uma tendência de crescimento da socialização da produção, que confere maior capacidade de controle aos produtores. Outra contradição refere-se à capacidade totalizadora desse Estado – com o intuito de garantir a irrestringibilidade global do capital –, a qual não consegue abranger a totalidade das unidades socioeconômicas reprodutivas existentes no capital, ao considerar que há particularidades e especificidades no processo de formação dos estados nacionais e na interação entre eles. Dessa forma, as contradições produzidas na base do sistema e os seus defeitos estruturais não serão superados unicamente por meio da intervenção política, nem tampouco pela economia de mercado sem que haja mudanças fundamentais na ordem sócio-metabólica das sociedades pós-revolucionárias (MÉSZÁROS, 2002).

No que se refere à configuração atual do processo de controle sócio-metabólico do capital, o sistema passa das pequenas unidades produtivas fragmentadas para gigantescas corporações transnacionais de plena articulação global, o que, de certa maneira, desafia a garantia de seu domínio ideopolítico. Assiste-se a um processo de financeirização da economia, expressa pela consolidação, a partir da década de 1960, de um mercado mundial do dinheiro. Há uma mercadorização desenfreada das relações sociais. Em sua nova fase, esse processo tem como características principais a ampliação das funções financeiras das corporações, a transnacionalização dos bancos e empresas, dentre outras. Essa expressão do capital financeiro efetiva-se com a fusão de grandes

bancos e empresas industriais e comerciais, bem como com agentes governamentais. A partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, o padrão fordista-keynesiano de acumulação do capital sofreu uma crise evidenciada pela diminuição da produção industrial, pelo endividamento do setor público e pela intensificação do desemprego estrutural, incrementando o aumento do exército industrial de reserva.

Diante desse quadro, configurou-se a constituição de uma “nova ortodoxia econômica”, o neoliberalismo. As mudanças provenientes do ajuste neoliberal passaram a ser a base da economia e da política social, a partir do final da década de 1970. Com base no modelo neoliberal, a reforma do Estado deve orientar-se para o mercado, abandonando instrumentos de controle político, restringindo a alocação dos recursos públicos, diminuindo as funções do Estado e fortalecendo as ações de natureza privada. O mercado passa a ser o espaço da garantia da eficiência e eficácia não obtidas no espaço público. Essa dinâmica envolve também a efetivação da política social que passa a se organizar pelos princípios da focalização (voltada para setores de extrema pobreza), da descentralização (instituem-se formas de gestão locais) e da privatização. E, ainda, sua efetivação é permeada pelo princípio da menor elegibilidade (ligado a mecanismos de seletividade) e pela incerteza do não direito.

No que se refere à questão do trabalho, intensificam-se o processo de substituição da capacidade humana pelas máquinas, a dispensa da força de trabalho vivo e o crescente desemprego estrutural, bem como o desenvolvimento da economia informal. As contradições são estabelecidas pelo binômio industrialização/urbanização (máxima da sociedade moderna), pelo processo acelerado de tecnificação que avança também no mundo rural e no campesinato, alterando significativamente as relações sociais e de produção. A função de comando político estatal é intensificada, modificando-se para acompanhar a plasticidade da ordem do capital, estendendo seu poder às instituições financeiras, “por meio do apoio econômico, da influência na nomeação de seus

líderes e da interferência a favor de políticas favoráveis às empresas multinacionais de seus países” (IAMAMOTO, 2007, p. 120). Essa dinâmica expressa uma contradição do sistema, pois o processo de financeirização do capital exige, cada vez mais, a intervenção estatal, com o objetivo de administrar as crises do sistema financeiro. Nessa mudança na direção do Estado, ampliam-se e intensificam-se também a transferência de riquezas e a precariedade do trabalho, agravam-se os processos de extração da mais-valia, da reificação, da flexibilização do trabalho, em decorrência da ampliação das dívidas públicas para conter as crises das empresas e finanças. Para resolver essa equação, são absolutamente funcionais os mecanismos ideológicos.

Política social e controle da reprodução da força de trabalho

Nesse processo de controle estatal, que combina ajustes corretivos via consolidação do sistema parlamentar e força repressiva policial, situa-se o papel da política social como mecanismo de controle e reprodução da força de trabalho. Trata-se de uma relação sócio-histórica no processo da dominação burguesa, pois é no marco da sociedade burguesa que a relação entre Estado e sociedade civil sofre uma inflexão significativa, o Estado passa a incorporar demandas e reivindicações da sociedade civil no conjunto dos interesses consolidados por essa instância.

A política social constituiu-se historicamente em instrumento de poder alocativo e coercitivo com o intuito de reorganizar as relações na sociedade. A cidadania materializava-se como campo de mediação da relação entre Estado e Sociedade. Assim, no bojo da explicitação pelas lutas sociais empreendidas no contexto do capitalismo, da questão social, situam-se a constituição da política social e sua relação com os direitos de cidadania. Behring e Boschetti (2007, p. 53) destacam que “a política e a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social”. Nessa linha de raciocínio, a constituição de um Estado social a partir do século XX deu-se sem rupturas com os princípios

liberais, pois ambos têm como premissa o reconhecimento de que os direitos devem se realizar no próprio âmbito do capitalismo, sem abalar suas estruturas: trata-se da antinomia entre a base do pensamento liberal, a propriedade privada e as liberdades individuais. A ampliação dos direitos e a constituição de um Estado social consolidaram-se com a mobilização e organização da classe trabalhadora, nas lutas pela emancipação humana, pela socialização da riqueza e por uma sociabilidade não capitalista.

No contexto de crise do sistema capitalista que gerou a ampliação do exército industrial de reserva (pós-1929) é que foi desencadeado o processo de generalização das políticas sociais, resultado de um pacto social estabelecido com segmentos do movimento operário. Essa dinâmica evidenciou o caráter histórico das políticas sociais que se inseriam em uma complexa teia de relações de força e se constituíam meios pelos quais os direitos sociais se materializavam para além da sua positivação. Entre os séculos XIX e XX, ampliou-se o processo de socialização da política, em que se configurava o Estado restrito e uma sociedade que se associa, “que [multiplicava] os polos de representação e organização dos interesses e, conseqüentemente, uma ampliação da cidadania política – a sociedade civil organizada” (COUTINHO, 2008, p. 161). No entanto, mudou a feição do Estado a partir de 1945, com a prevalência de uma economia mista caracterizada pela articulação entre mercado e Estado e a corresponsabilidade no campo da política social. Esse processo apresentou ainda a ampliação dos direitos de cidadania e o fortalecimento das instituições democráticas, garantindo aos grupos organizados da classe trabalhadora oportunidades de mobilização e alianças de classe.

É consenso nas análises que o final do século XIX demarca a constituição de um Estado social e de políticas sociais com base em dois processos: a) pela lógica do seguro social na intervenção estatal: proteção a contingências que incapacitavam o indivíduo ao trabalho (velhice, acidentes, dentre outros); b) vinculação da política social à cidadania, ampliando a ideia de direitos sociais como forte incremento de investimentos públicos nas políticas

sociais. Essa análise oferece o substrato às teses neoliberais que reafirmam ser a crise resultado do keynesianismo e do Welfare State. Também redundou em um conjunto de proposições para a reversão da crise: Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda, Estado mínimo para gastos sociais e regulamentações econômicas, forte disciplina orçamentária voltada para a contenção dos gastos sociais e restauração da taxa de desemprego, diminuição dos impostos sobre os rendimentos mais altos, desmonte dos direitos sociais. A política social está no centro do embate econômico e político do final do século XX e princípios do século XXI e vem se configurando como ampla estratégia de controle social realizado pelo Estado.

O controle do Estado sobre os defeitos estruturais do capital vem se configurando ainda por intermédio do projeto restaurador do grande capital que se expressa na flexibilização do processo produtivo e das relações de trabalho, na desregulamentação das relações comerciais e financeiras e privatização do patrimônio estatal via transferência de riquezas públicas ao grande capital. Nessa perspectiva, a função central do Estado refere-se à liberação do processo de acumulação capitalista de todas as cadeias impostas pela democracia, que se desdobra em garantir a sobrevivência das corporações imperialistas, erodindo as regulações estatais para liquidar os direitos sociais pela apropriação do fundo público; combinar militarização da vida social e assistencialização minimalista das políticas sociais; consolidar um pacote de contrarreformas tendo em vista recuperar a lucratividade do capital via aumento no grau de exploração da força de trabalho e ampliação de novos campos de aplicação de capital financeiro.

Em países de incorporação dependente ao capitalismo onde se configurou uma ordem social competitiva frágil e se produziu um privilegiamento social das classes altas e médias, há um controle exacerbado via superexploração da força de trabalho (que não se consolida somente como uma tendência dos ciclos do capital). Conforme análise de Luce (2013, p.179-180),

A superexploração se pode dar mediante quatro formas [...]: a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor [...]; o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade física do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho [...]; e, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração.

Nessa linha de argumentação, o controle e o desgaste da força de trabalho se dão pela violação do valor da força de trabalho, em diversas dimensões que se expressam pela estratégia ao maior dispêndio da força viva de trabalho sem incorrer em custos adicionais de contratação. Além disso, ocorre a intensificação do trabalho via incremento das forças produtivas, extração de mais trabalho combinado ao aumento dos níveis de produtividade. Há um aumento do valor da força de trabalho sem que haja proporcionalmente um aumento da remuneração, sem concessões à classe trabalhadora. A reforma trabalhista em andamento no Brasil é um claro exemplo desse processo, combina flexibilização das formas de contratação (terceirização, contratos intermitentes, parciais e autônomos, temporários, negociações por dispensa) com flexibilização das jornadas de trabalho (ampliação da compensação por banco de horas, extensão da jornada 12/36 horas para todos os setores de atividade, flexibilidade diária da jornada, redução do intervalo de almoço), rebaixamento da remuneração (via produtividade, gorjetas, pagamentos em espécie, participação nos lucros e resultados, livre negociação dos salários) com alterações nas normas de saúde e segurança no trabalho, bem como os processos de fragilização sindical e de limitações no acesso à justiça do trabalho. É claro que violações aos direitos trabalhistas são históricas, a diferença aqui é a proposição e adesão pelo Estado de uma regulamentação/institucionalização desse processo.

No que se refere ao duplo processo de militarização e assistencialização da vida social, que legitima formas repressivas e de violência institucionalizada de controle estatal, ressalta-se que esse

produz maior centralização e concentração de capital expresso pelos altos ganhos do sistema bancário e do agronegócio como modelo de desenvolvimento agrícola (que se produz via violência no campo aos médios e pequenos agricultores que se contrapõem ao latifúndio e à monocultura). No âmbito da segurança pública, há a despolitização, militarização e legitimação de um estado de guerra e extermínio nas metrópoles, gerando aumento do encarceramento, alto índice de mortes por violência, crescimento exacerbado da ação exterminadora da Política Militar, processo que desenha a ocupação territorial das metrópoles via especulação imobiliária, promovendo segregação e hierarquização sócio-espaçial. O assistencialismo minimalista que se configura nesse processo passa pela legitimação de políticas estatais de “expulsão/remoção” e segregação por conta da reprodução do padrão desigual centro-periferia, que redundam em um acesso seletivo às fontes de bem-estar, oportunidades e riqueza patrimonial.

Os rebatimentos nas políticas públicas sociais situam-se em duas dimensões: na restrição da alocação de recursos públicos e no princípio da menor elegibilidade. Essas dimensões se expressam via ampliação da participação do setor privado no provimento das necessidades sociais – redes mínimas de proteção social no campo das políticas da seguridade social e da educação, via desmonte e substituição dos serviços públicos por contratos privados (Organizações Sociais, parcerias público-privadas). Outra estratégia refere-se ao relaxamento das restrições externas ao Brasil via: elevação dos preços das commodities (milho, soja); crédito às famílias via renúncias tributárias e linhas de financiamento; medidas de ajuste fiscal – altas taxas de juros, aumento da produção de cada trabalhador ativo por conta da superpopulação relativa; desoneração tributária. Essas premissas se reforçam como o novo regime fiscal que define um teto para as despesas primárias (o pacote de maldades que congela por 20 anos o gasto público), provocando reversão do crescimento real com o gasto público, o que afeta diretamente os grupos sociais mais “vulneráveis”, os programas preventivos das políticas públicas e aumenta a chamada

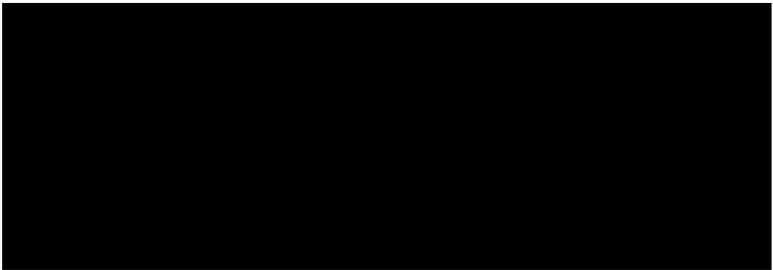
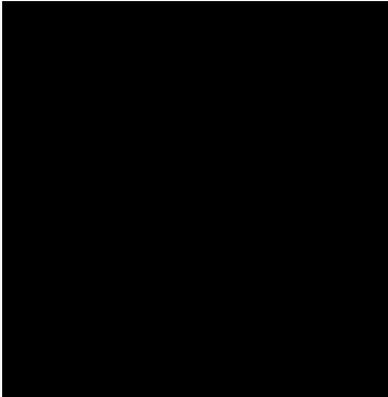
“judicialização” da questão social para o acesso às políticas sociais (BARREIRA, 2016; GRANEMANN, 2016).

O debate sobre as formas de combate à pobreza tem se polarizado entre uma concepção que defende que o enfrentamento à pobreza deve necessariamente impactar a acumulação, e outra que concebe a intervenção sobre a pobreza, de forma focalizada. Assim, o debate tem se orientado na polêmica dessas duas relações: a) relação pobreza/acumulação: ora como uma relação dialética e mutuamente vinculada, ora como dois processos autônomos e dissociados; b) relação política social/pobreza-acumulação: ora entendendo que o combate à pobreza deve impactar a acumulação, ora pensando em formas focalizadas de enfrentamento à pobreza. Essas duas relações vêm orientando historicamente ações de controle social do Estado sobre a vida social, de um lado via ações punitivistas que responsabilizam o indivíduo sob sua condição social (perspectiva durkheimiana de controle social; perspectiva liberal), que reproduzem medidas policiais e opressoras calcadas no argumento da garantia da segurança pública dos cidadãos, do aumento considerável do encarceramento da população e da manipulação das variáveis socioeconômicas para definição de quem acessa bens e serviços sociais no conjunto das políticas públicas. De outro, ações assistencialistas que se configuram pelas medidas de transferência de renda, ações socioeducativas, preventivas, terapêuticas, assistenciais, propondo redução do risco e vulnerabilidade social, camuflando pelo viés reformista do conteúdo do Estado burguês, garantindo a propriedade privada e viabilizando a acumulação capitalista.

As reflexões aqui apresentadas têm o intuito de explicitar como a relação entre Estado e mercado consolidou-se tendo como perspectiva efetivar o controle social para minimizar o processo organizativo da classe trabalhadora e conter as crises cíclicas do capitalismo decorrentes da tensão estabelecida entre capital e trabalho e, hegemonicamente, apresentando-se como uma estratégia da sociedade burguesa.

Referências

- BARREIRA, M. *A implosão do “pacto social” brasileiro*. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/a-implosao-do-pacto-social-brasileiro>>. Acesso em: 07 de março de 2018.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: _____. *Contra a corrente*. Ensaios de interpretação sociológica. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2008, p. 49-70.
- GRANEMANN, S. *Contrarreforma da previdência: essencial para quem?* 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/contrarreforma-da-previdencia-essencial-para-quem>>. Acesso em: 07 de março de 2018.
- IAMAMOTO, M. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? In: *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 1, p. 169-190, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2018.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paul: Abril Cultural, 1978.
- _____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livros I, II e III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____; ENGELS, F. *Textos*. Volumes I e III. São Paulo: Edições Sociais, 1975; 1977.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Trad. Paulo César Castanheira/Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NETTO, J. P. “Desigualdade, pobreza e Serviço Social”. In: *Revista Em Pauta*, n. 19. FSS-UERJ, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- _____. Uma face contemporânea da barbárie. In: BRAZ, M. (Org.). *José Paulo Netto: ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 56-88.



Financeirização do capital, pós-fordismo e prática política do movimento docente

Luis Eduardo Acosta Acosta

As lutas dos anos sessenta: intelectuais, universidade e práticas políticas

Podemos identificar no final dos anos sessenta do século passado o início de um processo de transformações sociais, culturais, políticas e econômicas com amplas repercussões nas formas de organização e de luta social, particularmente entre as camadas médias assalariadas intelectualizadas. Isso se manifestou naquilo que ficou conhecido como “maio do 68” tanto nos países centrais, como nos periféricos e até nas sociedades de “socialismo real”. Teve início a partir desse momento uma determinada crise dos(as) intelectuais e das instituições universitárias.

Há uma tradição das universidades como “torre de marfim”, que vêm da sua marca de origem no medievo, própria de uma ordem aristocrática. De fato, a origem das universidades está relacionada com o isolamento de um grupo intelectual da sociedade como forma de elevação moral e intelectual para assim produzir conhecimento “superior”. Não se tratava de um desinteresse pelas questões políticas, muito pelo contrário, era uma forma de legitimar *de fato* uma ordem hierárquica naturalizada com base nas relações de poder pessoais reproduzidas pela tradição. Naquela época, pré-capitalista, o trabalho material de transformação da

natureza ainda era considerado uma atividade inferior, enquanto que a reflexão, o “trabalho” do pensamento sobre si próprio, era considerado uma atividade superior, própria de uma classe também “superior”.

Na modernidade, pautada pelas *filosofias da Ilustração*, essas instituições passam a operar com uma perspectiva modernizadora e/ou civilizatória, e os(as) intelectuais como uma camada social “livremente flutuante” (*intelligentsia*) na trilha do Mannheim (1986). Havia uma rejeição ao mercado e ao dinheiro fazendo parte desse *ethos* universitário moderno, republicano e civilizatório. Duas grandes tradições de universidade moderna se configuraram na Europa: a *humboldtiana*, que reivindica o caráter estatal, o financiamento público e a autonomia e liberdade para pesquisar, ensinar e aprender; e a *napoleônica*, com uma orientação mais voltada para a formação profissional do quadro de funcionários do estado moderno. Recentemente, o denominado Processo de Bolonha, desencadeado a partir do ano de 1999 nos países da União Europeia inaugura uma nova tradição, já na contemporaneidade da globalização financeira.

Na nossa tradição latino-americana, com o movimento da Reforma de Córdoba de 1918 (MARIÁTEGUI, 2018; LEHER, 2008), um movimento da juventude universitária, expressão do ingresso na cena político-social das novas camadas médias, numa sociedade dominada pelas velhas oligarquias agrárias, há uma tentativa de ruptura com aquela atitude aristocrática de isolamento, dando início a uma preocupação com a função social da universidade voltada para as camadas trabalhadoras e populares, unida à defesa da autonomia, da cogestão e da liberdade de ensino e aprendizagem. Nas suas formas mais avançadas, esse movimento desembocou nas experiências das universidades populares.

O processo universitário brasileiro é tardio, com a fundação da primeira universidade no ano de 1920, a partir de unidades acadêmicas isoladas pré-existentes. Será nos anos sessenta que aspectos do projeto da universidade latino-americana cobrarão vida, impulsionados fundamentalmente pelo movimento estu-

dantil, como foi por exemplo a curta e rica experiência do Centro Popular de Cultura (CPC) e outras iniciativas semelhantes. Durante a ditadura, a universidade (e a educação como um todo) será reformada, influenciada pelos interesses dos EUA por intermédio da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), uma agência criada em 1961, envolvida na promoção de processos de modernização conservadora no quadro da luta anticomunista daqueles dias, e que ainda está operante. Mesmo com todas as dificuldades políticas e institucionais, foi possível o surgimento de uma importante intelectualidade que realizou consideráveis aportes na busca de uma interpretação da formação social brasileira e de crítica à subordinação neocolonial aos centros de poder imperialistas. Mais recentemente, e como consequência do Processo de Bolonha anteriormente mencionado, surgiu o movimento da Universidade Nova, que municiou a implementação do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), implementado a partir do ano de 2007, pautado na mercantilização, no empresariamento e na contratualização das instituições de ensino superior.

Intelectuais e sociedade

Em Gramsci (1989), há tanto o intelectual tradicional como o intelectual orgânico ligado às classes fundamentais (burguesia e proletariado) da sociedade moderna. As classes sociais produzem seus próprios intelectuais, esses são os intelectuais orgânicos, enquanto que os tradicionais são os intelectuais das classes sociais de formas sociais anteriores que sobrevivem na forma social atual. Os(as) professores(as) das universidades são intelectuais tradicionais (com aquela autorrepresentação de camada social *livremente flutuante*), porém alguns cumprem a função de intelectual orgânico quando ligados a instituições de classe burguesa ou proletária, tais como sindicatos, partidos, ONGs, empresas etc.

No caso do intelectual tradicional, a autopercepção como camada social *livremente flutuante* tem consequências na organiza-

ção sindical dos(as) professores(as). Aqui a categoria se considera como *intelligentsia* que atua por cima das classes e dos conflitos sociais, operando como uma espécie de funcionário público da humanidade ou, hegelianamente, como funcionário do espírito universal. Essa concepção da organização sindical pode estar presente em setores importantes do professorado, em particular ligados a carreiras tradicionais, tais como o direito, a medicina, setores das humanidades e sociais. Há aqui, ou pode haver, uma defesa do público republicano, não mercantil, porém desde uma perspectiva universalista ilusória. Quiçá corresponda àquilo que Marilena Chauí (2003) identifica como a universidade como instituição social.

A partir da concepção do intelectual orgânico, é também possível pensar uma organização sindical de professores que se apresenta como intelectual orgânico da classe trabalhadora. Ou seja, o sindicato, a organização social de defesa dos interesses dos(as) professores(as), assume uma autorrepresentação de intelectual orgânico da classe trabalhadora. Ainda, deve ser lembrado, os intelectuais orgânicos são orgânicos às classes fundamentais da sociedade moderna, ou seja, à burguesia ou ao proletariado. Nesse caso, há uma opção por *representar* o ponto de vista dos(as) trabalhadores(as), daí a ideia de intelectual orgânico da classe trabalhadora. A organização sindical, nesse caso, aparece como formuladora da política da classe trabalhadora. Há aqui, além de equívocos sobre a organização política e a formação da consciência da classe trabalhadora, um debate interessante sobre o papel dos trabalhadores assalariados enquanto funcionários do estado, particularmente na administração do fundo público, e às formas de consciência social que se gestam no decorrer desse processo e como essas podem assumir um papel político no sentido de *substituir* o déficit de consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) (OLIVEIRA, 1998; RIDENTI, 1995). Aqui, além da defesa republicana do estado, há também a defesa da democracia e, por assumir o ponto de vista dos(as) trabalhadores(as), pode até chegar a uma forma de consciência socialista. Obviamente, trata-se de

um socialismo *sui generis*, construído a partir de uma intelectualidade (auto)esclarecida de assalariados funcionários públicos que gravita em torno da disputa sobre a apropriação coletiva versus apropriação privada do fundo público.

Os acontecimentos do “maio do 68” contribuíram para alavancar o processo de desconstrução da universalidade ilusória dos(as) intelectuais e de mudança da sua função social. Sobre esse ponto, cabe mencionar a modo de exemplo a reflexão foucaultiana, caminho para a pós-modernidade, que identifica a perda da universalidade fáustica do(a) intelectual tradicional e celebra o advento do(a) intelectual específico (FOUCAULT, 1979). Trata-se de uma nova forma de atuação do(a) intelectual, que passou a se situar no particular e não mais no universal. Com esse olhar sobre o particular, questões específicas da vida cotidiana (a sexualidade, as práticas de segregação nas prisões e/ou nos hospícios), que eram invisibilizadas, passam a ser objeto de análise, de crítica e de intervenção política. São intelectuais que vão intervir nas lutas políticas a partir de um saber específico, não universal (Foucault cita o caso do físico nuclear Oppenheimer como exemplo desse tipo de intelectual específico). Há, nesse caso, uma possibilidade de diálogo entre as lutas particulares (contra as “opressões”) e as lutas universais, as lutas de classe anticapitalistas, mas que infelizmente nem sempre se articulam. As interpretações foucaultianas e seus desdobramentos, que recusam a universalidade como uma falsa totalidade que camufla interesses particularistas de poder, exacerbam as lutas singulares, como no caso das denominadas “opressões”. Assim as lutas tendem a ficar como lutas isoladas, não por uma fatalidade, mas por uma escolha considerada mais virtuosa que o postulado da universalidade dos interesses da classe trabalhadora. Sem dúvida, é pertinente a desconfiança no postulado da universalidade, porque pode ser efetivamente uma universalidade fictícia. Há aqui, práticas neolibertárias de empoderamento de indivíduos e grupos oprimidos que podem ter raízes nas lutas anticoloniais travadas particularmente no século XX e na emergência de uma sociedade pós-colonial.

Vale esclarecer que não se trata de sustentar que todo o debate sobre opressões está pautado pelas concepções foucaultianas e seus desdobramentos (outras tradições teóricas, como o marxismo, têm relevantes contribuições sobre esses tópicos); apenas que é aqui onde essas concepções e práticas ganham mais expressão.

Nessa trajetória, vale finalmente considerar a proposta da pluriversidade do teórico da pós-modernidade Boaventura de Sousa Santos (2011). A partir da constatação da perda da universalidade do conhecimento e de autonomia da instituição universitária com relação aos interesses sociais, especialmente pela penetração do mercado no espaço universitário e pela pressão dos mercados financeiros, postula que a universidade se abra *também* aos movimentos sociais e suas racionalidades alternativas (alternativa ao padrão cultural eurocêntrico, colonizador). Há aqui, também uma rejeição à universalidade, em espírito pós-moderno e, nessa trilha, um apelo à singularidade que leva a questionar o caráter universal do saber universitário. Com base nessa fundamentação, postula-se que a universidade vire multiversidade, espaço de convivência, sem síntese alguma, dos diferentes saberes e racionalidades. Não há, nessa perspectiva, um saber ou racionalidade superior que possa aspirar a ser considerada como expressão da razão universal. Consagra-se assim, uma universidade fragmentada, uma epistemologia eclética, e um trabalho intelectual também fragmentado e eclético. Há multiplicidade de racionalidades: de gênero, étnico-raciais, de grupos sociais, acadêmicas etc., sem que seja possível estabelecer uma hierarquia de saberes.

Entendemos que transformações na base produtiva material, a transição do fordismo para o pós-fordismo, pressionada pelas instituições financeiras na produção tautológica de valor e pelas lutas dos(as) trabalhadores(as) contra a exploração do capital e a forma taylorista-fordista de organização da produção, oferecem uma explicação mais satisfatória para essas mudanças do trabalho intelectual nas instituições universitárias e as formas de organização sindical dos(as) professores(as). Essas mudanças dão lugar ao surgimento de concepções e práticas políticas renovadas que por

vezes podem ser ressignificadas com uma orientação conservadora. São práticas fundamentalmente midiativistas, não presenciais, descentralizadas que questionam (e até confrontam) práticas históricas do movimento dos(as) trabalhadores(as). Também há, diante desse quadro, um movimento de resistência que apela à preservação da tradição, numa perspectiva romântica, idealizando as formas de organização e luta consagradas pela tradição. Há, nesse último caso, uma reatualização daquela situação de isolamento do(a) intelectual, que caracterizamos como “torre de marfim” unida a autoimagem de funcionário da humanidade.

A financeirização do capital e a transição do fordismo para o pós-fordismo

A partir da financeirização do capital, desenvolveu-se por pressão dos mercados de capitais o processo de transição do fordismo para o pós-fordismo. Vale aqui também sublinhar que, paradoxalmente, as lutas dos(as) trabalhadores(as) tiveram papel destacado nessa transição. As lutas contra o disciplinamento taylorista-fordista, lutas que também tinham um caráter anticapitalista e anticolonialista, foram muito importantes nos anos sessenta e setenta. O próprio “maio do 68” pode ser inscrito nessa dinâmica. O decorrer da história demonstrou que as lutas contra o disciplinamento não levaram necessariamente para o campo anticapitalista. De fato, o próprio capital, funcionando como se fosse um autômato, precisou se desfazer do disciplinamento taylorista-fordista para dar a si próprio uma outra forma mais “flexível”. Daí o paradoxo do resultado das lutas sociais de caráter antissistêmico nos anos sessenta e setenta. A identificação entre capitalismo e organização taylorista-fordista da produção levou a lutar contra o disciplinamento, como se capitalismo e organização taylorista-fordista do trabalho fossem idênticos. Assim, essas lutas foram em grande medida absorvidas pelo próprio “sistema” em benefício da mudança do capital para um padrão de acumulação mais “flexível”. Estamos pensando em práticas contra as hierarquias sociais que

defendem o estabelecimento de relações sociais mais horizontalizadas, como por exemplo nos casos da educação popular e do teatro do oprimido.

Em Negri (2002), e em geral nos autonomistas, encontramos uma reflexão sobre os anos sessenta, que na verdade na Itália se estende até os anos setenta, que sustenta a transição do operariado massa (taylorista-fordista) para o operariado social (pós-fordista). Ao invés de considerar a classe operária como polo passivo que reage ao poder do capital, no enfrentamento à queda tendencial da taxa de lucro, é a luta da classe trabalhadora que provoca as transformações no processo de acumulação do capital (TURCHETTO, 2004). Isto é, para esses autores, as lutas operárias têm primazia e autonomia com relação ao poder do capital. Destarte são elas que provocam a reação do capital e a transição de um regime de acumulação para outro. As lutas dos anos sessenta foram lutas contra o disciplinamento taylorista-fordista do operário massa como forma específica do trabalho no capitalismo industrial. A passagem para o novo regime de acumulação flexível, financeirizado, é um resultado daquelas lutas e se expressa no surgimento do operário social. Com esse conceito de operário social, procuram dar conta da intelectualização do trabalho e, ao mesmo tempo, do avesso da moeda, a proletarização dos(as) intelectuais. A forma de organização e de luta dos(as) trabalhadores(as) nessa nova situação é a multidão (NEGRI, 2004). Será a partir dessa reflexão e a prática política correspondente que surgirá o conceito de trabalho imaterial articulado com o conceito, formulado por Marx nos *Grundrisse* (2011), de *intelecto geral*. Para esses autores, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo, este tenderia a esgotar a capacidade de produzir mais-valor por causa do encolhimento da sua base industrial material. Afirmção polêmica que gera debates como o provocado por Žizek (2018), quando sustenta que o *intelecto geral*, apesar da sua natureza não material, pode ser privatizado, contrariamente ao que esses autores acreditam. Žizek coloca como exemplo e expressão da privatização do *intelecto geral* o caso dos lucros da *Microsoft*, sendo esse um

caso particular da questão mais ampla da propriedade intelectual. Obviamente, o *intelecto geral*, apesar da aparência formal, não se confunde com o saber universal da tradição filosófica metafísica.

Essa transição de um regime de acumulação para outro acontece no quadro da tentativa de superar a crise estrutural que atravessa o capital, desde os anos 70 do século passado, assim como também enfrentar a combatividade dos(as) trabalhadores(as). Busca-se, através de uma série de medidas (contrarreformas), tanto na base material como na superestrutura jurídico-política, recuperar as taxas de lucro outrora alcançadas, junto com a pacificação do conflito de classe, particularmente por meio do punitivismo. Porém até agora todas as medidas que conformam o cardápio neoliberal têm se demonstrado incapazes de garantir o crescimento duradouro e com taxas elevadas das economias capitalistas. Entretanto, os processos de reestruturação produtiva e financeirização do capital têm conseguido desorganizar as lutas, afetando negativamente a organização e consciência de classe trabalhadora.

Com a imposição das contrarreformas trabalhista e previdenciária em curso no Brasil e em geral nos países capitalistas desenvolvidos, culmina um ciclo de desenvolvimento do capitalismo caracterizado pela disciplina taylorista-fordista da força de trabalho, agora “superado” pelo empoderamento, precarização e empreendedorismo pós-fordista, que coloca renovados desafios para a práxis política da classe trabalhadora. Podemos dizer que estamos atravessando da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho, como diz Byung-Chul Han (2015). A antiga técnica disciplinar com o seu esquema coercitivo de proibição, tematizada por Foucault, depois de certo ponto de produtividade, alcança um limite que impede o crescimento da produção. Então, com o afã de maximizar a produção, substituiu-se o paradigma disciplinar pelo do desempenho, a biopolítica pela psicopolítica. Há um processo de autoexploração que é muito mais eficaz do que a exploração por outros, pois é acompanhada por um sentimento de liberdade, como se pode observar na atual *uberização* do emprego. Aqui, como diz Byung-Chul Han, “o explorador

é ao mesmo tempo o explorado”, o que se evidencia no apelo ao produtivismo quando efetuado pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), no nosso caso, os(as) professores(as). Ingressamos assim num novo patamar de lutas no cenário da precariedade, do apelo ao empreendedorismo e ao produtivismo, com suas respectivas formas de consciência como no caso exemplar das teologias da prosperidade. Isso também entre os docentes das universidades.

As práticas políticas

O apelo às novas tecnologias de organização em rede teve um momento de euforia, particularmente no episódio conhecido como “primavera árabe”, a partir do ano de 2010. Esse é um processo mais amplo que não somente abarca o mundo árabe, mas também as revoltas dos estudantes chilenos (conhecida como Revolução dos Pinguins) em 2011, o movimento “ocupa Wall Street” em 2011, o movimento dos “indignados” na Espanha em 2011 (também conhecido como “15-M”), as mobilizações na Grécia, particularmente entre os anos de 2010 e 2012, assim como outros movimentos sociais que emergem na mesma época. Nesses processos, foi levantada a ideia de que, além das formas tradicionais de luta, havia uma novidade, que era a utilização das redes sociais na comunicação e as formas horizontalizadas de organização (a organização em rede). Parecia que as sociedades estavam diante de uma revolução democratizadora que pretendia liquidar a intermediação e a representação, especialmente aquela que se expressa através dos partidos políticos e sindicatos, considerados como expressão da velha sociedade colonial, industrial e disciplinar. Era *aggiornada* a utopia libertária na qual os governos são obrigados a praticar uma maior transparência e os cidadãos, empoderados pelas novas mídias sociais, têm nas suas mãos instrumentos para derrubar as elites (BASSETS, 2018).

Porém, como já sabemos, a “primavera árabe” fracassou e, em alguns casos, até provocou um retrocesso ainda maior no campo das liberdades e dos direitos, como no caso dos “estados falidos”

da Líbia e potencialmente a Síria e em outros, ou o retorno dos regimes autocráticos, como no caso do Egito. Os outros movimentos, em geral, acabaram esvaziados ou contribuíram para a formação de movimentos políticos renovados no campo da esquerda, como o caso do “Podemos” na Espanha, o “Syriza” na Grécia e mais recentemente a “Frente Ampla” no Chile. Esses novos movimentos políticos tanto se opõem às elites e as contrarreformas neoliberais quanto à esquerda dita “tradicional” (patriarcal, industrial, disciplinar).

Além desse insucesso nas práticas dos movimentos sociais, também começou a ficar evidente os usos de redes sociais como forma de controle universal dos comportamentos e das decisões dos indivíduos. No ano de 2013, um vazamento de informação de um ex-agente da CIA (Edward Snowden) possibilitou descobrir um sofisticado sistema de espionagem internacional, a partir de interceptação e análise das mensagens das redes sociais, a cargo da agência de inteligência dos EUA. E mais recentemente, em 2018, foi descoberto o uso de dados não autorizados dos perfis dos *cibernautas* do *Facebook* por parte de uma empresa de marketing político (*Cambridge Analytica*) para a campanha eleitoral que elegeu Trump como presidente dos EUA. Há também outras denúncias do uso das redes sociais num sentido diametralmente oposto àquele do empoderamento.

Nesse quadro, especialmente as universidades públicas sofrem também uma forte pressão para mudar sua organização, financiamento, processos de trabalho, e fundamentalmente sua relação com a sociedade mediada pelo mercado. Busca-se uma nova relação com o mercado e o dinheiro em linha com o processo de reforma do estado, na direção de uma gestão gerencial, “amigável” com o mercado. Aqui surgem e se legitimam as práticas de empreendedorismo acadêmico, mercantilização e privatização. Nessa trilha das mudanças pró-mercado, toda uma série de políticas têm sido implementadas, por um lado, para incentivar o desenvolvimento das instituições de ensino superior particulares (FIES, ProUni) até chegar a se constituírem nos grandes

conglomerados empresariais que hoje cotizam na bolsa de valores. De outro lado, no caso das universidades públicas, temos a instalação dos parques tecnológicos e outras medidas de associação das universidades com empresas privadas, como parte dos processos de produção de valor na atualidade. Nessa mesma trilha surgem as fundações privadas ditas “de apoio”, seguidas depois pela expansão precarizada do Reuni (na trilha da proposta da Universidade Nova inspirada no Processo de Bolonha), e mais recentemente, os cortes orçamentários já realizados e aqueles que virão por causa da aprovação, no final do ano de 2016, da emenda constitucional n.º 95, que congela os gastos sociais por 20 anos. Todas essas medidas criam as condições de favorecimento de práticas de empreendedorismo acadêmico. Mais ainda, essas práticas são alavancadas pela autorização do Supremo Tribunal Federal da cobrança dos cursos de especialização. A tudo isso temos que agregar as mudanças aprovadas recentemente na política de ciência e tecnologia, através do Marco Legal de Ciência e Tecnologia (Lei nº 13.243/2016), que possibilita a parceria com empresas privadas, cedendo-lhes o uso dos equipamentos dos laboratórios e autorizando os(as) docentes a trabalhar parcialmente e em forma remunerada nessas parcerias. Além disso, acrescentamos a esse panorama as mudanças das aposentadorias dos(as) servidores(as) públicos(as) ingressos a partir de 2013, que somente podem aposentar pelo teto do INSS, sendo induzidos(as) a buscar uma solução “de mercado” nos fundos de pensão complementar. Vemos nisso como as condições objetivas de trabalho docente mudam profundamente. Trata-se da transição da universidade pública para outra pautada pela gestão gerencial “amigável” ao mercado e ao empreendedorismo acadêmico.

Faz parte dessa nova situação o projeto em curso de estratificação entre as universidades públicas e, nelas, dos próprios professores. Desde a época do governo Fernando Henrique Cardoso, busca-se estratificar as universidades em entidades de pesquisa e de ensino, assim como também fazer a mesma coisa com os professores: aqueles voltados para a pesquisa e a pós-graduação

e os outros para o ensino e extensão na graduação. Uns voltados para a produção de conhecimento básico e aplicado, nas áreas científica e tecnológica, vinculadas às políticas de empreendedorismo e inovação, e outros voltados para a formação, divulgação e socialização quantitativa do conhecimento já produzido. Esse projeto tem crescente adesão entre os docentes que já integram o setor, por assim dizer, de “elite” das universidades, assim como entre aqueles que têm expectativas de em algum momento fazer parte desse corpo de excelência. O movimento docente que recentemente tem se articulado em torno da reivindicação do “Conhecimento sem cortes” e que demanda a restituição do status anterior à fusão com a pasta de Comunicação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (ocorrida no ano de 2016 como resultado do *impeachment*) gravita em torno dessa orientação “elitista” de (re)organização da universidade. As universidades particulares, em sua grande maioria, se encaixam nas instituições de ensino (e extensão) com algumas exceções em que também desenvolvem atividades de pesquisa básica e aplicada.

Sem dúvida, todas essas demandas externas e internas têm efeitos nas formas de consciência social dos(as) docentes que, por sua vez, impactam nas formas de organização da solidariedade profissional e de classe.

Com efeito, a nossa organização sindical sofre frequentes críticas e até ataques desde dentro do próprio corpo social docente, dada a forma de organização, de luta e até pelas suas propostas de enfrentamento a todo esse processo e pela defesa da universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. Isso porque tem surgido uma forma de consciência, por assim dizer, pós-moderna, que apela a formas de organização em rede e “novas” lutas midiativistas, não presenciais e descentralizadas, em oposição às formas de organização e luta históricas, que passam pela realização de debates presenciais nos conselhos de representantes, nas assembleias e formas de ação coletivas em passeatas, paralisações e greves, articuladas com outros segmentos do movimento dos(as) trabalhadores(as).

Há também outra movimentação, no interior da categoria docente, em oposição à organização sindical que tem vigorado historicamente, assentada numa forma *aggiornada* de sindicalismo de estado. Trata-se do Proifes, fundado formalmente em 2008 durante o período do governo do ex-presidente Lula, a partir do Ministério da Educação da época, como instrumento para viabilizar as políticas de contrarreforma universitária. Essa organização atua fora e contra a organização sindical docente. Durante o período dos governos do PT e seus aliados os integrantes desta organização transitavam fluidamente pelos ministérios e gabinetes dos parlamentares. Segundo eles próprios diziam, suas propostas “sérias” e “bem fundamentadas”, eram louvadas nestes espaços, razão pela qual eram aprovadas sem necessidade de fazer nenhum tipo de pressão social nem política. Entretanto resulta evidente para nós que se trata do velho sindicalismo de estado pelego, travestido de sindicalismo responsável, que atua contra a organização autônoma do movimento docente. Apesar de ter contado com todo o apoio da máquina estatal, obteve resultados pequenos, se comparado com o investimento realizado, ainda que tenha contribuído com a desorganização de uma parcela da nossa categoria.

Porém, entendemos que são as formas consciência e ação política pautadas pelas concepções do capitalismo cognitivo as que merecem maior atenção, e não tanto o *aggiornamento* do sindicalismo de estado atrelado ao projeto democrático-popular, porque, ainda que seja de uma forma distorcida, as concepções e práticas midiativistas refratam tendências reais que efetivamente estão acontecendo na base material da sociedade e com perspectiva de se acelerar e ampliar ainda muito mais. Essas formas midiativistas de luta e organização descentralizada, em rede, dialogam com setores do movimento docente, especialmente aqueles das áreas tecnológicas e da comunicação. Como já foi dito, fundamentam-se no surgimento de uma sociedade do conhecimento, pós-industrial, pós-moderna, do desempenho.

Há também uma situação que não pode ser negligenciada e diz respeito ao debate relativo aos limites do capital, ao esgotamento

da capacidade de produzir mais-valor, seja pela ampliação da *fratura metabólica* no campo da “natureza”, seja pela crise do valor que pode estar em curso ou pelo avanço das forças produtivas e a substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, agora este último “inteligente” e robotizado. Assim sendo, há uma perspectiva de crise da produção de valor, pela diminuição tendencial da base dos(as) trabalhadores(as) produtivos(as) e o crescimento simultâneo dos(as) trabalhadores(as) improdutivos(as), precarizados(as) e desempregados(as). Isso interessa especificamente nesta reflexão, pelo fato de as instituições de ensino superior, na atualidade, constituírem parte da cadeia de produção de valor (via contratualização dos “serviços” de pesquisa, extensão e ensino). Quer dizer, essas instituições não atuam simplesmente como elementos “externos” dos quais o capital pode livremente dispor para produzir conhecimentos e trabalhadores(as) qualificados. Tampouco atuam como simples Aparelho Ideológico do Estado. As universidades tendem a fazer parte constitutiva do processo produtivo de valor, integrando esse autômato que é o capital, que faz dos(as) professores(as) simples trabalhadores(as) assalariados, ameaçados(as) de precarização, despojados(as) da aura de possuírem um saber “superior”, num momento em que o capital se contrapõe não apenas ao trabalho, mas à própria vida.

Evidentemente, a universidade e os(as) intelectuais, não podem aspirar a retornar para uma perspectiva de “torre de marfim” e de autopercepção como camada social *livremente flutuante* de funcionários da humanidade. De fato, pelo que temos dito até aqui, o intelectual hoje está mais para funcionário do capital, operador precarizado do *intelecto geral*, que para funcionário da humanidade. Ao mesmo tempo, tampouco podemos aspirar a transitar pelo caminho pós-moderno da integração ao mercado e da globalização do capital, ainda que sem deixar de reconhecer que ele (o mercado) existe efetivamente e pauta a vida da instituição universitária e dos(as) professores(as). Há um acúmulo de experiência de lutas, de formulação política no movimento docente, que contribui positivamente para enfrentar os desafios

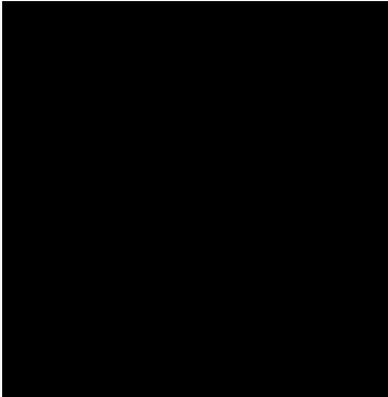
contemporâneos. Evidentemente não há uma receita, um caminho já pré-estabelecido para enfrentar as dificuldades do presente.

Uma relação com a sociedade, que não passe exclusivamente pela mediação do mercado, e que merece ser resgatada, é o caminho indicado pelas universidades populares. Porém, esse não é um caminho a ser transitado em forma isolada pelo movimento docente, como se fosse um ser universal, autossuficiente, nem tampouco na perspectiva sindical do intelectual orgânico da classe trabalhadora. Uma renovada integração entre o movimento docente e o conjunto dos(as) trabalhadores(as) da qual fazem parte, com particularidades que não podem ser menosprezadas, no quadro da reorganização da classe trabalhadora, pode abrir perspectivas de construir lutas pelo reconhecimento e pela valorização profissional, assim como de enfrentamento ao capital e para reorientar a função social da universidade numa perspectiva classista e democrática.

Referências

- BASSETS, L. *Un ídolo digital caído*. Los instrumentos de liberación de las revueltas árabes se han convertido en terminales de control y ciberguerra. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/04/27/actualidad/1524845669_625059.html>. Acesso em: 11 de maio de 2018.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002-&lng=en&nrm-iso>. Acesso em: 11 de maio de 2018.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

- HAN, B. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.
- LEHER, R. Reforma universitária de Córdoba. 90 anos. Um acontecimento fundacional para a universidade latino-americana. In: SADER, E.; GENTILI, P.; ABOITES, H. (Orgs.) *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARIÁTEGUI, J. C. El proceso de la instrucción pública. In: *7 Ensayos de la realidad peruana*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/7ensayos/04.htm>>. Acesso em: 11 de maio de 2018.
- MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NEGRI, A. Para uma definição ontológica da multidão. In: *Lugar Comum*. 2004. No. 19/20, p. 15-26.
- NEGRI, T. *Crise de la política*. Escritos sobre Marx, Keynes, las crisis capitalistas y las nuevas subjetividades. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 2002.
- OLIVEIRA, F. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RIDENTI, M. S. ANDES: Representação Política e Sindical de Professores Universitários. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 93, 1995.
- SANTOS, B. S. *A universidade do século XXI*. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2011. (Coleção questões da nossa época, v. 11). Disponível em :<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/851>>. Acesso em: 11 de maio de 2018.
- TURCHETTO, M. Antonio Negri e o triste fim do “operarismo” italiano. *Crítica Marxista*. São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p. 84-99.
- ZIZEK, S. *A revolta da burguesia assalariada*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/01/27/a-revolta-da-burguesia-assalariada>>. Acesso em: 11 de maio de 2018.



A seguridade social brasileira frente às ofensivas do capitalismo contemporâneo

Giselle Ávila Leal de Meirelles

Introdução

Este artigo analisa os processos de mundialização e financeirização do capital, da emergência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital enquanto fundamentos explicativos às ofensivas impetradas à universalização das políticas de Seguridade Social. O objetivo é discutir a mercantilização e a privatização da Seguridade Social, com ênfase na política de assistência social e na programática do Programa Bolsa Família para demonstrar que as estratégias restritivas neoliberais acirram os processos de desigualdade social e de pauperização da classe trabalhadora no país.

Para analisar o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo e as políticas públicas sociais, partimos da constatação concreta de que a crise estrutural do capital, instalada na década de 1970, desencadeou inúmeras estratégias de enfrentamento à queda tendencial da taxa de lucro dos capitalistas, com vistas à garantia da reprodução ampliada do capital para os grandes oligopólios multinacionalizados.⁷⁷ Dentre as estratégias para a salvaguarda do sistema, sobressaem os processos de mundiali-

⁷⁷ Este artigo apresenta os principais argumentos do último capítulo da minha tese de doutorado intitulada *Trabalho e “questão social” no Brasil contemporâneo para além da aparência dos indicadores*, sob orientação do Professor Dr. Marcelo Braz, defendida em maio de 2014.

zação do capital,⁷⁸ de adoção do ideário neoliberal⁷⁹ e de reestruturação produtiva com a desregulamentação das relações de trabalho.⁸⁰ Esses processos, cada vez mais ofensivos, têm incidido de forma contundente no acirramento da *questão social*, vez que se desdobram no alargamento da desigualdade social e no aprofundamento da pauperização da classe trabalhadora em âmbito mundial, ao ampliar a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa, precarizar as relações de trabalho e exigir o contingenciamento de recursos para as políticas públicas sociais, incluindo aí a política de Seguridade Social.

No que se refere às particularidades do Estado brasileiro, observa-se que o processo de mundialização do capital, aliado ao receituário neoliberal, emergente desde 1990 em nosso país, representa uma sucessão de contrarreformas, das quais destacamos dois eixos de análise, profundamente articulados entre si. O primeiro se refere à mercantilização e privatização da Seguridade Social, utilizando-se para tanto da focalização das políticas

78 A mundialização do capital representa a liberalização e desregulamentação do mercado financeiro internacional, passando a prevalecer a conexão imediata entre diferentes instituições político-econômicas e diferentes Estados nacionais com o objetivo de retomada da acumulação capitalista. Para Chesnais (1996), “a integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Mas, baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou a exclusão em relação às *benesses das finanças de mercado*” (CHESNAIS, 1996, p. 17; *grifos do autor*).

79 De acordo com Netto & Braz (2006), o que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da *natural e necessária desigualdade* entre os homens e uma noção rasteira de liberdade (vista como função da liberdade de *mercado*)” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 226; *grifos dos autores*).

80 Entende-se por reestruturação produtiva do capital o processo generalizado de *flexibilização* das relações de trabalho. Harvey (2009) denomina esse processo de *acumulação flexível* e explica que sua emergência é marcada por um confronto direto com a rigidez fordista e, portanto, apoia-se na *flexibilização* dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo como enfrentamento à crise de acumulação capitalista. Segundo ele, “a acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento dos serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 2009, p. 140).

públicas sociais na pobreza absoluta (ou pobreza extrema). O segundo eixo se refere ao deslocamento de recursos públicos sociais para o investimento em capital financeiro e pagamento da dívida pública brasileira. Esses eixos devem ser analisados de forma articulada, pois promovem a reprodução ampliada do capital à custa da redução de direitos sociais básicos da classe trabalhadora, direitos esses conquistados por meio de árduas lutas sociais ao longo da história.

Para o serviço social brasileiro, essa discussão é de extrema importância, pois a realidade nos mostra que no modo de produção capitalista as relações sociais são convertidas em mercadorias e que até mesmo no escopo da política de Seguridade Social encontram-se processos de mercantilização da *questão social* com a privatização e focalização das políticas de previdência social, de saúde e de assistência social. Acrescenta-se a isso a financeirização dos recursos destinados à Seguridade Social e o deslocamento do fundo público para o pagamento da dívida pública brasileira. Ou seja, a *questão social* brasileira vem sendo utilizada como mecanismo de subvenção para o pagamento da dívida brasileira e como estratégia de desresponsabilização do Estado na efetivação de políticas sociais que preconizam uma redistribuição universalizante. O Estado prioriza (assistencializando) a focalização do atendimento nos extremamente pobres, deixando os demais pauperizados à mercê dos mínimos que o mercado oferece, na base da lucratividade e da acumulação ampliada do capital.

A seguridade social e a valorização do capital financeiro

A Seguridade Social brasileira⁸¹ tem sido incorporada ao processo de financeirização da economia, com a firme intenção de valorização do grande capital e viabilização de contrarreformas que confrontam a universalização das políticas públicas sociais e a legislação trabalhista do país. Nesse sentido, o Estado neolibe-

81 Em seu Art. 194, a Constituição Federal estabelece que a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Esse tripé dá início a um sistema de proteção social que tem por

ral implanta programas e políticas públicas sociais que inserem a população mais pobre no circuito de valorização do capital financeiro por meio de critérios focalizados de seletividade e processos de mercantilização e privatização que reduzem direitos sociais e trabalhistas. Esses processos ocorrem sob o discurso governamental de superação da desigualdade e da pobreza, mas na realidade colocam a fração mais pauperizada da classe trabalhadora na ciranda do mercado financeiro com o objetivo de ampliar a acumulação capitalista. Ou seja, todos os movimentos do capital mundializado representam a necessidade de valorização crescente do capital por meio da financeirização da economia, bastante acentuada nos últimos governos neoliberais.

Ao analisar a *questão social* contemporânea, Braz (2007) já afirmava – numa análise crítica ao questionamento quanto a se o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) representava a superação do projeto neoliberal para o país – que o projeto neoliberal está sempre a se renovar e criar estratégias para reduzir direitos da classe trabalhadora. Segundo ele,

se a *primeira (fase)* (com FHC) consistiu em liquidar parte substancial da estrutura estatal por meio das criminosas privatizações e em tornar o Estado um serviçal das finanças globais, a segunda significou, além da continuidade da primeira [...], a *recuperação parcial do papel estatal como garantidor/financiador dos espaços de acumulação de capital no país* [...] O que está de fato em processamento é [...] uma recauchutagem na agenda capitalista na sua melhor expressão monopolista. O casamento do grande capital industrial (nacional e estrangeiro) com o capital bancário (assinalando o protagonismo do capital financeiro), o ingresso de capitais

base os seguintes princípios: a) universalidade da cobertura e do atendimento; b) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; c) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; d) irredutibilidade do valor dos benefícios; e) equidade na forma de participação no custeio; f) diversidade da base de financiamento; g) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

voláteis e especulativos de curto prazo e o repatriamento dos lucros auferidos na periferia do capitalismo brasileiro – como características do velho imperialismo – têm sido viáveis porque articularam-se com um Estado refuncionalizado a serviço desses mesmos interesses. Como se sabe, o Estado assume, no capitalismo monopolista, com variações históricas, funções determinantes para os interesses do monopólio (BRAZ, 2007, p. 52; *grifos do autor*).

O autor analisa que o primeiro governo Lula representou o quarto governo neoliberal no país, com políticas sociais e econômicas que, na verdade, “ampliaram a precarização das relações de trabalho, a minimização do Estado e a construção de novos padrões de atendimento à *questão social* – e de transferir riquezas para segmentos do capital financeiro, substancialmente no Brasil os bancos e os setores rentistas do grande capital” (BRAZ, 2007, p. 54; *grifo do autor*).

E findo o governo Lula, em 2010, as projeções de Braz se confirmaram, tendo em vista que a política econômica em seus dois mandatos (e na sequência, nos mandatos de Dilma Rousseff) obedeceu à lógica da financeirização do capital e se melhorias para a classe trabalhadora ocorreram naqueles períodos é porque foram necessárias para o processo de valorização do capital financeiro mundializado e não porque responderam às reais necessidades sócio-político-econômicas da classe trabalhadora brasileira.

Para analisar a financeirização neoliberal e as progressivas ofensivas à Seguridade Social, é preciso lembrar que todo esse processo é mediado – e enormemente facilitado – pelas ações do Estado, quando desloca os superávits primários produzidos no âmbito da política de seguridade social e de outras políticas sociais para o pagamento da dívida pública brasileira.⁸²

82 O deslocamento do superávit primário atende fundamentalmente o pagamento da dívida pública (interna e externa) do país. Silva (2012), em sua pesquisa, explica que “o que possibilitou essa artimanha foi a criação do Fundo Social de Emergência (1994) e depois do Fundo de Estabilização Fiscal (1997), que a partir de 2000 é reformulado com a denominação de Desvinculação de Receitas da União (DRU)” (SILVA, 2012, p. 219). A DRU facilitou muito a autonomia dos governos recentes para promoverem esse tipo de deslocamento orçamentário. Vejamos o que indica Boschetti (2012): “entre

Com o deslocamento de superávits primários,⁸³ a consequência mais imediata é a redução da oferta e da qualidade de políticas de direitos, o que representa progressiva degradação da vida dos trabalhadores, precarização do trabalho, alargamento das desigualdades sociais e pauperização. Nesse sentido, em tempos de capitalismo monopolista, a financeirização da economia assume o caráter imanente às estratégias do Estado neoliberal com a sua prioridade de assegurar os interesses do grande capital e garantir a reprodução ampliada de grandes valores monetários que se valorizam no âmbito da rentabilidade. Para tanto, o Estado neoliberal promove uma progressiva mercantilização e privatização da *questão social*, transferindo a sua responsabilidade de garantia de direitos sociais para a esfera privada.

Seguindo essa linha de análise, Silva (2012) realizou uma pesquisa sobre a remuneração das instituições bancárias para o repasse de transferências de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família. A pesquisa revelou que em relação ao Bolsa Família, por exemplo, “entre os anos de 2006 e 2010, foi pago quase 1,7 bilhão de reais à Caixa Econômica pelo repasse às famílias beneficiárias, o que significa

2005 e 2010 foi expropriado do orçamento da Seguridade Social o equivalente a R\$ 228.743 bilhões (aproximadamente U\$ 170,3 bilhões em março de 2012). Esse montante equivale a quatro vezes os gastos com saúde em 2010 e seis vezes o orçamento com assistência social nesse mesmo ano” (BOSCHETTI, 2012, p. 40).

83 Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), “os governos FHC e Lula propiciaram ao capital financeiro o montante de mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública. No período 1995-2006, os superávits primários acumulados foram de R\$ 489,8 bilhões e a dívida pública total aumentou em mais de R\$ 900 bilhões” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 107). Já Lesbaupin e Mineiro (2002), ao analisarem mais especificamente o governo FHC, fazem a seguinte análise: “O governo passou todos esses anos acusando o funcionalismo de ser o grande gastador dos recursos do país. Frequentemente repetiu que não havia mais recursos para a saúde ou para a educação, para a universidade pública. No entanto, basta acompanhar o orçamento realizado de cada ano desse governo para saber onde efetivamente foi despendido o esforço da equipe de FHC. Enquanto as despesas com pessoal giram em torno de R\$ 50 bilhões entre 1995 e 2001 – chegando no máximo a R\$ 65 bilhões em 2001 –, as despesas com a amortização da dívida saltam de R\$ 120 bilhões para R\$ 274 bilhões. Se somarmos a estas as despesas com juros, a soma é exorbitante. É aí que está o rombo do orçamento da União. É para aí que vai a parte principal dos impostos dos contribuintes” (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 60).

muitos recursos oriundos do fundo público para remuneração direta do capital portador de juros” (SILVA, 2012, p. 228).

Os benefícios da previdência social também são repassados por meio de instituições bancárias e, entre 2006 e 2010, “a remuneração dos bancos para repasse dos benefícios previdenciários foi de R\$ 372,8 milhões de reais [...]. A Caixa Econômica Federal é a grande agente pagadora dos mais diversos benefícios monetários, e, portanto, a que mais recebe recursos governamentais para tais operações” (SILVA, 2012, p. 230-231). E a autora conclui que:

os programas de transferência de renda, ao operarem com o repasse das ditas ‘bolsas’, promovem a inserção das camadas mais pobres no processo de circulação de mercadorias, ou seja, de realização do valor, e garantem a reprodução da acumulação capitalista [...]. A lógica fundamental dessas políticas é inserir a força de trabalho no mundo das finanças por meio do provimento de ‘bolsas’ e transformar o cidadão de direitos em ‘cidadão-consumidor’, fundamental à reprodução da acumulação capitalista; [...] ao entrar no circuito da valorização, esses recursos, tanto os oriundos dos repasses feitos pelo Estado quanto os subtraídos dos benefícios por meio da ‘inclusão’ bancária, contribuem para o aumento da exploração da força de trabalho, visto que entram no circuito da valorização e da especulação financeira ao compor a grande massa de recursos das instituições bancárias que serão lançadas no mercado financeiro. Ao operarem neste, com a compra e venda de títulos e ações [...] esses recursos estimulam a especulação. O aumento ou a queda desses títulos e ações, ou seja, sua valorização ou desvalorização no mercado financeiro depende da lucratividade das empresas cotadas. Essa lucratividade, por sua vez, depende, dentre outros fatores, do grau de exploração da força de trabalho por elas empregadas (SILVA, 2012, p. 234-235).

É espantoso o montante de recursos subtraídos da Seguridade Social e destinado ao capital financeiro. O repasse de valores

monetários estratosféricos aos bancos é um elemento explicativo para se compreender como, nesses tempos de crise capitalista, ocorre a ampliação do capital bancário-financeiro e, contraditoriamente, a contenção geral e a pauperização vivenciada pela classe trabalhadora.

Outra contradição em relação ao investimento financeiro pode ser visualizada quando prevalece o equívoco de que a rentabilidade produz-se a si mesma, numa espécie de “autovalorização”. Essa naturalização da acumulação capitalista omite que o capital financeiro se amplia a partir da exploração do trabalho produtivo, ou seja, estamos diante de uma forma desenvolvida de valorização do capital, que transfere uma série de poupanças (de trabalhadores, famílias e empresas) para fundos de aplicação financeira que acabam servindo de crédito para a acumulação de capital especulativo, capital esse que foi produzido na esfera da produção de mercadorias e a conseqüente mais-valia expropriada do trabalhador. Quando realizada pelo Estado em conjunto com as oligarquias financeiras (banqueiros, no exemplo citado anteriormente), os recursos que deveriam alavancar as políticas da seguridade social e outras políticas públicas acabam por servir à especulação e ao rentismo da oligarquia financeira mundializada, sobretudo, mas não somente através do pagamento da dívida pública do país.

Por tudo isso, podemos afirmar que ocorre um deslocamento dos investimentos estatais de políticas de proteção social para a esfera da financeirização do capital, com o objetivo explícito de obtenção de mais-valia, cuja repartição capitalista destina vultuosas parcelas ao pagamento da dívida pública à custa da redução de direitos sociais conquistados arduamente pelo conjunto da classe trabalhadora. Nesse aspecto, Granemann (2012) explica:

O fundo público é o montante que o Estado detém para realizar suas funções em dada sociedade e existe uma tendência contínua de o Estado mobilizar os recursos das políticas sociais para propiciar alternativas às crises do capital. Nesse

sentido, das políticas sociais têm lhes sido exigidos crescentes superávits para remunerar com juros os proprietários dos títulos e para quitar os valores dos títulos vencidos. A relação com as políticas sociais e a contribuição da lógica dos superávits para a sua destruição – total ou parcial, a depender do caso – é íntima [...] em resumo, as políticas sociais devem deixar de realizar os direitos sociais para que os espaços até então por elas ocupados sejam liberados para os mercados. De outro lado, esta redução das políticas sociais somente é viabilizada ao mobilizar argumentos de que a previdência social e por repartição não é viável nos dias atuais. No entanto, são os superávits das políticas sociais ditas em crise elementos centrais para a formação da riqueza social que remunera os títulos públicos de propriedade dos fundos de pensão, dos fundos de investimentos e o capital bancário-financeiro (GRANEMANN, 2012, p. 259).

A autora salienta ainda a estratégia capitalista de inserir o cartão magnético como forma de pagamento dos benefícios sociais. Ela analisa a mediação realizada pelo Estado para inserir os pauperizados no *universo cidadão da financeirização* como uma condição realmente inédita para os padrões dos recursos disponíveis até então, numa clara inserção da camada empobrecida no processo de financeirização e fetichização do capital (GRANEMANN, 2007).

Elencamos acima alguns elementos que configuram a ofensiva neoliberal à Seguridade Social brasileira. Certamente, esses processos se desdobram em inúmeras regressões de direitos sociais e trabalhistas. Ao longo deste artigo, daremos ênfase à política do governo Lula, o qual, ainda que tenha adotado uma postura *sócio-liberal*, se comparado ao seu antecessor, corroborou para a dilapidação da Seguridade Social brasileira ao fortalecer o capital financeiro, a mercantilização das políticas públicas sociais e a ampliação dos programas de transferência de renda focalizados na pobreza absoluta.

A política de seguridade social no Brasil e o ideário neoliberal

O Sistema Integrado de Proteção Social brasileiro, ou seja, a Seguridade Social é uma instituição muito recente, tendo se consolidado somente na Constituição Federal de 1988, quando a previdência social, a saúde e a assistência social passam a constituir um conjunto articulado de políticas públicas sociais, as quais devem assegurar direitos pautados em princípios democráticos que garantam maior participação da população nas decisões e ações governamentais.

Entretanto, é preciso considerar que a Constituição Federal de 1988 e os avanços assegurados no âmbito da Seguridade Social, fruto das lutas sociais da classe trabalhadora, emergem num contexto de capitalismo monopolista associado ao processo de mundialização do capital, ascensão do neoliberalismo e desregulamentação do trabalho na maioria dos países de capitalismo central. O programa de ajustes neoliberais, que alterou o papel do Estado e dominou o mundo a partir da década de 1980, chega ao Brasil com um receituário de modernização capitalista liberal e ultraconservadora a partir da década de 1990, com a vitória eleitoral, em 1989, de Fernando Collor de Mello.

Com a adoção do ideário neoliberal pelo Estado brasileiro, ocorre um retrocesso sócio-histórico e os preceitos constitucionais voltados à democratização da Seguridade Social brasileira vão sendo progressivamente solapados e substituídos pela financeiraização que caracteriza o capitalismo monopolista. As condições sócio-político-econômicas do país no período de sua inserção no mercado mundializado neoliberal e emergência da reestruturação produtiva não permitiram a efetivação dos avanços previstos na Constituição Federal, no âmbito da Seguridade Social, pois a ampliação de direitos sociais, trabalhistas e econômicos confronta as expectativas de lucratividade das oligarquias econômicas e das agências controladoras do capital mundial, representantes incontestes dos interesses econômicos e financeiros dos países imperialistas. Nesse processo, Netto e Braz (2006) enfatizam

que “o ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho [...] e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de Seguridade Social” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 228).

Diante do exposto, é possível compreender que a Seguridade Social não chegou nem mesmo a passar pelo processo de democratização e, desde a consolidação do neoliberalismo no Brasil, passou a sofrer processos de dilapidação, mercantilização e privatização, o que representa uma ofensiva contundente aos trabalhadores e aos direitos de cidadania.

No caso da política de saúde, por exemplo, Lesbaupin e Mineiro (2002) consideram que tem sido a política mais afetada pela perspectiva neoliberal desde o governo FHC. Isso porque, na perspectiva do Banco Mundial,

a saúde não é vista como um direito, ao qual todos devem ter acesso gratuitamente. Para esta instituição, é preciso aumentar a focalização do gasto público (em direção aos mais pobres), incluindo a cobrança dos que podem pagar por certos benefícios e o estímulo à oferta pelo setor privado de certos serviços. A redução do investimento na área da saúde e o incentivo à formação de planos e seguros de saúde seguiu este princípio (LESBAUPIN; MINEIRO, 2002, p. 43).

Rodrigues (2007), ao investigar a possibilidade de redução da Seguridade Social à assistencialização das políticas sociais na cidade do Rio de Janeiro, conclui que o atendimento social à saúde nesse município estava priorizando atendimentos emergenciais, o que é totalmente estranho ao espírito do SUS e à Lei Orgânica da Saúde (LOS). A autora considera que uma concepção de saúde democratizante e participativa engloba ações emergenciais, mas devem ser ampliadas para a educação e informação em saúde, sobretudo à prevenção e ao tratamento, com a colaboração da população para a resolução dos problemas de saúde. Além disso, é previsto na Constituição Federal de 1988 o desenvolvimento de

atividades voltadas à descentralização participativa, a qual exigiria o planejamento local para a instrumentalização dos processos de avaliação e controle das ações realizadas por parte da população. Para a autora, a priorização do atendimento emergencial é uma concepção de saúde compatível com a programática neoliberal,

uma vez que investe maciçamente nas ações assistenciais de emergência social para os estratos mais pobres da população e está muito mais próximo da perspectiva política da terceira via – que propõe um neoliberalismo de versão social-democrata, um neoliberalismo temperado por preocupações sociais (RODRIGUES, 2007, p. 120).

O exemplo acima pode ser estendido aos demais municípios do país e demonstra como vem ocorrendo o desmonte da saúde pública brasileira. Esse desmonte é pautado no discurso de que a saúde pública é ruim, desconstruindo a concepção universalizante da política para fortalecer a mercantilização e privatização da saúde por meio da aquisição de planos privados.

Com relação à previdência social, Granemann (2012) analisa certas particularidades que remetem ao desmonte do sistema. A autora afirma que a previdência social, no Brasil, diante da financeirização do capital, passou a ser uma mercadoria e que

para substituir as aposentadorias públicas difundem como ‘a alternativa’ a previdência complementar sem, evidentemente, explicar que tal forma individualiza a aposentadoria de cada trabalhador e, ao mesmo tempo, oculta-se do trabalhador que essa individualização é o necessário *modus operandi*, a mediação imprescindível para a realização de aplicações e investimentos sob as formas monetárias e financeira, efetuados pelo capital e difundidos por e com a conveniência de representantes dos trabalhadores. Aos trabalhadores, especialmente seus representantes, que se tornam a voz do capital no interior da classe trabalhadora [...] registre-se: não é de menor importância na consolidação do apoio social à

burguesia a difusão do conformismo por antigas lideranças sindicais, partidárias e de movimentos sociais no âmbito da classe trabalhadora (GRANEMANN, 2012, p. 247).

No âmbito da assistência social, também ocorrem processos de mercantilização e privatização, por meio da transferência de responsabilidades do Estado para Organizações não Governamentais (ONGs). Por outro lado, os processos de focalização na pobreza absoluta podem ser observados com a prioridade que se estabeleceu, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e com mais força nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), em programas de combate à pobreza em detrimento de investimentos do fundo público em políticas sociais de caráter universalizante. Com isso, vale observar que, em termos de redução da desigualdade social e da pobreza, aqui reside outra grande contradição capitalista, ou seja, para atender aos interesses do grande capital, o Estado neoliberal incorpora as *recomendações* dos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional – FMI; Banco Mundial – BM) para focalizar políticas e/ou programas sociais na *pobreza absoluta*, tentando escamotear a principal meta do capitalismo monopolista, isto é, a ampliação das taxas de lucro para os grandes conglomerados capitalistas à custa do alargamento da *pobreza relativa*.

Aqui vale lembrar o alerta do professor José Paulo Netto (2007), quando salienta que a pobreza absoluta e a pobreza relativa devem ser interpretadas como uma unidade que compõe o *processo de pauperização* imanente à exploração do modo de produção capitalista, conforme analisado por Marx (1984) na Lei Geral de Acumulação Capitalista, em *O Capital* [1867]. Sendo assim, critérios delimitadores do grau de pobreza são importantes para fins interpretativos e procedimentais, mas não são suficientes para alcançar as determinações e a concretude que a pobreza estabelece nas relações sociais de produção capitalista.

Com relação à pobreza absoluta (ou pobreza extrema), o critério da Organização das Nações Unidas (ONU) sinaliza àqueles sujeitos que sobrevivem com uma renda per capita ínfima e

aviltante de U\$ 1,90 por dia. Por outro lado, os órgãos oficiais de pesquisa não utilizam o termo pobreza relativa para caracterizar a condição material daqueles sujeitos que não usufruem de segurança sócio-político-econômica nos mesmos patamares da *média nacional* e, por isso, o que denominamos pobreza relativa ocorre “mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; *ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas*” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 135; *grifos dos autores*).

Observe-se, portanto que, enquanto tendência histórica, os trabalhadores assalariados são atingidos, permanentemente, por processos de *pauperização relativa*, abrangendo, por exemplo, desempregados, trabalhadores informais, pessoas sem acesso ou em condições precárias de moradia, dificuldade de acesso à saúde (alimentação inadequada, condições precárias de higiene e saneamento), dificuldade de acesso à educação e de permanência nas escolas ou de acesso ao mercado de trabalho (especialmente de jovens) por falta de formação e/ou capacitação profissional; dificuldade de acesso ao atendimento judiciário para a defesa de direitos; dificuldade de participação social e comunitária, dentre outras inúmeras necessidades que não podem ser atendidas apenas com um alívio imediato (ainda que o alívio imediato seja indispensável), mas que devem ser superadas enquanto direitos incorporados ao exercício de cidadania.

A institucionalidade e os impactos do Programa Bolsa Família para a classe trabalhadora brasileira

No governo Lula tiveram destaque os programas de transferência de renda, tendo maior visibilidade o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como política de Estado prevista na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei. n. 8.742/93 - LOAS) e o Programa Bolsa Família como política de governo. Nesse momento do texto, analisar-se-á, brevemente, esses programas, com ênfase no Bolsa

Família por configurar o maior programa de transferência do país, ao unificar vários programas de transferência de renda que funcionavam desde o período FHC, como Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

O Bolsa Família tem suas origens na década de 1990, quando se retomou a ideia de promover uma renda mínima às famílias pobres como forma de combate à pobreza. A focalização inicial era em adultos considerados pobres e posteriormente se amplia para as famílias pobres, considerando como linha de pobreza a renda familiar per capita de meio salário mínimo e a linha de pobreza absoluta a renda familiar per capita de um quarto do salário mínimo.

No processo de amadurecimento do programa, a criação do Ministério de Combate à Fome e Desenvolvimento Social (MDS), em janeiro de 2004, estabeleceu uma nova base institucional e um novo impulso ao Bolsa Família. Contudo, em paralelo constata-se que as bases estruturantes da política de Seguridade Social previstas na Constituição de 1988 não se efetivaram com o mesmo vigor, nem mesmo com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. Isso porque se manteve, ao longo daquele governo,

uma articulação insatisfatória entre a transferência monetária às famílias e a participação de seus membros em programas estruturantes, principalmente no campo do trabalho, limitando a proposta de inclusão social das famílias [...] verifica-se que muito precisa ser feito em relação à melhoria na qualidade do ensino e no atendimento à saúde, aspectos fundamentais que configuram a dimensão estruturante do Bolsa Família (SILVA e SILVA; LIMA, 2010, p.57).

Evidentemente, esse processo representa um reducionismo no enfrentamento à *questão social* brasileira, o que também pode ser comprovado quando se analisa a distribuição do fundo público para as políticas sociais. Salvador (2010) indica o deslocamento de investimentos de políticas públicas sociais no escopo da Se-

gurança Social para políticas neoliberais focalizadas somente nos mais empobrecidos. O autor afirma que “dados da execução orçamentária de 2006 (SIAFI/SIDOR) revelam que 93% do orçamento do MDS foi comprometido com o Programa Bolsa Família” (SALVADOR, 2010, p. 255).

É importante lembrar que, por mais que as transferências de renda sejam importantes para a sobrevivência de inúmeras famílias, a focalização das políticas sociais não elimina a precarização das condições gerais de vida da classe trabalhadora. Em relação ao trabalho, por exemplo, no decurso de uma década, os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) informam que, quando se considera a carteira assinada em 2009, o número de empregados formais foi 64,9% acima do observado em 1999. Isso significa que, no período analisado, o mercado de trabalho absorveu a entrada de 15 milhões de vínculos com contrato formal, chegando ao último ano da série com 41,2 milhões de postos formalizados. O crescimento foi maior a partir de 2004. Entre 1999 e 2003, o número de vínculos cresceu 18,2%, ao passo que a variação relativa entre 2003 e 2009 acumulou um total de 39,7% (DIEESE, 2012, p. 78). Porém, apesar do cenário expansivo da primeira década dos anos 2000, o que certamente reduziu as taxas de desemprego no país naquele período, o DIEESE constata que as mudanças ocorridas não têm sido capazes de

eliminar a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, caracterizado por elevadas taxas de desemprego, presença relevante da informalidade nas relações de trabalho, desigualdade nas condições de inserções regionais e na qualidade dos postos de trabalho. Por um lado, a precarização da ocupação se reduz na década em algumas de suas formas mais tradicionais, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro, assume novas formas, sendo uma delas a expansão do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos (DIEESE, 2012, p. 51).

Em geral, a população desempregada e/ou inserida em atividades precarizadas configura os usuários tanto da assistência social quanto do Programa Bolsa Família e, no que se refere aos impactos do programa, estudos demonstram que ocorre um baixo impacto das transferências de renda para a redução da desigualdade social e para a pobreza absoluta, não conseguindo, na maioria das vezes, sequer atingir a pobreza relativa, sendo que outras manifestações de pobreza, como falta de acesso à saúde, educação, saneamento, habitação etc. são secundarizadas em governos neoliberais.

Para melhor compreensão do baixo impacto das transferências, Rocha (2013) faz uma simulação interessante, demonstrando matematicamente a dificuldade do Bolsa Família em erradicar a pobreza sem estar profundamente articulado a outras políticas sociais. A citação é longa, mas de extrema importância analítica. A autora afirma:

Dentre as 17 áreas não rurais brasileiras, apenas na área urbana da Região Sul o valor da linha de pobreza era baixa o suficiente – R\$ 119,14/pessoa/mês em setembro de 2006 – para que o Bolsa Família tivesse algum impacto sobre o número de pobres. Assim, com o limite de renda de R\$ 120,00 em vigor desde 2006, todos os domicílios pobres com crianças na área urbana da Região Sul se qualificavam para receber o benefício. Nesse caso, qualquer benefício, mesmo o mais baixo de R\$ 15,00 para famílias com uma criança na faixa etária até 15 anos, permitia que os domicílios ao nível de renda próximo do limite de R\$ 120,00 ultrapassassem a linha de pobreza. Já para as demais áreas urbanas e metropolitanas, o recebimento do benefício do Bolsa Família não permitia em nenhuma hipótese que fosse ultrapassada a linha de pobreza. Vejamos o caso de Minas Gerais e Espírito Santo, onde a linha de pobreza para as áreas urbanas era R\$ 131,65, a segunda mais baixa do país. Se o domicílio tivesse a Renda Domiciliar Per Capita (RDPC) mais alta possível para ser atendido pelo programa, ou seja,

R\$ 120,00 e fosse formado por um adulto e três crianças, de modo a receber o benefício máximo para essa faixa de renda (3 x R\$ 15,00 = R\$ 45,00), o benefício elevaria a RDPC para R\$ 131,25, portanto ainda abaixo da linha de pobreza da região (R\$ 131,65). No caso de domicílio com a mesma composição, mas na faixa de renda abaixo de R\$ 60,00 (*pobreza absoluta*), o resultado seria ainda mais adverso: na melhor das hipóteses, a RDPC de R\$ 60,00, antes da imputação do benefício, e R\$ 83,7 depois. Assim, em ambos os casos, o recebimento da transferência do Bolsa Família não permitiria aumentar a renda do domicílio a ponto de ultrapassar a linha de pobreza (ROCHA, 2013, p. 125; *grifos meus*).

É notável que até mesmo Rocha (2013), que é economista e, portanto, analisa o Bolsa Família pela ótica da eficácia e da “boa focalização”, admite que esse programa, ao longo de sua evolução, não tem sido capaz de reduzir a pobreza como se previa inicialmente. Para ela, “as transferências de renda são essenciais, mas devem ser apenas um dos elementos de uma rede de ações mais ampla” (ROCHA, 2013, p. 166). A economista explica que a pobreza só começa a declinar a partir de 2004, quando ocorre retomada do crescimento econômico e melhoria gradativa dos *rendimentos do trabalho*, com a renda dos mais pobres se recuperando mais rapidamente do que a dos demais trabalhadores (ROCHA, 2013), o que demonstra a centralidade do trabalho como pressuposto ineliminável para a redução da pobreza nas relações sociais de produção capitalista.

É importante observar os diferentes impactos das transferências de renda de acordo com as regiões do país, dependendo dos custos de vida de cada localidade e da importância relativa das transferências na composição da renda familiar. Uma análise regional indica que as transferências de renda “reduzem mais a pobreza nas regiões mais pobres, como no Nordeste, onde o rendimento do trabalho é mais baixo e as transferências têm um papel relativamente mais importante na renda das famílias [...]” (ROCHA, 2013, p. 157).

A autora faz ainda um comparativo sobre a efetividade da redução da pobreza entre os programas de transferência de renda e a Previdência Social, revelando que

o impacto das transferências assistenciais sobre a proporção de pobres é relativamente modesto, já que o BPC e o Bolsa Família em conjunto reduziam em 6,4% o número de pobres no Brasil. À guisa de comparação, a Previdência Social reduz o número de pobres em 47%. É interessante observar que, embora com tamanhos de clientela bem diversas – 3 milhões do BPC e 11,2 milhões do Bolsa Família (dezembro de 2007) – os dois tipos de transferências assistenciais tinham impactos semelhantes em termos de redução do número de pobres, respectivamente 3,1% e 3,3%. Cabe destacar ainda que o dispêndio total do BPC era, como sempre, bem maior que o do Bolsa Família, especificamente 46% maior em 2007 (ROCHA, 2013, p. 155-156).

Outra conclusão significativa é de que na área rural o impacto do Bolsa Família (11%) é o dobro do que aquele exercido pelo BPC (5%), o que se explica pela existência da previdência rural não contributiva, isto é, o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) “desempenha de fato o papel assistencial do BPC, que não tem qualquer relevância na área rural” (ROCHA, 2013, p. 156).

Com relação à pauperização infantil, comparativamente mais profunda do que para outras faixas etárias, “as transferências de renda em geral, em particular, as do Bolsa Família, não têm se mostrado capazes de corrigir a desvantagem histórica das crianças no que concerne à pobreza” (ROCHA, 2013, p. 157).

Por fim, no que se refere à desigualdade social, de acordo com a pesquisadora, pode-se afirmar que a contribuição das transferências é relativamente elevada para a redução do coeficiente de Gini,⁸⁴ mas isso considerando-se os valores extremamente baixos envolvidos.⁸⁵ Explicando melhor,

84 O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima) (PNAD, 2010, p. 34).

85 A autora está se referindo àquelas famílias que não tem nenhuma renda ou

[...] comparativamente, o BPC é mais importante na redução da proporção de pobres, enquanto o Bolsa Família tem impacto maior sobre o aumento de renda e sobre a redução da desigualdade entre os pobres. *Pode-se afirmar que os efeitos das transferências de renda são mais importantes sobre a desigualdade de renda do que sobre a pobreza.* Isso se deve à boa focalização dos benefícios assistenciais pagos na base da distribuição de rendimentos (pobreza absoluta) e ao fato de que as transferências feitas afetam uma medida de desigualdade que cobre o espectro completo dos rendimentos das famílias (ROCHA, 2013, p. 159; *grifos meus*).

Como se observa, os impactos dos programas de transferência de renda, sobretudo do Bolsa Família, não representam a redução da desigualdade social e da pobreza da classe trabalhadora brasileira. Porém, é importante reforçar que não estamos desconsiderando a relevância das referidas ações governamentais para o cotidiano das famílias brasileiras, especialmente quando se particulariza os padrões mais aviltantes de pobreza. A intenção da crítica é demonstrar que programas sociais pautados no ideário neoliberal configuram ações assistencialistas e pontuais, funcionais e orgânicas à concentração de renda e propriedade e à exploração do trabalho pelo capital, o que permite que as estratégias de mundialização do capital, financeirização e reestruturação produtiva se estabeleçam como ofensivas à construção de uma nova ordem societária.

Considerações finais

Neste artigo, demonstramos que a articulação entre o processo de mundialização e financeirização do capital, do neoliberalismo e da desregulamentação do trabalho se desdobram em contrarreformas e contingenciamento do fundo público à política de

rendas muito baixas. Nesses casos, ela afirma que mesmo o repasse de baixos valores monetários, “mas que em muitos casos evitam que a renda familiar seja zero, têm impacto estatisticamente importante sobre a medida de desigualdade e rendimento” (ROCHA, 2013, p. 159).

Seguridade Social, com o objetivo de deslocamento do superávit primário para o pagamento da dívida pública brasileira. Todo esse processo é manipulado pelos grandes oligopólios multinacionalizados e constata-se que, no processo de desenvolvimento do capitalismo, nenhuma perspectiva neoliberal pode representar melhorias para a classe trabalhadora, nem mesmo programas de transferência de renda nos moldes do Bolsa Família, na medida em que não promovem a redução da desigualdade social e do empobrecimento da classe trabalhadora.

Em síntese, programas de transferência de renda como o Bolsa Família, cujos valores monetários são baixos e os critérios de elegibilidade fragmentadores da pobreza, por mais que em algumas situações representem alguma melhoria para as famílias empobrecidas, na realidade não alteram, ou alteram minimamente, os níveis de concentração de renda e propriedade que determinam a desigualdade social e a pauperização. Ou seja, as bases para a exploração capitalista, conforme analisado por Marx (1984) na Lei Geral da Acumulação Capitalista em *O Capital* [1867], se renovam e ampliam progressivamente, numa conjuntura contemporânea que confronta a *questão social* de todos os países do mundo.

Apenas para ilustrar a perversidade da atual ofensiva capitalista em nosso país, vale acrescentar que depois do golpe parlamentar de 31 de agosto de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer (PMDB) à Presidência da República, a situação é ainda mais alarmante. O atual governo, neoliberal e ultraconservador, se utiliza permanentemente do discurso de retomada do crescimento econômico – o que por si só não é garantia para a redução da desigualdade social e da pobreza – e, desde a sua posse manipulou a aprovação da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/17), que estabelece inúmeras perdas para o conjunto dos trabalhadores, lembrando que o atual índice de desemprego no país é de 13,1%, o que equivale ao assombroso número de 13,7 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2018). Além disso, o atual governo vem desferindo ataques contundentes aos trabalhadores brasileiros com a abominável proposta de Reforma

da Previdência Social, como se a crise econômica que atinge o país desde 2011 tivesse sido agravada pelos gastos com políticas e programas sociais que o Partido dos Trabalhadores (PT) incrementou em seus governos.

Diante das estratégias de reprodução ampliada do capital, expostas neste artigo, a necessidade que se coloca é de fortalecimento da organização da classe trabalhadora, de sua combatividade e do estabelecimento de projetos coletivos que representem uma contraofensiva ao modelo neoliberal mundializado. Entendemos que a organização da classe trabalhadora é a única potência sociopolítica capaz de desestabilizar o capitalismo monopolista e neoliberal diante de suas estratégias regressivas e nefastas para a classe trabalhadora. E, no caso de programas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família, é importante que se vislumbre a ampliação dos valores repassados para que se possa, no mínimo, aceitá-lo enquanto forma de redistribuição de renda um pouco mais coerente com a redução da desigualdade social e da pobreza.

Sendo assim, para o serviço social e a *questão social* brasileira, é fundamental que o capitalismo contemporâneo seja analisado numa perspectiva crítica, pois nossa profissão defende um projeto ético-político em que prevalece a garantia de direitos, mas tais garantias não podem ser exaltadas diante de conquistas aparentes e conjunturais. Pensamos ser necessário, então, a ampliação de nossas lutas sociais em direção à conquista de mudanças estruturais que efetivamente garantam formas de redistribuição social justas, igualitárias e emancipatórias.

Referências

- BOSCHETTI, I. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2007.

- _____. LOAS. *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei n. 8742/93
Brasília: Senado Federal, 1993.
- _____. IBGE- PNAD. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2009*. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- _____. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 11/05/2018.
- BRAZ, M. O PAC e o Serviço Social: crescimento para quem e para quem? Os setenta anos da profissão e os seus desafios conjunturais. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 91, p. 49-61. São Paulo: Cortez, 2007.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, 2012.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- GRANEMANN, S. Fundos de pensão e a metamorfose do salário em capital. In: SALVADOR, E. et al. (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. In: *Revista em Pauta*, n. 20, p. 57-68. Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

- LESBAUPIN, I.; MINEIRO, A. *O Desmonte da Nação em dados*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política [1867]*. Livro I. vol. I e II, 9. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Difel, 1984.
- NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e serviço social. In: *Revista Em Pauta*, n. 19, p. 135-170. Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.
- _____; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. Biblioteca básica/Serviço Social, Vol 1. São Paulo: Cortez, 2006.
- ROCHA, S. *Transferências de renda no Brasil: o fim da pobreza?* Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- RODRIGUES, M. P. Assistencialização da seguridade e do serviço social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. *Serviço Social e Sociedade*, v. 91, p. 108-122. São Paulo: Cortez, 2007.
- SALVADOR, E. *Fundo público e Seguridade Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA E SILVA, M. O. (Coord.); LIMA, V. F. S. A. *Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, G. S. Transferências de renda e monetarização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros. SALVADOR, E. et al. (Org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

Formação profissional e o estágio supervisionado em Serviço Social: entre a razão histórico-crítica e a razão formal abstrata

Marilene Coelho

Introdução

O presente artigo busca refletir e problematizar a interlocução teórico-metodológica e ético-política estabelecida entre a razão histórico-crítica e a razão formal abstrata no estágio supervisionado na formação profissional de assistentes sociais. No processo de formação profissional de assistentes sociais, o estágio supervisionado constitui componente obrigatório e, dentre outros, busca a articulação com o mercado de trabalho. No contexto atual, de crise do capital, a reestruturação produtiva e as medidas neoliberais em curso no Brasil desde a década de 1990 conduzem à precarização, à intensificação e à flexibilização no mundo do trabalho. O Serviço Social é constitutivo dessa totalidade e tais determinações incidem tanto no mercado de trabalho quanto na formação profissional do assistente social. Nesse processo, o cotidiano do trabalho profissional do assistente social tensiona-se, o mercado de trabalho segmenta-se e as requisições sócio-institucionais sobrepõem-se em relação às demandas dos usuários e às exigências da própria profissão.

Buscar-se-á problematizar o movimento diacrônico e sincrônico entre a racionalidade histórico-crítica e a racionalidade formal que permeia o processo de investigação e intervenção na realidade

no estágio supervisionado. Considera-se que a realidade é dinâmica, contraditória e encontra-se em permanente transformação e, para apreendê-la, a consciência também se movimenta. A razão ergue-se em longo processo. Coutinho (2010, p. 10) identifica duas etapas principais na história da filosofia burguesa. Primeiro, o período vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracterizado “por um movimento progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética”. O segundo período (1830 – 1948) caracteriza-se pela ruptura com as conquistas anteriores, por uma progressiva decadência, no qual a filosofia burguesa abandona as categorias nucleares da razão: o humanismo, o historicismo e a razão dialética. Desse processo, emergem as duas perspectivas principais no âmbito da racionalidade: aquela que estabelece a crítica, no sentido da superação, cuja expressão é a teoria social de Karl Marx (1818-1883), e a racionalidade formal, que se atém ao entendimento. A presente reflexão fundamenta-se nessa análise crítica acerca da razão.

Projeto ético-político, formação profissional e o estágio supervisionado no atual contexto sócio-histórico

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Essa perspectiva acerca do significado do Serviço Social apreende a historicidade da profissão que se “particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPPS, 1997, p. 60). A trajetória do Serviço Social brasileiro tem como importante marco o Projeto Ético-Político Profissional, cujo processo de construção inicia-se na década de 1970. Esse projeto, construído por meio de um amplo processo decorrente da recusa e a crítica ao conservadorismo profissional, tem em sua base o movimento de reconceitualização do Serviço Social na América Latina e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro.

O contexto sócio-histórico que possibilitou a construção desse projeto encontra-se na resistência e luta dos setores progressistas da sociedade brasileira e dos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora contra a ditadura civil-militar, instaurada com o golpe de 1º de abril de 1964, e as demandas democráticas e populares que se adensam nas décadas de 1970 e 1980. A estrutura básica do Projeto Ético-Político Profissional hegemônico na contemporaneidade encontra-se no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão, de 1993, e nas Diretrizes Curriculares formuladas pela Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Abepss, em 1996.

As diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, formulada pela ABEPSS, no período de 1994 a 1996, demarcam o debate acumulado pela categoria profissional nos anos 1980 e 1990 acerca do significado da profissão nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, a relação entre Estado e sociedade civil, a funcionalidade das políticas sociais, dentre outros aspectos constitutivos do trabalho profissional do assistente social.

Ao condensar o amadurecimento teórico-político da categoria profissional relacionado ao significado da profissão, as diretrizes curriculares fundamentam-se na concepção histórico-crítica que concebe o Serviço Social “enquanto uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 1997, p. 60). O tratamento analítico contido nas diretrizes curriculares apreende a profissão na totalidade das relações sociais, em sua processualidade e iminentes contradições. O surgimento da profissão inscreve-se em um determinado contexto sócio-histórico e particulariza-se nas relações de produção e reprodução da vida social “como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (NETTO, 2001; ABEPSS, 1997, p. 60). Essa perspectiva de totalidade diferencia-se da perspectiva que se fundamenta na racionalidade formal abstrata.

O processo de reestruturação produtiva, desencadeado com a crise econômica e política da sociedade capitalista na década de

1970, e o avanço do neoliberalismo criam desafios e tensões no mercado de trabalho e na formação profissional de assistentes sociais. A realidade torna-se ainda mais complexa, as relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades sociais são obscurecidas na facticidade dos fenômenos sociais, a fragmentação e a naturalização dos processos sociais são a forma como a razão formal abstrata obstaculiza a compreensão de tudo que é substancial.

Em um contexto no qual se propalam amplamente os processos produtivos fincados na reestruturação produtiva, o mundo do trabalho sofre transformações com o enxugamento e a intensificação da exploração da força de trabalho, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho, a organização dos sistemas de produção delineados em torno de produtividade e metas e o uso intensivo de tecnologias. No âmbito das políticas sociais, as estratégias do Estado burguês para o enfrentamento das expressões da *questão social* consistem na redução dos gastos sociais, na focalização do atendimento às demandas sociais da classe trabalhadora e na mercantilização dos serviços sociais, dentre outros. Essas estratégias implicam amplos processos de controle social que ocorre por meio da criminalização da pobreza, da judicialização dos direitos sociais, da moralização da vida social, da repressão e do *apartheid* social. Esse controle, no âmbito das políticas sociais, ocorre por meio de movimentos aparentemente dúbios no qual se tem, dentre outros, a descentralização com o forte traço da centralização, a (des)territorialização com a ausência de serviços básicos nas áreas de concentração da pobreza nos grandes centros urbanos e a privatização em detrimento dos serviços públicos, combinados com ataques aos direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Os assistentes sociais, inseridos na divisão social e técnica do trabalho, em sua maioria como executores terminais das políticas sociais, no cotidiano do trabalho profissional, tendem a operacionalizar rotinas e procedimentos que visam a manipulação de variáveis empíricas e apreendem a realidade somente em suas expressões fenomênicas. Descortinar as mediações entre o

singular e o universal, no âmbito do trabalho profissional, exige a consistência e competência profissional no que diz respeito aos seus fundamentos histórico, teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão na direção social contida no Projeto Ético-Político hegemônico na contemporaneidade.

No âmbito da formação profissional, a inserção dos estudantes nos campos de estágio explícita, para os sujeitos envolvidos no estágio supervisionado, a disjunção entre a perspectiva que fundamenta as diretrizes curriculares e a perspectiva fundada na razão formal abstrata, que permeia as rotinas e os procedimentos que efetivam os serviços, projetos e programas sociais desenvolvidos pelos assistentes sociais em seus diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A Política Nacional de Estágio construída coletivamente pela ABEPSS, em 2009, estabelece como princípios norteadores da realização do estágio, além dos valores ético-políticos da profissão, a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a qual deve ser garantida na experiência de estágio; a articulação entre formação e exercício profissional expressa por meio da interlocução entre os sujeitos do estágio supervisionado; a indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e de campo pressupondo uma ação didático-pedagógica articulada entre as mesmas; e a articulação entre universidade e sociedade, uma vez que o estágio possibilita a aproximação com a realidade e pode contribuir no processo de construção de respostas às demandas e aos desafios postos para a profissão no cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais e a unidade entre teoria e prática.

A inserção dos estudantes no estágio supervisionado apresenta-se como um desafio didático-pedagógico e ético-político aos sujeitos envolvidos no processo, no sentido de construir didáticas pedagógicas que se orientem pelos princípios contidos na PNE. Tais didáticas, dentre outros, devem contribuir para evidenciar como a relação entre pensar e fazer se estabelece segundo as diferentes perspectivas que norteiam o trabalho profissional do assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Estágio supervisionado entre a razão histórico-crítica e a razão formal abstrata

Dentre os princípios que orientam as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, destacam-se a “superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares” e o “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1997, p. 61). No processo de formação profissional, a superação da fragmentação de conteúdos implica, dentre outros, a implementação de estratégias pedagógicas que instrumentalizem os estudantes a estabelecer as conexões entre os conteúdos que se compartimentalizam nas diferentes disciplinas e os componentes curriculares.

No processo de formação profissional de assistentes sociais, o estágio supervisionado é usualmente caracterizado pelos discentes como atividade da “prática”. Essa percepção indica, em si, a fragmentação entre teoria e prática – própria da razão formal abstrata. No processo de formação profissional, a inserção do estudante no estágio supervisionado requer que o mesmo detenha conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que fundamentam a profissão para estabelecer as mediações entre singularidade e universalidade. Dessa forma, ao iniciar o estágio supervisionado, almeja-se que o estudante encontre-se apto para desencadear o processo de conhecimento da realidade no que diz respeito à natureza das instituições nas quais se inserem para a realização do estágio; à política social implementada por essas instituições, seus programas e suas estratégias; às expressões da *questão social* vivenciadas pelos usuários e as suas demandas ao Serviço Social; à racionalidade que permeia os procedimentos e as rotinas na instituição; e à direção social estratégica do trabalho profissional do/a assistente social na instituição, dentre outros.

Por tratar-se de uma atividade permeada pelo confronto entre a racionalidade formal abstrata própria da filosofia burguesa, cuja expressão é o positivismo, e a racionalidade histórico-crítica, o

estágio supervisionado explicita a disjuntiva teoria e prática, as dificuldades pedagógicas de superar a fragmentação dos conteúdos das diversas disciplinas e os conflitos ético-políticos. Nesse sentido, os desafios e os obstáculos que se interpõem ao estágio supervisionado no processo de formação de assistentes sociais circunscrevem-se à dinâmica e lógica do sistema do capital e, nela, o significado da profissão nas relações sociais nessa sociedade.

O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina e o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, que buscavam o rompimento com o conservadorismo, engendram uma cultura profissional diferenciada, no qual podemos destacar a instauração do pluralismo teórico e ideopolítico, com a crescente diferenciação em torno das concepções profissionais, fundadas em diferentes perspectivas teórico-metodológicas e a interlocução com as discussões no conjunto das ciências sociais.

A sinalização do pluralismo como um valor ético da profissão indica a salutar contraposição entre diferentes racionalidades no debate profissional, o amadurecimento teórico e ético-político de segmentos da profissão, mas está longe de dirimir as polêmicas que permeiam os dilemas na profissão, como a fragmentação entre teoria e prática e o praticismo.

A direção estratégica do projeto ético-político profissional colide com o projeto hegemônico do grande capital e com o seu correspondente pensamento. Trata-se, portanto, de uma direção estratégica antagônica ao conservadorismo e ao neoconservadorismo. A direção estratégica contida no PEP encontra-se no posicionamento a favor da equidade e da justiça social na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; na ênfase na formação profissional qualificada, isto é, alicerçada em concepção teórico-metodológica crítica, que possibilitem a análise concreta da realidade social e firma o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, dentre outros.

No processo de formação profissional, o componente curricular estágio supervisionado é, dentre os demais, aquele que

absorve diretamente os conflitos e as ambiguidades decorrentes desse “antagonismo” entre o crescente processo de reificação das relações sociais na sociedade capitalista e um projeto profissional que se funda na perspectiva da emancipação humana. Esse antagonismo explicita-se também nas relações didático-pedagógicas estabelecidas entre os sujeitos do estágio supervisionado.

Na divisão social do trabalho, o assistente social é trabalhador assalariado, e a sua força de trabalho é demandada pelo Estado e organizações da sociedade civil para implementar políticas sociais que visam ao enfrentamento de determinadas expressões da *questão social*.

Como a *questão social* é multifacetada e as estratégias do Estado burguês para o seu enfrentamento, tanto no âmbito da persuasão quanto da coerção, são fragmentadas e focalizadas, a realidade tende a ser apreendida na facticidade dos fenômenos sociais, nos limites da razão formal abstrata. As respostas às expressões da *questão social*, na lógica do sistema do capital, são formais e não essenciais.

As particularidades que conformam o trabalho profissional do assistente social inserem-se em uma totalidade. O produtivismo, o controle de qualidade do produto, o controle do processo de trabalho pautado em metas, a polivalência, a terceirização, a crescente intensificação da jornada de trabalho por meio do uso de tecnologias e informática alteram o mundo do trabalho. Por outro lado, verifica-se, nesse contexto, a agudização das expressões da *questão social*, sobretudo em um país periférico como o Brasil. As medidas neoliberais em curso desde o final da década de 1980 pautam-se na diminuição dos investimentos na área social, na privatização dos serviços sociais rentáveis, na focalização do atendimento aos mais pobres, na retirada dos direitos sociais e na criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, dentre outros. Essas medidas rebatem tanto no profissional assistente social, que necessita vender a sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades, quanto em suas condições de trabalho. É nessa totalidade complexa e contraditória que se insere o estágio supervisionado.

Com a mercantilização de todas as esferas do ser social, a educação tornou-se uma grande mercadoria. Ocorre no Brasil, no âmbito da educação superior, a partir da década de 1990, significativa expansão de cursos presenciais e cursos à distância vinculados à iniciativa privada. O Serviço Social brasileiro sofre o impacto dessa política com o crescimento de ofertas de vagas para o curso de graduação e, por conseguinte, os espaços de realização do estágio obrigatório tornam-se alvo de disputas permeadas por vários tipos de troca.

O estágio supervisionado é uma atividade obrigatória e, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a sua carga horária deve corresponder, no mínimo, a 15% do total da carga horária do curso.

Conforme a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), a supervisão de estágio em Serviço Social é uma atribuição privativa de assistentes sociais. A expansão das vagas do ensino superior para o curso de Serviço Social, sobretudo no ensino à distância, criou um fenômeno, nas diversas regiões do Brasil, no qual as assistentes sociais são pressionadas, pelo empregador, a supervisionar uma grande quantidade de estudantes estagiárias. Para regular essa atividade, o conjunto formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social formulou uma resolução que regulamenta a supervisão direta de estágio (Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008). Essa resolução, dentre outros, estabelece as condições e a capacidade de estudantes a serem supervisionados por cada profissional, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social.

Nessa mesma direção, em maio de 2009, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) inicia o processo de construção coletiva da Política Nacional de Estágio (PNE) em face da “urgência na defesa de um projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, na direção da emancipação humana” (ABEPSS/PNE, 2009, p. 1, 2). A PNE estabelece os princípios norteadores da realização do estágio supervisionado, dentre os

quais podemos destacar a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, a articulação entre formação e exercício profissional e a unidade teoria e prática. Além da construção da PNE (2009), a ABEPSS organizou fóruns e oficinas de Estágio Supervisionado nas diferentes regiões do país, tendo em vista qualificar o debate sobre o estágio, possibilitar a troca de experiências e incentivar a organização dos fóruns de estágio, dentre outros.

Todos os esforços envidados pelas entidades organizativas da categoria demonstram as tensões e os desafios que se interpõem ao estágio supervisionado no atual contexto. E isso não é um acaso.

O estágio supervisionado em Serviço Social é a atividade, por excelência, que conecta a formação profissional e o mercado de trabalho. No processo de formação profissional, o estágio supervisionado explicita para os estudantes a contraposição entre a racionalidade formal abstrata e a razão histórico-crítica. Ele desnuda, paulatinamente, as condições concretas sob as quais o trabalho profissional da assistente social se desenvolve, seus limites e suas determinações. E essa questão torna-se mais problemática se considerarmos que o mercado de trabalho da assistente social, a partir da década de 1990, sofre uma crescente segmentação das atividades profissionais e diferenciação progressiva das condições de trabalho entre as assistentes sociais (NETTO, 1996).

Assim, os desafios e as ambiguidades que se interpõem ao estágio supervisionado o ultrapassam. Se observarmos as tensões que se colocam para o estágio supervisionado segundo a perspectiva das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) verificaremos que o principal desafio se encontra na quantidade de vagas de estágio ofertadas, que ficam aquém do número de estudantes estagiários, sobretudo de estudantes trabalhadores. Essa é uma equação que não se fecha. A busca da qualidade apresenta-se como um obstáculo em relação à quantidade de estudantes que necessitam realizar o estágio supervisionado.

Para os profissionais, supervisores de campo, os obstáculos para a realização dessa atividade decorrem de suas próprias condi-

ções de trabalho. Os profissionais supervisores de campo apontam constantemente a redução do quadro funcional nas instituições, o sucateamento das condições de trabalho, a sobrecarga de trabalho, o aumento das demandas atendidas, dentre outros aspectos que dificultam o processo de supervisão de estágio. Os profissionais supervisores de campo apontam ainda como dificuldades a falta de articulação com as unidades de formação, com os supervisores acadêmicos, a relação com os estagiários e o não acesso às produções acadêmicas dos estudantes estagiários.

O estágio supervisionado é a atividade que possibilita o contato direto de estudantes estagiários com o cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais. A organização das turmas das disciplinas relacionadas ao estágio supervisionado pode ocorrer por nível ou por área. As estratégias didático-pedagógicas comumente utilizadas tendem a centrar-se no conhecimento de uma realidade singular por um sujeito singular. Nessa perspectiva, a capacidade intelectual para apreender as mediações entre singular e universal são atribuídas aos sujeitos, a partir de suas “vivências”, enquanto indivíduos. Verifica-se, assim, que a fragmentação se encontra presente também nas práticas pedagógicas que permeiam os processos de ensino e aprendizagem.

Os obstáculos e as dificuldades apontadas indicam a necessidade de continuarmos aprofundando a reflexão sobre o estágio supervisionado tanto em relação ao processo de conhecimento e intervenção na realidade, quanto das estratégias didático-pedagógicas na direção estratégica do projeto ético-político da profissão.

Considerações finais

O presente artigo remete à necessidade de revisitar o debate acerca da relação teoria e prática e os procedimentos sistematizados realizados pela ABESS (ABEPSS) na década de 1980. Buscou-se com esta reflexão problematizar o movimento diacrônico e sincrônico entre a racionalidade que fundamenta as diretrizes curriculares e a racionalidade formal abstrata.

As rotinas, os procedimentos que materializam as atividades, os serviços, os projetos e os programas sociais nas instituições sócio-ocupacionais dos assistentes sociais fundamentam-se na razão formal abstrata. No processo de conhecimento da realidade, os procedimentos sistematizadores fundados na inteligência, ou na atividade analítica do entendimento, são necessários para o conhecimento dos fenômenos e processos sociais em sua essência, que ocorre sempre de forma aproximativa e historicamente determinada. Porém, eles não são suficientes, donde a necessidade permanente da formação continuada, da articulação entre o mercado de trabalho e as unidades de ensino, da apropriação pelo conjunto da categoria, da produção teórica no âmbito das ciências sociais e particularmente, na área do Serviço Social, dos fóruns de estágio, dentre outros.

O Estágio supervisionado é a atividade por excelência que possibilita a construção de procedimentos sistematizados e exige a interlocução entre o pensamento hegemônico na sociedade burguesa e o pensamento capaz de estabelecer a crítica a essa sociabilidade e apreender a realidade para além de seu aspecto formal. Nesse sentido, a construção de didáticas pedagógicas na perspectiva dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2009) permanece aberta e atual.

Assim, compreender e confrontar o conteúdo e a forma e como tais rotinas e procedimentos são operacionalizados é tarefa importante e requer tanto o posicionamento ético-político quanto teórico-metodológico na direção estratégica do projeto ético-político profissional.

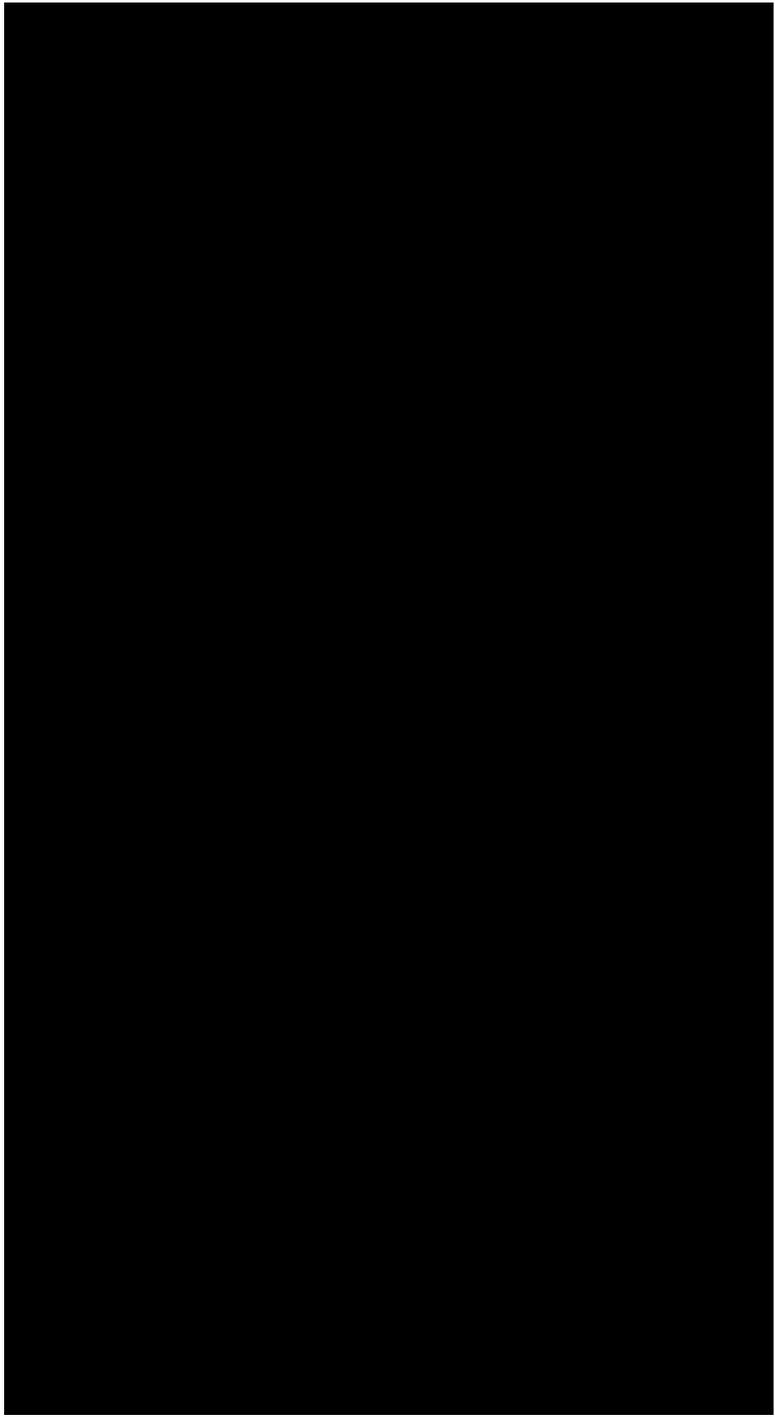
Referências

- ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). *Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social*. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

- _____. *Política Nacional de Estágio*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.
- BEHRING, E. Estágio, pesquisa e consolidação institucional. In: *Temporalis*, ano 11, n. 22. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1728/1592>>. Acesso em: 01 de dezembro de 2016.
- BRASIL. *Lei de Regulamentação da profissão de Assistente Social*, nº 8.662 de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 de junho. 2016.
- CONSELHO Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética do Assistente Social de 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 11 de janeiro de 2016.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- LUKÁCS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. In: *O jovem Marx e outros escritos de filosofia* – organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/as-bases-ontologicas-do-pensamento-e-da-atividade-do-homemniep-08b.html>>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.
- NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. 1. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

- _____. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. In: *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. - Módulo 1. - Brasília: CFESS/APEPSS/CEAD-UnB, 1999.*
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**Autoras
e autores**



Andrea Maria de Paula Teixeira

Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente Social formada pela UFRJ (2003). Mestre e doutora pelo programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ (2006). Coordenadora do Laboratório de ensino, pesquisa e extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC). Participa como pesquisadora colaboradora do Laboratório sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM-ESS/UFRJ).

ampteixeira@gmail.com

Carla Cecilia Campos Ferreira

Docente da ESS/UFRJ. Doutora e mestre em História (PPGHIST/UFRGS). Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (www.lemarx.org), fiel depositária dos arquivos de Vânia Bambirra (www.ufrgs.br/vaniabambirra). Membro do GT Crise e Economia Mundial do CLACSO. Integrou a coordenação do Fórum Social Mundial de Porto Alegre (edições 2001, 2002 e 2003). Organizou com Mathias Luce e Jaime Osorio o livro Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da TMD (Boitempo Ed./2012).

carlaceciliacf@ess.ufrj.br

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (2009). Tem experiência na área de conhecimento do Serviço Social, com ênfase no estudo e pesquisa da tradição marxista e da relação entre trabalho, Estado, ideologia e políticas sociais no Brasil. Pesquisador do Núcleo de Estudos Marxistas - NEPEM/UFRJ e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE.

cezarmaranhao@gmail.com

Gláucia Lelis Alves

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Serviço Social pela PUC de Goiás (2000). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordena o Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LEPECNC-UFRJ). Pesquisadora do Laboratório sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM-ESS/UFRJ).
gleliskas@yahoo.com.br

Giselle Ávila Leal de Meirelles

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/ESS/UFRJ) (2018), sob supervisão do Prof. Dr. Marcelo Braz. Doutora em Serviço Social (ESS-UFRJ/2014). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná (2003). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1983). É Professora Adjunta (2006) da Câmara do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

gimeirelles@ufpr.br

José Luiz Alcantara Filho

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (2007). Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo departamento de Economia da UFV. É professor Assistente I da Universidade Federal Fluminense. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ (2018). Tem experiência nas áreas de Economia Política, Economia Agrária, Desenvolvimento Econômico, Economia do Setor Público e Políticas sociais.

zezo_filho@yahoo.com.br

Luana de Souza Siqueira

Professora doutora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pedagoga (UERJ/2002), Assistente Social (UFRJ/2003), pós-graduada em ergonomia (COPPE-UFRJ). Mestre em Ensino em Biociências e Saúde (Fundação Oswaldo Cruz/2005). Mestre (PPGSS/UFRJ - 2006). Doutora em Serviço Social (UERJ/2011). Pesquisadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Carlos Nelson Coutinho (LE-PECNC), do Laboratório sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM/ESS-UFRJ).

luanass81@yahoo.com.br

Luis Eduardo Acosta Acosta

Graduado em Serviço Social na *Universidad de la República Oriental del Uruguay* (1980), mestre (1997) e doutor (2006) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É professor associado da UFRJ. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atua principalmente nos seguintes temas: serviço social, teoria social e serviço social, história do serviço social na América Latina, disciplinamento, empoderamento e prática profissional, capitalismo contemporâneo: lutas sociais e movimentos sociais.

luiseducosta@gmail.com

Marcos Botelho

Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM-ESS-UFRJ).

marcospotelho@gmail.com

Marilene Coelho

Graduada em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (1982); mestra em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1997) e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). É professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Serviço Social e atua principalmente nos seguintes temas: serviço social, prática profissional do assistente social, política de assistência social, direitos sociais e políticas sociais.

marileneapc@hotmail.com

Mauro Luis Iasi

Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1999) e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2004). Participa do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM-ESS-UFRJ). Educador popular do NEP 13 de Maio.

mauroiasi@gmail.com

Sara Granemann

Graduada em Serviço Social (1985); especialista em Antropologia Social (1988); mestre (1996) e doutora (2006) em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ. Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1994. Estágio Pós-doutorado no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (2014). Integra como pesquisadora o Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM-ESS-UFRJ).

sgranemann@uol.com.br

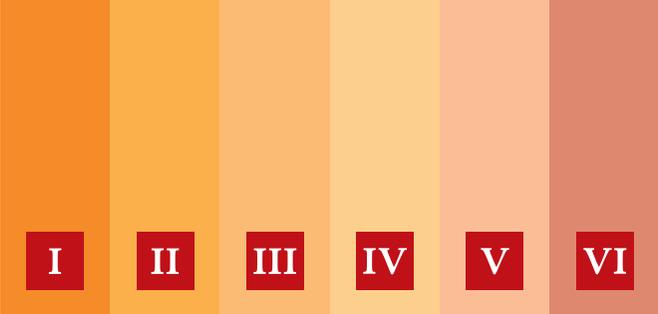
Victor Neves

Doutor em Serviço Social pela ESS-UFRJ, é Professor Adjunto A na Universidade Federal do Espírito Santo, vinculado ao Departamento de Teoria da Arte e Música.

victornsouza01@gmail.com



A Coleção Carlos Nelson Coutinho foi projetada e diagramada entre julho e setembro de 2018 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ para impressão *offset* em papel Pólen Soft 80g/m², com tiragem de 500 exemplares por volume, em outubro de 2018. Esta edição foi adaptada para o suporte digital entre outubro e novembro de 2020. A charge, originalmente no verso das orelhas, é de Mauro Iasi. A fonte utilizada é a Adobe Jenson Pro 12/15,2pt.

**I****II****III****IV****V****VI**

A **Coleção Carlos Nelson Coutinho**, organizada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, cumpre dois principais objetivos: homenageá-lo como Professor Emérito e Titular da Escola de Serviço Social, por sua profunda e extensa contribuição ao pensamento crítico na sociedade brasileira; e divulgar o conhecimento produzido por docentes e discentes vinculados ao Programa, bem como pelos pesquisadores nacionais e internacionais que participaram de nossa Jornada Internacional - JIPA, realizada em março de 2018.

Esta coleção é composta por seis volumes com textos de autorias diversas, compilados na seguinte ordem: ensaios de Carlos Nelson Coutinho (v. I); conferências dos participantes da JIPA (v. II); artigos de discentes que concluíram suas dissertações e teses (v. III); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social* (v. IV); artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Trabalho, Lutas Sociais, Política Social e Serviço Social* (v. V); e artigos de docentes vinculados à Área de Concentração *Cultura e Serviço Social* (v. VI).

Destacamos a importância do financiamento da CAPES para a publicação desta coleção e desejamos a tod@s uma excelente leitura.

Rosana Morgado

COORDENADORA DO PPGSS-UFRJ